



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS

FRANCISCA HISLLYA BANDEIRA CAVALCANTE

“O Brasil é o Ceará”:
as notas de viagem de Freire Alemão e Capanema e suas
impressões sobre o Ceará (1859-1861)

FORTALEZA

2012

FRANCISCA HISLLYA BANDEIRA CAVALCANTE

**“O Brasil é o Ceará”:
as notas de viagem de Freire Alemão e Capanema e suas impressões sobre o Ceará
(1859-1861)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em História – MAHIS, área de concentração em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará – UECE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa.

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho
Bibliotecário(a) Responsável – Giordana Nascimento de Freitas CRB-3 / 1070

C376r Cavalcante, Francisca Hisllya Bandeira
“O Brasil é o Ceará”: as notas de viagem de Freire Alemão e Capanema e suas impressões sobre o Ceará (1859-1861) / Francisca Hisllya Bandeira Cavalcante. — 2012.
CD-ROM : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: História e Culturas.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa.

1. História do Ceará. 2. Cultura. 3. Natureza. Título.
CDD: 981.31

FRANCISCA HISLLYA BANDEIRA CAVALCANTE

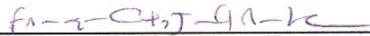
**“O BRASIL É O CEARÁ”: AS NOTAS DE VIAGEM DE FREIRE ALEMÃO E
CAPANEMA E SUAS IMPRESSÕES SOBRE O CEARÁ (1859-1861)”**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

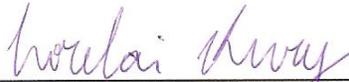
Área de Concentração: História e Culturas

Aprovada em: 11 / 03 / 2013 .

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Lorelai Brilhante Kury
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ



Prof. Dr. Antônio Luiz Macedo e Silva Filho
Universidade Federal do Ceará – UFC

À minha amada, querida e maravilhosa mãe

Josefa Bandeira de Sales -

Nete.

(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Senhor e Salvador; porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

À minha mãe Isanete, que acompanhou o processo inicial desse trabalho e que sempre me proporcionou todas as condições para chegar até aqui. A ela sempre serei grata por tudo e com certeza se ainda estivesse entre nós estaria muito feliz e orgulhosa por ver esse trabalho concluído.

A meu pai Henrique, pelo amor, carinho, incentivo e admiração demonstrados em palavras e atitudes.

Aos meus familiares, tios e tias, primos e primas que sempre incentivaram e acreditaram na realização dessa pesquisa, especialmente aqueles que me acompanharam mais de perto nessa caminhada acadêmica, que me acolheram, me abriram as portas de suas vidas, suas casas e dessa cidade e sempre dedicaram atenção, amor, incentivo e muito aprendizado: Marcos, Cláudia Rejane, Iuri, Márcio, Nágela e Júnior.

Aos amigos mais chegados que irmãos, pelas orações, pelo incentivo, confiança, carinho e até pelas cobranças: Nívea, Marcelo, Thiago, Natanael, Tais, Alexandre, Leuda, Munich, Wise, Kelma, Davi, Adna (a revisora).

Aos amigos da turma de 2010 do MAHIS: Limária, Luiza, Jord, Kalianny, Rodrigo, Canindé, André, Geovan, Mateus e De Assis, pelos momentos de aprendizado e descontração que compartilhamos nesse período de mestrado.

Aos amigos da vida, aqueles que perto ou longe, sempre presentes e/ou de vez em quando ausentes, mas que me presenteiam com sua amizade, carinho e confiança, que caminham ou caminharam comigo em algum momento e que, portanto fazem parte da minha história e contribuíram para a realização desse trabalho: Ariane, Janaina, Cecília, Rafaela, Lucí, Lirete, Cássio, Jodelânia, Lidiane, Tatiana, Zildene e todos os outros que em algum momento dessa caminhada se fizeram presente e dedicaram um pouco do seu eu para mim.

Aos amigos de trabalho, colegas que dia a dia compartilham comigo os encantos e desencantos de trabalhar com a educação pública neste estado: aos companheiros da EEFM Sales Campos e da EEFM Governador Flávio Márcilio, muito obrigada pela credibilidade, incentivo, confiança e paciência. Agradeço também aos amigos que dividiram comigo as ricas experiências vividas no Museu do Ceará, lugar de minha primeira experiência profissional e onde nasceu a ideia inicial de pesquisa que resultou na minha monografia de graduação e agora nesta dissertação. Não posso esquecer dos amigos do Projeto Nascente que me

ensinaram a fazer Escola, no sentido mais profundo e verdadeiro que tem essa palavra, e isso sempre vai influenciar qualquer trabalho que eu faça.

Ao meu orientador Carlos Jacinto, que está comigo desde a graduação, pela disponibilidade, compreensão, paciência, confiança, incentivo e sabedoria durante a realização dessa pesquisa.

Aos colegas do grupo de pesquisa História, Cultura e Natureza e a todos que me forneceram fontes, livros, que indicaram leituras, que propuseram questões, dicas e ideias, que contribuíram e ajudaram a enriquecer a pesquisa.

Aos professores, funcionários e colegas de outras turmas do MAHIS, anteriores e posteriores a minha, pelos encaminhamentos, facilitações, discussões, debates e leituras, enfim, por todas as contribuições que recebi durante o curso dos que compõem essa instituição.

À banca de qualificação, composta pelo Prof. Dr. Antônio Luiz Macedo e Silva Filho e pelo Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso, pelas ricas contribuições para o desenvolvimento desta dissertação.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelo incentivo à pesquisa através da concessão das bolsas de mestrado.

Ecoam pelo ar
Estórias de tesouros escondidos
Sou poeta da canção
E embarco nesse sonho encantado
Vou com destino ao Ceará
Em busca de um novo Eldorado
(Eu levo)
Levo comigo a ciência
Do país a sapiência
Tudo eu quero relatar
Nessa expedição bem brasileira
Chegam mouros e camelos
Não precisa se assustar

Balançou, não deu certo não
Pois não passou de ilusão
Eles trouxeram o balanço do deserto
Mas não é o gingado certo
Pra cruzar o nosso chão

O jegue escondido na história
Ajuda o sertanejo a tocar seu dia-a-dia
Trabalha, ara a terra sob o sol

E leva o fardo pesado
De um povo sofredor

Mais vale a simplicidade
A buscar mil novidades
E criar complicação
Esquecendo o bom e o útil
Renegar o que é nosso
Gera insatisfação

O sertão não é só lamento
Meu momento é aqui
Faço a festa e lavo a alma
Hoje na Sapucaí

(Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará – Samba Enredo da escola de samba Imperatriz Leopoldinense – 1995)

RESUMO

Os relatos sobre o Ceará escritos pelos cientistas que compuseram a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte constituem o principal objeto dessa pesquisa, tendo em vista a importância destas narrativas para a História cultural, política e social do Ceará e para a construção de uma identidade histórica desta Província na segunda metade do século XIX. Nosso objetivo é analisar como o Ceará foi examinado e descrito no âmbito cultural, social, histórico e natural nos escritos elaborados por Francisco Freire Alemão e Guilherme Schüch de Capanema enquanto membros dessa Comissão de Exploração, tendo em vista a relação que esses relatos possuem com o projeto de construção da identidade nacional em voga na segunda metade do século XIX e com os empenhos para afirmação e legitimação das Ciências no Brasil. É de nosso entendimento que as análises feitas sobre o Ceará por esses cientistas carregam as marcas de um saber científico que resolve ir ao encontro das regiões do Brasil, até então declaradas como pouco conhecidas, menos produtivas e com posturas políticas, econômicas e culturais tidas como mais agressivas para o Império. O intuito principal era inseri-las no projeto de formação de uma identidade nacional apoiada na noção agregadora do território e do povo, com a finalidade de diminuir as contradições internas, buscando implantar ações que favorecessem o engrandecimento e a prosperidade material, histórica e cultural da nação brasileira. Os escritos sobre os quais nos debruçamos passaram pela pena dos estudiosos que se dispuseram a viajar pelo Ceará em meados do século XIX crédulos de que prestavam um serviço valioso à nação brasileira e que deveriam conhecer por completo o que detinha o solo e o subsolo cearense, esquadrinhando, segundo os critérios científicos de então, uma das províncias menos e/ou erroneamente conhecida do Império brasileiro. A Comissão Científica de Exploração percorreu as mais diversas regiões do Ceará entre os anos de 1859 a 1861. O objetivo principal da expedição era mapear as riquezas e potencialidades que essa província oferecia ao país, através de investigações botânicas, zoológicas, astronômicas, etnográficas, geológicas, geográficas e históricas. Para o Ceará, a Comissão trouxe cinco dos mais renomados cientistas brasileiros das ciências naturais e humanas de então para desenvolver o trabalho de reconhecimento e exploração da província. O tipo de trabalho desempenhado por esses homens de ciência, como desenvolveram as tarefas científicas que se propunham executar, como e qual relação estabeleceram com a natureza, o povo e a cultura das terras cearenses, quais motivações faziam parte de suas ações, os resultados produzidos, quais as atividades executadas por Freire Alemão e Capanema, assim como que papel a Comissão, juntamente com as ciências naturais e as instituições científicas, culturais e políticas do Império, exerceu no processo de afirmação e legitimação de uma identidade brasileira homogênea no século XIX constituem algumas das discussões presentes nessa pesquisa.

Palavras-chave: História do Ceará. Cultura. Natureza.

ABSTRACT

The reports of the Ceará written by scientists who formed the Scientific Exploration of the Northern Provinces constitute the main object of this research, in view of the importance of these cultural narratives to history, politics and social Ceará and the construction of an identity this historic province in the second half of the nineteenth century. Our goal is to analyze how the Ceará was examined and described in the cultural, social, historical and natural in the writings produced by Francisco Freire Alemão and Guilherme Schuch de Capanema as members of this Committee for Exploration, in view of the relationship that these reports have to construction project of national identity in vogue in the second half of the nineteenth century and the efforts to claim legitimacy and Sciences in Brazil. It is our understanding that the analysis carried out on the Ceará by these scientists carry the marks of scientific knowledge that solves meet the regions of Brazil, previously declared as little known, less productive and postures with political, economic and cultural taken as more aggressive for the Empire. The main intention was to insert them in the project of forming a national identity aggregator supported the notion of territory and people, in order to decrease the internal contradictions, seeking to implement actions that would promote the advancement and material prosperity, the nation's historical and cultural Brazilian. The writings on which we analyze the sentence passed by the scholars who were willing to travel the Ceará in the mid-nineteenth century the gullible who provided a valuable service to the Brazilian nation and who should know completely what held the soil and subsoil of Ceará, scanning according to scientific criteria then, one of the provinces less and/or erroneously known of the Brazilian Empire. The Scientific Exploration toured the various regions of Ceará between the years 1859 to 1861. The main objective of the expedition was to map the wealth and potential that this country offered the province, through investigations botanical, zoological, astronomical, ethnographic, geological, geographical and historical. For Ceará, the Commission brought five of the most renowned brazilian scientists in the natural sciences and humanities then work to develop recognition and exploration of the province. The type of work performed by these men of science as developed scientific tasks that they intended to perform, how and which established relationship with nature, the people and culture of the land of Ceará, which were part motivations of their actions, the results produced which activities performed by Freire Alemão and Capanema, as well as what role the Commission, together with the natural sciences and the scientific, cultural and political empire, exercised in the process of affirmation and legitimization of a homogeneous Brazilian identity in the nineteenth century are few discussions present this research.

Keywords: History of Ceará. Culture. Nature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. FAZER CIÊNCIA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ.....	27
1.1. Ciência, Império e Nação: marcas de um projeto de civilização.....	30
1.2. Uma expedição verdadeiramente nacional.....	49
1.3. A Ciência nacional atuando em terras cearenses.....	54
2. NATUREZA CEARENSE: PROVEITOS E POTENCIALIDADES.....	85
2.1. Águas do Ceará: entre cheias e secas.....	92
2.2. Civilizar a natureza: recursos e técnicas para engrandecer a Nação.....	105
2.3. A natureza da Província e os incrementos na economia.....	116
3. MODOS DE VIVER NO SERTÃO.....	135
3.1. Cidades, vilas e povoados cearenses sob a ótica da ciência nacional.....	136
3.2. Caracterizando o povo cearense.....	160
3.3. Usos e costumes da gente do Ceará.....	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
FONTES.....	201
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	206
ANEXOS.....	214

INTRODUÇÃO

Escrever sobre a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte significa trazer a tona uma série de questões associadas à discussão da nacionalidade brasileira que perpassou os meios intelectuais, culturais e políticos do Brasil a partir do século XIX. Significa também entrar em contato com uma série de narrativas sobre o Ceará que muito nos informa a respeito da política, da sociedade, da economia, da natureza, do povo, da cultura cearense nos oitocentos. Informações essas que em alguns aspectos fazem parte do viver cearense até os dias de hoje.

A primeira vez que entrei em contato e soube da existência da Comissão Científica de Exploração foi no início do ano de 2006, quando o Museu do Ceará publicou os Ziguezagues do Dr. Capanema, primeiro volume da coleção Comissão Científica de Exploração¹. À época trabalhava nessa instituição e à medida que os volumes da coleção iam sendo publicados, entre 2006 e 2007, fui adquirindo-os. O primeiro título que li foi o “Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza – Crato, 1859”, o penúltimo volume a ser publicado, e a essa altura possuía apenas informações básicas acerca da expedição. Desde o início da leitura as narrativas de Freire Alemão prenderam minha atenção. Seus relatos me traziam a memória o ambiente no qual passei a maior parte de minha vida – o sertão cearense. Identificava na escrita de Alemão muitas similaridades com a paisagem e os costumes que fizeram parte do meu cotidiano durante toda minha infância e adolescência. Essa identificação fazia com que os escritos desse cientista do século XIX me fossem familiares e prazerosos de serem lidos. Apesar da distância temporal, Alemão escrevia sobre algo bem próximo a mim e chegava a ser divertido e emocionante identificar permanências e mudanças na paisagem e na cultura sertaneja do século XX, a partir desses escritos elaborados

¹ Esta coleção é composta por 4 volumes, a saber:

Volume 1: Os ziguezagues do Dr. Capanema: ciência, cultura e política no século XIX; PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os ziguezagues do Dr. Capanema.** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 1). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

Volume 2: A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia; CAPANEMA, Guilherme Schurch de. e GABAGLIA, Giacomo Raja. **A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 2). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

Volume 3: Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza – Crato, 1859; ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 3). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

Volume 4: Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato – Rio de Janeiro, 1859 – 1860. ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato - Rio de Janeiro, 1859 / 1860 – volume II** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 4). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

em meados do século XIX. Não demorou muito para perceber que esse exercício poderia deixar de ser apenas para deleite pessoal e poderia se tornar um exercício científico. Nesse período (2007) chegava o momento de pensar no desenvolvimento de um trabalho monográfico para conclusão da graduação. Tinha diante de mim o desafio de escrever um trabalho de pesquisa em História, portanto, nada poderia ser mais oportuno do que unir o agradável à necessidade de escrever minha monografia sobre a Comissão Científica e o Diário de viagem de Freire Alemão. Esse intuito resultou no trabalho intitulado “Um sábio cientista visita o sertão: o Ceará e a Comissão Científica de Exploração no Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1860)”, defendido em 2009 no curso de licenciatura em História da Universidade Estadual do Ceará.

Na confecção desse trabalho muita coisa ficou de fora, muitas questões ficaram por serem abordadas e muitas outras surgiram a partir das colocações da banca de defesa da monografia. Restavam-me, então, duas possibilidades, parar por aí e deixar para outros identificarem e trabalharem essas questões ou levá-las adiante e alçar voos mais altos, transformando-as em base para uma pesquisa de mestrado. Fiquei com a segunda opção. Era hora de encarar uma nova fase nos meus estudos acadêmicos e aprofundar minha pesquisa sobre esse tema.

Eis então como cheguei até aqui. A Comissão Científica e Freire Alemão passariam mais uma vez a serem o centro das atenções de meus estudos, só que agora acompanhados de outro ‘científico’² – Guilherme de Capanema, de outras preocupações e muitas outras questões. A essa altura, meus conhecimentos sobre pesquisadores da Ciência no Brasil e o papel que a Comissão ocupa na história das ciências estavam mais ampliados, além disso, o contato com outros estudiosos dos mais variados aspectos da Comissão eram mais substanciais e o diálogo com a historiografia seria mais facilitado e enriquecido.

Nesse ponto da caminhada novas discussões, problemas e encaminhamentos eram latentes. Uma nova pesquisa tendo como base os estudos da e sobre a Comissão Científica de Exploração apresentava-se, estava sendo gerada, pensada e amadurecida. Era necessário definir problemáticas, estratégias, intuítos, objetivos, caminhos a serem seguidos, mas primeiramente demarcar o ponto de partida. Diante disso, elencamos como objetivo central deste trabalho a análise de como o Ceará é examinado e descrito no âmbito cultural, social, histórico e natural nos escritos elaborados por Francisco Freire Alemão e Guilherme de

² Os membros da Comissão Científica, chefes das seções, se autodenominavam científicos. É frequente o uso dessa expressão em seus apontamentos ao se referirem a si mesmos, aos colegas de expedição, assim como a outros cientistas de sua época.

Capanema enquanto membros da Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte, tendo em vista a relação que esses relatos possuem com o projeto de construção da identidade nacional em voga na segunda metade do século XIX e com os empenhos para afirmação e legitimação das Ciências no Brasil.

É de nosso entendimento que as análises feitas sobre o Ceará por esses cientistas carregam as marcas de um saber científico que resolve ir ao encontro das regiões do Brasil, até então declaradas como pouco conhecidas, menos produtivas e com posturas políticas, econômicas e culturais tidas como mais agressivas para o Império, com o intuito de inseri-las no projeto de formação de uma identidade nacional apoiada na noção agregadora do território e do povo, com a finalidade de diminuir as contradições internas, buscando implantar ações que favorecessem o engrandecimento e prosperidade material e histórica da nação brasileira.³ Os escritos sobre os quais nos debruçamos e transformamos em documentos para a História passaram pela pena dos estudiosos que se dispuseram a viajar pelo Ceará, em meados do século XIX, crédulos de que prestavam um serviço valioso à nação brasileira e que deveriam conhecer por completo o que detinha o solo e o subsolo cearense, esquadrinhando, segundo os

³ Nas últimas décadas alguns trabalhos têm sido desenvolvidos nessa perspectiva, discutindo o papel das ciências e da história na construção de uma identidade para o Brasil que agregasse e representasse todas as suas regiões, por exemplo: DANTES, M. A. M. (org.). **Espaços da ciência no Brasil: 1800 – 1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. **As ciências naturais e a construção da nação brasileira**. Revista de História. São Paulo, n.135, dez. 1996. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003483091996000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12/01/2011.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 13, nº 2, p. 271-292, abr.-jun. 2006.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. **Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX)**. Asclépio, Campinas, vol. L-2, 1998, p.107-123.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos, RJ nº 1, 1988.

KURY, Lorelai. **As viagens luso-americanas e as práticas científicas do século das luzes**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300895704_ARQUIVO_instrucCNPQ.pdf. Acesso em 19/11/2011.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p.166-176.

MURARI, Luciana. **Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922)** - São Paulo: Alameda, 2009.

PINHEIRO, Rachel. **O que nossos cientistas escreviam: algumas das publicações em ciências no Brasil do século XIX**. Tese de doutorado. Campinas / SP.: [s.n.], 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.209-244.

critérios científicos de então, uma das províncias menos e/ou erroneamente conhecida do Império brasileiro.

Percebemos a partir do teor dos apontamentos como os naturalistas sentiam a necessidade de conhecer melhor a natureza e a cultura da província, afim de que esse conhecimento servisse de instrumento para colocá-la sob maior controle do Império, articulando-a a Corte imperial. A atuação da Comissão Científica representava também uma tentativa de harmonizar os conflitos e neutralizar as forças políticas opositoras existentes no Ceará. Para tanto, escreveram sobre o Ceará apontando símbolos e elementos da cultura, da natureza e da história cearense, categorizando o povo, definindo as especificidades dos tipos locais, catalogando, explorando, coletando amostras, descrevendo, classificando, enfim, delineando características e uma identidade para o Ceará que refletia os propósitos da identidade brasileira que se construía através da Ciência e da escrita da História nacional.

Torna-se responsabilidade da História, enquanto ciência que se dedica ao estudo da atuação cultural, social, econômica, política dos homens em suas temporalidades, dedicar-se à apreciação dos escritos elaborados pelos cientistas que compunham a Comissão Científica de Exploração e o alcance que tiveram seus resultados na composição de uma identidade, de uma representação sociocultural e histórica da Província do Ceará, do próprio Brasil e das Ciências no Segundo Império. Afinal, trata-se da construção de um discurso científico que caracterizou o Ceará e sua gente conforme as teorias científicas e sociais em voga na segunda metade do século XIX e que favorecia a legitimação de uma unidade nacional brasileira almejada no período imperial, especialmente no reinado de D. Pedro II. Propomo-nos investigar o olhar, o descrever, o analisar dos científicos da Comissão sobre o Ceará na segunda metade do século XIX; olhar esse que se enuncia como externo, direcionado por um discurso e uma prática que visava apresentá-lo à Corte, ao Brasil civilizado, estabelecendo a definitiva integração da província ao projeto de constituição da Nação elaborado pelo IHGB, com o apoio do governo imperial. Afinal, o Ceará, entre outras províncias do Norte, fazia parte do Império desconhecido, temido e que não produzia rendimentos satisfatórios. O momento histórico, político, social e cultural da nação tornava necessário um conhecimento maior dessa parte do Brasil, pois conhecer significava ter a possibilidade de melhor controlar e tornar rentável. Além disso, a Ciência nacional encontrava-se em vias de constituição e legitimação e fornecia os meios adequados para consolidar a identidade soberana e independente desejada para o país. E essa ciência defendia que o conhecimento do território brasileiro deveria ser realizado por brasileiros.

Os objetivos das ciências naturais confundiam-se com os da prática política, cultural e econômica do Império, mesmo porque “a Ciência é parte da cultura como qualquer outra manifestação e mantém relações estreitas de interdependência com as esferas do político, do social, do econômico e do cultural.”⁴ O entendimento de como estava composta a comunidade científica brasileira em meados do século XIX, tendo em vista o sistematizado esforço que era feito para consolidar as instituições científicas e culturais, através de um processo de afirmação do que seria uma Ciência Nacional torna-se essencial para compreendermos o papel relevante que os recursos naturais tinham como símbolo de afirmação do Império, afinal, a construção da nacionalidade brasileira não se daria sem o respaldo de pesquisas científicas que informassem o que se tinha no solo e no subsolo do país, bem como definissem e categorizassem seus habitantes. Conhecer a natureza e os povos brasileiros através das Ciências seria a forma mais adequada para alcançar esse intuito, dando suporte ao projeto político de constituição da nação brasileira.

A partir da segunda metade do século XIX os estudos em ciências no Brasil iriam alargar-se. É nesse momento que as Ciências naturais ganham força no meio da elite letrada, de acordo com Domingues,

As ciências naturais, através da botânica, da zoologia, da mineralogia, da geologia e, principalmente da geografia, da astronomia e da etnografia (pois o conhecimento dos povos do interior era condição para alargar as fronteiras), dariam suporte e se desenvolveriam inseridas no processo político de consolidação e afirmação do estado-nação brasileiro⁵

Muitas instituições e homens iriam dedicar seus esforços em recolher, preservar, pesquisar e divulgar a história nacional, afinal, tinha-se o anseio de propiciar ao Brasil a ultrapassagem da condição de “um país recém saído do estado de colônia, percebido pelo olhar europeu como desprovido de história, e, portanto de uma das condições fundamentais para a civilização.”⁶ Além de obscurecer o passado colonial, a jovem nação necessitava “apagar as lendas de desconhecido dos mapas do Brasil e da natureza brasileira,

⁴ FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. **Para pensar as vidas de nossos cientistas tropicais**. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 235.

⁵ DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. **Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX**. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 57.

⁶ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte**. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Accsses, 2001, p. 2.

delimitar fronteiras, integrar o país à civilização.”⁷ Diante dessa realidade, a construção da nacionalidade brasileira não se daria sem o respaldo de pesquisas científicas, afinal, situar e conhecer o que detinha a natureza e o povo era objetivo das Ciências Naturais, ao mesmo tempo em que era objetivo da política imperial.

Foi ao longo do século XIX que passou a existir no Brasil um conjunto de condições que conferiram aos profissionais das ciências, especialmente as naturais, uma identidade específica: “sistema de formação, carreira definida, título profissional, status social.”⁸ Diversos espaços de atuação científica seriam responsáveis por fortalecer a atividade científica brasileira, realizada por brasileiros, o desempenho de instituições como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN⁹, a Sociedade Velosiana¹⁰, a Palestra Científica¹¹, o

⁷ LOPES, Maria Margareth. **O local musealizado em nacional: aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil.** In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). **Ciência, civilização e império nos trópicos.** Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 82.

⁸ FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. **Ciência e tecnologia no Brasil Imperial.** Varia História, Belo Horizonte, vol.21, nº 34, 2005, p.439.

⁹ Criada em 1927, a SAIN tinha como maior objetivo desenvolver a indústria brasileira. Era, como tantas outras sociedades da época, uma comunidade que se propunha científica. Para desenvolver a indústria brasileira a principal ação defendida por seus integrantes era explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação econômica e social do país, fomentando práticas, procedimentos que possibilitassem desenvolvimento econômico e conquistas científico-tecnológicas. Ligada ao Ministério dos Negócios do Império, funcionava como órgão consultivo do Estado. Seu quadro de associados era composto, em sua grande maioria, por políticos, literatos, homens de negócio e cientistas, boa parte deles especialistas em Ciências Naturais, que se dedicavam ao estudo dos problemas econômicos e a proposição de soluções, tanto no campo prático, como na da formulação de ações diretas do Estado para resolver esses problemas. Cf. BARRETO, Patrícia Regina Côrrea. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens.** Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGOREVISADO.pdf.

¹⁰ Fundada e presidida por Francisco Freire Alemão, a Sociedade Velosiana de Ciências Naturais teve sua primeira sessão em 18 de outubro de 1850. A idéia de Alemão era formar uma associação que reunisse naturalistas na capital do Império para "indagar, coligir e estudar todos os objetos pertencentes à história natural do Brasil; e juntamente averiguar e interpretar as palavras indígenas, com que forem designados" (Artigo 1º dos seus estatutos publicados na *Gazeta dos Hospitais do Rio de Janeiro*). O Museu Imperial e Nacional, através de seus membros teve atuação fundamental na criação da Sociedade Velosiana como forma de promover o intercâmbio entre as províncias distantes e a capital do Império, no que se refere à produção das ciências naturais na época. Os objetivos da Sociedade Velosiana acabaram sendo absorvidos pela atuação do IHGB, que tinha como projeto a investigação de todos os aspectos da história do Brasil, incluindo sua história natural, responsabilizando-se assim pela elaboração da história oficial do país. Embora a Sociedade não tenha mantido um periódico próprio, os artigos científicos de seus sócios foram publicados no *Guanabara*, revista mensal artística, científica e literária dirigida por Joaquim Manuel de Macedo, Antônio Gonçalves Dias, Manuel de Araújo Porto Alegre, que circulou de 1851 a 1855. In: Sociedade Velosiana de Ciências Naturais. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 11/11/2010. Online. Disponível na Internet: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/socvelrj.htm>.

¹¹ A Palestra Científica foi instituída em 1856, na Escola Militar, por Guilherme de Capanema e deveria ocupar-se do estudo das ciências físicas e matemáticas e alargar o alcance dessas ciências no Brasil. A influência de Capanema junto ao Imperador possibilitou à Palestra um veículo para a divulgação de suas ideias e trabalhos - a *Revista Brasileira*, periódico de ciências, letras e artes. Por ter um meio de publicação próprio a Palestra alcançou um âmbito mais largo que a Sociedade Velosiana e contou com a colaboração dos maiores nomes das ciências, letras, artes e política da época. Cf. FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. **Ciência e tecnologia no Brasil Imperial.** Varia História, Belo Horizonte, vol.21, nº34, p.437-455.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)¹², O Museu Nacional¹³, o Arquivo Nacional¹⁴ e o Jardim Botânico¹⁵ foram essenciais para a consolidação dos estudos em Ciências no país, foi nesses espaços que o projeto de construção de uma memória nacional e de formação de uma identidade soberana foi pensado, debatido e publicizado, através de suas reuniões e textos disponibilizados nos jornais e nas revistas de interesse geral e nas de caráter puramente científico. O grupo científico que se formou nesse momento, do qual faziam parte Guilherme Schuch de Capanema, Manuel Ferreira Lagos, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo, Francisco Freire Alemão, entre outros, empenhou-se na realização de uma expedição científica exclusivamente formada por brasileiros para coletar amostras da fauna, flora, solo e elementos da cultura material e imaterial da gente do Brasil que seriam transformadas em objeto de experimentos, estudos e relatos científicos, concedendo respaldo ao processo de desenvolvimento e engrandecimento da nação.

A permanência da Comissão no Ceará, entre fevereiro de 1859 e julho de 1861, rendeu uma série de estudos sobre as experiências vividas na Província. Todos os chefes de Seção

¹² Fundado em 1838, o Instituto consistia na mais importante instituição cultural do Império. Colocado sob a proteção do Imperador desde os primeiros meses de sua existência, proteção essa que significaria ajuda financeira para a instituição, o IHGB acolhia as figuras mais expressivas das Ciências, da Literatura e das Artes do país. Ao longo deste trabalho discutiremos vários aspectos do papel que o IHGB teve no processo de consolidação das ciências e da nação no século XIX. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Tese de doutorado. In: Revista do IHGB, Rio de Janeiro, vol.156(388), jul/set. 1995, p.459-613.

¹³ O Museu Nacional, durante o século XIX, foi a instituição que mais desenvolveu pesquisas em ciências naturais, “constituindo redes de sociabilidade, os diretores do Museu Nacional foram sócios atuantes do IHGB e responsáveis ao lado de outros naturalistas e interessados nas práticas das ciências naturais, das demais instituições da Corte, como a Sociedade Vellosiana, pelas principais iniciativas científicas nesse campo, no período” (LOPES, Maria Margareth. **O local musealizado em nacional** – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p.85). O museu nacional vai se constituir no pólo aglutinador do conjunto de iniciativas que vão viabilizar a consolidação das ciências naturais no Brasil. Segundo Margareth Lopes, “o Museu Nacional tanto se constituiu na busca de representações da nação, naquilo que ela tem de universal, de válido para todo o homem civilizado, onde nacional significa civilização, valores universais a serem comumente partilhados, como no que significa o singular e o específico nos traços que individualizam a construção de cada nação e a diferenciam das demais” (Idem, p. 94).

¹⁴ O Arquivo Público do Império foi criado em 1838. Estabeleceu-se na Secretaria de Estado dos Negócios do Império e tinha por finalidade guardar os documentos públicos. A sua criação, juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se somavam à Academia Imperial de Belas Artes, integrou o esforço para a construção de um Estado imperial forte, possuidor de todos os aparatos necessários para a construção de sua História autônoma e grandiosa. Em 1893 passa a denominar-se Arquivo Público Nacional, e em 1911 recebe a atual denominação de Arquivo Nacional. Cf. COSTA, Célia. **O Arquivo Público do Império**: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, 2000, p.217-231.

¹⁵ Em junho de 1808 foi criado o Jardim de Aclimação por D. João VI, Príncipe Regente na época, destinado a introduzir no Brasil a cultura de especiarias das Índias Orientais. Em meados do século XIX, quando a aclimação de vegetais exóticos deixou de ser o principal investimento por parte do governo, a botânica e sua aplicação na agricultura passaram a ser os principais interesses dos estudos realizados no Jardim Botânico, buscando a identificação e a melhoria das possíveis riquezas encontradas nas plantas do Brasil, de forma a apresentar novas propostas para o crescimento econômico do país. In: <http://www.jbrj.gov.br/historic/index.htm>. Acesso em 12/08/2011.

produziram relatos sobre as experiências nessas terras. Segundo Pinheiro¹⁶, Guilherme Schuch de Capanema, chefe da Seção Geológica e Mineralógica, além das *Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Geológica e Mineralógica* e do *Relatório da Seção Geológica*, produziu alguns artigos sobre a seca: *As secas do Ceará*, *Apontamentos sobre a seca do Ceará* e *A seca no Norte*. Redigiu também, entre os anos de 1860 e 1862, sob o pseudônimo de Manoel Francisco de Carvalho, 32 artigos que foram publicados no jornal *Diário do Rio de Janeiro* intitulados *Ziguezagues da Seção Geológica da Comissão Científica do Norte*. Relacionado à cultura cearense, escreveu os *Apontamentos acerca das bebidas fermentadas, usadas pelos indígenas do Ceará*. Francisco Freire Alemão, presidente da Comissão e chefe da Seção Botânica, escreveu as *Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Botânica*, o *Relatório da Seção Botânica*, três folhetos sobre a *Flora Cearense* e vários outros apontamentos, como um *Diário de Viagem*¹⁷ e *Notas documentais*¹⁸

¹⁶ PINHEIRO, Rachel. **As Histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) nas cartas de Guilherme Schuch Capanema**. Dissertação de Mestrado. Campinas / SP, [s. n.], 2002.

¹⁷ O **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão** consiste de 16 itens (código I-28, 8, 1 ao código I-28, 8, 14 da Biblioteca Nacional): Notas sobre Fortaleza e Pacatuba – 30/03 a 03/08 de 1859; Viagem de Fortaleza a Aracati – 16 a 24/08 de 1859; Notas sobre a Vila de Aracati – 29/08 a 14/09 de 1859; Viagem de Aracati ao Crato – 15/09 a 06/10 de 1859; Viagem de Icó ao Crato – 04/11 a 08/12 de 1859; Estada no Crato – 08/12 de 1859 a 29/01 de 1860; Viagem ao Exu, Jardim e Barbalha pela chapada do Araripe – 30/01 a 08/02 de 1860; Estada no Crato – 09/02 a 08/03 de 1860; Viagem do Crato a Pacatuba – 08/03 a 20/04 de 1860; Estada em Fortaleza – 23/05 a 27/06 de 1860; Viagem do Ceará ao Rio de Janeiro no vapor Cruzeiro do Sul – 27/06 a 07/07 de 1860; Volta do Rio para o Ceará – 24/08 a 09/09 de 1860; Viagem da Fortaleza até a Serra Grande – 09/10 de 1860 a 02/03 de 1861; Estada em Fortaleza – 03 a 27/04 de 1861; Estada em Fortaleza – 27/04 a 13/07 de 1861; Viagem do Ceará para o Rio de Janeiro – 13 a 24/07 de 1861. Esses itens fazem parte dos *Papéis da expedição ao Ceará* da coleção de manuscritos de Freire Alemão, que estão sob a guarda da Biblioteca Nacional. Essa coleção inclui vários documentos que pertenceram ao botânico, entre eles os *Estudos Botânicos* (1834 – 1866) em 17 volumes, a *Flora cearense* (1859 – 1861) em 9 volumes e as *Correspondências ativas e passivas*. Esses documentos foram catalogados e, em parte, transcritos por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha, tendo sido publicados em 1961 no volume 81 dos Anais da Biblioteca Nacional - *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*. Consistem em mais de 900 itens documentais distribuídos em 10 séries temáticas, compreendendo: documentos biográficos, correspondência ativa, correspondência passiva, correspondência alheia, miscelâneas científicas, monografias e comunicações, estudos botânicos, papéis da expedição ao Ceará, notas várias, documentos interessantes e trabalhos de autoria alheia, além de vários desenhos. Segundo o catálogo elaborado por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha em 1961, os papéis da expedição ao Ceará pertencentes ao acervo obedecem a seguinte classificação: 1) Diário, 2) Notas e Informações, 3) Notas Documentais e 4) Desenhos. À exceção do fragmento publicado nos Anais da Biblioteca Nacional (vol. 81, 1961) - Notas sobre Fortaleza e Pacatuba – 30 de março a 03 de agosto de 1859, grande parte do Diário de Viagem de Freire Alemão foi publicada pelo Museu do Ceará, nos volumes 3 e 4 da Coleção Comissão Científica de Exploração, em 2006 (vol. 3) e 2007 (vol. 4). Essa parte do Diário publicada pelo Museu corresponde ao primeiro dos dois longos périplos do naturalista pelo interior cearense, de março de 1859 a julho de 1860, momento em que se ausenta do Ceará por dois meses, indo ao Rio de Janeiro para cuidar de assuntos pessoais. O restante da documentação catalogada como Diário, que compreende as anotações feitas entre a volta do Rio ao Ceará em agosto de 1860 e seu retorno definitivo à Corte em julho de 1861, foi publicada em 2011 pela Fundação Waldemar Alcântara através do projeto obras raras – coleção biblioteca básica cearense, que reúne também a primeira parte publicada anteriormente pelo Museu do Ceará. Sendo assim, podemos dividir o Diário da viagem ao Ceará de Freire Alemão em três partes: a primeira corresponde as suas anotações feitas no período entre a chegada ao Ceará em março de 1859 até a saída de Fortaleza rumo ao interior cearense em agosto de 1859 (essa parte foi publicada pela Biblioteca Nacional); a segunda corresponde ao início da viagem pelo interior do Ceará em agosto de 1859 até a sua ida à Corte em junho de 1860, tendo sido essa parte publicada em dois volumes pelo Museu do Ceará; e a terceira que contém os escritos feitos entre a volta ao Ceará em agosto de 1860 até a saída definitiva da

sobre o Ceará. Da Seção Botânica também saiu as *Considerações sobre as plantas medicinais*, escritas por Manoel Freire Alemão, adjunto da Seção botânica e sobrinho de Francisco Freire Alemão. Manoel Ferreira Lagos, responsável pela Seção Zoológica, escreveu o *Relatório da Seção Zoológica, as Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Zoológica* e um estudo sobre as *Observações de costumes, de preconceitos, de usos, de festas populares, e até de palavras especialíssimas e de significação exclusiva da população menos civilizada do Ceará*, contendo um capítulo sobre a *Linguagem popular do Ceará*, que, segundo Renato Braga (2004), seria a primeira contribuição literária ao folclore cearense. Rachel Pinheiro (2002) nos informa que esse ensaio foi lido no IHGB, mas não chegou a ser publicado na Revista do Instituto. Não se sabe, atualmente, o destino que foi dado a esse texto de Lagos. Giacomo Raja Gabaglia, chefe da Seção Astronômica e Geográfica, escreveu sobre o problema dos portos marítimos de Fortaleza – *Porto da cidade da Fortaleza ou do Ceará*, além da monografia *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará*. Antônio Gonçalves Dias, nome escolhido para chefiar a Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem, escreveu uma série de *Cartas enviadas ao jornal do Commercio do Rio de Janeiro durante sua estadia no Ceará como membro da Comissão Scientifica*, publicadas sob esse título em 1924 pela Revista do Instituto do Ceará, o *Proêmio e a Parte Histórica dos Trabalhos da Comissão Científica de exploração*¹⁹.

província em julho de 1861, publicada juntamente com a segunda parte pela Fundação Waldemar Alcântara. Temos a nossa disposição essa terceira parte transcrita do original pertencente à Biblioteca Nacional. A escrita deste trabalho foi iniciada antes da publicação da última parte do Diário, sendo assim, as citações dessa fonte foram sendo feitas a partir dos volumes publicados pelo Museu do Ceará e as das folhas correspondentes à terceira parte foram transcritas do documento original pertencente à Biblioteca Nacional, sendo indicada em todos os casos a folha na qual a citação aparece no manuscrito. Na revisão final da dissertação resolvemos substituir a indicação dessas referências e usar o volume publicado pela Fundação Waldemar de Alcântara em 2011 como base para as referências ao Diário de Freire Alemão, já que essa publicação reúne em um só volume a segunda e terceira parte do Diário de campo do botânico, ou seja, a parte publicada pelo Museu do Ceará e a que ainda estava sem publicação. As citações retiradas dessa fonte aparecem com a indicação da folha do Diário manuscrito e a página na qual aparece nessa obra publicada em 2011. Portanto, as citações da primeira parte do Diário aparecem, a partir da segunda vez que forem referenciadas, da seguinte forma: ALEMÃO, **Notas sobre Fortaleza e Pacatuba**, 1961, p. _____. E as da segunda e terceiras partes, assim: ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha ____, p. ____.

¹⁸ **Notas documentais de Francisco Freire Alemão** – Papéis da expedição ao Ceará. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961. p.235-346. Essas notas e informações escritas por Freire Alemão obedecem ao mesmo padrão do Diário, no entanto não foram escritas em uma sequência temporal organizada dia após dia como as notas que compõem o Diário, por isso figuram parte na catalogação de Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. Nesses documentos encontramos as impressões do botânico a respeito de vários hábitos e costumes do cearense, além das descrições de algumas vilas e cidades, englobando aspectos da História, das habitações, dos hábitos alimentares, festivos, culturais e sociais desses lugares, além de descrições botânicas da flora por ele analisada.

¹⁹ Os **Trabalhos da Comissão Científica de Exploração** reúnem os principais escritos oficiais da Comissão. Neles encontramos as instruções de viagem de todas as seções, o proêmio e a parte histórica escritos por Gonçalves Dias e os relatórios das Seções Botânica, Zoológica e Geológica e Mineralógica. Essa documentação traz importantes informações sobre a formação da Comissão e relatos acerca dos resultados produzidos e

Interessa-nos os escritos através dos quais esses estudiosos discursaram sobre a viagem às terras cearenses. Pretendemos compreender que tipo de discurso sobre o Ceará foi produzido, que visões acerca dessas terras foram delineadas nos estudos feitos pelos cientistas que por dois anos percorreram o sertão, as serras e o litoral cearense, enquanto membros de uma expedição oficial de investigação e exploração.

No entanto, focaremos nossa atenção nos escritos de Freire Alemão e Capanema, sendo elencados como fontes primordiais dois documentos: o *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão* e os *Ziguezagues da Seção Geológica da Comissão Científica do Norte*. Escolhemos trabalhar especificamente com esses dois cientistas por serem os que mais escreveram sobre suas experiências nas terras cearenses, tanto em documentos oficiais da Comissão, que serviam como meio de informar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o governo imperial os resultados e ganhos da expedição: as instruções, os relatórios e os artigos divulgados na Revista do IHGB; como em escritos particulares, entre os quais inserimos as notas documentais e o Diário de Viagem de Freire Alemão e os Ziguezagues de Capanema. A produção escrita dos dois sobressai sobre os demais componentes da Comissão.

Além desses documentos, são de significativa importância para a pesquisa os *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*, que reúnem os principais escritos oficiais da Comissão, como as instruções de viagem de todas as seções, o proêmio e a parte histórica escritos por Gonçalves Dias e os relatórios das Seções Botânica, Zoológica e Geológica e Mineralógica.

apresentados pelos naturalistas. No *Proêmio* Gonçalves Dias explica o propósito de criação da Comissão, o porquê da escolha do Ceará como primeira província a ser visitada pelos naturalistas, a divisão em seções e o trajeto seguido pela Comissão nas terras cearenses. Enquanto um prefácio, esse escrito de Dias apresenta rapidamente os documentos que compõem os *Trabalhos da Comissão*. Na *Parte Histórica* são descritos os passos seguidos desde a criação da Comissão no IHGB, passando pela atuação da Comissão no Ceará, destacando as principais atividades e problemas enfrentados, até a volta ao Rio de Janeiro em 1861. Nesse documento encontramos um histórico geral da atuação da Comissão Científica, sendo primordial para termos noção do que aconteceu com os cientistas no Ceará e do encadeamento dos acontecimentos que os envolveram. As *Instruções de viagem* trazem o Registro das regras gerais a serem cumpridas pelos cientistas. Delimita as funções dos chefes de Seções e de seus adjuntos, que tipo de comportamento deveriam adotar no Ceará, as atribuições do Presidente da Comissão, delega a respeito da duração da Comissão, sendo o prazo de dois anos marcados pelo império como o tempo adequado e ressalta quais procedimentos deveriam ser tomados caso encontrassem alguma mina de exploração vantajosa para o Estado, reforçando que tal notícia deveria logo ser reportada para a corte, por um portador seguro com todas as informações que julgassem necessárias. As atividades que cada seção deveria executar no Ceará também são delineadas cuidadosamente. Os *Relatórios* apresentam os resultados alcançados pela expedição, divulgando os estudos feitos nas terras cearenses. Disponibilizamos desse material através da transcrição na íntegra do original feita por Renato Braga em sua obra *História da Comissão Científica de Exploração* (BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004), motivo pelo qual essa obra será bastante referenciada ao longo do trabalho. Os originais transcritos por Braga foram publicados em 1862 pela Tipografia Universal Laemmert (*Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862).

No Diário de Viagem de Freire Alemão encontramos registradas uma série de comentários, narrativas, observações e impressões relativas ao clima, relevo, hábitos alimentares, festas, topônimos, condições econômicas, disputas políticas, traçado urbano, aspectos da arquitetura, problemas internos da Comissão entre outros. O chefe da Seção Botânica e Presidente da Comissão documentou com riquezas de detalhes sua viagem pelo Ceará, atentando para os mais variados aspectos da vida no sertão. Segundo Silva Filho o Diário de Freire Alemão,

(...) é talvez uma das expressões mais relevantes, não exatamente por presumida fidedignidade ao visto e escutado, mas pela dinâmica intrínseca de seu desenrolar, dia após dia, escandindo impressões e argumentos sob o influxo do calendário e das pausas que prenunciam o seguimento da jornada. A sucessão das semanas e dos meses vem aqui acompanhada de chegadas e partidas, descortinando sítios e paragens outrora ignorados dos intelectuais da corte. Para ir ao encontro de um Brasil até então impermeável ao saber oficial foi imperioso aderir à experiência do deslocamento. No caso, movem-se o autor e suas anotações, estruturadas a partir dessa itinerância e nela concretizadas. O diário é, por conseguinte, não somente resultado dessa viagem, mas ele mesmo um registro da mobilidade em apreço e só por ela tornado possível.²⁰

O trajeto realizado pela Seção Botânica é evidenciado no Diário, Alemão destaca sua movimentação por povoados, vilas e cidades cearenses. Além disso, preocupava-se em anotar lembretes sobre as transcrições²¹ feitas de documentos que ele considerava importantes para a História do Ceará encontrados nas localidades, principalmente dos livros das câmaras, das paróquias, dos cartórios, artigos de jornais e revistas. Procurava os documentos escritos para compará-los aos depoimentos adquiridos nas conversações com o povo do sertão, predominantemente iletrado e fundamentado na tradição oral. No entanto, também fazia o contrário, buscando comparar dados coletados nos arquivos e paróquias com o depoimento de alguma testemunha ocular do acontecimento que investigava.

O Diário de Viagem representava para o naturalista viajante o espaço onde poderia anotar todas as experiências vividas em sua expedição. Mais que um livro de memórias, o diário funcionava como um campo de registro de possibilidades científicas que precisavam, em outro momento, serem analisadas. Para a ciência do século XIX, herdeira dos postulados do Iluminismo, a História Natural abrange todo o universo, sendo seu objeto tão

²⁰ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Nota Explicativa**. In: ALEMÃO, F. F. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.16.

²¹ Essas transcrições fazem parte das Notas Documentais dos Papéis da Expedição ao Ceará da coleção de Manuscritos de Freire Alemão que estão sob a guarda da Biblioteca Nacional, algumas delas foram publicadas nos Anais da Biblioteca que trata dos manuscritos de Freire Alemão, volume 81, 1961, p.235-346.

extenso quanto a natureza – os astros, o ar, animais, vegetais e minerais, em sua superfície e profundidade. Entre os animais estavam incluídos os homens, dos quais o comportamento e a língua eram características a serem classificadas e comparadas.

O naturalista viajante, afastado provisoriamente do seu gabinete de história natural, deveria coletar, armazenar, transportar e estudar minuciosamente os produtos encontrados, elaborar relatórios e diários, além de cuidar dos instrumentos necessários as circunstâncias da viagem. Deveria observar também o estado das povoações e indagar a sua história, religião, costumes, artes, economia, comércio, alimentos, medicina, indumentária, habitações, armas, guerras e funerais.²²

O termo viajante abriga, no período a que nos referimos, uma significativa variedade de sentidos: explorador, naturalista, cientista, topógrafo, historiador, até mesmo artista e escritor. As atividades e os olhares específicos a cada uma destas ocupações revelam diferentes formas de registro das experiências pelas quais passaram aqueles que viajaram pelo país, deixando assinaladas suas opiniões e observações, através da representação / reprodução escrita e/ou desenhada do que viram e ouviram.

Os apontamentos do cientista que observa de fora tanto a natureza quanto os homens aparecem impregnados de juízos valorativos, centrados na sua própria cultura, que no caso da Comissão, remete-se a cultura cidadina da Corte imperial de onde os cientistas eram provenientes. Apesar da postura e da preocupação em observar de um ponto de vista científico tudo aquilo com que se deparavam, nota-se que a ambiguidade com relação a objetividade aumenta quando se trata das observações dos grupos humanos. Ao observar as pessoas com as quais se teve contato e a variedade de costumes que o Ceará continha procurava-se classificá-las, enquadrá-la em algum tipo ou conceito, assim como faziam quando se deparavam com uma nova espécie animal ou vegetal. Junto ao olhar que se pretende neutro, que pretende analisar algo que lhe é exterior (tanto a natureza inanimada, como o mundo vegetal, animal e humano) aparece a emissão de opiniões subjetivas e particulares, alicerçadas nas visões de cultura, sociedade e ciência que cada um dos cientistas possuía, objetivando a produção de um discurso organizado, controlado e controlador. O relato do viajante pretende ser, antes de tudo,

um testemunho de boa fé, mas a dificuldade para o conhecimento dos homens torna-se maior e menos tranqüila do que em relação à natureza

²² MOREIRA LEITE, M. L. **Naturalistas Viajantes**. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, I (2): 7-19, nov. 1994 – fev. 1995, p.8.

exterior aos homens. Na verdade, ocorrem dois registros simultâneos, o do observador que se pretende idôneo e isento na transmissão do que vê, e o pessoal, que integra o impacto do novo e do diferente, que vai sendo construído e assimilado à medida em que é comparado com o que o viajante traz como bagagem cultural.²³

Assim como o Diário de Alemão, outro documento rico em análises sobre o Ceará são os Ziguezagues de Capanema²⁴. Compõe-se de 32 artigos escritos sob o pseudônimo de Manoel Francisco de Carvalho e publicados no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, entre setembro de 1860 e junho de 1862. Segundo Porto Alegre (2006), os escritos de Capanema cobrem apenas alguns meses da estada no Ceará (março a novembro de 1860), mais precisamente o período entre a viagem feita ao sul do Ceará e os preparativos para a segunda incursão, dessa vez ao norte da província. Ao longo dos artigos Capanema escreve sobre os costumes, a vida pública, descreve o solo, a vegetação, a fauna, a agricultura, as atividades comerciais, festividades e autoridades religiosas e características dos povoados; anota preços, comenta as movimentações durante as eleições, as leis, as jangadas, os índios, a cobrança de impostos, a segurança pública, as secas, as pescarias, a tentativa de aclimação dos camelos, compõe considerações filosóficas, políticas e científicas, entre outros aspectos.

Usando-se de um pseudônimo, Manoel Francisco de Carvalho, que se intitula servente da Seção Geológica da Comissão, Capanema expõe nos Ziguezagues, sem rodeios e sem amenidades, suas opiniões e críticas acerca do Ceará e da Científica. Utiliza-se do espaço comprado no jornal *Diário do Rio de Janeiro* para tratar de questões que vão da botânica à agricultura, da economia à saúde da população, da cultura à religião, da geologia à política da província, das disputas partidárias e familiares à paisagem natural do sertão. O tom da escrita

²³ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Sobre campo e cidade – olhar, sensibilidade e imaginário**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Tese de doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 1999.

²⁴ Os originais dos 32 artigos que compõem os Ziguezagues da Seção Geológica da Comissão Científica do Norte foram reproduzidos na íntegra e publicados em 2006, sob a organização da professora Maria Sylvia Porto Alegre, pelo Museu do Ceará, sendo o primeiro volume da Coleção Comissão Científica de Exploração. (CAPANEMA, Guilherme Schurch de. *Ziguezagues da Seção Geológica da Comissão Científica do Norte*. In: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 153-323. Coleção Comissão Científica de Exploração, 1). De acordo com a organizadora, “o documento começou a ser preparada a partir de uma cópia das edições do *Diário do Rio de Janeiro*, pertencente ao Dr. Lúcio G. Alcântara. [...] Num segundo momento compulsamos os originais do jornal, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a fim de completar algumas partes que estavam faltando, conferir datas e outros dados pertinentes, de modo a ter certeza de estar com o texto completo. Em meio ao trabalho, consegui localizar, na Seção de obras raras da Biblioteca Nacional, uma outra edição, encadernada sob a forma de livro, sem data e sem identificação do editor. [...] A versão final foi obtida pelo cotejo entre os originais e a essa segunda edição do texto, até então desconhecida, mas praticamente idêntica à primeira.” (PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.19) As citações dessa fonte neste trabalho são retiradas dessa edição e aparecem, a partir da segunda vez que forem referenciadas, da seguinte forma: CAPANEMA, **Ziguezagues**, 2006, p.____.

de Capanema é, na maioria das vezes, irônico, muitas são as censuras feitas ao governo e ao povo, chegando a colecionar alguns desafetos pessoais, que não esconde nas páginas dos Ziguezagues.

Esses dois documentos, o Diário de Viagem de Freire Alemão e os Ziguezagues de Capanema, oferecem valiosas informações acerca do Ceará nos oitocentos. Os dois científicos percorreram as mais variadas porções do território da província: do vale do Jaguaribe ao Cariri; do Acaraú aos Inhamuns; do Maciço de Baturité a Serra da Ibiapaba. Observaram, anotaram, coletaram, reuniram, classificaram e elaboraram, sobre bases científicas, estudos sobre o clima, o relevo, a fauna, a flora, condições hidrográficas, aspectos econômicos, etnográficos, costumes e tradições da população cearense.

Freire Alemão e Capanema escreveram textos ricos em informações sobre o Ceará, nos seus mais variados aspectos: humanos, naturais, culturais, políticos e religiosos. Partilhavam um ideal: desvendar o Ceará, legitimando a capacidade e competência da ciência brasileira e articulando o centro do governo imperial com suas províncias mais distantes. Estavam alinhados ao projeto de integração do país, à afirmação de uma comunidade científica nacional, à construção de uma identidade, de uma história brasileira unânime e valiosa. Segundo Rios, “a vinda da Comissão Científica decretava a definitiva integração da província do Ceará ao projeto de constituição da nação brasileira”²⁵. O envolvimento do Ceará na Confederação do Equador em 1824, assim como na Revolução Pernambucana de 1817, representava um aspecto delicado da política imperial em relação a essa província. Os trabalhos da Comissão Científica representavam também uma tentativa de neutralizar as forças divergentes existentes no Ceará. A partir da atuação dessa expedição “o Ceará passaria a figurar em todas as letras do alfabeto das instituições imperiais, como o IHGB e o Museu Nacional, afinal no ano de 1859 já ocupava primordialmente a letra ‘S’ em verbetes como Seca e Subversão.”²⁶

Entendemos que os científicos membros da Comissão lançaram seus olhares sobre o clima, o relevo, os hábitos alimentares, as festas, os topônimos, as condições econômicas, as disputas políticas, o traçado urbano, os aspectos da arquitetura, o ambiente dos saraus, a presença cotidiana dos escravos, as conversas nas calçadas, a graça de moças e crianças, a sonoridade da fala popular, os serviços prestados nos povoados e vilas, enfim, delinearam as

²⁵ RIOS, Kênia Sousa. **Apresentação - A Comissão Científica e a seca do Ceará**. In: **A seca no Ceará**: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.11.

²⁶ *Ibid.*, loc. cit.

singularidades do viver no Ceará na segunda metade do século XIX, assim como descreveram os problemas internos da Comissão.

O recorte temporal privilegia o período que se estende de 1857, pois é nesse ano que a província do Ceará aparece pela primeira vez referenciada nos documentos da Comissão - momento de sua escolha como primeiro pouso para os estudos científicos no Norte brasileiro, a 1878, sendo esse o ano em que é publicado o artigo *Apontamentos sobre secas do Ceará de Capanema*, última publicação feita sobre o Ceará por um dos membros da já extinta²⁷ Comissão Científica de Exploração de que temos notícia. Como nos interessa primordialmente os escritos de Alemão e Capanema e levando em consideração todo o apanhado que fizemos desses escritos, definimos assim nossos marcos temporais.

Nosso trabalho divide-se em três capítulos. Trataremos no primeiro capítulo como a própria Comissão Científica foi abordada, como sua formação, organização e atuação fizeram-se presentes nos apontamentos de seus integrantes. A história da Comissão Científica tem sido matéria de estudos de muitos pesquisadores nos últimos anos, muitos aspectos tem sido tratados, discutidos, no entanto, pretendemos nos debruçar aqui especialmente nos acontecimentos e experiências que foram objeto da atenção de Freire Alemão e Capanema e que foram escolhidos por eles para comporem suas representações e memórias escritas sobre a viagem ao Ceará. Dos êxitos aos problemas, passando pelas vivências inusitadas e questionáveis, esse capítulo traz a Comissão por ela mesma, na letra de seus componentes.

No segundo capítulo ocupa nossa atenção primordial o elemento natural da província do Ceará, já que a natureza constituía o principal objeto de catalogação e estudos dos cientistas. Os apontamentos sobre a vegetação, o solo, o clima, a fauna, a flora, o relevo, a pesca, a agricultura, os produtos agrícolas, as riquezas minerais, os invernos e as secas apontam para os referenciais científicos e teóricos que direcionavam e influenciavam o trabalho desenvolvido pelos naturalistas da Comissão. Objetivamos aqui analisar como a natureza cearense foi estudada por eles e como esses estudos são evidenciados em seus escritos durante e após a expedição nas terras cearenses; quais usos e proveitos foram apontados e como deveriam ser explorados esses recursos, tendo em vista fortalecer a indústria e os recursos materiais da nação.

Após as análises sobre a natureza, nosso terceiro e último capítulo foi escrito pautado nas descrições das gentes e das vilas e cidades cearenses presentes nas fontes. Trataremos dos modos de viver no sertão. Os relatos sobre usos, costumes e tradições nos

²⁷ De acordo com Braga (2004), em 1867 a Comissão aparece oficialmente pela última vez no Relatório do Ministro do Império.

escritos dos científicos são abundantes, a linguagem, o imaginário, a religiosidade, as festividades, as vestimentas, a alimentação dos cearenses são observados e descritos sob um olhar analítico e que procura listar seus aspectos potenciais e deficitários. Objetivamos estudar que símbolos, que elementos esses cientistas usaram para construir e delinear uma identidade cultural e histórica para o Ceará concernente com o projeto de instituição e afirmação de uma identidade nacional homogênea, que procura ser original e independente da europeia, mas que está alicerçada nos mesmos moldes de civilização disseminados pela Europa. O olhar exógeno do naturalista viajante aponta as potencialidades, assim como indica os caminhos a serem seguidos para se chegar ao almejado progresso.

Conhecida nossa trajetória e problemática, reveladas nossas fontes, indicados os percursos a serem seguidos, estamos preparados para embrenharmo-nos nas letras dos papéis de Freire Alemão e Capanema sobre o Ceará.

CAPÍTULO 1

FAZER CIÊNCIA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ

Viajar, estudar e escrever - eis três ações indispensáveis no desenvolvimento do trabalho de um naturalista no século XIX. A viagem representava a possibilidade de entrar em contato com os elementos naturais (botânicos, zoológicos, minerais, geográficos, entre outros) e humanos de territórios distantes e desconhecidos, para estudá-los, classificá-los e delinear alternativas de exploração e dominação. Escrever e narrar as experiências adquiridas nessas viagens era uma prática constante e aconselhável, sendo sugerida nos manuais de História Natural produzidos pela ciência do século XIX, herdeira dos pressupostos do Iluminismo.

Esses manuais de História Natural circulavam pela Europa desde meados do século XVIII. Para os naturalistas luso-americanos, responsáveis pela disseminação desses pressupostos no Brasil, “a adesão aos sistemas classificatórios e à nomenclatura propostos por Lineu operaram como porta de entrada ao circuito internacional da história natural.”¹ Domenico Vandelli e Frei Velloso, por exemplo, adotaram critérios científicos estabelecidos por Lineu, especialmente os relacionados às classificações botânicas e taxonômicas. De acordo com Kury (2011), Lineu² e seus discípulos envolveram-se com a aplicação utilitária dos três reinos naturais e rebateram críticas da época - século XVIII - contra a história natural, acusada de ser apenas uma curiosidade fútil, para eles, investigar seres e coisas aparentemente inúteis levaria os homens a conhecerem a ordem do mundo e a utilidade de todas as coisas. “A obra lineana é um conjunto poderosamente articulado de métodos, pressupostos filosóficos e intervenções práticas que se tornou uma forte referência para a história natural na Europa e nas Américas.”³ As teses e viagens de Lineu serviram de exemplo para muitas experiências posteriores. No bojo dessas atividades em história natural forjada no século das luzes estava o objetivo de mapear todo o planeta terra e dessa forma permitir conhecer, coletar, classificar e

¹ KURY, Lorelai. **As viagens luso-americanas e as práticas científicas do século das luzes**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p.02. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300895704_ARQUIVO_instrucNPQ.pdf. Acesso em 19/11/2011.

² Botânico, zoólogo e médico sueco, criador da nomenclatura binomial e da classificação científica, considerado o pai da taxonomia moderna. “Professor da Universidade de Uppsala e servidor de Adolfo Frederico e da rainha Louisa Ulrica. Lineu estabeleceu uma das mais sólidas e importantes redes científicas do século XVIII: entre seus correspondentes figuravam sábios e notáveis de toda a Europa, como Bernard de Jussieu, Catarina II da Rússia, José Francisco Corrêa da Serra, Joseph Banks e Domenico Vandelli. A ciência lineana deixou marcas duradouras na história natural europeia e americana, mas Lineu não foi apenas o sistematizador da nomenclatura binomial e o proponente do sistema sexual para a classificação dos vegetais: o eminente naturalista foi também um “filósofo” da natureza e uma espécie de consultor do Estado e dos particulares no que se refere à produção agrícola na Suécia.” (KURY, 2011, p.02)

³ Ibid., p.04.

determinar usos e funções de produtos naturais úteis para a alimentação, para a vestimenta, para a ciência e para a indústria.

Segundo Thomas (1996), “para os cientistas formados nessa tradição, todo o propósito de estudar o mundo natural se resumia em que a Natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana.”⁴ Era usual considerar o mundo como feito para o homem e todas as outras espécies como subordinadas aos seus desejos. Um dos processos disseminados para que o homem alcançasse a total dominação foi o desenvolvimento de estudos científicos dos animais, da vegetação, dos minerais, do clima, do solo e da água.

A motivação inicial para o estudo da história natural foi de teor prático e utilitário. A botânica nasceu como uma tentativa de identificar os usos e virtudes das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura. Era convicção geral que cada parte do mundo das plantas tinha sido projetada para servir um propósito humano.⁵

Os estudos botânicos seriam responsáveis por conferir um uso pragmático para o mundo das plantas. Dentro de contextos científicos e comerciais essa atividade oferecia uma perspectiva útil, possibilitando explicações para o bom êxito ou não de determinadas práticas agrícolas, industriais, medicinais, ornamentais, como também demonstravam a necessidade do conhecimento e relacionamento do homem com as espécies vegetais. Conforme Dean (1991), a valorização da Botânica explica-se pelo fato desse ramo da Ciência está intimamente ligado à Agricultura, à Medicina, à Química, à Mineralogia e à Metalurgia, áreas que geravam preocupações explícitas por parte dos Estados, afinal, através desses conhecimentos era possível pensar políticas governamentais, seja para a melhoria da qualidade de vida da população, seja para proveito econômico das Nações.

Também eram de ordem prática os intentos da Zoologia. Os estudos dos animais eram estimulados para determinar se eles tinham alguma serventia ao ser humano, como alimento ou remédio; e se esses ou quaisquer outros usos deles poderiam ser aprimorados. Esse ramo da história natural seria essencial para determinar “o proveito que as artes, a medicina, a economia doméstica, poderiam tirar das numerosas legiões de viventes que povoam o ar, a água e a terra”⁶, observando e registrando as possíveis aplicações econômicas

⁴ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: companhia das letras, 1996, p.32.

⁵ Ibid., p.33.

⁶ LAGOS, Manoel Ferreira. **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Zoológica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, 2004, p.201.

e medicinais da fauna a ser explorada.

Ferreira (2006) nos informa que

A biogeografia, o estudo da distribuição das plantas e animais sobre o globo, torna-se, no mais, uma taxionomia das diferenças. Fazem-se pesquisas sobre as regiões geográficas. Formulam-se as ontologias identitárias das diferentes regiões. Classificam-se as especificidades da natureza dos continentes. A nova topografia da terra, com seus instrumentos de medida, mapas e métodos aritméticos, lastra as teorias de distribuição das espécies, analisa o conjunto das coleções sob as bases de metáforas políticas e imperialistas. As técnicas numéricas fornecidas pela estatística e pela demografia, pelo olhar estatístico generalizado que, nesse momento, abarca e contabiliza os minúsculos meandros dos Estados europeus, são largamente utilizadas para definir as ‘nações’ e ‘províncias’ de plantas e animais de uma região. Definem-se a estatística e a demografia das populações naturais de um território.⁷

Fauna e flora dos mais diversos espaços do planeta passam a ser observados como meios de determinar possíveis potencialidades materiais, outrossim, passam a ser apropriadas para além de seu valor de uso, mas pelo significado cultural e político a ser compartilhado pela coletividade, como formadoras de identidades e de sentimentos de pertença. Viajar para experimentar o contato direto com esses animais e vegetais, estudá-los minuciosamente e determinar seus usos e proveitos e divulgar esses estudos, escrevendo os relatos das experiências propriamente ditas e os tratados científicos pautados nos ditames da Ciência de então eram ações necessárias e incentivadas, sendo assim, a viagem científica aparecia como uma excelente proporcionadora da atividade científica em história natural, do desenvolvimento econômico das nações e da formação de identidades culturais próprias de cada extensão da Terra.

No decorrer do século XIX, mais especificamente na sua segunda metade, o Ceará, uma modesta província do Império do Brasil, foi palco de uma viagem científica que transportou para cá naturalistas que estudaram sua fauna, sua flora, seu solo, seus rios, suas pedras e sua gente e relataram através da escrita as experiências obtidas nessa parte do norte brasileiro. Em um desses relatos nos deparamos com a seguinte impressão:

O povo do Ceará (...) tem idéias muito falsas a respeito do Brasil: para eles Brasil é Ceará, e tudo o que não [é] cearense é estrangeiro. Têm êles para si que o Ceará é superior a tudo o mais, e só conhecem superioridade em outros povos pelos artefatos que eles admiram, e não concebem como se

⁷ FERREIRA, Lúcio Menezes. **Ciência nômade**: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 13, nº 2, p. 271-292, abr.-jun. 2006, p.275.

fazem. O seu país (Ceará) está todo minado de metais preciosos; e cheio de tesouros escondidos pelos Framengos, Jesuítas etc. etc. O país está cheio de tradições, em que acreditam religiosamente; e certificam com contos de fenômenos naturais, que já hoje se não vêem, ou que apenas ainda vislumbram em certos lugares e tempos, (...) são contos e tradições antigas, que têm a mesma origem, mas que impressionam mais por saírem da noite dos tempos revestidos de circunstâncias fantásticas e exageradas.⁸

A escrita denuncia incredulidade quanto a essa superioridade que o cearense denota, relegando esse sentimento ao estatuto de imaginação, revestida de “circunstâncias fantásticas e exagerada”. O que determina o tom dessa escrita; o que mais foi escrito, quem escreveu, para quê, por que, a mando de quem, em qual contexto histórico, baseado em que, a partir de que lugar físico e social? São questionamentos que norteiam esse capítulo, tendo como objeto central de estudo os escritos dos cientistas que viajaram pelo Ceará entre 1859 e 1861, estudando-o e mapeando-o, como integrantes da Imperial Comissão Científica de Exploração das províncias do Norte do Brasil. Vejamos adiante possíveis respostas a essas inquietações.

A instauração dessa expedição esteve diretamente aliada as vivências políticas, científicas e culturais do Império brasileiro, em vias de construção e legitimação. Imaginemos a literatura de viagem escrita pela Comissão Científica como um espetáculo, que ocupará o palco principal dessa apresentação, no entanto, vamos conhecer primeiramente o que está por trás desse palco, em outras palavras, tentemos compreender de imediato em que contexto a Comissão foi pensada, elaborada, preparada e entrou em atuação.

1.1. Ciência, Império e Nação: marcas de um projeto de civilização

A Comissão Científica de Exploração das províncias do Norte ou Comissão Científica do Império, ou ainda Imperial Comissão Científica de Exploração ou apenas Comissão Científica de Exploração, Comissão do Ceará ou até mesmo nomeações jocosas e depreciativas como Comissão das Borboletas e Comissão Defloradora⁹, são títulos diferentes para uma mesma experiência: uma viagem naturalista empreendida por cientistas brasileiros ao interior das províncias mais distantes da corte imperial na segunda metade do século XIX.

A viagem naturalista passou a ser considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em conhecimento científico e em produto

⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. **Conceitos populares a respeito de tesouros e riquezas do país**. In: DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.311.

⁹ Para fins de simplificação, a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte será referenciada nesse texto, a partir de agora, apenas como Comissão Científica, Comissão ou simplesmente Científica.

para o mercado. Através das viagens seriam desvendados seus mistérios e usos possíveis, elaborando-se um detalhado inventário do mundo natural. Mas essa concepção não era harmônica, apesar da intensa valorização da viagem para fins científicos, de acordo com Kury (2011), a comunidade científica não era unânime quanto a valorização do trabalho do viajante, esse serviço era destinado, muitas vezes, a naturalistas mais jovens, oficiais militares ou aventureiros em busca de riquezas ou entretenimento. Sendo, em alguns espaços de atuação dos cientistas, menosprezada a atividade de naturalista viajante.

As investigações em ciências naturais em princípios do século XIX aconteciam, principalmente, em dois espaços de atuação científica: o gabinete¹⁰ e a viagem. De acordo com Cuvier¹¹, o naturalista sedentário, aquele que atua especificamente no gabinete, “não vê a natureza em ação, mas ele pode fazer desfilar em frente de si todos os produtos; ele leva o tempo que quiser para examiná-los; ele pode acrescentar ao estudo fatos correlatos de diversas procedências.”¹². Já o naturalista viajante, ao percorrer diferentes lugares, pode entrar em contato e observar as coisas e os seres nos lugares onde a natureza os colocou, registrar suas impressões e coletar dados e material para o desempenho de sua atividade científica.

O viajante mede de maneira sistemática e precisa os fatores físicos que intervêm em cada lugar estudado, tais como temperatura, altitude, pressão, umidade, além de estudar os hábitos das principais espécies que compõem a paisagem na qual o naturalista se encontra.¹³

O método de trabalho preferido por Cuvier era o trabalho no gabinete, cercado por livros, manuais, coleções e amostras de espécies vegetais e animais, os estudos e classificações eram feitas e seus resultados divulgados para o público interessado em história natural: outros homens de ciência e curiosos em geral. Por outro lado, a abordagem de Alexander Von Humboldt¹⁴, por exemplo, importante influenciador das viagens naturalistas

¹⁰ Chamamos aqui de gabinete os espaços físicos de atuação científica, ou seja, laboratórios, museus, jardins botânicos, associações científicas, universidades, entre outros, todos eles destinados a investigação e produção científica, especialmente em ciências naturais. No gabinete, o trabalho de campo é substituído por bibliotecas, coleções, herbários, animais empalhados, estampas, desenhos, amostras, mapas e objetos.

¹¹ Cuvier era um defensor do trabalho no gabinete, teve oportunidade de acompanhar Napoleão Bonaparte na sua viagem ao Egito em 1798, mas preferiu ficar em Paris, segundo ele por razões científicas, afinal estava na capital da ciência e tinha a sua disposição tudo que precisava a respeito da história natural do mundo.

¹² Cuvier apud KURY, Lorelai. **Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista**: experiência, relato e imagem. História, Ciência, Saúde - Manguinhos, vol.8 (suplemento), 2001, p.864.

¹³ Ibid., p.865.

¹⁴ Geógrafo, filósofo, historiador e naturalista alemão. Importante defensor, incentivador e organizador de viagens naturalistas, viajou pela América do Sul, explorando-a e descrevendo-a entre 1799 e 1804 sob o ponto de vista científico. Influenciou vários viajantes-naturalistas que vieram ao Brasil, como Von Martius e Auguste Saint-Hilaire. Sua obra é referência constante para naturalistas de todo século XIX e princípios do século XX. A partir da sua expedição à América passou a ser considerado o cientista que lançou as bases das ciências físicas da

que vieram ao Brasil desde o período colonial, privilegiava o contato direto, a experiência do deslocamento, porém, cabia aos viajantes transformar as experiências e sensações em trabalho científico, ou seja, encaixar plantas e animais em classificações, transformá-los em herbários e animais empalhados que pudessem alimentar novos estudos e observações, do próprio coletor ou de outro cientista que atuasse em algum tipo de gabinete. O trabalho do viajante era primordial para o do naturalista de gabinete, assim como os estudos, tratados e classificações do naturalista sedentário eram essenciais para o naturalista viajante, apesar das disputas por influência e financiamentos entre sedentários e viajantes, os homens que faziam ciência no século XIX entendiam a importância do deslocamento, assim como desde os primórdios da configuração da ciência moderna entendiam a relevância dos trabalhos executados nos gabinetes.

Desde o período colonial o Brasil era alvo de curiosos e estudiosos europeus, muitas eram as riquezas naturais a serem observadas e cobiçadas na colônia portuguesa na América, no entanto, a coroa portuguesa nunca incentivou ou autorizou esses estudos, afinal o território lhe pertencia e só a Portugal interessava o que nele existia. Portanto, os relatos e estudos feitos por aqui não eram aprovados pela metrópole e muitos deles eram frutos de viagens de aventureiros ou nobres que visitavam a América para saciar sua curiosidade de ver e experimentar sensações no novo mundo. De acordo com Silva (2006), durante a segunda metade do século XVIII houve um grande esforço por parte do Estado português para “inventariar as riquezas do seu império – em especial o Brasil – por meio da ciência.”¹⁵ Com esse intento, juntaram-se ao governo instituições como a Academia Real das Ciências de Lisboa e o Museu da Ajuda. Nesse contexto, foram organizadas as Viagens Filosóficas que seriam responsáveis por fazerem um levantamento das possibilidades de explorações econômicas que o território brasileiro abrigava. Para coordenar essas viagens foi escolhido o primeiro lente de Química e História Natural da Universidade de Coimbra: Domingos Vandelli, e foram selecionados alguns naturalistas brasileiros que haviam concluído seus estudos na Universidade de Coimbra, logo, estavam aptos para desvendar e mapear sua terra natal. De acordo com Kury, as viagens organizadas por Vandelli inserem-se em um

geografia e da meteorologia. A abordagem humboldtiana da natureza defende que “impressões estéticas experimentadas pelo viajante em cada região faz parte de própria atividade científica e não podem ser substituídas por descrições ou amostras destacadas dos lugares onde foram coletadas. (...) O viajante mede de maneira sistemática e precisa os fatores físicos que intervêm em cada lugar estudado, tais como temperatura, altitude, pressão, umidade, além de estudar os hábitos das principais espécies vegetais compõem a paisagem na qual o naturalista se encontra.” (KURY, op. cit., p.865)

¹⁵ SILVA, Clarete Paranhos da. **Naturalistas e viajantes brasileiros**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Dossiê Cronistas e viajantes, nº 77, 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=14&id=122>. Acesso em: 22/09/2010.

período identificável como de predomínio das concepções da Ilustração luso-brasileira, marcado pelo pragmatismo científico e pelas tentativas de racionalização da exploração da natureza brasileira. Estas tentativas, capitaneadas pela Academia de Ciências de Lisboa e pelo Museu da Ajuda, dirigido por Domingos Vandelli, iam no sentido de substituir certos produtos importados por similares obtidos no Brasil, bem como de descobrir novas fontes de riqueza no território brasileiro.¹⁶

Através das viagens organizadas a partir do século XVIII, o Estado e a Ciência portugueses aspiravam apoderar-se das potencialidades do mundo natural brasileiro, executando e testando os conhecimentos difundidos pela Ciência iluminista. Vale ressaltar que Domingos Vandelli acreditava ser a viagem naturalista um dos caminhos mais apropriados para o conhecimento e desenvolvimento de um inventário da natureza e estabelecimento de métodos para sua proveitosa utilização pelo homem.

Dentre as viagens filosóficas que se realizaram no Brasil está a que Alexandre Rodrigues Ferreira realizou à Amazônia, entre 1783 e 1792, a de José Vieira Couto em Minas Gerais, a de José de Sá Bittencourt Accioli na Bahia, a de José Manuel de Sequeira em Goiás, as de Manuel de Arruda Câmara por Pernambuco, Piauí, Paraíba e Ceará, as de João Manso Pereira em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e a de João da Silva Feijó ao Ceará. Essas viagens, dentre outras funções e utilidades, transformaram o espaço natural do Brasil em objeto para a atividade e curiosidade científica.¹⁷

¹⁶ KURY, Lorelai. **Ciência e nação**: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Vol.2, jul.-out. 1998, p.268.

¹⁷ Entre os estudos que tratam dessas Viagens Filosóficas destacamos:

SILVA, Clarete Paranhos da. **Naturalistas e viajantes brasileiros**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Dossiê Cronistas e viajantes, nº 77, 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=14&id=122>. Acesso em: 22/09/2010;

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC, 1999;

MOREIRA LEITE, M.L. **Naturalistas Viajantes**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, I (2): 7-19, nov. 1994 – fev. 1995;

LOPES, Maria Margaret. **Culturas das Ciências Naturais**. Ciência e Educação, v.11, nº03, 2005, p.457-470;

DEAN, Warren. **A Botânica e a política imperial**: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, nº08, 1991, pp.216-228;

LAHUERTA, Flora Medeiros. **Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822)**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, núm. 218 (64), 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>. Acesso em 21/11/2011.

KURY, Lorelai. **Ciência e nação**: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Vol.2, jul.-out. 1998, pp.267-291;

KURY, Lorelai. **Homens de ciência no Brasil**: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Vol. 11 (suplemento 1), 2004, pp.109-129;

KURY, Lorelai. **Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista**: experiência, relato e imagem. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 2001, p. 863-80;

KURY, Lorelai. **As viagens luso-americanas e as práticas científicas do século das luzes**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em:

Após a chegada da Família Real ao Brasil, no início do século XIX, naturalistas estrangeiros passaram a ser aceitos e recebidos com mais facilidade por aqui e o próprio estado português passou a favorecer viagens exploratórias em sua colônia, agora residência oficial do rei e sede do governo e, a partir de 1815, elevada a categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Muitos viajantes passaram a percorrer o Brasil, realizando inventários da fauna, da flora, da geografia e dos habitantes do país. Mapas, diários, relatos, amostras, estampas, herbários eram produzidos e enviados para a Europa, promovendo estudos e auxiliando no reconhecimento e controle econômico e territorial do Brasil. Segundo Raminelli,

na regência do príncipe D. João, representações diplomáticas e comerciais instalaram-se no Rio de Janeiro, possibilitando o desembarque de naturalistas que, sob a orientação de Humboldt, produziram relatos e imagens que logo foram difundidos pelo mercado editorial europeu. O Brasil, assim, seria também “redescoberto” pela ciência oitocentista.¹⁸

Sérgio Buarque de Holanda (2004) também denomina esse momento em que viagens percorrem todas as regiões do Brasil de “novo descobrimento do Brasil”, instante no qual o olhar estrangeiro interioriza-se no meio da elite letrada, inserindo um conjunto de idéias e concepções que iriam forjar os primórdios de um pensamento científico brasileiro. Vale à pena ressaltar que a ciência praticada pelos naturalistas estrangeiros que se embrenharam pelos interiores do Brasil estava alicerçada nos pressupostos da Ciência iluminista, ciência essa que devia buscar descrever a totalidade de elementos que atuavam em um fenômeno local, difundindo conhecimento, elaborando tratados, instruções, descrições de técnicas, induzindo mudanças de hábitos e usos, uma ciência prática, voltada para o didatismo, preocupada em publicar e disseminar seus achados, em condensar as informações escrevendo e divulgando as pesquisas, fazendo-as conhecidas por um público de especialistas e leigos; uma ciência elaborada como uma atividade de grupos de pessoas em interação que procuravam também o reconhecimento dos pares e a propagação de suas investigações.

Outro aspecto que caracterizava essas viagens naturalistas de cunho iluminista era a relação que mantinham com os interesses do Estado. Kury (2011) ressalta que “a eficácia da história natural iluminista muito se deveu ao reconhecimento por parte das elites de que a

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300895704_ARQUIVO_instrucCNPQ.pdf. Acesso em 19/11/2011.

¹⁸ RAMINELLI, Ronald. **Viajantes**. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.713.

ciência auxiliava o poder público, tanto no que diz respeito à produção, aperfeiçoamento e circulação de riquezas quanto no que concerne ao gerenciamento da guerra.”¹⁹ As ciências passaram a ser fortes aliadas na gestão dos governos, afinal, o mundo das ciências não era uma esfera independente da política e da economia, as preocupações e soluções práticas que seus estudos possibilitavam eram de interesse de todas as esferas de organização da sociedade.

Thomas Lindley, John Luccock, Henri Koster, Jonh Mawe, J. E. Pohl, Daniel Kidder, Hercule Florence, Wied-Newied, Barão de Langsdorff, Riedl, Conde de Castelneau, Príncipe Maximiliano, Spix e Martius são exemplos de viajantes que passearam pelo Brasil inseridos nesse contexto. Provenientes de países como a Inglaterra, Prússia, Rússia, Baviera e Áustria, esses naturalistas produziram estudos em história natural das mais variadas regiões do país, fazendo registros sobre botânica, zoologia, comunidades e povos visitados, além de recolher coleções para vários museus de história natural.

Depois da Independência, o fluxo de viajantes estrangeiros esquadrihando os recursos naturais e humanos do país e difundindo conhecimento dentro e fora desse território aumentou. Alfred Wallace, Henri Bates, Ludwig Riedel, Georg Freyriess, Louis Agassiz, por exemplo, visitaram a nova nação e publicizaram conteúdos diversos sobre as experiências vivenciadas, tanto científicas, como pessoais.

Dentre essas expedições, algumas foram financiadas pelo governo, tanto brasileiro, como de seus países de origem, e outras foram financiadas por particulares. Alguns naturalistas brasileiros eram convidados a participarem dessas viagens, como auxiliares e colaboradores nas coletas e classificações do material recolhido na natureza. Apesar dessas participações, o papel desempenhado pelos brasileiros era obscurecido e os interessados em ciências naturais no Brasil ficavam a margem dos estudos de estrangeiros, e, como declarou Manuel Ferreira Lagos em 1856, o país era melhor conhecido por estrangeiros do que pelos cientistas nacionais. Lagos fez severas críticas ao fato do Brasil ser extremamente estudado por cientistas estrangeiros. De acordo com seu discurso, proferido na sessão do IHGB de 30 de maio de 1856, “era na Europa que se dava a conhecer o país, era mais fácil estudar o Brasil nos museus europeus do que nas instituições do Brasil.”²⁰

O século XIX, especialmente sua segunda metade, vai delimitar no Brasil o momento de sua afirmação enquanto uma nação soberana e independente. Após o processo de Independência abandonava-se a condição de colônia e passava a se constituir enquanto um

¹⁹ KURY, 2011, p.11.

²⁰ Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.12.

Império, um Estado-Nação²¹ que seguiria a partir de então com suas próprias pernas rumo à civilização e ao progresso. Delinear um perfil para o novo país, conferindo-lhe uma identidade transformara-se numa questão crucial. Pensar a nacionalidade significava lançar as bases políticas, históricas, culturais, naturais e sociais sobre as quais se ergueria a nação independente, para tanto, era necessário que fossem bases fortes, autônomas e singulares, consolidando um estado nacional dotado de uma identidade própria diante das outras nações e de acordo com os princípios que norteavam a organização da vida social no século XIX.

A formação de um Estado-Nação nessa época passava pela elaboração de um sentido, de uma identidade que congregasse e colocasse sob as mesmas bases de um sentimento de pertencimento os habitantes de um determinado território. E ao mesmo tempo que essa nação era limitada, era também soberana e denotava a existência de uma comunidade imaginada, “imaginada porque mesmos os membros da mais minúscula nação jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.”²² Segundo Anderson (2008), a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. Para Hobsbawn (1990), critérios como a língua, as etnias, a história, o território e traços culturais comuns foram utilizados para tentar definir ou não a existência de uma nacionalidade, sendo o conceito de nação, no sentido basicamente político, um fenômeno do mundo moderno. No caso da formação do Estado-Nação brasileiro, o sentimento de pertencimento e o reconhecimento de coisas em comum entre todos os habitantes do Império tinha que ser construído e fundamentado no conhecimento de tudo que compunha seu território.

A legitimação da nação brasileira seria forjada através da instituição de um passado glorioso e de uma História nacional total, unânime, valiosa e, para tanto, de acordo com Guimarães²³, tornava-se necessário para os intelectuais e políticos da época conhecer o Brasil em sua totalidade; desbravar sua natureza, cultura e história, conquistar o interior desconhecido e alargar as fronteiras habitadas e exploradas do país, além de esclarecer e educar a sociedade e criar nela um sentimento de amor à pátria e, assim, afirmar a unidade nacional. É nesse momento, que cientistas, literatos, historiadores, políticos e intelectuais

²¹ As categorias de nação, nacionalidade e nacionalismos foram temáticas importantes no século XIX. A questão do nacional e sua relação com a temática racial e de formação de identidades suscitaram diversos estudos e discussões. Anderson (2008), Hobsbawn (1990), Gellner (1983), Bauer (2000), Renan (1997) são alguns exemplos de estudos dedicados a temática nacional.

²² ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.33.

²³ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, RJ nº 1, 1988.

brasileiros irão dedicar seus esforços para a elaboração da identidade brasileira, para a afirmação cultural, para a construção da totalidade nacional e para a escrita da história nacional. Escrever a História da nação significava criar símbolos identitários, recolher e organizar documentos, desnudar o passado, passado que passou a ser acessível pela via do documento escrito e na sua forma de memória, convocar os sentidos e sentimentos do povo, seja no sentido pedagógico – educar as massas, focar no progresso, no futuro promissor, para a adesão a uma comunidade imaginada.

A iniciativa, tanto pública como privada, de criar instituições e sociedades científicas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (1838), a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN (1828), o Arquivo Nacional (1838), o Museu Nacional (1818), a Sociedade Vellosiana (1850), A Palestra Científica (1865) entre outros espaços científicos e educacionais nos permite identificar preocupações que circulavam pelos campos políticos, científicos, culturais e históricos do país, objetivando estabelecer no Brasil um ideário de nação que o enquadrasse nos moldes da civilização e do progresso propagados principalmente na Europa.

Nesse contexto, as investigações históricas, etnográficas, geográficas, botânicas, zoológicas, geológicas, mineralógicas e estudos sobre as raças, hábitos, línguas e costumes dos habitantes de todas as terras brasileiras apareciam como passos importantes a serem dados para a construção de um passado precioso para o Brasil, que deveria adquirir uma personalidade histórico-cultural própria, e na construção dessa personalidade a natureza brasileira, natureza essa que desde as primeiras visitas dos viajantes que fizeram dela objeto de observação e reflexão passou a ser considerada esplêndida, ocuparia lugar de destaque como elemento simbólico da singularidade nacional, ao invés de realizações históricas e culturais significantes. Uma ideia já muito forte no imaginário brasileiro nessa época era “a de ser um país ‘abençoado por Deus’ onde os ‘bosques tem mais vida’”²⁴.

A História Natural e a divulgação de suas teorias entre a elite letrada conquistaram relevância para além das questões exclusivamente científicas. Em meados do século XIX os homens de ciência no Brasil compunham uma comunidade Científica em vias de consolidação. Um sistematizado esforço era feito na tentativa de inventariar as riquezas do Brasil por meio da ciência, especialmente as ciências naturais.²⁵ Com a consolidação de

²⁴ MEDEIROS LAHUERTA, F. **Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização** (1808-1822). Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (64). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>>

²⁵ Ciência Natural e/ou História Natural no século XIX “abrange todo o universo, sendo seu objeto tão extenso quanto a natureza – os astros, o ar, animais, vegetais e minerais, em sua superfície e profundidade.” (MOREIRA

instituições científicas e culturais, como o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os cientistas locais iniciaram um processo de afirmação do que seria uma ciência nacional. Essa ciência nacional seria realizada exclusivamente por brasileiros, preparados nos maiores centros de ciência na Europa, que deveriam observar tudo que possuía a nação e produzir conhecimento acerca dela. A formação de instituições dedicadas a reunir e publicar trabalhos dos “cientistas nacionais” seria de extrema importância para o alargamento dos conhecimentos do território nacional realizado por filhos legítimos desse solo. A natureza tropical do país, que como já citamos teria um papel relevante como símbolo de afirmação do Império, era compreendida como objeto por excelência para os estudos dos cientistas pátrios. Naquele momento,

Os jovens que tinham deixado o Brasil para estudar na Europa, sobretudo em Lisboa, já davam sinais de maturidade e podiam assumir a missão de desvendar os mistérios da natureza pátria. Desmentir as histórias tantas vezes elaboradas por viajantes descomprometidos com a ciência e entrar sem auxílio estranho, no exame e na investigação deste solo virgem, onde tudo é maravilhoso.²⁶

Certos de que apenas os brasileiros poderiam e saberiam desvendar a natureza e o passado do Brasil, os cientistas congregados no IHGB, na SAIN e no Museu Nacional passaram a defender a efetivação de meios que possibilitassem uma série de estudos, os quais desvendariam os segredos dos lugares mais distantes da corte imperial, desbravando os espaços desconhecidos, como os sertões, idealizados como espaços de extensas matas inexploradas, povoações retraídas e incultas e povos indígenas a caminho da inexistência em seu “estado primitivo”, tornando-os conhecidos, colocando-os sob maior controle da sociedade nacional, esquadrinhando, assim, todo o território - campo e cidade - e suas gentes, que haviam se transformado no ‘eldorado’ dos naturalistas estrangeiros.

Campo e cidade, rural e urbano demarcam campos simbólicos que elucidam opostos e contradições. Como já enunciamos, a natureza brasileira assumiu um importante papel nas representações que foram elaboradas para o Brasil no século XIX. Uma natureza variada, exuberante, grandiosa e, em grande parte, virgem, intocada pela civilização. O mundo civilizado de então era visto como distante e oposto ao mundo natural, portanto,

LEITE, M. L. **Naturalistas Viajantes**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, I (2): 7-19, nov. 1994 – fev. 1995, p.7) Entre os animais estavam incluídos os homens, dos quais o comportamento e a língua eram características a serem classificadas e comparadas.

²⁶ RIOS, Kênia Sousa. **Apresentação - A Comissão Científica e a seca do Ceará**. In: A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.21.

quanto mais próximo e refém dessa natureza intocada, mais distante estava-se do status de civilização almejado para o país.

Ao mesmo tempo em que assumia o posto de grande símbolo nacional, o meio natural não domesticado aparecia com entrave ao progresso. Nesse parâmetro, o campo, o sertão, o rural associava-se à proximidade com a natureza, ao que não era produzido ou transformado pelo homem, que não estava sob seu domínio, sendo assim, acumulava mistérios a serem revelados e elucidados. Enquanto a cidade, o urbano aparecia como “expressão maior do domínio da natureza pelo homem e das condições artificiais (fabricadas) de vida.”²⁷ Segundo Naxara (1999), campo e cidade assumem nesse momento uma alegoria maniqueísta, que traduz-se na representação bipolar civilização x barbárie. Palavras e significações contrastadas desde tempos remotos, onde o campo estaria associado “a uma forma natural de vida – de paz, de inocência e de virtudes simples, em certo sentido (variável em tempo e lugar), mais livre”²⁸, enquanto a cidade estaria associada “a ideia de centro de realizações – de saber, de comunicações, luz.”²⁹

As cidades brasileiras, especialmente as que mantinham intercâmbio direto com os centros europeus, modelos referenciais da civilização moderna, eram os espaços dotados de homens portadores de conhecimentos e técnicas capazes de alterar as relações de letargia e acomodação que se acreditava serem predominantes nos espaços rurais do país. Transformar a natureza, civilizá-la e aproximá-la do convívio dos homens por sua intervenção, provocando transformações que ao mesmo tempo favorecessem o engrandecimento do país sem macular a imagem da natureza como elemento máximo do imaginário nacional estava entre as grandes preocupações do momento. No entanto, esses espaços (materiais e simbólicos) não estavam bem delimitados. A fluidez de características e interpretações acerca de campo e cidade no Brasil do XIX ocupou os debates políticos, intelectuais, literários e científicos. E nesse debate, a imagem da natureza virgem, intocada, variada, valiosa, grandiosa caminhava lado a lado com a imagem da natureza cruel, agressiva, desconhecida, bárbara, alienante, que impunha os mais duros golpes nas tentativas de domesticação e aproveitamento. Segundo Murari (2009), sua exuberância excessiva também revelava uma selvageria ameaçadora que estorvava a capacidade de melhoramento (leia-se civilização) da sociedade.

²⁷ BRESCIANI, M. Stella Martins. **Metrópoles: as faces do monstro urbano** (as cidades no século XIX). Revista Brasileira de História, v. 05, nº 08/09. São Paulo, 1985, p.39.

²⁸ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Sobre campo e cidade – olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Tese de doutorado. Campinas, SP, 1999, p.05.

²⁹ Ibid., Id.

Diante dessa configuração o Brasil no XIX foi representado por intelectuais e cientistas “como um verdadeiro caleidoscópio de uma natureza simultaneamente variada e incógnita”³⁰ A intervenção e a interpretação humana, já que, como lembra Schama (1996), a natureza não se demarca, não se nomeia a si mesma, mas é imaginada, nomeada, ordenada e representada pela percepção transformadora do ser humano; criou dois paradigmas para o papel que a natureza assumiu como ponto de referência para a construção da identidade nacional: o paradigma romântico, de exaltação da natureza e o paradigma científico, que, de acordo com Murari (2009), estabeleceria o controle do homem sobre a realidade factual e objetiva.

O padrão intelectual dominante na segunda metade do século XIX pode ser também caracterizado como marcadamente cientificista, uma vez que a ciência foi então alçada de método de conhecimento em visão de mundo. As definições então estabelecidas a propósito do mundo físico-natural e, frequentemente, da vida em sociedade, passavam a ser referidas aos modelos científicos em voga que, a partir de um pressuposto de regularidade dos fenômenos, concentrava-se na observação do mundo factual e no estabelecimento de leis, recusando qualquer possível interferência da tradição ou da autoridade na elaboração do conhecimento. (...) A ciência acabou por constituir-se, ela própria, em uma nova transcendência, uma vez que o conhecimento se tornava fonte de ideias, valores morais e finalidades humanas, adquirindo um significado em si mesmo.³¹

Situar e conhecer todo o território do país, bem como seus habitantes, era o objetivo das ciências naturais ao mesmo tempo em que era o objetivo da política imperial. Sendo assim, a construção da nacionalidade brasileira não se daria sem o respaldo de pesquisas científicas. A ciência e a rede de sociabilidades e trocas de poder e informação que adinham dela faziam parte da cultura política e, como qualquer outra manifestação, as atividades dos homens de ciência mantinham relações estreitas de colaboração e interdependência com as esferas do político, do social, do econômico e do cultural.

A ciência é uma atividade exercida por seres humanos agindo e interagindo; portanto uma atividade social. Seu conhecimento, suas afirmações, suas técnicas foram criados por seres humanos e desenvolvidos, implementados e compartilhados por grupos de seres humanos. Conhecimento científico é, fundamentalmente, portanto, conhecimento social. Como atividade social, a ciência é claramente um produto da História e dos processos que ocorreram no tempo e no espaço envolvendo seres humanos. Esses atores tiveram vidas

³⁰ NAXARA, 1999, p.08.

³¹ MURARI, Luciana. **Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922)** - São Paulo: Alameda, 2009, p.66-67.

não somente na ciência, mas nas sociedades mais amplas das quais eles eram membros.³²

A marca do nítido esforço de associação entre a natureza brasileira, as investigações em História Natural e a construção da nacionalidade pode ser localizada, especialmente, na atuação de dois espaços de investigação científica: o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818, funcionou durante o século XIX como a instituição que, em associação com as outras entidades de e para o fazer científico, mais desenvolveu pesquisas em ciências naturais,

constituindo redes de sociabilidade, os diretores do Museu Nacional foram sócios atuantes do IHGB e responsáveis ao lado de outros naturalistas e interessados nas práticas das ciências naturais, das demais instituições da Corte, como a Sociedade Vellosiana, pelas principais iniciativas Científicas nesse campo, no período.³³

O Museu vai se constituir no lugar de convergência de um conjunto de iniciativas que vão viabilizar a consolidação das ciências naturais no país. No Museu, e não em universidades, o conhecimento científico brasileiro do século XIX era produzido. Lugar de produção de pesquisas que auxiliaram na criação de visões, representações e perspectivas para a nação. Segundo Margareth Lopes,

O Museu Nacional tanto se constituiu na busca de representações da nação, naquilo que ela tem de universal, de válido para todo o homem civilizado, onde nacional significa civilização, valores universais a serem comumente partilhados, como no que significa o singular e o específico nos traços que individualizam a construção de cada nação e a diferenciam das demais.³⁴

Por praticamente um século (o XIX) o Museu Nacional seria a principal instituição brasileira dedicada à História Natural. Nesse período, os museus eram espaços para articulação do olhar dos naturalistas e congregavam uma série de expectativas com relação ao papel das ciências para o progresso científico, econômico e social. De acordo com Dantes (1980) os museus de História Natural assumiram a produção do conhecimento científico e

³² FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. **Para pensar as vidas de nossos cientistas tropicais**. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p.243.

³³ LOPES, Maria Margareth. **O local musealizado em nacional** – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p.85.

³⁴ *Ibid.*, p.93-94.

perspectivas de futuro para as nações em disputa por suas hegemonias. Tornaram-se instituições de produção e disseminação de conhecimento, “nos moldes que lhe exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se com elas em seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções.”³⁵

Funcionou desde seus primeiros anos e ao longo de todo o século como um órgão consultor governamental para pesquisas em geologia, mineração e recursos naturais. Sediou aulas das faculdades de Engenharia e Medicina da Corte, cujos professores de Mineralogia eram também diretores do Museu. Disputou, mas perdeu para a Escola Politécnica, a prioridade de ministrar cursos específicos de Ciências Naturais, para que a disciplina deixasse de ser acessória nos cursos de Medicina e Engenharia e formasse seus próprios profissionais. Mas nos seus laboratórios e no estudo de suas coleções os amadores, interessados em História Natural, médicos, engenheiros, advogados se profissionalizaram como cientistas. Lá se institucionalizaram ao longo do século XIX as ciências zoológicas, botânicas, mineralógicas, a paleontologia, antropologia, a química e até mesmo, seguindo o modelo do *Muséum* de Paris, também abrigaria o primeiro laboratório de fisiologia experimental do país.³⁶

Favorecer as pesquisas desenvolvidas no Museu era um objetivo comum daqueles que praticavam ciências no país. A Comissão Científica de Exploração esboça, desde os primeiros momentos de sua idealização e divulgação, como uma de suas metas o enriquecimento do material de estudo das ciências naturais disponibilizado pelo Museu. Nos discursos de defesa e justificativa para formação da Comissão e nas suas Instruções de viagem o Museu Nacional já aparece como a principal instituição a ser beneficiada com as coleções, mapas, publicações e material recolhido durante a viagem. Uma das justificativas usadas por Manuel Ferreira Lagos para que a Comissão fosse aprovada pelos sócios do IHGB era a necessidade de formar e fortalecer coleções de História Natural para essa instituição. Quando escreveu as instruções da sessão zoológica, da qual seria responsável, Lagos destaca:

Ressalta do exposto que nunca haverá demasia de esforços tendentes ao progresso da ictiologia, para o qual o Brasil muito pode cooperar, pois nossos mares e rios foram sempre afamados pela variedade de peixes que neles vivem. Às razões expendidas acresce a não menos atendível de achar-se o **Museu Nacional muí pobre neste ramo** e por isso convém formar uma boa coleção de peixes, tanto marinhos como fluviais, consultando na sua classificação os magníficos trabalhos de Lacépède, de Muller, a obra

³⁵ LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997, p.15.

³⁶ LOPES, Maria Margareth. **As ciências naturais no século XIX**: já não tão novas visões historiográficas. In: ARAÚJO. Valdei Lopes de... [et. al.]. **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2008, p.199.

monumental de Cuvier e Valenciennes, e notando o que se souber acerca da abundancia daqueles animais, do seu préstimo, maneira de procriarem, de tudo enfim quanto aumente a massa dos conhecimentos que já possuímos.³⁷

O IHGB formou-se no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional. Pensar e delinear um perfil para o Brasil era um de seus principais objetivos. “O Instituto retiraria a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de Luz e Ordem.”³⁸ Fundado em 1838, o Instituto consistia na mais importante instituição científica e cultural do Império, acolhia as figuras mais expressivas das Ciências, da Literatura e das Artes do país. “Constituiu-se em instituição pioneira e sólida que, contando com forte subvenção oficial e intervenção pessoal do próprio imperador nos seus 50 primeiros anos, nunca deixou de publicar sua revista.”³⁹ De acordo com Paschoal Guimarães, o esforço primordial dos integrantes e pensadores do IHGB em meados do XIX estava em usar-se dos conhecimentos que a Ciência disponibilizava para compor um conjunto de características pelas quais o Brasil fosse definitivamente reconhecível, ou conhecido. Segundo a autora o Instituto era um

Organismo de elite, herdeiro muito próximo da tradição iluminista, fundado em meio ao processo de consolidação do Estado Nacional, e engajado na tarefa de compor um perfil para a Nação brasileira. Esta última percebida como um desdobramento nos trópicos de uma civilização branca e europeia.⁴⁰

A partir da segunda metade do século XIX o IHGB se tornaria um centro de estudos bastante atuante, estimulador da vida intelectual e principal elo de ligação entre o que era produzido pelos estudiosos e homens das ciências e os meios oficiais, ou seja, a administração imperial e o próprio Imperador. A relação do Instituto com o monarca foi crucial desde sua fundação, desde então D. Pedro II foi convidado a participar das reuniões e a ser seu protetor. De acordo com Schwarcz (1999), em 1839 Pedro II oferece uma das salas do Paço Imperial para suas reuniões. Ainda segundo a autora, essa relação de interdependência entre o Instituto e o monarca tornaria a instituição em uma espécie de “porto

³⁷ LAGOS, Manoel Ferreira. **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Zoológica**. In: BRAGA, 2004, p. 207. (Grifos nossos)

³⁸ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos, RJ nº 1, 1988, p.15.

³⁹ CALLARI, Cláudia Regina. **Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001, p. 60.

⁴⁰ PASCHOAL GUIMARÃES, Lúcia Maria. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Tese de doutorado. In: Revista do IHGB, Rio de Janeiro, vol.156(388), jul/set. 1995, p.459.

seguro, um estabelecimento oficial para as experiências do jovem monarca, crescentemente empenhado em imprimir um nítido caráter brasileiro a nossa cultura.”⁴¹ O envolvimento pessoal do imperador no IHGB, assim como os muitos financiamentos que ele aprovou para projetos da instituição, a Comissão Científica é um exemplo disso, fortalece o entendimento que o monarca dedicava muitos esforços para favorecer o fortalecimento da monarquia e do Estado brasileiro, assim como se dedicava no favorecimento da “unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural.”⁴² O imperador assumiu diante do IHGB o compromisso de participar ativamente da construção de uma memória para o Brasil, memória essa que seria perpetuada através da escrita da História da nação e do reconhecimento e estabelecimento de uma cultura genuinamente nacional.

Aglutinar e centralizar a história nacional era uma preocupação comum dos que compunham o IHGB. O instituto deveria, enquanto estabelecimento científico-cultural, nos seus certames externos e internos, funcionar como o portador do saber e do discurso oficial em meio a outros discursos parciais. Esses discursos “parciais”, fracionados, seriam provenientes de oligarquias regionais, algumas delas associadas ao monarca ilustrado, outras não tão alinhadas com as práticas políticas, econômicas e culturais do poder central. De acordo com Pesavento (2003), Nação e Região são comunidades simbólicas e correspondem a um sistema de representações sociais, construídas historicamente e que se expressam por discursos, imagens e práticas. São formas particulares de representação do social e reportam-se “a formulação de padrões de referência identitária, que dão coesão social e produzem a sensação de pertencimento.”⁴³ Região e Nação associam-se a formas de relação do todo com a parte, sendo assim, tensões e conflitos, estratégias de afirmação de poder e atitudes de resistência são inerentes as relações que se operam entre esses espaços, especialmente entre aquelas direcionadas às elaborações identitárias. Nesse contexto de configuração da história e da cultura nacional essas tensões, conflitos, disputas e resistências de cunho regional precisavam ser solucionadas, silenciadas, especialmente na opinião dos administradores políticos do Império, pois a nação seria elaborada como uma dimensão agregadora, acima da existência do regional. Sendo assim, todas as posições políticas diferenciadas, distinções culturais, econômicas e sociais das regiões, das províncias para com o centro passariam por um processo de amálgama, para formar um todo: a Nação soberana, articulada a partir de uma

⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.127.

⁴² *Ibid.*, loc. cit.

⁴³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Nação e região**: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.213.

construção simbólica de pertencimento e identificações, “livre” de todo perigo de cisão e rupturas. Ainda segundo Pesavento,

Uma coisa é considerar o processo de construção do Estado-Nação tout court, ou seja, a ação político / militar de um grupo da Corte sobre as demais elites regionais, com as quais fazem aliança ou vencem pelas armas. Outra é considerar como se articula este processo a partir de uma construção simbólica de pertencimento. A Nação é elaborada como uma dimensão agregadora, acima da existência do regional.⁴⁴

A segunda sentença expressa pela autora era a pensada para o Brasil em meados do XIX, especialmente no âmbito do IHGB.

Guimarães (1988) nos informa que “a idéia de criação de um instituto histórico é veiculada no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), criada em 1827 com a marca do espírito iluminista presente em instituições semelhantes que brotaram no continente europeu durante os séculos XVII e XVIII”.⁴⁵ A SAIN fazia parte de um conjunto de medidas que visavam, entre outros objetivos, a centralização do Estado e que se propunha a incentivar o progresso e desenvolvimento brasileiros.

Da mesma forma que as sociedades européias devem ser vistas como parte do processo de centralização do Estado, e, portanto com funções de poder muito específicas, a SAIN e posteriormente o IHGB pensam em projetos de natureza global, de forma a integrar as diferentes regiões do Brasil, ou melhor, de forma a viabilizar efetivamente a existência de uma totalidade “Brasil”⁴⁶.

Em diversos momentos os membros do IHGB alardearam a necessidade de se “fazer sacrifícios em favor de viagens arqueológicas (...) especialmente prestando auxílios a viajantes”⁴⁷. As viagens científicas integraram, desde sua fundação, as primeiras propostas metodológicas do IHGB, afinal, detalhes específicos da história e da geografia do Brasil não seriam esclarecidos somente com relatos, romances, mapas e documentos escritos, era necessário o deslocamento, viabilizando assim o contato direto, o testemunho ocular.

Foi no cerne do IHGB que se elaborou um dos projetos mais ousados na tentativa de desfazer as barreiras internas fortalecidas pela pouca integração entre as províncias e

⁴⁴ PESAVENTO, 2003, p.213.

⁴⁵ GUIMARÃES, 1988, p. 08.

⁴⁶ Ibid., loc. cit.

⁴⁷ LAGOS, Manoel Ferreira. **Relatório dos trabalhos do Instituto no sexto ano acadêmico**. RIHGB, v. 6, 1844, p. 537-8. Apud FERREIRA, Lúcio Menezes. **Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 13, nº 2, p. 271-292, abr.-jun. 2006, p.276.

possibilitar o fortalecimento de uma nacionalidade brasileira homogênea, solidificada e com suas regiões estreitamente ligadas.

Em sua seção ordinária de 30 de maio de 1856, contando com a presença do Imperador D. Pedro II, o naturalista Manuel Ferreira Lagos lançou uma proposta que, diante das circunstâncias nas quais se encontravam os estudos científicos no Brasil, agradava os personagens que compunham o quadro dos homens de ciência do país. Em seu discurso, destacou:

Propomos que o IHGB se dirija ao governo imperial, pedindo-lhe haja nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânicos e inorgânicos e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas.⁴⁸

Lagos tornava pública a intenção de se estudar o Brasil a partir das suas áreas menos conhecidas e percebidas pelo governo central como menos produtivas e mais arredias ao seu domínio.

Entretanto, quais seriam os ganhos para os naturalistas nacionais e para o governo imperial se acatassem essa sugestão de Lagos? Ele mesmo ensaia uma justificação: formar para o Museu Nacional uma coleção de produtos que facilitassem e engrandecessem os estudos científicos no país e, de forma ainda discreta, ressalta a preocupação em saber como estavam organizadas as atividades produtivas nas regiões distantes da corte. Por causa de sua atuação como naturalista Lagos deveria preocupar-se muito mais com os ganhos para a ciência, mas tinha compreensão que um empreendimento desse tipo necessitava apresentar ganhos materiais para o governo imperial, afinal, somente garantindo ganhos para o governo do Império os cofres do mesmo ficariam a disposição de uma expedição de exploração. As províncias que faziam jus ao status de menos conhecidas nesse período eram as localizadas no Norte do país, afinal, eram consideradas pelos dirigentes do governo e pela elite letrada radicada no Rio de Janeiro as mais distantes, obscuras e arredias do centro do governo imperial, essa imagem fora fortalecida especialmente pelas várias revoltas e tentativas de separação vivenciadas na região Norte⁴⁹ desde o final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX.

⁴⁸ Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.12 (Suplemento).

⁴⁹ Tomando como referência a atual divisão territorial do Brasil podemos identificar que o que chamamos de Região Norte na segunda metade do século XIX congregava além dos atuais estados dessa região os da que hoje

No Brasil do século XIX a natureza tornou-se o principal símbolo da nação e a viagem com o objetivo de exploração Científica e econômica alinhava-se ao contexto político de conquista do território. Segundo Lagos,

Tudo seria do mais alto interesse nessa exploração; conhecimentos positivos da Topografia, dos cursos dos rios, dos minerais, plantas e animais, dos costumes, língua e tradições dos autóctones, cuja catequese seria também mais facilmente compreendida. O governo imperial ficaria melhor habilitado para conhecer as urgências do interior e decretar a abertura de novas vias de comunicação, que aumentariam as relações comerciais e, por consequência, a renda nacional (...).⁵⁰

O discurso do naturalista evidencia o intuito de conhecer o Brasil para melhor dominar as possíveis potencialidades ainda não exploradas. Pondo fim as diferenciações, encurtando as distâncias físicas e culturais seria possível conhecer que riquezas o país tinha a oferecer para aumentar, como Lagos ressalta, a renda nacional. Com certeza esse discurso agradou o Imperador, que prontamente se disponibilizou a apoiar a expedição ao Norte brasileiro, portanto, na mesma seção em que foi lançada, a proposta foi aprovada pelos membros do IHGB.

Lagos deixa claro o incômodo que os cientistas nacionais sentiam pelo pouco conhecimento que possuíam dos recursos naturais do Brasil e mais incomodados eram pelo fato de ser o Brasil melhor conhecido por estrangeiros. Ele chega a sugerir que tais viajantes estrangeiros buscavam mera promoção pessoal; promoção essa que Lagos defendia como um direito dos cientistas nacionais. A projeção da Ciência nacional era indispensável para a consolidação da homogeneidade e do status de civilização almejado para o país. A preocupação com a construção de uma ciência nacional presente na atuação da Comissão Científica pode ser entendida a partir de três eixos: “a crítica do estrangeiro e a exaltação da inteligência nacional – as instituições locais reivindicam para si o status de produtores de conhecimento, a valorização do mundo natural e humano do Brasil e a criação de identidades

chamamos de Região Nordeste. Só a partir de 1969 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definiu o Nordeste como uma região brasileira, formada pelos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, até então (desde 1837 quando foi promulgada a Lei de Interpretação do Ato adicional de 1834) esses estados, na época Províncias, faziam parte do Norte brasileiro.

⁵⁰ Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.14 (Suplemento).

regionais folclorizadas,”⁵¹ alicerçadas na descrição de tipos pitorescos, produtos do meio e da paisagem dos interiores do Brasil.⁵²

A elite cultural da corte era favorável a esse discurso, elite essa que ao criticar os interesses pessoais dos estrangeiros reclamava para si esses mesmos interesses. Em fala na abertura da sessão do IHGB em 15 de dezembro de 1856 o Visconde de Sapucaí reafirma que a Comissão é a “realização de um pensamento que há muito afagavam os brasileiros letrados” e mais adiante lança o seguinte questionamento: “E não vos parece, senhores, que já era tempo de entrarmos, sem auxílio estranho, no exame e investigação deste solo virgem, onde tudo é maravilhoso?”⁵³

“Investigação deste solo virgem onde tudo é maravilhoso”, identificamos nessas palavras uma das marcas características do pensamento científico e literário do Brasil no XIX – a valorização exacerbada da natureza. A Natureza era enxergada como fonte de riqueza e matéria bruta a ser trabalhada, espaço a ser desbravado e povoado, mas também assumia um sentido simbólico, fonte de vida e de identidade, “força de resistência a ser submetida a ação humana, paisagens que constituíam o cenário da experiência, da memória social e da construção de uma imagem do Brasil, para si mesmo e para o mundo.”⁵⁴ O Romantismo, por exemplo, valorizou as riquezas naturais do país, elegendo-as como símbolo da sua singularidade, como a maior maravilha que o Brasil possuía e que o tornava único, especial diante das outras nações. “A idéia de nação que se desenvolveu no Brasil naquela época criou uma imagem da nação associada às suas riquezas naturais: as riquezas, potencialmente econômicas que o país guardava em suas entranhas ainda inexploradas.”⁵⁵

Além da exaltação da inteligência nacional, uma justificativa colocada para a necessidade da Comissão direcionava a atenção para o Museu Nacional. Buscava-se através das aquisições de material orgânico e inorgânico, como discutimos anteriormente, tornar o museu um espaço com condições de trabalho para os estudiosos da História Natural como

⁵¹ KURY, Lorelai. **A Comissão Científica de Exploração (1859-1861)**. A Ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Accsses, 2001, p.40.

⁵² De acordo com Kury (2001, p.52 et seq.), essas identidades folclorizadas apareciam através de concepções veiculadas pelos homens de ciência, em particular os que participaram da Comissão de Exploração do Norte, de que os habitantes do interior do Brasil são como produtos do meio, do solo e da paisagem. Gonçalves Dias e Capanema, por exemplo, aventuraram-se pelos estudos fundamentados na antropologia física ou histórica, já Manoel Ferreira Lagos recorre a folclorização com a descrição de tipos pitorescos, como o vaqueiro, o pescador ou o jangadeiro.

⁵³ Revista do IHGB, t. 19, 1856, p. 91.

⁵⁴ MURARI, Luciana. **Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922)** - São Paulo: Alameda, 2009, p.19.

⁵⁵ DOMINGUES, Heloísa M. Bertol. **As ciências naturais e a construção da nação brasileira**. Revista de História. São Paulo, n.135, dez. 1996. Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003483091996000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12/01/2011.

eram os museus europeus. Essas aquisições eram umas das tarefas principais dos estudiosos designados para essa empreitada, sendo primordial para o sucesso da Comissão.

Na prática, buscou-se por diferentes meios a formação de um acervo de objetos naturais, principalmente brasileiros, pois segundo vários naturalistas estrangeiros que visitaram o Museu, e mesmo naturalistas nacionais, a falta de objetos que demonstrassem a variedade natural do Brasil consistia uma grande deficiência do Museu.⁵⁶

Aprovada a ideia, iniciados os preparativos, justificada a necessidade da Comissão, chegava o momento de definir um itinerário e fazer a viagem propriamente dita. Vejamos a seguir como foi projetada e colocada em prática essa expedição exploradora.

1.2. Uma expedição verdadeiramente nacional

Segundo Braga (2004), a escolha da província do Ceará como primeiro pouso se deu em princípios de 1857. Primeiramente pensou-se em começar a viagem por um dos grandes rios brasileiros, que possibilitasse o autoconhecimento das regiões mais centrais do país. Havia também a possibilidade de se fazer a viagem pelas regiões fronteiriças, o governo imperial não estava isento dos riscos que a proximidade do Império monárquico com os países republicanos possibilitava, tanto por causa do perigo, mesmo que remoto, de invasões por parte de aventureiros que poderiam se lançar pelo território brasileiro, como pela influência ideológica que as Repúblicas americanas representavam. No entanto, desde a ocasião da apresentação das Instruções de Viagem, quando ainda não se sabia ao certo quais províncias seriam exploradas já existiam indícios, como em correspondências pessoais entre os membros da Comissão, de que a província do Ceará era uma forte candidata para sediar os primeiros trabalhos da Científica. Em carta a Gonçalves Dias, de 14 de outubro de 1856, respondendo a outra enviada por Dias em setembro de 1856, Manoel Ferreira Lagos escreve: “Quando vamos apanhar insetos no Ceará? Perguntas tu.”⁵⁷, evidenciando com certa segurança que a viagem da Comissão de Exploração iniciaria seus trabalhos pelo Norte a partir da província do Ceará. Gabaglia, também escrevendo a Gonçalves Dias, em março de 1857, quando estava em Londres, ressalta o Norte do Império como região de destino para os trabalhos da expedição, inclusive faz conjecturas quanto a época mais apropriada para o início dos trabalhos:

⁵⁶ PINHEIRO, Rachel. **As Histórias da Comissão Científica de Exploração** (1856) nas cartas de Guilherme Schuch Capanema. Campinas / SP, [s. n.], 2002. Dissertação de Mestrado, p.25.

⁵⁷ LAGOS. Manoel Ferreira. **Carta a Gonçalves Dias** (14/10/1856). In: **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias**. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 91, 1971, p.76.

Assim me parece que devemos principiar em julho ou agosto, ou então em março vindouro, porque parece natural que não escolhamos dezembro ou novembro para principiar uma série de trabalhos que deve ter uma certa continuidade, o que provavelmente deixaria de ter lugar com conveniente utilidade na estação mais calmosa, vós conheceis o Norte do Império melhor do que eu, em tal época do ano.⁵⁸

Em trechos das Instruções de Viagem da seção Astronômica e Geográfica a província do Ceará é especificamente citada, insinuando uma predileção devido as suas “mais favoráveis condições” para que os trabalhos dessa Seção fossem desenvolvidos no Ceará:

O extenso e acessível *plateau* que coroa o cimo da serra do Araripe, na província do Ceará, no termo da comarca do Crato, oferecerá à Seção Astronômica as mais favoráveis condições talvez para levar a efeito os estudos comparativos.⁵⁹

Ainda neste documento o Ceará aparece como um destino que não poderia deixar de ser visitado:

Achando-se a Comissão Exploradora na província do Ceará, a qual sofre periodicamente o flagelo de secas devastadoras, (...) a Seção Astronômica fará um estudo acurado sobre a conveniência e praticabilidade da abertura de comunicações fáceis entre os centros de produção do interior da província do Ceará e os seus pontos.⁶⁰

Nas Instruções da Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem sobressaem comandos a respeito dos estudos sobre os Índios. Dos dezesseis artigos que compõem essas instruções apenas quatro não fazem referências diretas às investigações etnológicas, etnográficas, linguísticas, culturais e físicas dos povos indígenas, elucidando a intensa preocupação em mapear os povos primitivos espalhados pelo solo brasileiro naquele momento. Em meados do século XIX o Ceará apresentava uma pequena quantidade de pretos⁶¹ e maior parte da população era composta por homens brancos, indígenas e caboclos, sendo assim, o Ceará apresentava boas condições para os trabalhos desta seção. O interesse em estudar e civilizar, para integrar as populações indígenas as atividades produtivas e de consumo estava claramente explicitado nas Instruções da Etnográfica:

⁵⁸ GABAGLIA. Giacomo Raja. **Carta a Gonçalves Dias** (08/03/1857). In: **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias**. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 91, 1971, p.115.

⁵⁹ OLIVEIRA, Cândido Batista de. **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Astronômica e Geográfica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, 1862. In: BRAGA, 2004, p. 224.

⁶⁰ *Ibid.*, p.225.

⁶¹ De acordo com Funes (2000) a quantidade de negros presentes no Ceará no início do século XIX correspondia a 15,8% da população e os outros 84,2% era formada por brancos, pardos e índios. No censo de 1872, 6% da população é considerada negra.

É igualmente de grande utilidade indagar qual a opinião em que eles [os índios] nos tem, quais suas queixas de receios fundamentais, para estudar os meios de remover este obstáculo com o fim de chamar a indústria tantos braços perdidos e diminuir o número de inimigos internos.⁶²

Improdutivos e, portanto, inimigos do progresso e avanço social da nação era como estavam sendo pensados os habitantes do interior brasileiro, incluindo-se os indígenas e descendentes deles. Inserir-los, integrá-los à civilização, educá-los e torná-los aproveitáveis como mão de obra, produtores de alguma atividade que oferecesse ganho material era tarefa da intelectualidade científica e se tornaria viável através do total conhecimento de suas particularidades e potencialidades.

Além desses fatores, para boa parte dos estudiosos da Comissão o que favoreceu a escolha do Ceará como primeiro pouso para a Comissão foi a divulgação da suposta existência de grandes jazidas de metais preciosos nas serras cearenses. Para Pinheiro (2002), a escolha do Ceará como destino da Comissão foi influenciada pelas iniciativas pioneiras de Antonio Giz de Araújo, Manoel Fernandes Losada e João Baptista Rodrigues que em 1742 receberam permissão, por carta régia de 11 de outubro de 1742, para mandarem vir da Alemanha 5 mestres e 5 oficiais de fundir e separar metais para trabalharem nas minas de ouro do Ceará e de João da Silva Feijó, “um entre os diversos naturalistas que trabalharam a serviço da Coroa portuguesa no levantamento dos recursos naturais da então colônia portuguesa da América, na transição do século XVIII para o século XIX.”⁶³ Feijó chegou ao Ceará em 1799 e realizou diversos trabalhos em Ciências naturais por aqui, dando ênfase a aspectos ligados aos campos da mineração, da Mineralogia e da Geologia daquele período.

As amostras de minerais da província existentes no Museu Nacional fortaleciam a opinião que defendia a existência de riquezas minerais na província. Para alguns estudiosos da Comissão⁶⁴, a provável existência de metais preciosos foi a razão fundamental da escolha do Ceará como primeira província a ser explorada, esse argumento está alicerçado, principalmente, no texto escrito por Gonçalves Dias nos Proêmios dos Trabalhos da Comissão Científica de Exploração:

Seja, porém qualquer que for a origem desses boatos, (...) a opinião de que existem grandes depósitos de metais preciosos no Ceará corria

⁶² OLIVEIRA, 1862, p.233.

⁶³ SILVA. C. P. da. As “Viagens filosóficas” de João da Silva Feijó (1760 – 1824) no Ceará. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 47, p. 179-201, 2007. Editora UFPR, p. 179.

⁶⁴ BRAGA, 1962; KURY, 2001; LOPES, 1996; PINHEIRO, 2002.

incontroversa; e essa opinião fortalecia-se com existirem no Museu Nacional amostras, colhidas naquela província, de galena de chumbo, e uma delas argentífera, de sulfuretos antimônio e de zinco, de molibdato de chumbo, de ouro, cobre e ferro, além de salitre, soda, potassa, pedra-ume, caparrosa e xistos betuminosos. Pareceu, portanto, e era acertado, verificar-se de uma vez por todas o que nisso haveria de real.⁶⁵

Naquele momento, nada seria mais oportuno para o Império do que a descoberta de novos recursos para serem explorados e garantir renda para o país. Os boatos a que se refere Gonçalves Dias chegaram até os estudiosos das ciências através de duas fontes: os relatos do naturalista João da Silva Feijó, enviado para o Ceará em 1799 comissionado pela Coroa Portuguesa com o objetivo de fazer investigações em História Natural e os do Pe. Francisco Telles de Meneses Lima que escreveu um “Mapa curioso de novo descoberto” dividido em seis capítulos, começado em 1709 na comarca do Ceará⁶⁶, onde aparecem apontados mitos e lendas existentes em várias regiões do Ceará acerca da existência de ouro, prata e vários outros metais preciosos nas terras cearenses. Esse manuscrito teria chegado ao conhecimento do IHGB e contribuiu para aguçar a curiosidade e para que fossem realizados todos os esforços possíveis para as devidas averiguações a fim de comprovar esses relatos. De acordo com Braga (2004), esse manuscrito “quimérico”, muito influenciou na escolha do Ceará, no qual há descrições dos roteiros de minas e tesouros cearenses.

Em seu relatório, escrito para ser apresentado ao IHGB logo após o retorno ao Rio de Janeiro, em 1861, Capanema faz uma referência direta aos lugares visitados pelo naturalista Feijó, os quais fez questão de visitar para comprovar o que havia sido esboçado por ele (Canindé - Serra das Guaribas nas margens do Rio Cangati). Fica evidenciado então que os trabalhos de Feijó no Ceará foram referenciais importantes para a Comissão Científica Imperial. Feijó fez seus levantamentos a serviço da corte portuguesa, Capanema fazia-os a serviço da corte brasileira e mais, Capanema tinha agora a obrigação de apontar meios para que a interferência humana no meio natural garantisse ganhos lucrativos para a nação, especialmente a partir da interferência pedagógica da Ciência nacional.

Os preparativos para a viagem contaram com as facilidades e incentivos governamentais. Gonçalves Dias e Gabaglia cuidaram da aquisição dos instrumentos e da literatura científica na Europa, enquanto Lagos e Capanema na corte se encarregaram de comprar o que fosse necessário para o transporte da Comissão. A permanência de Gonçalves Dias e Raja Gabaglia na Europa foi de extrema importância para a preparação da viagem.

⁶⁵ DIAS, A. Gonçalves. **Proêmio**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, 2004, p.177.

⁶⁶ Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico, Antropológico). t. XXIII, 1909, p.337-358.

Ambos foram encarregados de adquirir instrumentos e material bibliográfico necessários para os trabalhos da científica. A Lei de orçamento e despesas dos anos 1857 e 1858 garantiu os recursos para a compra de material, ficando o governo com a responsabilidade financeira para manter a Comissão, enquanto o IHGB assumia a responsabilidade técnica e científica. Dessa forma, equipava-se a Comissão com livros, aparelhos, instrumentos, preparando-a para fazer trajetos por terra e por água. Deu-se ênfase para o material bibliográfico - dois mil volumes de livros e periódicos foram comprados, grande parte dessa coleção foi incorporada a partir de 1863 a Biblioteca do Museu Nacional.

Enquanto ficavam prontos os preparativos para a viagem, a Comissão foi dividida em cinco Seções, cada uma sob a responsabilidade de um cientista nacional. As Seções criadas e seus respectivos chefes foram as seguintes: *Botânica* para a qual foi encarregado Francisco Freire Alemão⁶⁷; *Geológica e Mineralógica* que ficou a cargo de Guilherme Schüch Capanema – futuro Barão de Capanema⁶⁸; *Zoológica*, assumida pelo porta-voz da proposta de formação da Comissão - Manoel Ferreira Lagos;⁶⁹ *Astronômica e Geográfica* para a qual foi nomeado chefe Raja Gabaglia⁷⁰ e *Etnográfica e Narrativa de Viagem*, tendo sido designado para ela Antônio Gonçalves Dias - o poeta indianista. Além dos chefes das Seções, foi

⁶⁷ Francisco Freire Alemão de Cysneiros, botânico e médico fluminense, foi um dos nomes mais renomados e expressivos das Ciências Naturais no Brasil do século XIX. Veio a ser escolhido como chefe da Seção Botânica e Presidente da Comissão. A escolha de Freire Alemão para a presidência da Comissão Científica representava um reconhecimento do governo imperial e da comunidade científica como um todo, representada pelo IHGB, ao largo e eficiente trabalho desenvolvido por ele na área das ciências no Brasil. (DAMASCENO. Darcy. O Botânico Freire Alemão. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.9-35; MORAIS. Rita de Cássia de Jesus. **Nos verdes campos da ciência: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874)**. Dissertação - Mestrado em História das Ciências da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2005.)

⁶⁸ Engenheiro, doutor em Ciências Físicas e Matemáticas, lente substituto de Mineralogia da Escola Central, amigo pessoal do Imperador Pedro II e sócio do IHGB, entre outras funções, Capanema figurava entre os mais influentes políticos e intelectuais do século XIX. Foi nomeado chefe da Seção Geológica e Mineralógica da Comissão Científica, sendo um dos mais atuantes e polêmicos membros da Comissão. (PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os ziguezagues do Dr. Capanema** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 1). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.)

⁶⁹ Autor da proposta de criação da Comissão, o zoólogo e ornitólogo Manoel Ferreira Lagos estudou humanidades e cursou Medicina no Rio de Janeiro. Em 1839 ingressou no IHGB e cerca de seis anos depois passa a ocupar o cargo de secretário perpétuo. A partir de 1850, com as reformas dos estatutos do IHGB, deixou o lugar de primeiro secretário para assumir a função de Terceiro Vice-Presidente, que deixou apenas de exercer em 1858, quando de sua longa ausência determinada pelos trabalhos da Comissão Científica de Exploração na qual chefiava a Seção Zoológica. Acumulou, a partir de 1854, a chefia da Seção de Zoologia do Museu Nacional e o posto de oficial-arquivista da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Naturalista respeitado por toda a comunidade científica nacional do século XIX. (PACHECO. José Fernando. **Manoel Ferreira Lagos (1817-1871)**. Dados biográficos do segundo zoólogo do Museu Nacional. UFRJ - Instituto de Biologia, Depto. de Zoologia, Laboratório de Ornitologia, CCS, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ceo.org.br/historia/manoel.htm>> Acesso em: 13/02/2009.)

⁷⁰ Professor da Academia de Marinha, astrônomo, geógrafo e bacharel em matemática, tendo se especializado na Europa em hidráulica aplicada a portos e canais. Chefe da Seção Astronômica e Geográfica da Comissão Científica de Exploração. (BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.)

designado para a Comissão o pintor José Reis de Carvalho. Autônomas quanto aos seus objetivos, as Seções deveriam colaborar entre si, agrupadas em torno de um presidente, cargo para o qual foi escolhido Francisco Freire Alemão.

1.3. A Ciência nacional atuando em terras cearenses

Em fevereiro de 1859, os integrantes da Comissão chegaram ao Ceará. Segundo Gonçalves Dias estavam “cheios de entusiasmo com a ideia de que iam prestar um serviço relevante ao seu País, almejavam com veras o momento de entrar em exercício, e confiavam não tanto em um possível lance da fortuna que os ilustrasse, como no zelo, na boa vontade, no amor pátrio de que se achavam animados.”⁷¹ Em carta dirigida a Von Martius um dia antes de embarcar para o Ceará (25 de janeiro de 1859) Freire Alemão ressalta suas expectativas sobre a viagem: “é antes uma expedição de aprendizado, e de experiência para habilitar alguns trabalhos ulteriores e talvez mais importantes. São estes os desejos do Imperador e de todo o brasileiro.”⁷² O dever pátrio e a responsabilidade de engrandecer a nação perpassam o discurso de Dias e Freire Alemão. O entusiasmo pelo serviço que prestariam ao País também trazia consigo preocupações e incertezas quanto aos sucessos e méritos da expedição. Essa animação inicial enunciada por Dias é questionável, ele mesmo seria receptor de uma carta de Gabaglia, quando ainda estavam na Europa adquirindo material para a empreitada, onde ficam claros os receios que alimentavam para com a viagem, associados principalmente às responsabilidades que assumiriam, enquanto chefes de Seção, diante do governo e do IHGB. Gabaglia indaga:

Qual será a nossa defesa, quando se nos disser: foram vocês que apresentaram as próprias instruções, cortaram, amoldaram a bel prazer e determinaram os limites de suas forças; se não cumprísteis o programa isto resulta de vossa inépcia ou de vossa leviana presunção. Meu amigo, interprete-se o negócio como quiser, torno a repetir – cabe-nos uma responsabilidade moral infinita, quer em presença de nossos contemporâneos quer essencialmente no juízo de nossos vindouros.⁷³

Os receios de Gabaglia não eram sem razão. As altas expectativas e responsabilidades colocadas para eles pareciam não levar em conta os riscos e possíveis problemas a serem enfrentados (e foram muitos – veremos mais adiante), riscos esses que ao

⁷¹ DIAS, A. Gonçalves. **Parte Histórica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, 2004, p.246.

⁷² ALEMÃO. Francisco Freire. **Carta a Von Martius** (25/01/1859) In: DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.151.

⁷³ DIAS, Antônio Gonçalves. **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias**. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.91, 1971, p.104.

não serem levados em conta de imediato poderiam fazer recair a responsabilidade de qualquer erro ou insucesso somente sobre eles, o que não só descredibilizaria a Comissão, como suas carreiras enquanto científicos.

As incertezas e inseguranças que povoavam a mente de Gabaglia no momento que escreve essa carta também eram compartilhadas por Capanema, talvez por motivos bem menos inocentes que os dele, mas não eram apreensões sem sentido. A total dependência financeira do governo imperial afetava a autonomia da Comissão, apesar de terem sido atribuídas todas as responsabilidades técnicas ao IHGB. As redes de sociabilidade científica que se formavam eram sustentadas por laços sociais, institucionais e até mesmo de parentesco. As trocas de favores e as relações personalistas limitavam a liberdade nas atividades da comunidade científica, portanto qualquer tensão poderia colocar em risco a efetivação dos projetos políticos e científicos pensados para a nação. Nesses aspectos residiam as fragilidades que a ciência brasileira, ainda em formação, enfrentava.

Carteando-se com Dias, Capanema expõe algumas motivações de seus receios:

Já recebeste as minhas lamentações da vez passada agora digo-te em todo segredo que será uma imprudência de nossa parte partir para o Sertão enquanto Olinda for ministro. (...) Ora supõe tu que o velho Marquês quando estivermos lá no interior se lembre de repente que os cofres públicos não suportam tal expedição e sem mais nem mais nos suspenda? Ou que alguns caretas, armados de [ilegível] saibam ganhar os bons affectos do Em. Presidente do Conselho e que o Ex. descubra que nós somos insuficientes para dar conta da mão, e nos ordene aceitar uns tantos inconvivíveis estúpidos, ajudantes, companheiros ou chefes? etc. etc. etc.
(...)

Pensa e reflecte bem e maduramente nessas circunstâncias e demorem as encomendas o que está nas mãos do Gabaglia sobretudo assim ganhamos tempo e iremos quando Deus nos favorecer, nós somos obrigados a trabalhar muito, dar boa conta de nós, pois o mundo científico olha com mais curiosidade (...), mas nada faremos se nos ligarem as mãos, e se não tivermos por nós os nunes propícios, satanás nos dará cabo da pele.⁷⁴

Segundo Braga (2004), o ministério chefiado pelo Marquês de Olinda voltava-se a prática personalista, “no qual se aliaram os homens e não as ideias”⁷⁵ e Capanema, principalmente por causa de seu cunhado Manuel de Araújo Porto-Alegre, acumulava desafetos com o ministro (não é à toa que pede segredo a Dias).

⁷⁴ DIAS, Antônio Gonçalves. **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias**. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.91, 1971, p.156.

⁷⁵ BRAGA, 2004, p.34.

O plano de Capanema para adiar a viagem da Comissão ao Ceará até que o Marquês de Olinda saísse do Ministério deu certo. Gabaglia só retornou ao Brasil em princípios de 1859 e só então o imperador autorizou a partida do Rio de Janeiro.

Nas terras cearenses buscavam encontrar recursos essenciais ao desenvolvimento do Brasil e desvendar uma série de novidades para as Ciências, para a Cultura e para a História brasileira. “Para o povo, a Comissão vinha em busca das minas, das jazidas inesgotáveis que nutriam a crença cearense e oferecia a todos uma expectativa de riqueza súbita e imprevista.”⁷⁶ Essa impressão inicial que o povo cearense demonstrou acerca da Comissão mudaria. Durante as viagens pelo sertão inicialmente vista como uma oportunidade grandiosa de revelar as riquezas ainda escondidas que as terras cearenses abrigavam, após algum tempo de viagem pelo interior cearense a Comissão começou a ter sua imagem desgastada entre a população local. A não apresentação de ganhos imediatos e a incompreensão por parte dos viajados⁷⁷ dos estudos científicos que eram feitos, o povo não entendia, por exemplo, qual a necessidade e benefício que existia em colher ramos e flores de árvores, caçar insetos e répteis, guardar pedras, desenhar casas e objetos de uso doméstico, ou seja, coisas tão comuns ao cotidiano sertanejo, mas que geravam interesse e admiração nos cientistas da corte. Em seu diário pessoal, Freire Alemão relata algumas dessas incompreensões com os trabalhos da ciência, assim como as desconfianças da população quanto as reais motivações de tal empreitada, após dois meses de viagem pelo sertão Alemão escreve:

[...] certas vezes nos eram negados [hospedagem e comida] pela gente, que estava prevenida contra nós, e não nos olhava com bons olhos, havia se espalhado ideias extravagantes em todo o Ceará, a respeito da Comissão e de seus fins. Éramos estrangeiros que vínhamos explorar a província para entregar aos Ingleses, em pagamento da nossa dívida, e outras coisas semelhantes.⁷⁸

Essa concepção que o povo constrói sobre a Comissão vai acompanhá-la durante toda peregrinação pelo Ceará. Em seus deslocamentos pelo interior do Ceará Freire Alemão iria se deparar com essas ideias em vários momentos. Ao mesmo tempo em que observava,

⁷⁶ DIAS, A. Gonçalves. **Parte Histórica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, 2004, p.246.

⁷⁷ Neologismo lançado por Mary Louise Pratt no trabalho “Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação.” (Bauru: EDUSC, 1999). O termo faz referência aos nativos, aos visitados durante as viagens de cunho exploratório. A autora lança mão desse vocábulo para sublinhar a interação, as trocas materiais, culturais e simbólicas que se constroem no encontro entre visitantes e visitados, viajantes e viajados.

⁷⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, folha 97, p.105.

também era observado e o estranhamento mútuo perpassava as relações de contato entre eles. O olhar para o “outro” assumia um caráter interativo, viajantes e viajados construía relações de interação e troca, elaborando conceitos e visões pautados muitas vezes no estranhamento, mas também no reconhecimento e admiração dos saberes de que eram portadores. Se por um lado os científicos eram constantemente questionados sobre os propósitos de tal viagem e o porquê de tanto investimento feito para dar a conhecer o que para eles eram materiais comuns e estranhavam o zelo com que colhiam pedras, matos, flores, borboletas e insetos, o que os levavam a enxergá-los com desconfiança, como estrangeiros, inimigos, invasores, eram também admirados por seus modos diferentes, pelos conhecimentos acadêmicos, pela fala culta, pela parafernália científica que traziam e pelos serviços que prestavam as pessoas, principalmente os doentes, pelo sertão. Já para os científicos os habitantes da província e seus hábitos (alimentares, culturais, sociais, políticos, familiares) e as relações que estabeleciam com a natureza muitas vezes causavam espanto e reprovação, eram confrontados com saberes e práticas fruto de um conhecimento empírico, popular e que funcionavam como entraves aos saberes das ciências. Mas também não faltavam admiração e reconhecimento de saberes tradicionais do sertão que se mostravam tão ou mais eficientes que os saberes científicos e que ultrapassavam seus doutos conhecimentos.

Na nota “Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão”⁷⁹ Freire Alemão dedica-se a ressaltar justamente o preconceito que sofriam por serem considerados estrangeiros e pela falta de compreensão da utilidade dos trabalhos que a Comissão realizava, gastando-se neles altas somas de dinheiro do governo que poderiam ser melhor aproveitadas. Nessa nota registra o seguinte:

Entre muitos preconceitos, como é o considerar-nos estrangeiros, e que viemos tomar suas terras, seus mitos, seus tesouros, e escravizá-los etc., etc., há entre a gente mesmo de gravata lavada, não sei se um sentimento de inveja; ou antes estão persuadidos que as rendas gerais procedem do Ceará, e assim não podem tolerar, ou antes clamam contra os ordenados dos membros da Comissão, que todos exageram muito e contra as despesas que a Comissão acarreta, Não fazem senão lastimarem-se fazendo comparações, dizendo: gasta-se tanto dinheiro (hem entendido, o Governo geral) sem grande necessidade e nós sofrendo tantas necessidades. Um nos dizia em Morada Nova: Se o Governo nos desse oito contos de réis somente faríamos aqui muita coisa de que temos necessidade.

Este episódio é também relatado no Diário, e até com mais detalhes. A pessoa que fez o comentário a que Alemão se refere trata-se de Eduardo Henrique

⁷⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão**, 1860. In: DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.313.

Girão, major da guarda nacional e membro de uma das primeiras famílias de Morada Nova. Segundo Alemão, disse ele: “com 10 contos de reis acabávamos a Igreja – fazíamos um Cemitério, uma Cadeia, e um açude para o povo e gasta-se dinheiro tão superfluamente.”

E comenta:

por algumas palavras entendi que ele se referia às despesas que faz o Imperador em suas viagens, e festas, instado que lhe era mui fácil fazer esta esmola, mostrei lhe que ele estava negando [enganado]. É um modo de pensar dos Cearenses e provavelmente da gente de outras províncias, que as grandes despesas que se fazem na Corte, contrastes, festas etc., deviam ser contos repartidos pelas províncias!!⁸⁰

A suposta presença de metais preciosos nas terras cearenses alimentava os anseios de muita gente pelo sertão, assim como era um dos principais fatores que motivava o apoio governamental a empreitada e foi responsável, em grande parte, pelo desgaste que sofrera. Segundo Freire Alemão essa era a mania da terra: todos julgavam ter em seus domínios minas e tesouros escondidos. Na nota “Conceitos populares a respeito de tesouros e riquezas do país”⁸¹ ele resume as indagações que sofriam em toda a província sobre as tão sonhadas e esperadas minas:

Por toda a província éramos questionados, não só pelo povo rude mas por gente de gravata lavada sobre as minas que havíamos descoberto; e mostravam-se incrédulos quando lhes afirmávamos que nada se havia achado. Estando prevenidos de que só vínhamos buscar minas e riquezas, e que de tudo fazíamos segredo. Este preconceito pairava sobre nós e nos fazia suspeitos para com esta boa gente.

Mas as esperanças da gente do sertão não se resumiam apenas às minas, outros anseios ficavam claros na fala do povo. Em conversa com o dono da casa na qual se hospedou em Vargem da Serra, Alemão viu-se diante de questões que julgava impertinentes:

Contava ele que nós (digo, a Comissão) vínhamos ao Ceará descobrir Minas de metais preciosos, faltar a Província de águas e ensinar a trabalhar: porque, dizia ele, nós estamos ainda muito brutos, na sua terra (parecia que se referia a Europa) há tantos meios de abreviar o trabalho, que nos desconhecemos, vejo coisas vendidas por preço tal que seria impossível faze-los entre nós (isto é o Ceará) referia-se sem duvidas aos artefatos europeus. Eu aqui tenho tanto trabalho para plantar, limpar, e de fazer a mandioca em farinha, desejava ver algum meio de fazer esse serviço mais depressa; e era nisto, como em outras coisas, que ele esperava que a Comissão desse ou ensinasse

⁸⁰ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 317, p.257.

⁸¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Conceitos populares a respeito de tesouros e riquezas do país*, 1860. In: DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.311.

modos de facilitar os trabalhos, e quando eu lhe expliquei qual era o objeto da minha Seção e da do Lagos o homem caiu das nuvens e não podia compreender-me; e enfim disse: Já vejo, que com os senhores não ganho nada.⁸²

O curioso aqui é que os questionamentos desse senhor não eram alheios aos propósitos da Comissão. Seus anseios estavam diretamente relacionados às necessidades práticas da agricultura no Ceará. Este homem reconhecia que precisavam de ensinamentos para aprimorar e tornar mais produtivo seu trabalho na lavoura e que era de fora que viriam esses conhecimentos. O ensinar a trabalhar seria, portanto, a maior contribuição que a Comissão daria aos cearenses. Ao que nos parece Freire Alemão isentou-se de dar-lhe explicações nesse sentido, não quis, não se interessou em alongar esse diálogo e não atendeu as expectativas do seu interlocutor. Capanema provavelmente assumiria outra postura, afinal em muitas de suas colocações defende que era a falta de instrução era a grande responsável pelos males do país e que a indolência e falta de produtividade do povo só seria resolvida quando fossem feitos investimentos na qualificação do povo para saberem tirar proveito das riquezas da nação. Em seus Ziguezagues Capanema lança uma série de “perguntas inofensivas” (direcionadas ao governo) onde questiona esse assunto:

Não seria mais bonito para vós, senhores do governo, que tratásseis de estudar a fundo as causas do atraso moral do povo, as causas da sua inércia, e de remediardes todos esses males?

[...]

Não digais que o nosso povo é indolente, ide às oficinas mecânicas, publicas e particulares, entrai nas fábricas de tecidos da Bahia (...) e ide assim correndo por Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará; encontrareis numerosíssimos exemplos de que o povo brasileiro não é indolente: trabalha tanto como qualquer outro. O que precisa é de impulso. (...) Tratai de utilizar as forças perdidas, e vereis se não nos transformamos com rapidez em coisa que se pareça com uma nação.⁸³

As tensões e estranhamentos advinham de outras forças, perpassam também o campo institucional e político do Império. As interações e trocas de favores e farpas entre os membros da Comissão e as forças políticas (locais e nacionais) fizeram-se presentes mesmo antes da viagem ao Ceará. Como ressaltamos anteriormente, Capanema fez todo um jogo com Dias e Gabaglia para atrasar a saída deles para o Norte até que o ministério chefiado pelo

⁸² ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 13, p.46-47.

⁸³ CAPANEMA, Guilherme Schurch de. *Ziguezague da Seção Geológica da Comissão Científica do Norte*. In: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. (Coleção Comissão Científica de Exploração, 1). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 228-229.

Marquês de Olinda tivesse um fim. Capanema foi o membro da Comissão que mais se envolveu em querelas políticas nesse período. Em seus escritos relatou alguns dos conflitos enfrentados por causa das oposições e questionamentos acerca dos trabalhos desenvolvidos pelos científicos no Ceará. Os Ziguezagues são repletas de críticas e alfinetadas que se direcionavam a companheiros de viagem, a presidentes de província, a intelectuais, políticos e ministros do Império. Os questionamentos a respeito da utilidade dos estudos que faziam pelo Ceará, feitos tanto pelos populares como pelos pares que estavam na Corte, eram por eles rebatidos:

Refere o padrão uma história do Rio, muito característica: ali certo homem grande, que tinha carta para dar conselhos ao *império* disse que o velho Freire Alemão (o nosso presidente) tinha alguma coisa de doido, porque andava só nos matos colhendo raminhos, e que se podia ser grande botânico sem todas essas patacoadas! Pobre Freirinho, se fosse visto por esse senhor, seria condenado a viver nalgum hospício, porque, se o tio passava por doido, este então devia ser varrido. Não escarneçam do Exmo. Conselheiro que soltou tão aristocrática reflexão: é um respeitável tipo da grande maioria desses que se gabam de nos governar e legislar. (...) A grande sabença, ao ver desses senhores, consiste em conhecer o que os estranhos fizeram nas suas respectivas terras em prol da prosperidade delas; alguém que procure, entre nós, proceder em benefício da pátria do mesmo modo como os outros fizeram para lá, passa por doido!⁸⁴

De acordo com Capanema, a falta de entendimento da importância que os serviços que desempenhavam no Ceará tinham para a Nação era a causa das críticas e incompreensões. Esse debate serve-nos para perceber o jogo de interesses e favorecimentos pessoais envolvidos na escolha e desempenho dos trabalhos da Comissão. Mostra-nos também as muitas barreiras que a ciência brasileira enfrentava para sua consolidação, que dependia quase sempre de relações personalistas alicerçadas na proteção ou não do governo. A postura de membros da Comissão diante dessas situações estavam diretamente ligadas as suas posições sociais, políticas e profissionais adquiridas perante o Império e o Imperador. Enquanto Capanema usa os Ziguezagues como um espaço para, além de falar de coisas da ciência, da cultura e da política em geral, servir de “porta voz aos liberais, rebatendo as ideias defendidas pelo Partido Conservador em diversos assuntos”⁸⁵. Freire Alemão, exímio defensor da monarquia e do Imperador, assume uma posição conciliadora quando se trata de críticas vindas da Corte, poucas vezes em seus escritos refuta os posicionamentos contrários a Comissão, prefere isentar-se ou ser sintético e objetivo quando tratava de questões tensionais

⁸⁴ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.257-258.

⁸⁵ PORTO ALEGRE, 2006, p.53.

que poderiam causar indisposições com figuras do governo ou nomes das ciências do país. Vale ressaltar que em nenhum momento as críticas de Capanema e Alemão dirigiram-se a pessoa do Imperador Pedro II.

Mesmo a postura mais conciliadora e pacífica de Freire Alemão não o fez abster-se de escrever sobre as apreciações desfavoráveis que chegavam da Corte. E é ele quem nos esclarece de onde vinham as críticas de “certo homem grande”, conselheiro do império a que Capanema se referia na passagem citada anteriormente. Tratava-se de Alexandre José de Mello Moraes, ou simplesmente Dr. Mello Moraes, médico e historiador, autor da *Chronica geral do Brazil* (Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1886). De acordo com Freire alemão, Mello Moraes escrevera o seguinte:

Agora estando lendo a Corografia Histórica etc. etc., do Dr. Mello Moraes, aí encontramos no tomo dois, página 449, o seguinte: o governo do Brasil, até agora, só se tem limitado a gastar com mãos largas, e improficuamente não só com o fantasma da colonização, como com outras coisas de nem uma utilidade, como por exemplo, a viagem científica aparatosamente decretada, que o resultado provável que há de apresentar, é envergonhar-nos com o estrangeiro. Não era mais proveitoso mandar-se colonos para o cultivo das serras, que uma comissão a apanhar borboletas, e ossos de animais esbrugados pelos urubus? Se a comissão científica fosse explorar as minas de metais preciosos e diamantes para nos dar um verdadeiro conhecimento das riquezas delas; demarcar topograficamente. O continente brasileiro, para facilitar aos geógrafos o conhecimento da nossa terra, mui proveitoso seria, porém gastar-se tanto dinheiro com a classificação das plantas já por demais estudadas, não só pelos naturalistas de uma dificuldade a toda a prova, por que em parte não são conhecidos em todas as províncias, pelos mesmos nomes; e assim deixando duvidas, seria um grande serviço feito à ciência, se alguém se propusesse a indicar-se a pronúncia das plantas do Brasil e a sua aplicação em relação usual à medicina e às artes. Não sei se esta tirada é do próprio Sr. Mello Moraes; parece-me de Ângelo Germon, porquanto a sua obra é um conjunto informe de tudo quanto ele achou [riscado uma palavra] ou pode achar [riscado uma palavra] escrito sobre o Brasil e que todavia tem sua utilidade.⁸⁶

Oposições surgiram de todas as partes, o trabalho dos científicos no Ceará foi marcado por contrariações, barreiras, dificuldades de deslocamento, atrasos, disputas, desentendimentos e vários outros problemas que ao acompanharmos a marcha da Comissão pelo território cearense iremos identificar.

De março a agosto de agosto de 1859 os científicos permaneceram em Fortaleza. O período das chuvas impossibilitou a ida imediata ao interior da província, assim como a demora na aquisição de animais para o transporte e de mantimentos para os mesmos. Durante

⁸⁶ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 247-248, p.472.

os cinco meses que permaneceram em Fortaleza as Seções não permaneceram inativas, trabalharam em torno da capital, nas localidades que prometiam interessantes investigações como Pacatuba, Maranguape e Messejana.

Na segunda quinzena de agosto de 1859 a Comissão iniciou sua viagem pelo interior cearense. Por conveniência de abastecimento, diversidade e proximidade de estudos e afinidades pessoais dividiu-se a comitiva em três turmas. A primeira era composta das Seções Botânica e Zoológica e levava consigo o pintor José dos Reis Carvalho e seguiria pelas margens do Jaguaribe; a segunda, das Seções Geológica e Etnográfica, cujos chefes Capanema e Gonçalves Dias nutriam fortes laços de amizade⁸⁷, viajaria seguindo o caminho de Baturité e Quixeramobim e a terceira era formada apenas pela Seção Astronômica e Geográfica que, para dar maior fluidez e rapidez aos seus trabalhos, subdividir-se-ia em algumas outras turmas, coordenadas pelos adjuntos de Gabaglia, os quais seguiriam por diversas direções do espaço geográfico cearense.

Antes de partirem de Fortaleza combinaram o reencontro no Crato. A primeira a sair de Fortaleza foi a turma das Seções Botânica e Zoológica, no dia 16 de agosto, a caminho de Aracati. As Seções Geológica e Etnográfica partiram no dia seguinte. A seção Astronômica saiu pouco depois⁸⁸ da capital, na direção da Serra Grande.⁸⁹

Conforme relata Gonçalves Dias, na Parte Histórica dos Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, as seções Botânica e Zoológica, depois de algum tempo de demora no Aracati, seguiram as margens do Rio Jaguaribe, de onde rumou para Icó, à época, importante cidade do centro da Província. De Icó partiram para a região do Cariri, em viagem para o Crato, aonde chegaram em dezembro de 1859. De lá, atravessaram o Araripe e

⁸⁷ Gonçalves Dias e Capanema eram colaboradores, amigos íntimos, confidentes e compadres (Capanema era padrinho da filha de Dias, falecida em 1856, e Dias era padrinho da primeira filha de Capanema) Em suas cartas a Capanema, Dias sempre pergunta pela comadre e pela afilhada: “Adeus, muitas saudades a minha comadre, notícias da minha afilhada e do segundo que espera (...), saudades do teu amigo do coração, G. Dias - 02/02/1857.” (DIAS, 1964, p.210) / “Adeus, muitas saudades a minha comadre, muitos beijos a minha afilhadinha e lembranças do teu amigo, G. Dias - 03/05/1857.” (Ibid., p.217) O teor das cartas trocadas pelos dois serve-nos para identificar o grau de amizade e intimidade entre eles. Conversavam sobre tudo: assuntos profissionais, científicos, literários, sentimentais e familiares. Gozavam de liberdade para expressar um para o outro seus mais sinceros pensamentos e posições. Durante a estadia no Ceará estavam sempre juntos, suas Seções deslocaram-se pelo mesmo itinerário e compartilharam alguns dissabores e contratempos (explanaremos mais adiante). Era para Capanema que Dias contava suas alegrias, suas intenções profissionais, o andamento dos seus trabalhos, suas agruras, seus problemas financeiros e com a esposa (chegava a falar das intimidades do casal – “Minha mulher parece ter uma constituição para uso do sexo [...]” G. Dias - 17/03/1857 - Ibid., id., p.214) e vice-versa.

⁸⁸ Gonçalves Dias, que é quem nos informa as datas de saída das seções de Fortaleza nos Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, não faz referência a data exata da saída da seção Astronômica, no entanto, pelo contexto de seus escritos, percebemos que todas as seções saíram de Fortaleza na mesma semana.

⁸⁹ Nos anexos desse trabalho, páginas 213, 214 e 215, apresentamos um esboço cartográfico do trajeto percorrido pelas Seções da Comissão no território cearense.

chegaram até o Exu, em Pernambuco. De volta ao Ceará, Lagos deteve-se um pouco mais na vila de Jardim, enquanto Freire Alemão voltou por Barbalha para o Crato. Debilitado fisicamente, Alemão partiu do Crato para Fortaleza, em abril de 1860. Deixou a Seção Botânica sob responsabilidade de seu adjunto e sobrinho, Manuel Freire Alemão. Tendo conseguido dois meses de licença viajou para o Rio de Janeiro, retornando ao Ceará apenas em agosto de 1860, quando se encontrava sua Seção em Baturité. Durante sua ausência, Manuel Freire Alemão, acompanhando a Seção Zoológica, foi do Cariri até Assaré, percorrendo suas serras. Do Assaré passou para a Vila de Tauá, enriquecendo seu herbário com as espécies desta parte da Serra Grande. Na volta de Tauá, Manuel Freire Alemão ou Freirinho⁹⁰, como era conhecido, separou-se da Seção Zoológica e seguiu por Mombaça até Baturité, retornando daí para Fortaleza, onde o aguardava Freire Alemão.

A segunda turma, formada pelas Seções Geológica e Etnográfica, seguiu pelo centro da província, a caminho de Pacatuba e Acarape, onde percorreram a Serra da Aratanha e visitaram os sertões do Jatobá. Daí partiram para Baturité, foram à Serra Aguda, à Serra Azul e aos sertões das Itans e, do outro lado da Serra de Baturité, visitaram Canindé e as minas de ferro de Cangati. De Baturité prosseguiram por Quixadá, Quixeramobim, Lavras e Icó. Do Icó seguiram para o Crato, aonde chegaram a janeiro de 1859 e encontraram-se com as Seções Botânica e Zoológica. Do Crato, a Seção Geológica deslocou-se para o Exu, em Pernambuco. De Exu, Gonçalves Dias retornou ao Crato, com o objetivo de explorar seu arquivo municipal, que já havia sido objeto de estudos de João Brígido⁹¹, autor dos

⁹⁰ Médico e botânico, Manuel Freire Alemão era sobrinho de Francisco Freire Alemão e veio ao Ceará como adjunto da Seção botânica. Foi grande colaborador de Freire Alemão nos estudos botânicos desenvolvidos no Ceará, assumindo inclusive a chefia dos trabalhos da Seção Botânica quando seu tio ausentou-se por dois meses da província. Durante sua estadia nas terras cearenses prestou serviços médicos em várias localidades - antes mesmo de adentrar pelo interior cearense visitou o povoado de Acarape, a pedido do presidente da província, que enfrentava uma epidemia de bexiga. Segundo Braga (2004), quando retornou ao Rio de Janeiro foi nomeado diretor da Seção Botânica do Museu Nacional, em agosto de 1861. Freire Alemão deixou sob sua responsabilidade a tarefa de estudar as plantas medicinais da flora cearense. Em 1862 publicou no primeiro folheto da Seção Botânica o trabalho “Considerações sobre as plantas medicinais da flora cearense”. Faleceu, precocemente, em maio de 1863, vítima de um aneurisma.

⁹¹ João Brígido dos Santos foi um dos responsáveis pelos primeiros estudos e publicações a respeito da História do Ceará, junto com Tristão de Alencar Araripe, Pedro Theberge e Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Cronista, jornalista, historiador, advogado e político, nasceu no Espírito Santo em 1829. Iniciou sua atividade jornalística em meados do século XIX, no jornal que fundou e dirigiu, “O Araripe”, na cidade do Crato - região do Cariri cearense. Posteriormente, colaborou com “O Cearense”, do senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Em 1861, já morando em Fortaleza, foi aprovado em concurso para professor no Liceu do Ceará. Na política, iniciou-se em 1864, elegendo-se deputado provincial. Foi ainda deputado geral (1878-1881), senador do Ceará (1892) e deputado estadual (1893-1894). Monarquista até à Proclamação da República Brasileira tornou-se um defensor do novo regime, até que fundou seu próprio jornal, “O Unitário” (1903), onde fazia oposição à oligarquia de Nogueira Accioli e retornava à sua posição de monarquista. Como escritor e pesquisador destacou-se publicando obras como *Simplificação da Grammatica Portuguesa* (1870) e, principalmente, sobre a História do Ceará, entre elas: *Resumo chronologico para a história do Ceará* (1887), *Miscelânea histórica* (1889), *O Ceará - lado cômico* (1899) e *Ceará - Homens e fatos* (1919), considerada sua mais importante obra do ponto de vista

*Apontamentos para a história dos Cariris*⁹² e o arquivo eclesiástico de Missão Velha. Do Cariri, Dias e Capanema iniciaram um trajeto que terminaria em Fortaleza, percorrendo uma parte da província de Pernambuco – as localidades de Exu, Jardim, Milagres, São José de Piranhas, Souza e Pau dos Ferros, retornando ao Ceará nas imediações do Vale do Jaguaribe – Limoeiro, Russas, Aracati, de onde se deslocaram para a capital do Ceará.

Saindo de Fortaleza, a parte da seção Astronômica e Geográfica que seguiu viagem sob a responsabilidade de Gabaglia dirigiu-se para Itapipoca, fazendo incursões pela Serra de Uruburetama e Serras vizinhas. Prosseguiu para Sobral e logo após para Ipú. Da Vila do Ipú dirigiu-se para Campo Grande, São Gonçalo, chegando até a Vila do Príncipe Imperial, no Piauí. Retornando ao Ceará por Crateús, seguiram para o Crato, de onde se encaminharam para Fortaleza, percorrendo trajeto parecido com o da Seção Botânica. A falta de conhecimento do relatório final do chefe da seção, que assim como o de Gonçalves Dias não foi publicado, nos impossibilita conhecer com detalhes o percurso que a Astronômica fez pelas terras cearenses.

No início de 1860, achavam-se reunidas no Crato quatro das Seções da Científica, faltando apenas a Astronômica. Enfrentavam graves problemas financeiros por falta de liberação das verbas que havia deixado na tesouraria da Província para o pagamento de serventes e cargueiros. No Crato, a Comissão deveria descansar, esperar a passagem do inverno, estudar o material recolhido até então, fazer apontamentos e notas e dali seguir viagem pelo Ceará e por outras Províncias. No entanto, cortes financeiros e falta de esclarecimentos ao presidente da Comissão acerca da liberação dos recursos para a jornada acabaram levando à decisão de retorno antecipado das seções à Capital da Província, isso aconteceu em março de 1860, um ano antes do que havia sido planejado quando se retiraram de Fortaleza, em agosto de 1859.

O desgaste da Comissão em meados de 1860, conforme Dias (1862), já era grande. Não se dispunha mais de meios para uma excursão tão larga quanto desejavam. No Ceará e na Corte muitas eram as críticas e cobranças. Em Fortaleza, combinou-se um novo

historiográfico. Com o livro *Apontamentos para a história do Cariri* (1888) tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. É o patrono da cadeira nº 14 da Academia Cearense de Letras e da Cadeira nº 17 do Instituto Cultural do Cariri. Morreu cego, com mais de noventa anos de idade, em 1921. (Fonte: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoaBSant.html> e <http://www.ceara.pro.br/ACL/Patronos/JoaoBrigido.html>. Acesso em: 08/09/2011)

⁹² Os *Apontamentos para a história dos Cariris* começaram a ser publicados a partir de 10 de fevereiro de 1859, no Jornal Araripe, que João Brígido editava no Crato. Segundo Braga (2004), na ordem cronológica é o primeiro trabalho da historiografia cearense. Procede ao *Esboço histórico sobre a província do Ceará*, de Pedro Thérbege e a *História da Província do Ceará* de Tristão de Alencar Araripe. Os apontamentos foram primeiramente publicados no *Araripe*, em 1859 e depois no *Diário de Pernambuco*, em 1861, anteriormente à obra de Tristão de Alencar Araripe, cuja publicação foi iniciada em novembro de 1862, também no *Diário de Pernambuco*.

itinerário para cada seção, não conforme seria mais vantajoso, mas como era possível nas circunstâncias em que se achavam seus recursos e seus membros. Os problemas enfrentados pela Comissão extrapolavam os financeiros, decorriam também das condições climáticas, das precariedades do sertão, dos conflitos pessoais entre alguns de seus membros, dos mal entendidos com as autoridades e populações locais e de problemas de saúde enfrentados por quase todos os membros da Comissão, que chegaram a levar dois deles ao óbito.

A imagem da Comissão estava bastante desgastada. Os científicos passaram a enfrentar contrariedades no Ceará logo nos primeiros meses depois que aportaram por aqui. Foi alvo de ataques e adquiriu alguns nomes e apelidos que denegriam sua reputação. Comissão das Borboletas e Comissão Defloradora foram dois nomes atribuídos a Científica para fazer referência ao comportamento pessoal e profissional reprovável de alguns de seus membros. O apelido de Comissão Defloradora refere-se ao comportamento boêmio de alguns de seus integrantes, especialmente Gonçalves Dias, Capanema, Gabaglia e o pintor José dos Reis Carvalho, pregado por alguns desafetos que possuíam na Corte. A residência formada por Capanema em Fortaleza alimentou o falatório do povo. Segundo Braga (2004),

Surgiram conquistas fáceis, mancebias transitórias, relações pouco recomendáveis, dando uma gostosura toda especial aos mexericos. Em suas pândegas, os rapazes não raro se excediam. Certa feita, em pleno dia, banharam-se nus na praia fronteira ao local ora ocupado pelo Passeio Público.⁹³

Um episódio em especial marca a passagem dos naturalistas por Fortaleza, em 1859. Conforme Pinheiro (2002), que relata tal fato alicerçada em correspondências de Capanema, um determinado *Relatório*, assinado por alguém que se identificou como *Investigador* do qual não se conhece a identidade, retrata o comportamento, pouco recomendado, adotado por alguns membros da Comissão. O *Relatório*, segundo Braga (2004) trata-se do “Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará” (In: B. N. Sec. Miss, I-5, 3, 43) e seria de autoria de Freire Alemão.⁹⁴ Nesse relatório, os ataques a Capanema e Dias são diretos e encontramos detalhes da conduta deles no Ceará:

Logo, pois que ele [Capanema] se lhes reuniu, apossou-se do deplorável Gonçalves Dias, que de mais tempo se deixara fascinar e dirigir por ele, e

⁹³ BRAGA, 2004, p.58.

⁹⁴ Somente Braga atribui esse relatório a Freire Alemão. Porto Alegre (2006) e Pinheiro (2002) nos informam que esse documento é de autoria desconhecida.

como estes dois foram mais outros para uma casa onde Capanema estabeleceu logo uma orgia continuada, escandalosa e pública, que injuriou e envergonhou a população daquela capital.⁹⁵

Quebraram o padrão de vestuário da época e adotaram o “uniforme científico”, como chamava Capanema.

Nada de sapatos reluzentes, sobrecasacas pretas e chapéus altos. Aproximaram-se da camisa e ceroulas do povo. Enquanto esteve na capital ele [Capanema], e os companheiros das orgias, formando um grupo, vestidos indecentemente com calças largas chamadas bombachas, de jaquetas, chinelos e chapéus de palha, percorriam as ruas mais públicas, e se alguma moça encontravam a janela, faziam-lhe provocações e dirigiam-lhes gracejos tão atrevidos como impudicos.⁹⁶

Esse mesmo *Relatório* informa que Capanema foi algumas vezes encontrado pelas rondas noturnas em completo estado de embriaguez, caído nas ruas. Era levado para o corpo de guarda e depois de reconhecido mandavam levá-lo para casa. Diante do impasse quanto à certeza da autoria desse relatório, não há como descartar a possibilidade de ser um ataque político e pessoal dirigido à Capanema, como também não podemos desconsiderar a veracidade de tais fatos e de terem ocorrido tal como relatado.

Vale ressaltar que a relação de Capanema e Alemão não era das mais harmônicas. Os dois divergiam em vários aspectos profissionais, pessoais e científicos. Em seu Diário de viagem Freire Alemão sempre que se refere a Capanema ressalta a frieza e indiferença do colega para com ele. Quando acontecia dos dois estarem na mesma localidade, Capanema quase nunca o visitava e evitava seu convívio. Ao chegar a Fortaleza, por exemplo, em junho de 1859, Capanema não ficou no sobrado onde o restante da Comissão estava hospedada desde fevereiro. Antes de sua chegada, Gabaglia alugou uma casa para recebê-lo, para onde também se transferiu Gonçalves Dias. “Livraram-se da presença austera de Freire Alemão e com o recém chegado entregaram-se à vida boêmia.”⁹⁷ E quando encontraram-se no Crato, em janeiro de 1860, assim relata Alemão como foram seus contatos com Capanema:

De tarde depois de termos jantado, eu estive no quarto do Lagos onde vimos chegar o Capanema, Garrido, Dias, Coutinho, acompanhados de outros cavalheiros passando pela rua do vale, que fica no fundo das casas em que moramos. Villa Real e Manuel, que estava em cima, vendo-os passar, os saudaram e chamaram-nos; eles seguiram para a casa do Ratisbona. Eu

⁹⁵ PINHEIRO, Rachel. **As Histórias da Comissão Científica de Exploração** (1856) nas cartas de Guilherme Schuch Capanema. Dissertação de Mestrado. Campinas / SP, [s. n.], 2002, p. 122.

⁹⁶ PINHEIRO, 2002, p.123; BRAGA, 2004, p.58.

⁹⁷ BRAGA, 2004, p. 57.

mandei um ordenança visitá-los e oferecer nossa casa, enquanto a não tivessem. a resposta nos trouxe o ordenança foi: que já tinha casa.

Então eu disse ao Lagos (que já não tinha falado em irmos ou não visita-los, mas que parece quiseram eles que deviam vir apresentar[-se] ao Presidente da Comissão), disse eu: a noitinha, se eles não tiverem vindo, vamos visita-los, para tirarmos toda a presente da queixa. O Lagos aprovou, e lembrou que devíamos [ir] cada um separadamente para não parecer que o faziam com solenidade, e logo depois se apresenta e os foi visitar. Eu saí à hora do meu costume, o Reis saiu ao mesmo tempo, e os achamos sentados à porta do Dr. Ratisbona. Receberam-me mui friamente.

Dia 26: De manhã trabalhei estudando e desenhando, tive a visita do Pe. Lima Seca. Veio depois o Capanema, entrou para a sala de dentro, esteve com Manoel e Villa Real mais de uma hora, e retirou-se sem me falar, estando eu na sala!!⁹⁸

Por mais que Capanema evitasse um convívio mais próximo de Freire Alemão no Ceará, os dois tiveram que dividir muitos assuntos, afinal, Freire Alemão era presidente da Comissão e tudo que Capanema precisasse durante a viagem deveria ser solicitado primeiramente a ele. Alemão registra também esses momentos de reunião para tratar dos interesses da Comissão. Em seu Diário, Alemão nos conta sobre um envolvimento amoroso de Capanema em Sobral. Segundo ele, o geólogo andou se encantando por uma moça, a mais bonita do lugar, e ainda arranjou competidores.

(...) saímos, e fomos para a casa do Sr. (pausa) o padrao do celebre Mundola, D. Raimunda a moça mais desembaraçada, requebrada, e garrida que aqui vimos, e que é por isso muito festejada, achamo-la com uma irmã à janela, e por fora na calçada uma roda de homens, nesta nos assentamos, e gozamos por algum tempo da conversa das duas, **a irmã D. Maria, que é a mais bonita delas, e talvez a menos requebrada, estava em outra casa. O Capanema, que é apaixonado dela, safou-se logo, pretextando que estava com frio;** a noite era de luar e começou a correr um vento que nos resfriava estando nós suados – **mas a verdadeira causa era a ausência da moça.** Tendo-nos demorado um pouco, nos despedimos eu e o Lagos, e quando íamos para casa vimos na porta do Sr. Alves um grupo de homens e senhoras, e achamos que era conveniente lá chegarmos. Eram o Alves, **o Numa (competidor do Capanema) e o Lucas, (também opositor dele e um dos filhos do Alves)** é que ambos faziam as suas cortes a seus ídolos; e as moças eram as 3 filhas do Sr. Alves, a D. Maria, a que nos faltava na outra casa, a irmã do Mundola, detivemo-nos aí um pouco.⁹⁹

Aventuras amorosas foram vivenciadas por muitos dos membros da Comissão. Segundo informações que o presidente da Comissão nos dá através de seu Diário, o pintor José dos Reis carvalho “amava a boa pinga e chegou a viajar com rameira à garupa de seu

⁹⁸ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 233-234, p.190.

⁹⁹ *Ibid.*, folha 170, p.419. (Grifos nossos)

cavalo”¹⁰⁰; Villa Real e Manoel¹⁰¹ tinham o faro de namorar quanta menina viam e Lagos tinha a mania de conquistador. Capanema refere-se a Lagos em uma carta a Gonçalves Dias como o feliz irmão e segundo sua visão “ele [Lagos] continua a ser pedra de escândalo da Comissão (...) leva a namorar em vez de trabalhar.”¹⁰² As implicâncias entre os dois afloraram mesmo antes da chegada ao Ceará.

Em Aracati, Villa Real e Lagos envolveram-se na seguinte questão: gracejavam com umas moças, cuja casa ficava nos fundos da que estavam hospedados, e seu irmão, um menino de 12 para 13 anos, foi tomar satisfação, querendo saber quais eram suas intenções, já que a moça estava certa que desejavam casamento (segundo ele, essa era uma mania da terra: “em se cortejando, as moças entendiam logo que é arranjo de casamento”¹⁰³). Quem nos conta o caso é Freire Alemão:

O pateta do Villa Real, e M. também se mete na dança, tem o faro de namorar quanta menina vê, e põe-se constantemente na varandinha a fazer gaiatices para as meninas e a irmã deste rapaz tomou o negócio a serio e não saiu também do quintal, ou do sobradinho da cozinha de sua casa. O Lagos e o Reis também se divertiam com as meninas tocando uma cornetinha de capa que as viam sem compreenderem, e elas davam muxoxos e arrenegavam. Mas vamos ao caso: o tal menino chegou com tal desembaraço ao Lagos e Villa Real e lhes perguntou, que tenção tinham eles a respeito de sua irmã. O Lagos deu-lhe uma resposta torta, mas o Villa real entrou a dar satisfações e depois de muita conversa em que o menino saiu-se, disse-me que suas irmãs eram umas namoradeiras, safadas; terminou por declarar-se e propor casamento a Villa Real¹⁰⁴

Na mesma folha do Diário em que relata esse acontecido Alemão acrescenta: “(...) já o mesmo Villa Real se achou [num] embaraço em Pacatuba, com uma das filhas de Manoel Valentim” Quando passaram pela povoação de Boa vista, em outubro de 1859, Alemão anota: “o nosso Lagos ficou enamorado de uma das filhas do ferreiro, (que realmente era bonitinha) e procurou todo o pretexto para ir conversar com ele, o que parece que deu cuidados ao nosso vigário.”¹⁰⁵

De acordo com Porto Alegre (2006), aventuras amorosas mesmo, quem as teve foi

¹⁰⁰ BRAGA, 2004, p.59.

¹⁰¹ Trata-se de João Pedro da Villa Real, que juntamente com seu irmão – Lucas Antônio Villa Real, era o naturalista preparador da Seção Zoológica e Manoel Freire Alemão, adjunto da Seção Botânica e sobrinho de Freire Alemão.

¹⁰² CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Carta de Capanema a Gonçalves Dias** – 11/03/1859. In: DIAS, A. Gonçalves. **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias**. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.91, 1971, p.104.

¹⁰³ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 46, p.70.

¹⁰⁴ *Ibid.*, folha 46, p.70.

¹⁰⁵ *Id.*, folha 98, p.106.

Gonçalves Dias, “que em certo momento supôs até ter deixado uma filha pelo caminho.”¹⁰⁶ Seria essa filha fruto de um envolvimento com uma mulher que “faz seus favores a quem lhe paga”¹⁰⁷ e que chegou a pedir ajuda financeira ao suposto pai. O caso resolveu-se “com a descoberta que o verdadeiro pai era outro, livrando da responsabilidade o inocente Gonçalves Dias, que até dinheiro mandava para ajudar na criação da suposta filha.”¹⁰⁸

As façanhas amorosas dos científicos rendeu-lhes na Corte a alcunha de borboleteiros¹⁰⁹, que se referia tanto ao descompromisso deles com os trabalhos científicos e as atividades desnecessárias, como caçar borboletas, quanto ao comportamento considerado indecoroso e imoral praticado no solo cearense. Na sua História da Comissão Científica, Braga (2004) apresenta a seguinte informação:

O certo é que esses deslizes não ficavam confinados á Província. Ecoavam exageradamente na Corte, indispondo Governo e Parlamento contra a Comissão. Passaram a ser explorados por desafetos, como Melo Moraes¹¹⁰, por exemplo, que tinha velhas contas literárias a ajustar com Gonçalves Dias, Lagos e Capanema, solidários com Joaquim Norberto nas suas críticas ferinas aos trabalhos do historiador alagoano. Vaidoso, aguardou uma oportunidade para vingar-se. Comentou os mexericos vindos do Ceará nas rodas literárias e políticas, instilando o seu azedume até nas páginas da sua Corografia Histórica, onde, entre outras coisas, estranha que se gastasse tanto dinheiro em apanhar borboletas. A “deixa” foi aproveitada por um seu parente, o Senador Antonio Luis Dantas de Barros Leite, para, no Senado, chamar a expedição de comissão das Borboletas, pejorativo que ganhou foros de cidade.¹¹¹

Dos chefes de Seção da Científica, somente os nomes de Freire Alemão e Gabaglia foram poupados em escândalos relacionados à moral e a envolvimento amorosos. Gabaglia fugia do padrão boêmio dos outros colegas. Não se envolveu em relacionamentos indecorosos, mas foi no Ceará que Gabaglia encontrou seu amor e por aqui mesmo casou. Sua noiva era de Sobral, filha de um proprietário de terras na Ibiapaba, e os dois casaram-se pouco antes do retorno da Comissão para o Rio de Janeiro. De acordo com Freire Alemão, o

¹⁰⁶ PORTO ALEGRE, 2006, p.107.

¹⁰⁷ DIAS, 1971, p.198.

¹⁰⁸ PORTO ALEGRE, 2006, p.108.

¹⁰⁹ Segundo Porto Alegre (2006, p.104), Machado de Assis, em comentário feito à comédia de Sardou, encenada no Teatro Ateneu, sintetiza o que se entendia por “borboletas” e segundo o escritor estaria relacionado a necessidade que os maridos têm de variar de ocupações, de hábitos e de mulheres. Borboleteiro seria então uma palavra associada a namorador.

¹¹⁰ Informamos anteriormente, na página 59, que Freire Alemão tomou conhecimento dessas críticas de Melo Moraes a Comissão. De acordo com o estudo de Braga, as motivações para essas indisposições estariam relacionadas à atuação literária deles. Braga também apresenta nomes de alguns desafetos dos científicos, especialmente de Capanema.

¹¹¹ BRAGA, 2004, p.59-60.

casamento de Gabaglia deu-se em 15 de junho de 1861, 28 dias antes da partida do Ceará – “Antes do jantar recebi um ofício do Dr. Gabaglia, (...) ofício que me incomodou um pouco; mas... e uma carta cheia de cumprimentos e dando-me parte do seu casamento, que teve lugar no dia 15.”¹¹² (Parece-nos que Freire Alemão não gostou muito de ter sido noticiado sobre o casamento de Gabaglia só depois do mesmo ter acontecido). Quanto ao comportamento de Freire Alemão, à época já um sexagenário, é sempre retratado como sendo reservado, conservador. No entanto, é o próprio Freire Alemão que em seus escritos pessoais apresenta alguns indícios de que participava de alguns encontros mais reservados no quarto de Lagos e que cortejava algumas moças – “às 8h tomamos chá no quarto do Lagos em boa companhia (eram 4 negrinhas do Crato)”¹¹³

A relação do Botânico com Lagos não era das mais amenas. O Diário de Alemão nos apresenta inúmeras situações de desentendimentos entre os dois. O convívio estabelecido entre eles durante a primeira parte da excursão pelo interior, de agosto de 1859 a junho de 1860, não foi muito tranquilo para Alemão. No início da jornada ele destaca que passaram dias alegres, no entanto, desavenças entre eles não demorariam a aparecer. No transcurso das viagens Alemão percebe que Lagos sempre queria morar separado dele nas localidades em que paravam por alguns dias.

Paredes meias está a casa de um negociante, o S^r. Teixeira, para cuja loja fui enquanto o Lagos andava procurando outra casa, parecendo-lhe que esta não era suficiente [quis acomodar-se na casa da Câmara, e lá dormiu uma noite com o Reis; mas afinal voltou a morar na casa do Aristides conosco. Temos notado que (apagado) provava sempre protesto para morar separado de nós, e sempre com o Reis; mas isto levo água no bico.¹¹⁴

As discordâncias são expostas claramente em um relato-desabafo escrito em novembro de 1859 quando estavam em Icó. A próxima citação é longa, nos manuscritos do Diário esse relato ocupa três folhas, mas serve-nos para conhecer em que questões e assuntos centravam-se os conflitos entre os científicos, assim como o papel que o presidente da Comissão atribuía ao governo, ele chega a escrever que ocupar-se da correspondência do governo era a primeira obrigação deles, sendo mais importante que os trabalhos científicos - a subordinação da expedição aos interesses do governo é fortalecida na escrita de Alemão. Ele questiona o comportamento de Lagos e os prejuízos que podia acarretar para ele e para a

¹¹² ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 342, p.538.

¹¹³ *Ibid.*, folha 203, p.173.

¹¹⁴ *Id.*, folha 100, p.108.

imagem da Comissão, reforça que Lagos envolvia-se constantemente em relacionamentos amorosos e que pouco se dedicava aos trabalhos zoológicos. Confessa que se soubesse que teria que arcar com tamanhos aborrecimentos e obrigações não teria aceitado o lugar que ocupava. E mais, transparece o jogo de interesses e a competição entre eles (todos eles desejavam projeção nacional e internacional no campo das ciências) – para Alemão as atitudes de Lagos deixavam claro que ele queria mandar em tudo e que não respeitava sua autoridade. Cogitamos que essas atitudes de Lagos estavam relacionadas ao papel que ele achava ser dele por direito, afinal, fora ele o porta-voz da ideia de criação da Comissão, julgava-se merecedor de privilégios, inclusive o de ocupar o lugar de presidente. Vejamos as palavras de Alemão:

E vínhamos nos aprontando (finalmente) para seguirmos para o Crato, e eu não só aborrecido com a demora, mas incomodado por não ter o Lagos me aprontado a correspondência do Governo; e tendo já prontos alguns ofícios, eu os não fichei ainda e quando que ele me apresentou, os que tinha de fazer; sempre, com receio de tocar nisso mas era necessário fazê-lo pois devia deixar a correspondência no Correio, e saindo da mesa lhe perguntei se não fazia os Ofícios respondeu-me mui simplesmente, não. Apenas me pude conter, mas não lhe disse nada; e vindo para a sala, perguntei-lhe de novo se não se fazia os ofícios, respondeu-me quem quer vai, quem não quer manda, e que estava muito ocupado, e que os fazia se tivesse tempo; Então deliberei-me a perguntar-lhe se ele estava nas ideias do Gonçalves Dias, e se fazia a correspondência por obsequiar-me? Disse que sim, e que eu podia agradecer-lhe se quisesse, pois nas Instruções nada havia a esse respeito, e replicando-lhe eu que nesse caso me havia enganado, e que eu estava persuadido que eles se haviam comprometido a fazer correspondência. É verdade, disse ele e que havia de fazer, mas quando tivesse os seus negócios concluídos: ao que observei, que eu se soubesse que havia de fazer a correspondência oficial, ou do Governo, de modo nenhum me teria encarregado do lugar que ocupo; e que isto era mais um motivo para eu mandar a (pausa) tudo isto (eu já estava fora de mim). Repeti-lhe muitas vezes que eu entendia que a correspondência do Governo era a nossa primeira obrigação, e que mesmo devia ser anteposto aos nossos deveres científicos etc. etc. O homem disparou, chamou-me ingrato, que o queria pisar etc. etc., que não se importava em mais nada, nem com o comboio, nem com o rancho, que só ia cuidar nas coisas de sua secção!!! Que todo o trabalho caiu sobre ele etc. etc. Eis aqui como isto vai! A direção do comboio ele a tomou por seu moto próprio. Os trabalhos da escrituração ele os tomou no Rio sobre si, sem que nunca me consultasse sobre isso. Veio para o Ceará trouxe todos os passos, as instruções e outros documentos consigo, trouxe tudo o que pertence à escrituração – papel, etc. etc. e o selo. Nunca nos entregou nada, nem nunca nos falou nisso, dispunha e dispõe de tudo como seu. Agora quando saímos da Capital recebeu o dinheiro e guardou sem a menor atenção para comigo, enfim tem-se apoderado de tudo, e de toda a direção, e eu faço em tudo isto, a figura de Pilatos no Credo. Ele é tudo, eu não apareci em nada, senão para assinar pedidos, de dinheiro, etc. (nem me importo com isso) e queixa-se de que tem muito trabalho!

É o caráter mais singular que conheço, desabrido, despótico, arrebatado, não atende a nada, não sofre a menor oposição a seus desejos nem aceita a mais pequena reflexão que o contrarie. E nos seus furores é indiscreto quanto se pode ser. O meu amigo Lagos; sem o querer, sem pensar nisso, reputa-se senhor do seu tempo, e desembaraçado de qualquer dever e responsabilidade. É um homem que viaja por si, a sua custa, e para si divertir, principalmente.

Quando chega a um lugar todos os seus cuidados se empregam em pôr-se em relação com a gente feminina, desde as casas altas até as mais baixas – e infames, rodeia-se de alcoviteiros, e de escravos que servem a seus fins, e dos quais se informa da vida particular das famílias, dando crédito as torpezas, mentiras, e calúnias dessa gente. Não suporta rivalidade, triste daquele que ele só suponha que lhe põe embaraço, ou que lhe faz concorrência: põe-no logo pela rua da amargura, e faz quantos desfeitas pode; triste da rapariga que lhe faz alguma renitência, esta é imediatamente coberta de baldões e de impropérios. As noites são todas entregues à devassidão – esta é para ele a sua primeira ocupação.

Segue-se o fazer-se caritativo, mas há quem duvide da legítima caridade - é este mais um meio de se insinuar e penetrar no seio das famílias e também satisfazer com isto um certo amor próprio, ou desejo de polarizar-se pelo rei da terra; porque tem ojeriza natural a quem tem certa elevação. Este é o seu segundo modo de empregar o tempo

Em terceiro lugar, ocupa-se em tomar-se famas, estatísticas, anedotices, histórias, indústrias etc. etc. Este é o seu terceiro empenho, que é sem dúvida útil, mas não lhe pertence, nem devia fazer esquecer outros deveres. Tem escrito resmas de papel; mas aí não se acha uma página de Zoologia! Tenciona sem dúvida apresentar esses trabalhos ao Instituto sem se lembrar, que é um meio de fazer reparar no pouco que se ocupa com os trabalhos de sua Secção.

Em quarto lugar a Zoologia, digo devia ser a Zoologia. Ora, aqui está como ele compreende a sua missão: trata de tudo, menos daquilo para que cá veio. E eu estou amarrado a ele, eu o sofro e ei de sofrer calado. E ele entende que eu lhe devo ser obrigado! Ficou muito enfadado, subiu para seu quarto, e não quis vir ao chá. Tudo isto me enche de aborrecimento e de tristeza e suspiro por me ver na mesma casa.

Enfim, tem praticado com Manoel picardias infames. O menino tem sempre escrito suas notas, com critério, e boa observação; pois o nosso homem já lhe botou dois livros, ou cadernos cheios de notas, um em Pacatuba e outro aqui no Icó. Este último estava cheio de incontentes estatísticas, sobre rios e suas origens sobre vegetação e sobre costumes. Que quererá dizer isto, será para se servir dessas notas? Ou será porque só ele apresenta as suas? Em qualquer caso o negócio é grave e o desabono muito pela marotice e abuso de confiança. Esta nunca pensei que ele a praticasse, e custou-me muito em acreditar, mas Villa Real e Manoel tem disso perfeita convicção.¹¹⁵

Alemão também expressa sua preocupação com a imagem de descompromisso e indecoro que estava sendo construída para a Comissão. Durante o trajeto para o Crato, quando estavam em Lavras, depois de mais alguns desentendimentos entre eles (pelos mesmos motivos de antes) ele comenta: “Depois me veio [Lagos] consultar sobre um sarau, que dizia

¹¹⁵ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folhas 121,122 e 123, p.121-123.

ele, o Teixeira lhe tinha lembrado, para o dia 2 de dezembro! Ao que respondi que isso nos não convinha, que fazia mal ver no Rio de Janeiro”¹¹⁶

No mês seguinte, quando se encontravam no Crato, parece que Lagos se redimiui. Nas memórias do dia 8 de dezembro de 1859 Freire Alemão escreve:

Tendo eu em ocasiões de grande desgosto, e de contrariedades escrito algumas notas duras sobre o Lagos, pede a Justiça que declare que aqui no Crato se tem tornado outro, trata-me melhor, escreve com toda a diligencia, e sem mesmo eu pedir-lhe a correspondência oficial. E está se ocupando mais, ou antes bem de sua Seção.¹¹⁷

O ano de 1860 trouxe consigo uma suposta paz para a relação dos dois. Logo no primeiro dia do ano Alemão registra como o comportamento do companheiro de excursões mudou, agora chegavam a compartilhar até mesmo momentos de diversão. Diversões essas que algumas vezes haviam sido alvo das críticas de Alemão.

Ele tem sua maneira particular de ver as coisas; e não me parece homem de convicções passadas, e sempre disposto a acreditar mal dos outros. Foi ele hoje muito pronto em responder aos ofícios, e depois as circulares aos companheiros, não deixando de me agradar.¹¹⁸

Segundo os escritos de Freire Alemão, a partir de então a relação entre os dois ficou mais amena e as implicâncias diminuíram. Já não discordavam tanto, mas também não se tornaram cúmplices e confidentes, como eram Dias e Capanema, por exemplo. De uma coisa temos convicção: se esses relatos do Diário pessoal de Freire Alemão tivessem sido divulgados naquela época teriam reforçado e confirmado muitas posições contrárias a Comissão e manchado ainda mais a sua imagem.

Um dos episódios mais conhecido e responsável pela construção de muitas anedotas sobre a Comissão na historiografia diz respeito à tentativa de aclimação de camelos nas terras cearenses. A ideia inicial foi de Capanema, que amparado em experiências da Sociedade Zoológica de Aclimação de Paris¹¹⁹ de introdução de camelos não nativos em regiões áridas, idealizou a vinda desses animais para o Ceará. O intuito era utilizar esses

¹¹⁶ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 161, p.145.

¹¹⁷ *Ibid.*, folha 182, p.160.

¹¹⁸ *Id.*, folha 201, p.172.

¹¹⁹ A Sociedade Zoológica de Aclimação de Paris foi fundada por Isidore Geoffroy Saint-Hilaire, visando à possibilidade de acostumar a climas diversos daqueles em que vivem originalmente animais que pudessem fornecer novos recursos e utilidades, como alimento, para uso industrial ou como meio de transporte. De acordo com Capanema, a sociedade nomeou delegados em toda a parte do mundo, e para o Brasil recaiu essa função para sua pessoa. (PORTO ALEGRE, 2006, p.137; CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.293.)

animais no transporte de materiais e mantimentos que acompanhariam a Comissão, mas principalmente, torná-los uma alternativa de transporte de pessoas e mercadorias nos períodos de estiagem, quando o estado das vias de comunicação ficava ainda mais precário e faltava água e alimento para os animais comumente usados: cavalos e bois.

A Sociedade Zoológica de Aclimação de Paris doou quatorze camelos, quatro machos e dez fêmeas, e providenciou quatro homens com experiência em cuidar desses animais e enviou para o Brasil. Esses animais chegaram a Fortaleza no dia 24 de julho de 1859. Segundo Braga, toda a cidade ficou agitada para receber os camelos, a praia ficou concorrida. Em meio à multidão encontravam-se diversas autoridades, inclusive o presidente da Província, João Silveira de Sousa.

Nunca viram aquelas praias tanto povo, ficaram coalhadas de gente, a notícia da chegada dos novos hospedes espalhou-se como relâmpago e não houve grande nem pequeno que não julgasse de seu dever assistir ao recebimento da nova gente; o mesmo presidente da província partiu a todo galope com seus dois ordenanças tinindo pelas ruas com os ferros de cortar queijo; multidão mais variegada, era impossível; as elegantes *toilettes* dos ornatos da cidade de envolta com os esfarrapados íncolas das cabanas.¹²⁰

Em seus *Ziguezagues*, Capanema dedica dois artigos (capítulos) para relatar essa experiência. Segundo ele, “quatro árabes acompanharam os camelos para os tratarem, e ensinar a lidar com eles aqui; embarcou-se forragem e medicamentos suficientes.”¹²¹

A ideia, agora posta em prática por Capanema¹²², apresentava-se como favorável. O transporte de pessoas e mercadorias pelo sertão era, até então, feito em carroças ou a cavalo. Em períodos de seca, quando geralmente morriam os animais de carga e o abastecimento do sertão ficava precário, aumentava-se o êxodo rural. O camelo aparecia como o animal adequado para substituir cavalos e bois, levando em consideração a resistência à fome e a sede apresentada por esses animais.

No Ceará, os dromedários¹²³ deveriam seguir para Quixeramobim e Granja, onde ficariam aos cuidados de particulares - o Cônego Antônio Pinto de Mendonça e o Senador Francisco de Paula Pessoa, segundo determinação do Ministro do Império. Capanema contrapõe-se a essa medida e solicita ao presidente da província, “apresentando-se como

¹²⁰ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p. 297.

¹²¹ *Ibid.*, p.294.

¹²² Em 1837 o senador Martiniano de Alencar, quando estava no comando da administração cearense, chegando uma Lei que autorizava a compra de dois casais de camelo para o Ceará, no entanto, leis posteriores de 1840 e 1843 suspenderam a sua execução e o projeto não saiu do papel.

¹²³ Os animais chegados ao Ceará eram dromedários, mas na maior parte dos escritos que tratam desse episódio são chamados de camelos e assim os chamaremos para não nos afastar do tratamento dado por esses apontamentos.

delegado da sociedade Imperial de Aclimação, e como iniciador da ideia representou que desde já não convinha distribuir os camelos aos fazendeiros a quem o governo imperial ordenara fossem mandados.”¹²⁴ Permaneceram por algum tempo na capital, por ser mais fácil acompanhar o comportamento no novo ambiente e onde se poderia com mais facilidade entender os árabes.

Passados alguns dias da chegada dos animais ao Ceará, Capanema e Gonçalves Dias resolveram experimentá-los, fazendo uma viagem até Baturité em um dos camelos. A experiência se deu a 14 de setembro de 1859. Capanema descreve como foi essa empreitada.

Os mouros armaram na corcova do único camelo manso, que se assemelhava a ninho de João de Barro, com uma abertura lateral. Assim arreado, trouxeram-no para o ponto de partida, no coração da cidade. Fizeram-no ajoelhar-se e, em seguida, foi devidamente peado nas mãos, para que se não levantasse. Os dois viajantes, vestidos a científica, encarapitaram-se na montaria. Tiradas as peias, o camelo levantou-se com tão violenta guinada para a frente, logo seguida de outra para trás, que quase sacode os viajantes fora da caranguejola em que se achavam metidos.¹²⁵

Essa viagem não teve resultados muito agradáveis, os viajantes suportaram-na até Pacatuba. Enjoados, machucados e cansados, continuaram a jornada a cavalo. Em outubro do mesmo ano, outra viagem com os camelos foi realizada até Baturité, dessa vez seguiram com os animais apenas seus tratadores argelinos. Levaram algumas cargas, mal acomodadas nos animais, chegando uma delas a cair e quebrar a perna de um camelo, que acabou morrendo dias depois. Essa viagem e o acidente não tinha nenhuma relação com nenhum membro da Comissão, mas não deixou de atingi-la, chegando a repercutir tal infortúnio na corte, envolvendo principalmente o nome de Capanema, que chegou a ser responsabilizado por tal acidente até mesmo pelo Chefe do Gabinete - Ângelo Muniz Ferraz, Barão de Uruguaiana e pelo Ministro do Interior - João Lustosa da Cunha Paranaguá, Marquês de Paranaguá. A partir de então, Capanema afastou-se (ou foi afastado) de qualquer responsabilidade com os camelos, passou a “não dá mais conselho algum a esse respeito, nem se importar com o resultado porque o governo declarou que ele não tinha que ver com os camelos. – Forte Ciomadá!”¹²⁶

A tentativa de aclimação do camelo no Ceará por iniciativa da Comissão Científica foi o episódio de maior conhecimento do público, não só entre seus contemporâneos, mas também nos tempos atuais. De acordo com Lopes (1996), no carnaval

¹²⁴ CAPANEMA, Ziguezagues, 2006, p.296.

¹²⁵ Ibid., p.297.

¹²⁶ Id., p.304.

do Rio de Janeiro em 1995, a Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense retratou em seu desfile a saga da Comissão. O título do samba enredo fazia alusão a fala de uma personagem da obra “a farsa de Inês Pereira” de Gil Vicente:¹²⁷ “Mais vale um asno que me carregue, que um camelo que me derrube”, a agremiação apresentou o samba enredo intitulado “Mais vale um jegue que me carregue que um camelo que me derrube... lá no Ceará.” “Não só o título do samba, mas o desfile como um todo ressaltou, principalmente, de forma jocosa, a experiência com os camelos no Ceará, abordando também a busca de um novo eldorado como objetivo primordial da Comissão.”¹²⁸ Curiosamente, Freire Alemão não faz referência em seus relatos a experiência de aclimação dos camelos e aos problemas que acarretou para alguns membros da Comissão.

Os animais que chegaram ao Ceará reproduziram-se, chegando ao número de 20 camelos. Em 1863 estavam reduzidos a três, por consequência de uma doença já conhecida nas outras tentativas de aclimação desses animais. De acordo com Braga (2004), os camelos que sobreviveram foram mantidos na fazenda do Coronel Francisco Fidelis Barroso, por indicação da SAIN, até a morte. A falta de sucesso com os camelos foi mais um fato que ecoou de forma negativa na Corte e passou a ser explorada pelos desafetos políticos e intelectuais dos membros da Comissão.

Diante dessas adversidades, que perpassavam os aspectos econômicos, profissionais, científicos, políticos, sociais, relacionais e particulares da Comissão, os roteiros pensados no início da viagem foram refeitos. Em outubro de 1860, os científicos retornaram aos trabalhos pelo interior da província, trabalhos esses que se sustentariam por dez meses. Nesse mesmo mês, quando já se achava as Seções espalhadas por toda a província, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império expediu um aviso no qual constava uma nova tabela dos vencimentos que os membros e empregados da Comissão deveriam receber a partir de então.

Conforme Braga (2004), tal tabela, válida a partir da promulgação da Lei de Orçamento, reduzia os vencimentos dos chefes de Seção, que passavam de 7:200\$000 anuais para 5:400\$000, e os quantitativos relativos as despesas com materiais e gastos com os animais. A existência de uma nova tabela de vencimentos somente chegou ao conhecimento do presidente da Comissão em janeiro de 1861, quando já deveria estar em vigor. Freire Alemão comunicou à Secretaria do Império que as despesas já estavam feitas até essa data e

¹²⁷ Teatrólogo português do século XV.

¹²⁸ LOPES, Maria Margareth. **Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 3, n. 1, 1996, p.51. (adaptado)

que a verba que estava sendo disponibilizada seria insuficiente para arcar com os gastos já assumidos. Atendendo as razões expostas pelo botânico, o governo imperial comunicou que a referida tabela só entraria em vigor em fevereiro de 1861.

Quando os recursos para a continuidade dos trabalhos no Ceará foram reduzidos Capanema não poupa críticas à postura do Gabinete Ferraz, que presidiu o Brasil de agosto de 1859 a setembro de 1861¹²⁹:

A Comissão é forçada a cair durante as suas jornadas em quanto casebre há, chega em contato com a grande massa do povo, vê as suas misérias, o seu estrago; conhece as suas necessidades, vê de que melhoramentos o país carece para se tornar prospero, estuda seus recursos hoje inteiramente abandonados. A Comissão tem o dever de representar isso tudo ao governo, e dessa representação nasce para o mesmo governo o imperioso dever de remediar o mal. É justamente isso que ele procura evitar porque diz o velho ditado: em águas turvas pesca-se melhor. Até hoje o governo tinha uma desculpa bastante plausível para a sua incúria: não conhecia as raízes do pólipó que róí o país, e que o vai definhando. Contra mal que não se conhece não se pode aplicar remédio. Hoje as coisas mudam de figura, as raízes do pólipó podem ser postas à mostra, procura-se desgastar a Comissão, e quando ela quiser dizer alguma coisa, dirá o governo aos diferentes chefes de Seção: a vós compete dizer que qualidade de erva há; a vós, se há ouro e diamante; a vós, quais as latitudes e longitudes das vilas e cidades por onde passastes, a vós, se há muita qualidade de rato no sertão; e a vós se ainda existe caboclo! Sois uma Comissão de naturalistas, tudo quanto sair dessa esfera não é da vossa competência.¹³⁰

Para Capanema, os ataques e tentativas de desestabilizar a Comissão e forçar seu fim estavam relacionados aos trabalhos que desempenhavam no Ceará e pela falta de interesse do governo pelo país, pela falta de vontade e esforço em resolver os verdadeiros problemas da Nação. O geólogo desvia a importância da Comissão dos estudos científicos e foca nas contribuições que poderia dar ao país ao fazer o mapeamento das mazelas que afligiam o povo do sertão. Mas, segundo ele, isso não seria interessante para o Ministério, pois uma vez que seus problemas fossem conhecidos, exigiriam uma solução, uma intervenção estatal e não se estava disposto a isso. O verdadeiro descobrimento que a Comissão operaria não seria o das riquezas ainda escondidas da nação, mas o do reconhecimento de suas questões mais urgentes. Como ele escreve, não se pode remediar o que não se conhece, mas a partir do momento que se tem um diagnóstico é necessário aplicar um remédio, uma solução e o governo não estava preparado, decidido e preocupado com isso. De acordo com Capanema, residia nessas questões a força motriz dos ataques do Ministro Ferraz, do senador Dantas, do historiador

¹²⁹ Cf. PORTO ALEGRE, 2006, p.349.

¹³⁰ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.261.

Mello Morais e de outras figuras que por antipatias e interesses pessoais contribuíram para influenciar o juízo negativo sobre a Científica e até abreviar sua existência e importância, reduzindo seus recursos e desmoralizando seus membros.

A incerteza da remessa dos fundos necessários, as dificuldades de comunicação, os problemas que surgiram com a instituição da nova tabela de gastos, a falta de trabalhadores, a demora no repasse dos recursos muito dificultou a marcha da Comissão. Conforme Gonçalves Dias, “a Comissão conservava apenas um simulacro de vida, que só servia para tornar mais grave perante o governo e perante o país a responsabilidade daqueles que a representavam”¹³¹

Nesse momento, a Seção Astronômica encontrava-se no norte da província; a Botânica em Sobral; a Geográfica e a Zoológica em Granja e a Etnográfica achava-se no Amazonas, para onde Gonçalves Dias havia partido para realizar uma excursão pela bacia amazônica.¹³² Em abril de 1861, reuniram-se os chefes de Seção em Fortaleza e diagnosticaram que a Científica deixara de estar em condições de trabalho, decidiram pedir para retornarem à Corte.

Nesse ínterim, mais um contratempo aconteceria para corroer a imagem da Comissão. E mais uma vez o principal envolvido seria Capanema. Após sua estadia em Fortaleza no início de 1860, viajara para o Norte da província levando consigo os trabalhos e notas que havia reunido durante suas viagens. Quando recebeu a comunicação para retornar a Fortaleza a fim de decidir-se o futuro da Comissão, encontrava-se nas proximidades do município de Granja. De lá iniciou sua viagem de volta à capital. Segundo Dias (1862), temendo que os pertences de sua Seção sofressem algum dano na viagem, Capanema resolveu mandar grande parte de sua bagagem por via aquática, no iate Palpite. Este barco naufragou no dia 13 de março, nas proximidades da foz do Rio Acaraú e com ele afundou o material embarcado por Capanema. Segundo Braga (2004), nos volumes constavam roupas, aparelhos científicos, notas e apontamentos, quatro álbuns de fotografias, um conto de réis, as traduções de dois livros de Liebig e os originais de um trabalho em alemão que estava a escrever sobre o Norte do Brasil. Capanema só tomou conhecimento do acontecido quando chegou a Fortaleza, no início de abril. Dessa forma, perdeu-se grande parte dos resultados dos trabalhos desempenhados por sua Seção. Esse ocorrido gerou mais alguns contratemplos para os

¹³¹ DIAS, A. Gonçalves. **Parte Histórica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, 2004, p.283.

¹³² Gonçalves Dias ausentou-se do Ceará no final de 1860. Em janeiro de 1861 passou alguns dias em sua terra natal – Maranhão - e de lá rumou para a Amazônia e não retornou mais ao Ceará. De lá, voltou para o Rio de Janeiro, em dezembro de 1861.

científicos e mais críticas recaíram sobre a Comissão. Capanema chegou a ser responsabilizado pelo naufrágio, alguns de seus desafetos publicaram que ele idealizara esse naufrágio para esconder seu mau uso do dinheiro público e a falta de resultados de estudos científicos, já que teria dedicado seu tempo no Ceará a farras, namoros e polêmicas.

No já citado relatório de 1865, destinado a ataques que se direcionavam principalmente a Capanema, o episódio aparece relatado da seguinte forma:

Com a vida engolfada em tão asqueroso lamaçal de vícios, era absolutamente impossível que ele [Capanema] pudesse ocupar-se no menor trabalho científico (...). Mas ele remediou semelhante falta e mesmo com ela lucrou como se vai ver. Partiu a fazer sua excursão pelo interior (...). Na volta comprou um barquinho velho e desconjuntado chamado *Palpite* (que *palpite!!!*). O *Palpite*, porém sem respeitar uma carga de tanto valor, abriu-se no decurso da viagem em um rio manso, tendo a correnteza a seu favor (...). Pensem os críticos como quiserem; os livros e instrumentos estão seguros; e a perda dos trabalhos está justificada com uma das mais palmares demonstrações.¹³³

Freire Alemão registra em seu Diário apenas a notícia publicada pelo jornal “o Cearense” sobre o naufrágio. Transcreve a reportagem e nada mais:

Naufrágio: Pelo último vapor do norte receberam-se cartas da Granja por via de Maranhão noticiando a perda do iate *Palpite* que vinha para esta capital e trazia a bordo toda a bagagem que o Dr. Capanema não quis levar consigo para a Serra Grande, onde tencionava fazer uma excursão rápida, e em estação invernososa temiam achar todos os rios cheios. Entre os objetos perdidos vinha nas malas de roupa o livro de registro de todas as observações meteorológicas que cita até Sobral, da mesma sorte as observações astronômicas, e a descrição geológica da província, todos os manuscritos; e enfim as notas que serviam para passar o tempo quando [ilegível] demora em qualquer lugar [ilegível]. Perdeu-se igualmente toda a coleção fotográfica, uma série de vistas de nossas cidades e povoações, tipos, dendrológicos, utensílios usados pelo nosso povo, mas [apagado] etc. Assim como algumas fotografias de objetos microscópicos. Alguns instrumentos, livros, objetos preparados para análise química, entre eles os gases e águas do Pagé, varias plantas medicinais, e a maior parte das coleções de Sobral e Meruoca. Em um momento perderam-se trabalhos, que custaram tantas fadigas ao Sr. Capanema, e seu Adjunto o Cap. Coutinho, e muitas vezes foram eles eficazmente auxiliados pelo bom amigo, e companheiro de viagem o Dr. Dias; ao todo 13 volumes. Segundo notícias, que correm apenas escapou a tripulação do Navio. Tenho-me ocupado com o estudo de algumas plantas colhidas por Manoel.

Nenhuma outra observação há sobre esse episódio nos escritos de Alemão. Não se envolveu nem na defesa, nem na acusação de Capanema. Nos apontamentos que se seguem

¹³³ Apud PINHEIRO, 2002, p. 124

no Diário percebemos que os dias seguintes ao acontecido foram de aborrecimentos e de reuniões com Lagos, Gabaglia e Capanema sobre negócios da Comissão, certamente trataram sobre isso, mas Alemão não registra suas impressões. Parece até mesmo não dá muita relevância, abstém-se de comentários pessoais. No trecho que citamos, por exemplo, logo após a transcrição da reportagem veiculada no Cearense passa a escrever sobre sua rotina, como se esse acontecimento fosse como outro qualquer, que não merecia sua atenção e análise. Talvez agisse dessa forma justamente para não querer assumir o papel de defensor ou de acusador de Capanema, bastava para ele os que já tinha na Corte. Nos Ziguezagues Capanema não dedica nenhum espaço para falar sobre esse assunto. Em carta ao amigo Dias comenta o acontecido: “creio que esta te achará já de volta, não te escrevo mais porque a notícia do naufrágio tomou-me completamente besta, ando apatetado.”¹³⁴. Dado o grau de intimidade existente entre Capanema e Dias, possivelmente este não esconderia do amigo a verdade em uma carta pessoal.

De acordo com seu Diário de viagem (folha 321), em 4 de junho de 1861, Freire Alemão recebeu a Comunicação do governo imperial autorizando a volta da Comissão ao Rio de Janeiro. No dia 13 de julho embarcaram rumo à capital do Império, aonde chegaram no dia 24 do mesmo mês.

No Rio, os membros da Comissão assumiriam uma nova fase de seus estudos científicos, era necessário catalogar o material recolhido, estudá-los e, principalmente, apresentar resultados concretos que justificassem a existência da Comissão e mostrassem a utilidade dos trabalhos desenvolvidos durante os dois anos que ficaram no Ceará.

Dois dias após o desembarque, 26 de julho de 1861, os titulares das Seções da Comissão compareceram à reunião do IHGB, que contou com a presença do Imperador. Na ata do dia consta o seguinte:

Antes de passar-se a última parte da ordem do dia, o Senhor Conselheiro Freire Alemão comunicou ao Instituto o regresso dos membros da Comissão Científica Exploradora das Províncias do Norte, com única exceção do Sr. Dr. Gonçalves Dias, chefe da Seção Etnográfica e, à vista da necessidade de coordenar e classificar os trabalhos feitos ou colhidos pela dita Comissão, pediu ao Instituto prazo razoável para a apresentação dos respectivos relatórios. O Sr. Presidente aceitou em nome do Instituto a comunicação e confiou ao zelo da Comissão a brevidade do prazo.¹³⁵

Era clara a necessidade de ser apresentado algum resultado satisfatório para o

¹³⁴ CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Carta de Capanema a Gonçalves Dias** - Fortaleza, 13/04/1861 – Biblioteca Nacional, Sec – Mss, I-5, 2, 19. Apud Pinheiro, 2002, p.125.

¹³⁵ Revista do IHGB, t. 24, 1861, p.730.

governo e para o IHGB, por isso o presidente do Instituto pediu brevidade no prazo de apresentação dos relatórios. Os relatórios de Capanema, Freire Alemão e Lagos foram lidos nas sessões de 4 de outubro, 22 de novembro e 6 de dezembro, respectivamente. Gonçalves Dias não apresentou relatório. O de Gabaglia, segundo Capanema nos seus *Apontamentos sobre as secas do Ceará*, foi escrito e estaria nas mãos de particulares: “Nas largas discussões havidas não vieram à luz as preciosas séries de observações meteorológicas do falecido Dr. Gabaglia. São elas propriedade do Estado, mas não sei que destino tiveram, e no entanto deviam ter sido publicadas.”¹³⁶ Assim como Capanema não conhecemos que destino foi dado ao relatório da Seção Astronômica e Geográfica. O relatório da Seção Etnográfica não foi escrito. Gonçalves Dias escreveu a partir da sua atuação na Comissão a Parte Histórica e os Proêmios dos *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*, publicados em 1862.

A existência da Comissão não revelou os tesouros minerais esperados, e isso foi motivo de descrédito para a expedição, mas logrou algum êxito, especialmente no que diz respeito à aquisição de material para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Para essa instituição foram destinadas mais de quatorze mil amostras de plantas, a maior contribuição botânica para o acervo recebida até aquele momento; além do herbário, a Seção Botânica trouxe para o Museu desenhos e descrições de boa parte das plantas recolhidas e mais de seiscentos esboços de plantas cearenses. A partir dessa coleção, a flora cearense passaria a ser conhecida em muitos dos seus aspectos, suas potencialidades e alternativas de exploração poderiam ser delineadas.

A coleção Zoológica, segundo a Introdução aos *Trabalhos da Comissão Científica*, era estimada em dezessete mil exemplares, entre insetos, répteis, peixes e aves. Era composta também por animais vivos, que eram no início mais de cem mamíferos. Não possuindo o Museu acomodações para abrigá-los foram entregues aos cuidados de particulares.

No Museu também ficaram os instrumentos e materiais para uso na preparação de plantas e animais, objetos de uso científico especializado, adquiridos nos mais renomados centros de produção de ciência na Europa; assim como os livros, mais de dois mil títulos, que iriam constituir uma parte da Biblioteca do Museu, assim como alguns chefes de Seção, que continuaram nas dependências do Museu os trabalhos iniciados no Ceará. Lá também foram depositadas as estampas de zoologia, etnologia e mineralogia, recolhidas principalmente por

¹³⁶ CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Apontamentos sobre secas no Ceará**, 1878. In: CAPANEMA, Guilherme Schurch de. e GABAGLIA, Giacomo Raja. **A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.167.

Dias e Lagos.

Com o material trazido pela Comissão o Museu Nacional, sob a coordenação de Manoel Ferreira Lagos, organizou uma exposição em setembro de 1861. Foram disponibilizados para visitação produtos naturais e objetos relacionados aos usos e costumes da província do Ceará.

A Exposição da Indústria Cearense [como foi chamada] reuniu boa parte do material colhido pela Seção Zoológica, como pássaros, insetos e répteis, sobretudo anfíbios e sáurios em perfeito estado de conservação e grande número de espécies, que mesmo sendo exclusivas do Ceará não existiam até então no Museu Nacional. E além de “despertar a mera curiosidade e o interesse científico” evidenciava a utilidade dos produtos, como, por exemplo, as 18 diferentes qualidades de mel de abelhas só do Ceará, com propriedades medicinais; as resinas, gomas, tintas, ceras, como as da carnaúba; variedades de produtos agrícolas como café, arroz, feijões (25 variedades), tabaco e milho; diferentes tipos de madeiras, para móveis e utensílios domésticos, como copos, tigelas, pratos, cuias; as roupas de couro, redes, crivos e rendas “tão bem acabadas e tão delicadas que rivalizavam com as de Flandres.” Os jornais da época elogiaram bastante a iniciativa de Ferreira Lagos e a disposição artística dos objetos.¹³⁷

A exposição possuía algumas finalidades: apresentar ao público leigo e especializado animais, plantas e utensílios da cultura material cearense; elementos naturais e culturais dessa terra que começavam a ser ordenados e inseridos na cultura da nação, mesmo que alguns deles na condição de pitorescos e exóticos, ou seja, assumindo um status estranho e inferior ao que era considerado civilizado. No contraponto, a exposição representava a oportunidade de revelar a riqueza de recursos que a natureza brasileira possuía, sendo, portanto, uma terra peculiar frente às nações europeias, com riquezas suficientes para ser autônoma e definir sua especificidade nacional, como também mostrava que as terras brasileiras eram um celeiro rico para os estudos científicos, mesmo que para todas essas identificações fosse seguido o modelo europeu. Despertar a curiosidade e o interesse científico era fundamental naquele contexto. O êxito dessa iniciativa fortaleceu a idéia da primeira Exposição Nacional, preparatória para a Exposição Universal de Londres, em 1862, a primeira que o Brasil participou oficialmente.

O nome dado à exposição realizada pelo Museu é também revelador: Exposição da Indústria cearense. Por que indústria e não simplesmente natureza e cultura cearenses? O pensamento corrente à época explica a razão da natureza está diretamente atrelada à indústria. Uma das preocupações assumidas pela ciência brasileira do XIX estava

¹³⁷ LOPES, 1996, p.60.

voltada para a aquisição de produtos e técnicas que favorecessem o desenvolvimento de atividades atreladas à indústria brasileira, tendo como base de sustentação dessas atividades industriais a natureza, farta e suficiente para garantir recursos que auxiliassem na edificação de um futuro promissor para o país. O meio natural adquiriu um valor simbólico, ideológico e material muito significativo para a política de construção da nação. A ideia de progresso nacional estava ligada a uma maior familiaridade com a natureza, pela ciência, pela política e pelo povo, que deveria ser educado para saber aproveitar todas as potencialidades que essa natureza oferecia. Sendo assim, uma grande importância dos estudos científicos estava em elevar a natureza do país da barbárie à civilização, tornando conhecido e domesticável seu espaço natural e geográfico. “Suprir o Museu Nacional com produtos brasileiros [e expô-los] significava diagnosticar o potencial das riquezas naturais brasileiras, para impulsionar o processo de industrialização no Brasil.”¹³⁸

Além do Museu Nacional, o IHGB recebeu muito do material conseguido pelos naturalistas no Ceará. Gonçalves Dias vasculhou boa parte dos arquivos municipais por onde passou, principalmente o do Icó e o do Crato, e obteve documentos e notícias acerca da História e Geografia do Ceará. O mesmo fizeram Lagos e Freire Alemão (Freire Alemão copiava os livros das Câmaras municipais, cartas das vilas, livros paroquiais geralmente fornecidos pelos vigários – emprestavam documentos antigos das vilas e cidades, como também revistas e jornais vindos da corte, eram os principais fornecedores de fontes de informação de Alemão - pelos escrivães e juizes municipais; matérias de jornais e revistas locais e revirava os arquivos procurando documentos para a História do Ceará). Essa documentação foi entregue ao Instituto, assim como parte do material indígena coletado por Gonçalves Dias.

Nos anos que se seguiram ao retorno da Comissão à Corte, continuou-se a fazer, principalmente nas dependências do Museu Nacional, os trabalhos de classificação, preparação e divulgação do material recolhido, apesar do pequeno apoio que seus membros recebiam para isso. Em 1864, com o deflagrar da Guerra do Paraguai, os Chefes de Seção, que até então continuavam recebendo seus salários deixaram de receber seus vencimentos e foram suspensas as publicações, por medida de economia. “O conflito, que se arrastaria por

¹³⁸ MACEDO. Sérgio Teixeira de. **Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do império menos conhecidas**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, 1862. In: BRAGA, 2004, p.70.

cinco longos anos, exigindo enorme sacrifício de sangue e dinheiro, levaria a Comissão em sua torrente caudal”¹³⁹

A Comissão aparece referenciada oficialmente pela última vez no Relatório do Ministro do Império de 1867. A escrita do Ministro evidencia o pouco ânimo que se dava a sua existência naquele momento.

Os diversos trabalhos de que ainda estão incumbidos os chefes das Seções desta Comissão vão sendo feitos pelo modo possível. A natureza de semelhantes trabalhos, a necessidade que têm aqueles chefes de desempenharem cumulativamente outras funções e a circunstância de não perceberem atualmente retribuição alguma pôr eles não permitem que se fixe prazo para a sua conclusão.¹⁴⁰

O momento não era favorável à continuação desses trabalhos de investigação naturalista, era imperativo garantir a vitória do país em uma guerra, para a qual foram canalizados os esforços científicos e monetários. Nos relatórios do governo nos anos seguintes não aparecem mais referências à Comissão Científica. Oficialmente chegara ao fim. Ao concluir suas atividades estava obscura e até desacreditada. Cumpriu uma considerável parcela dos objetivos para os quais, com grande pompa, foi criada em 1857. Deixou muitos traços da sua existência, que por um largo espaço de tempo foram relegados ao esquecimento. Atualmente, tem sido objeto de estudo de diversos estudiosos, que destacam desde sua importância para a história da ciência brasileira, como para a formação da identidade brasileira forjada pelo Império. Mas ainda há muito a ser desvendado.

No próximo capítulo tentaremos esboçar algumas interpretações para os relatos dos cientistas que participaram da Comissão, levando em consideração a forma como apresentaram e representaram a natureza cearense. Lembramos que nossa atenção recairá nos escritos de Freire Alemão e Capanema, portanto, é principalmente através do olhar e da letra desses dois científicos viajantes que iremos delinear um perfil da natureza cearense em meados do século XIX.

¹³⁹ BRAGA, 2004, p.113.

¹⁴⁰ Relatório apresentado à Assembléia Geral, na primeira Sessão da Décima Terceira Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império, José Joaquim Fernandes Torres. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867, p.19. Apud Braga, 2004, p.113-114.

CAPÍTULO 2

NATUREZA CEARENSE: PROVEITOS E POTENCIALIDADES

“Sondar o passado, buscar origens, definir uma identidade, tornar a nova nação parte da civilização”¹ eis alguns dos mais importantes princípios que perpassavam a política imperial e as ciências brasileiras no século XIX, ocupando a natureza um lugar central como símbolo do passado triunfante e da identidade nacional. Ela assumiu o papel de principal elemento constitutivo das peculiaridades da nação brasileira, “natureza que ao mesmo tempo em que seduz, desconcerta: bela, variada, grandiosa e, na sua maior parte, desconhecida.”²

Era momento de edificação de um imaginário social formador de uma identidade para a nação, de construir um grande quadro da diversidade natural, cultural e social, avaliando, sistematizando, concedendo uma feição para o espaço e para o povo brasileiro. A busca do matiz brasileiro original exigia um amplo conhecimento de todos os seus espaços, interligando-os e difundindo em todos os recantos do país um sentimento de amor e zelo pela pátria.

Desbravar os rincões do país, até então inexplorados, aparecia como uma tarefa indispensável nessa empreitada de revelar nossas singularidades, belezas e monumentalidades; para tanto, segundo as necessidades políticas, econômicas, culturais e científicas do país, era necessário dispor-se a viajar pelo território nacional, ser testemunha ocular do estado natural e de civilização em que se encontrava o Brasil e deter informações científicas que colocassem a natureza a disposição do Império. Os cientistas escolhidos para participar da primeira expedição genuinamente brasileira estavam alinhados com essa ótica e entendiam que estava na integração territorial a chave da unidade nacional, abrindo caminhos para a exploração das riquezas e vias de comunicação entre os centros de produção do interior e os seus portos comerciais, criando dessa forma uma infraestrutura básica para facilitar a exploração, a produção e o comércio de produtos nacionais.

A natureza seria o principal objeto acerca do qual representações seriam elaboradas. Suas imagens e tratados científicos contribuía para compor o repertório cultural e histórico, afirmando positivamente as particularidades do país. Nesse intuito, vários esforços são direcionados para submeter a natureza à cultura, incorporando o território brasileiro em sua totalidade ao Estado nacional, voltando-se atenções políticas, científicas e literárias para

¹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Sobre campo e cidade – olhar, sensibilidade e imaginário**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Campinas, SP: [s.n.], 1999. Tese de doutorado, p.02.

² Ibid., p.04.

as regiões rurais e naturais, “à procura de um Brasil profundo, que cabia compreender, assimilar ao movimento da História, à cultura e à sociedade brasileiras.”³

Os Relatórios dos membros da Comissão lidos no IHGB deixam claros os intuitos científicos e políticos que possibilitaram a existência da Comissão Científica de Exploração. Era hora de apresentar algum resultado satisfatório e comunicar o que a província do Ceará tinha a oferecer para o crescimento e consolidação da nação. Revelar a natureza selvagem, ainda indomada, o mundo rural, os territórios não cultivados, o que não havia sido tocado pelas mãos da civilização, apresentando os usos que já eram feitos e quais os usos potenciais e lucrativos que poderiam ser executados. Mediar a interação entre o interior do Brasil e seus espaços citadinos, destinados ao exercício da civilidade, era uma das formas encontradas para modernizar a nação, aproximando a natureza e o interior ao convívio dos homens urbanos e esclarecidos. Interessava eliminar as distâncias entre os espaços e recantos rurais, “em que não se propagava com rapidez a luz da civilização, que de repente cambiava a cor local” e o “espaço urbano, focado na Corte, onde tudo se transformava com ligeireza.”⁴ De acordo com as ideias correntes na Literatura, na História e nas Ciências em meados do XIX,

No primeiro, encontrava a cor brasileira ainda em sua pureza original, sem mescla, captando o viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro. [...] Já no segundo, a sociedade tinha fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência, pois efeito da transição que se opera; e também do amálgama de elementos diversos.⁵

O avanço do homem para dominar a natureza estava na ordem do dia. De acordo com Heloísa Domingues (1996) era esse avanço que no IHGB dava sentido tanto à história quanto à geografia. A importância da história, da geografia, da botânica, da zoologia, da astronomia e de outras áreas do conhecimento científico, como a etnografia e a etnologia, evidenciava o valor ideológico, simbólico e econômico que o meio natural do país adquiriu no contexto de construção e edificação de bases sólidas da nação. Em torno de tudo isso estava a realização do projeto de unidade territorial e cultural do Brasil, interessado em promover o levantamento e a exploração agrícola das riquezas naturais. A dominação e conquista da natureza, a partir da interferência organizada, bem estruturada e controlada pelo Estado,

³ MURARI, Luciana. *Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922)* - São Paulo: Alameda, 2009, p.19.

⁴ BORGES, Valdeci Rezende. *Cultura, natureza e história na invenção alencariana de uma identidade da nação brasileira*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.26, nº 51, 2006, p.92.

⁵ Ibid., loc. cit.

seguindo as instruções das ciências, garantiria a superação das limitações que o meio ambiente infligia à exploração das riquezas nacionais.

O Brasil, situado no seio do capitalismo internacional em expansão e, cujas relações do homem com o meio baseavam-se na exploração dos produtos naturais passíveis de valor comercial, inseria-se naquela conjuntura buscando dominar seu próprio espaço natural geográfico. A finalidade do Estado e de seus intelectuais era elevar a natureza do país da *barbárie* à civilização. Naquele momento a política brasileira de construção nacional esteve condicionada à dominação e conquista do meio natural.⁶

Além das motivações materiais, de explorá-la como potencial para o progresso das atividades industriais, “fazendo com que o Brasil desse mais um passo para o que havia de moderno na civilização ocidental”⁷, o diagnóstico da natureza serviria para o engrandecimento das atividades de cunho científico, promovendo o desenvolvimento das ciências e a consolidação de pesquisas científicas.

Os relatórios apresentados pela Comissão de Exploração das províncias do Norte, então a região mais cobiçada em termos de riquezas naturais do país, alinhavam-se a esse projeto, intentando revelar os proveitos que o país teria se esse espaço natural tão cobiçado fosse aproveitado corretamente, evitando o desperdício de suas potencialidades. O Relatório da Seção Botânica, escrito por Francisco Freire Alemão e Manoel Freire Alemão, apresenta logo de início seus objetivos: expor sucintamente o itinerário da Comissão e fazer algumas considerações gerais sobre a vegetação e indústria agrícola da província, além de falar das plantas, mesmo que não apresentando sua nomenclatura científica, ficando isso para outra ocasião.

Freire Alemão deixou para outro momento a tarefa de fazer um tratado botânico da flora cearense. Isso seria feito em três folhetos publicados entre 1862 e 1863. Segundo Braga (2004), o primeiro folheto da Seção Botânica foi publicado em 1862, contendo mais de 60 páginas. “Freire Alemão descreve em latim a aroeira (*Myracrodun urundeuva*), o piroá (*Pterygota brasiliensis*), o pau-branco (*Cordia oncocalyx*). São os ensaios da Flora Cearense, iniciados sem ordem, ‘a fim de que se não perca o direito de prioridade’”⁸. Fazem parte desse folheto também as “Considerações sobre as plantas medicinais da flora

⁶ DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. **As ciências naturais e a construção da nação brasileira**. Revista de História. São Paulo, nº135, 1996, p.43.

⁷ PATACA, Ermelinda Moutinho e PINHEIRO, Rachel. **Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro**. Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v.3, nº1, 2005, p.62.

⁸ BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.109.

cearense” escritas por Manuel Freire Alemão. Braga também nos informa que os três folhetos da Seção Botânica foram reunidos em uma miscelânea, na Biblioteca do Museu Nacional, sob o título Flora Cearense. De acordo com comentários feitos naquele momento, o conhecimento das plantas cearenses possibilitado pela Científica bastava para justificar sua existência e os gastos para com ela dispensados: “Mereceu de Melo Leitão parecer algo arrebatado: Se outro resultado não tivesse a expedição brasileira, bastaria esse magnífico volume da Flora Cearense, publicado por Francisco Freire Alemão, para compensar os dissabores sofridos.”⁹

Em carta a Von Martius¹⁰, em 20 de janeiro de 1863, Freire Alemão comunica-lhe como andam os trabalhos com o material colhido no Ceará e comenta sobre a publicação dos folhetos da Flora Cearense.

A Seção Botânica tendo percorrido quase toda a província, fez uma boa colheita de plantas: mas ainda não pôde concluir o trabalho da revisão e do arranjo metódico das plantas colhidas ali, de sorte que ainda não sei exatamente do que consta o herbário. Como é trabalho que nos leva tempo, resolvi a começar já a publicação das plantas que me forem parecendo novas, ou mal conhecidas; e submetê-las ao juízo dos sábios, para depois do assentimento, fazer-se a publicação final de toda a colheita. (...) só agora é que pude encetar essa publicação, de que tenho a honra de submeter ao juízo de Vossa Senhoria um exemplar; assim como à ilustre Sociedade Real de Botânica de Ratisbona, da qual sou indigno membro correspondente. Espero que as recebam com bondade, e que me farão o favor de emendar meus erros.¹¹

A relação de Freire Alemão com Martius já era de longa data. No desempenho de suas atividades científicas, ciente da importância da divulgação dos seus trabalhos em nível internacional, Alemão manteve intenso intercâmbio de cartas com Von Martius, com quem trocou 29 cartas no período de 1844 a 1867.¹²

Enquanto homem de ciência, Alemão esforçava-se em buscar sempre o reconhecimento entre os naturalistas internacionais.¹³ Seu primeiro contato com estrangeiros dá-se em 1840 e o primeiro naturalista com quem entra em contato é Giovanni Dè Brignoli de

⁹ BRAGA, 2004, p.111-112.

¹⁰ Médico, botânico, antropólogo alemão, um dos importantes naturalistas estrangeiros que estudaram o Brasil. Autor da monografia “Como se deve escrever a História do Brasil” e da “Flora Brasiliensis”. Chegou ao Brasil em 1817 junto com a comitiva que trazia a grã-duquesa austríaca Leopoldina para casar-se com Dom Pedro I.

¹¹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Carta ao Dr. Martius** - Rio de Janeiro, 20/01/1863. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.155-156.

¹² Conforme demonstra o estudo de Darcy Damasceno e Waldir da Cunha publicado no volume 81 dos Anais da Biblioteca Nacional em 1961.

¹³ De acordo com Morais (2005), Entre os naturalistas estrangeiros que mantiveram intensa correspondência com Freire Alemão, está o botânico bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius, juntamente com o zoológico Johann Baptist von Spix, o pintor Thomas Ender e o naturalista Rochus (Roque) Schüch (pai de Capanema).

Brunnhoff, botânico italiano, respondendo a missiva do europeu de 30 de setembro de 1840¹⁴. A correspondência com Von Martius é intensificada “somente em 1844, quando tem em vias de publicação os primeiros estudos fitográficos, é que Freire Alemão ativa o intercâmbio, e é pelo maior dos mestres, Carl Frederich Von Martius que se inicia realmente a troca de informações.”¹⁵ A troca de correspondências entre eles teve início com uma carta de Von Martius, o que já seria um indício do reconhecimento internacional das atividades de Alemão como botânico. Coube ao brasileiro recusar ou aceitar a permuta de informações, escolheu a segunda alternativa.

Os assuntos eram concernentes às herborizações e classificações propostas por Freire Alemão, às floras *Fluminensis* e *Brasiliensis*, à ideia e, posterior, criação da Velosiana e à comunicação de que a Comissão Científica de Exploração iria iniciar seus trabalhos. Nas missivas, Freire Alemão dedicou pouco espaço a considerações de cunho pessoal, pois não eram amigos íntimos, e sim tão somente botânicos, trocando informações do ramo de saber do qual se ocupavam.¹⁶

O interesse de Von Martius pela Comissão iniciou-se logo que teve notícias de tal empreitada, afinal, Martius estava à frente da construção da *Flora Brasiliensis*¹⁷, para a qual, seria de extrema valia os resultados dos trabalhos de Freire Alemão no Ceará. Como transparece no texto da carta que Freire Alemão escreveu ao naturalista em janeiro de 1863, Martius solicitou algumas vezes os resultados dos estudos botânicos e amostras das plantas colhidas no Ceará.

Estava na cidade do Crato, sertão do Ceará, quando recebi a sua estimável carta de 12 de março de 1857. Não respondi logo a ela, porque daquele lugar era fácil desencaminhar-se a minha carta; e depois que cheguei ao Rio de Janeiro, julguei melhor esperar algum tempo para acompanhar a minha

¹⁴ Cf. MORAIS, Rita de Cássia de Jesus. **Nos verdes campos da ciência**: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874). Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2005, p.87.

¹⁵ DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.28.

¹⁶ MORAIS, 2005, p.88.

¹⁷ A *Flora Brasiliensis* é uma obra em 15 volumes que trata das plantas brasileiras. Produzida na Alemanha entre 1840 e 1906 pelos editores Carl Friedrich Philipp Von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, com a participação de 65 especialistas de vários países, tendo sido patrocinada pelos imperadores da Áustria e do Brasil e pelo rei da Baviera. Ela contém tratamentos taxonômicos de 22.767 espécies e 3.811 litografias. Os 15 volumes são divididos em 40 partes, num total de 10.367 páginas. Ainda hoje é o mais completo e abrangente levantamento da flora nacional. A publicação foi resultado da expedição que durou de 1817 a 1820 empreendida por Martius e Von Spix (morto em 1826, antes da publicação do resultado de seus trabalhos), que vieram ao para o Brasil quando do casamento da grã-duquesa Maria Leopoldina da Áustria com o príncipe D. Pedro I. Atualmente a obra encontra-se a disposição na Internet, através do site: <http://florabrasiliensis.cria.org.br/>. Acesso em: 19/01/2012.

resposta com a primeira publicação dos trabalhos da Seção de Botânica da Comissão Científica [...] Não me é possível mandar agora, como desejava, os exemplares secos das plantas descritas; mas o farei mais breve que me for possível.¹⁸

Esse “mais breve possível” demoraria anos. Em 1867, Alemão escreve novamente a Martius e em meio a muitas justificativas – “Eu moro fora da cidade, e longe, estou velho de 70 anos, e cada vez, eu o confesso, mais preguiçoso; e é necessário que tudo eu faça, [...] espero que me desculpe o que notar em mim como negligência.”¹⁹ – agradece as contribuições de Martius e lhe envia mais folhetos da Flora Cearense, mas desculpa-se mais uma vez por não mandar nenhum exemplar das amostras das plantas.

A última carta, que recebi de vossa Senhoria é datada de 30 de agosto de 1863. Já lá vão mais de 3 anos! É mais uma prova de nossa preguiça; mas sempre quero me desculpar. Pouco depois que recebi a sua carta entrei a trabalhar no 2º folheto, e logo depois no 3º, então julguei dever me guardar para os enviar juntos; mas, (coisas da nossa terra!) este último caderno esteve em casa do impressor mais de um ano, agora é que saiu.

[...]

Vossa Senhoria me adverte que seria melhor ter as amostras das plantas para aí se conferirem, e se reconhecer se são, ou não inteiramente desconhecidas. Sem dúvida assim é; há muito tempo me propus a mandar-lhe; mas tudo entre nós cá custa porque não temos quem nos ajude. [...] agora mesmo desejava mandar-lhe exemplares do *Pau-branco*, e da *Aroeira*; mas moro fora da cidade, as plantas estão no Museu, e os meus amigos partem mais cedo do que eu cuidava, e não me dão tempo para acondicioná-las. Vossa Senhoria porém tenha alguma paciência, que o mais cedo que eu puder lhe mandarei amostras secas das nossas plantas.²⁰

Ao que nos parece a paciência de Von Martius não era tão larga como a “morosidade” de Freire Alemão. Desde 1859 quando teve notícias da expedição ao Norte do Brasil ficou interessado em saber de seus estudos e resultados:

Carteando-se com Manuel de Araújo Porto Alegre, em agosto de 1859, o sábio bávaro confessa a sua viva simpatia pela expedição brasileira e solicita remessa continuada de seus resultados. Queria divulgá-los em sua terra, projetando desse modo o nome daqueles que a realizavam.²¹

¹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. **Carta ao Dr. Martius** - Rio de Janeiro, 20/01/1863. In: DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.155.

¹⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Carta ao Dr. Martius** - Rio de Janeiro, 14/01/1867. In: DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.157.

²⁰ Ibid., loc. cit.

²¹ DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.115.

Através de outras cartas reforça esse pedido e estranha que nada chegue até ele para figurar na *Flora Brasiliensis*. Pede informações da Comissão a alguns outros intelectuais e cientistas brasileiros com quem mantinha contato, inclusive pedindo para que interfirmam junto a Freire Alemão. Em carta enviada a Ladislau Neto no ano de 1866, recomenda:

Se Va. Sa. fallar com o Snr. Cons. Freire Alemão peço que lhe dê mil lembranças, e que lhe pedisse comunicação de suas descobertas. Não entendo porque justamente estas não me foram confiadas. É pena que não saibamos nada sobre esta expedição no Ceará.²²

A falta de entendimento e as ressalvas e muitas justificativas de Freire Alemão quanto ao não envio de seu material botânico para Von Martius, tem as suas motivações esclarecidas por um de seus biógrafos - José Saldanha da Gama:

Não hás de ser nosso, Freire Alemão, tu que observavas quando Martius te pedia plantas, de Munique, para classificá-las. Nessa não caio eu; hei de remetê-las somente depois de publicadas as descrições; a diagnose há de ser minha, boa ou má. Não é pouco vê-los na Europa, desfazendo o que eu faço e corrigindo, mudando e dando a outrem o que a mim pertence.²³

Segundo insinua nesse comentário, Alemão só fariam conhecidas as suas pesquisas botânicas depois que as tivesse nomeado e publicado as respectivas certidões. Sua modéstia e simplicidade, tão enfatizada por seus biógrafos, guardava, até certo ponto, uma cautela justificável, afinal ele já havia sofrido uma injustiça: ver uma planta que classificara ser registrada por outro naturalista europeu sem lhe atribuir nenhum crédito.²⁴ Além disso, Freire Alemão “era de índole confessadamente pachorrenta [vagarosa]; devia tudo fazer pelas próprias mãos, daí que protelasse constantemente o atendimento aos pedidos que lhe fazia Martius.”²⁵ Os dois foram grandes colaboradores, Freire Alemão na sua ultima carta ao naturalista bávaro (a de 14 de janeiro de 1867) reconhece e agradece as atribuições de sua autoria a tudo quanto o havia enviado para figurar na *Flora Brasilienses*. No entanto, nosso naturalista só mandou notícias para Martius de seus estudos botânicos feitos no Ceará depois que os havia publicado no Brasil.

O Relatório de Capanema apresenta seu itinerário e os trabalhos desenvolvidos em cada lugar onde se deteve no Ceará. Uma breve explanação científica é feita acerca das

²² Biblioteca Nacional, Sec. Mss., I-5, 2, 51 apud BRAGA, 2004, p.115.

²³ Trabalho publicado sob o título “Biografia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Alemão” na Revista do IHGB, Rio de Janeiro, t.38, parte 2, 1875. apud BRAGA, 2004, p. 117.

²⁴ Cf. DAMASCENO, 1961.

²⁵ DAMASCENO, 1961, p.30.

formações geológicas, das composições físicas e geográficas do solo, das rochas e dos minerais encontrados e apresenta um levantamento da costa cearense, incluindo informações sobre as dunas e vegetação do litoral. Apresenta problemas, indica caminhos a serem seguidos e aponta potencialidades. Suas primeiras ponderações oficialmente apresentadas aos seus pares no IHGB apresentam um Ceará potencialmente rico, que podia gerar dividendos para o Império, desde que sobre ele fossem elaborados projetos que incentivassem práticas adequadas para o aproveitamento de seus recursos. Para ele, a exploração minuciosa da exuberante natureza cearense produziria “resultados importantes para a ciência e sobretudo de grande alcance prático para o desenvolvimento do comércio e indústria na província do Ceará, e criar um recurso que possa contribuir poderosamente para anular os maus efeitos das secas inevitáveis.”²⁶

A representação social elaborada sobre o Ceará para a Corte imperial nesse momento afasta-o de uma imagem ligada à seca e ao atraso, afinal interessava o reconhecimento de suas riquezas e a produção de uma imagem, de uma matriz discursiva que ao inventariá-lo, fixá-lo em textos e telas, investigar seu espaço natural, coletar amostras, classificar, ordenar, organizar em mapas, herbários e coleções zoológicas exemplares dos seres e coisas que o formavam, apresentasse uma imagem de proveitos, exuberância e opulência e uma natureza, que se por um lado era suscetível a intempéries, por outro era majestosa e farta o suficiente para prover grandes riquezas, se adequadamente utilizada, conforme os moldes (de exploração) que estavam sendo elaborados pela Ciência.

2.1. Águas do Ceará: entre cheias e secas

As intempéries naturais que assolavam a Província eram associadas principalmente às secas e aos problemas que elas causavam. Mesmo ocupando um lugar secundário, não sendo uma preocupação imediata, a seca conquistou espaço nos escritos dos cientistas exploradores do Ceará. Nesse aspecto, Freire Alemão destaca-se em suas observações de seus companheiros da Comissão. Enquanto os outros científicos buscaram mais informações sobre as secas, Alemão procurou saber das cheias, dos tempos invernosos. Capanema, por exemplo, dedicou mais esforços ao tratar sobre esse tema em seu Relatório apresentado ao IHGB e em vários artigos publicados a partir de 1862 como *As secas do Ceará*, *Apontamentos sobre a seca do Ceará* e *A seca no Norte*. Para o presidente da Comissão, as memórias das quadras invernosas eram mais frequentes nas conversas com os

²⁶ CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Relatório da Seção Geológica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, 2004, p.359.

sertanejos, apesar dos desgastes e flagelos que as secas causavam, as cheias dos rios e até mesmo os prejuízos causados pela abundância das águas eram mais relatados, mais vivos na memória do povo. Segundo ele, “no Ceará, [...] é um dia jubiloso em que voltam as chuvas, depois de haverem cessado por seis e sete meses. São a esperança do criador e do lavrador.”²⁷ Para Capanema, as secas exigiam cuidados, estratégias que pudessem amenizar seus efeitos, no entanto, não eram elas as responsáveis pelas maiores calamidades da província, mas o fato do povo não estar prevenido e não saber tirar proveito delas. Nesse ponto estaria o espaço onde atuaria, ensinando o povo, através de seus estudos científicos, meios de contornar esses problemas, transformando-os em aspectos menos devastadores e até mesmo positivos para os cearenses e para todo o país.

As secas no Norte são úteis debaixo de todos os pontos de vista; não são elas a causa das grandes calamidades, mas a imprevidência da gente, que não sabe tirar proveito da abundante produção de seu solo que as secas perpetuam. O país em que os pássaros voam assadinhos e temperados pelos ares ainda está por ser descoberto.²⁸

No discurso de Capanema identificamos uma das características da Ciência brasileira no século XIX, herdeira dos postulados do Iluminismo: a sua missão educativa, informando, capacitando o povo, permitindo ao homem o avanço para dominar a natureza e através dessa dominação, elevá-la, juntamente com o povo de todo o país à condição de civilização alcançada pelas grandes nações europeias, além de superar as limitações que o espaço natural atribuía à exploração das riquezas nacionais.

Açudes, poços, reservatórios de água, de forragem e de cereais, arborização são algumas sugestões que Capanema elaborou para conter os problemas ocasionados pelas secas. Em uma de suas publicações destaca:

Nada aconselho ao governo; não procuro arrastá-lo a sacrifícios de resultado dúbio, ofereço só a evidência de dados práticos, mantendo-me no terreno da realidade. [...] Se o governo julgar que deve iniciar o exemplo, aproveitando os braços forçosamente socorridos na atualidade, pode mandar construir no sertão um ou dois reservatórios para 200 metros cúbicos d'água, e em qualquer dos povoados mandar fazer feno para mostrar o modo pelo qual se produz e como se aplica.²⁹

²⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. **Relatório da Seção Botânica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, 2004, p.297.

²⁸ CAPANEMA, **Relatório da Seção Geológica**, 2004, p.338.

²⁹ CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Apontamentos sobre secas no Ceará**. 1878. In: CAPANEMA, Guilherme Schurch de. e GABAGLIA, Giacomo Raja. **A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.156-157.

Nos apontamentos de Capanema³⁰ sempre está presente, maioria das vezes de forma clara, mas em alguns momentos discretamente, a ressalva de que para essas medidas serem satisfatórias era necessário que o povo estivesse preparado, educado para delas usufruir. Seria necessário, então, aproveitar os braços improdutivos e aproveitá-los na execução de medidas preventivas que amenizassem o impacto das secas.

Freire Alemão dedica várias passagens dos seus escritos para falar dos invernos e das chuvas. Em seu Relatório define resumidamente o que era o inverno no Ceará. Nas suas notas documentais, esse tema será constantemente ressaltado. O relatório nos informa que

Nos bons anos aparecem algumas chuvas vagas, incertas, nos meses de outubro e novembro, a que chamam chuvas de caju. Mas o verdadeiro inverno, ou mais propriamente a estação das chuvas, começa em fins de janeiro ou princípios de fevereiro, sua força é de março a abril e acaba em junho. Ele consiste em grossos chuveiros, quase diários, às vezes repetidos, mas deixando sempre parte do dia livre para o trabalho: raro é o dia ou noite de chuva constante no Ceará. O céu, de admirável pureza e lucidez no tempo seco, vê-se durante o das chuvas quase sempre carregado de grupos de densas nuvens dispersos ou condensados e peçados de eletricidade: e as chuvas são de ordinário precedidas de comoções elétricas.³¹

E acrescenta, “ao concurso destas circunstancias e à composição e configuração de seu solo deve a Província a sua fertilidade e a bela vegetação que a cobre, ainda que não com igualdade por toda ela.”³² ‘Terra fértil e de bela vegetação’, esse reconhecimento de Alemão contradiz o ideário de seca e miséria presente na imagem histórica que se elaboraria sobre o Ceará. Entendemos que Alemão, além de descrever o que via, tinha todos os cuidados de apresentar uma realidade natural e cultural do Ceará com elogios e exaltações, que desfizessem toda imagem negativa e pejorativa da província, fornecendo elementos positivos que justificassem sua inserção na história imponente, nobre e singular que estava sendo elaborada para o Brasil.

Como já ressaltamos, a seca não aparece como objeto central de estudos da Comissão. Em períodos anteriores já havia deixado suas marcas, no entanto, a escassez das chuvas ainda não representava um problema para o Estado brasileiro. “Era um fator climático

³⁰ Interessante observar que em seus Ziguezagues Capanema não se detém diretamente a escrever sobre a seca, as referências feitas ao tema nesse documento são mínimas e estão atreladas a outros assuntos, como, por exemplo, a falta de empreendimento e disposição dos cearenses, que morrem de fome mesmo sem haver seca.

³¹ ALEMÃO, **Relatório da Seção Botânica**, 2004, p.313.

³² *Ibid.*, loc. cit.

localizado, que não afetava sobremaneira as estruturas do poder e da economia”³³. Em meados do século XIX, a última seca que povoava a memória dos cearenses era a de 1844-1845. De acordo com Thomaz Pompeu de Souza Brasil essa foi a segunda grande seca do século XIX.

O inverno de 1844 foi escasso, insuficiente em várias ribeirinhas para os pastos e legumes, de sorte que, no fim desse ano, começou a sentir-se geralmente o efeito da seca e a morrer o gado. [...] Os gados, todavia sustentaram-se até outubro, quando começaram a morrer por toda parte, por falta absoluta de alimentação, até fevereiro do ano seguinte de 1846, quando reapareceram as chuvas [...] que contribuíram para agravar a calamidade, porque vieram apodrecer a pouca pastagem, que tinha vingado. [...] Todavia o prejuízo nos gados não foi tanto quanto, ao menos relativamente, nas secas de 1792 e 1825. Em geral não morreu ninguém de fome. A caridade particular e pública não faltou. [...] Porém, a má alimentação, a aglomeração de povos em habitações insuficientes, fez logo desenvolver moléstias, que levaram muitas vítimas.³⁴

No entanto, nesse momento, a seca não era ainda uma questão social, era uma questão climática, que prejudicava a administração e as finanças da província, mas não gerou uma preocupação nacional, não envolvia diretamente interesses políticos e disputas econômicas. Não modificou as implicações políticas e sociais que perpassa seus atores: governo imperial, elite local e os diretamente atingidos pela seca.

Entre 1844 e 1877, sucederam-se invernos regulares, amenizando ou escondendo os efeitos que as secas ocasionavam. A seca de 1877 foi a primeira a ter um tratamento diferenciado pelo governo e a repercutir nacionalmente, gerando uma preocupação nacional e forjando uma nova imagem para o Ceará.

O ano de 1877 se tornou um marco na compreensão do problema da seca e o impacto causado pelas cenas que então se desenrolaram fixou-se profundamente na cultura. neste momento, a irregularidade de chuvas deixa de ser apenas uma questão climática para se tornar uma questão social que a todos afeta e que o Estado brasileiro não poderá mais ignorar. De fato, inaugura-se neste instante a seca tal qual a entendemos hoje: miséria, fome, destruição da produção, dispersão da mão-de-obra, migrações, invasões às cidades, corrupção, saques...³⁵

³³ NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará**. In: SOUSA, Simone. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.79.

³⁴ SOUZA BRASIL, Thomaz Pompeu de. **Memória sobre o clima e as secas do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p.29-30.

³⁵ NEVES, 2000, p.79.

Com esta seca, muitos recursos foram dispensados para as vítimas do flagelo e torna-se um poderoso recurso político de favorecimentos e para reivindicar tratamento igual ao dado as províncias do Sul. A noção que o Norte, posteriormente o Nordeste, é a terra da seca começa a se constituir na representação, no imaginário social a partir de então. O uso do político dessa imagem associada à seca e ao atraso tornou-se proveitoso para as elites locais, que passaram a barganhar verbas junto ao governo central. Albuquerque Júnior, em seus estudos sobre “A invenção do Nordeste” nos mostra como um novo perfil social para a região foi se formando em um contexto que envolvia muitos interesses políticos e econômicos.

A questão da influência do meio era a grande arma política do discurso regionalista nortista, desde que a seca foi descoberta em 1877, como um tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no estado etc. o discurso da seca e sua “indústria” passam a ser a “atividade” mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos Estados do Norte, diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão. A seca tornou-se tema central no discurso dos representantes políticos do Norte, que a instituem como o problema de suas províncias ou Estados. Todas as demais questões são interpretadas a partir da influência do meio e de sua “calamidade”: a seca. As manifestações de descontentamento dos dominados, como o banditismo, as revoltas messiânicas e mesmo o atraso econômico e social da área são atribuídos à seca, e o apelo por sua “solução” torna-se um dos principais temas dos discursos regionais.³⁶

Quando as instruções de viagem da Comissão Científica foram elaboradas não se tinha um roteiro de viagem definido, mas o Ceará e a seca já aparecem, mesmo que de forma secundária, associadas uma a outra; e estudos para que se descobrissem os indícios de tal fenômeno e soluções para seus estragos foram apontados nas Instruções da Seção Geográfica e Astronômica e nas da Seção Geológica e Mineralógica:

Seção geográfica e astronômica – artigo XII

Achando-se a Comissão Exploradora na Província do Ceará, a qual sofre periodicamente o flagelo de secas devastadoras, convirá que a Seção Astronômica, de acordo com a Seção Geológica, faça ali os precisos exames de sondagem, a fim de descobrir os indícios que possam servir de guia para tentar-se oportunamente a abertura de um poço artesiano, o qual (no caso de surtir efeito essa primeira tentativa) possa ser considerado como norma para a abertura de outros poços, de que careçam diversas localidades da Província.³⁷

Seção geológica e mineralógica – artigo IX

³⁶ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011, p.71-72.

³⁷ BRAGA, 2004, p.198.

Pode dar-se o caso de haver em alguns lugares falta de água, que seque os rios, e seja consequência disso a destruição da vegetação, mortandade do gado e fome da população. Ai deverá a Seção Geológica proceder a exames das localidades vizinhas, estudar todas as circunstâncias que levem a supor a existência de água e então sondar o terreno para fornecimento de dados práticos para abertura de poços artesianos. Aproveitar-se-á igualmente esse trabalho de perfuramento para estudar as camadas sobrepostas do terreno, como também para determinar a sua temperatura em diversas profundidades e achar a que distancia da superfície é invariável o grau do termômetro e a rapidez com que o solo aquece e esfria.³⁸

Os estudos publicados por membros da Comissão que trataram especificamente sobre a seca vieram à tona justamente a partir da seca de 1877. Capanema escreveu *Apontamentos sobre secas do Ceará*³⁹ e *A seca do Norte*⁴⁰, e Gabaglia foi autor de uma série de *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*.⁴¹ Sendo, portanto, essas análises, resultado de novas experiências políticas, econômicas, sociais e históricas e foram motivadas por questões que entre 1857 e 1867, período de existência oficial da Comissão Científica, não existiam.

Quando os científicos chegaram ao Ceará, em janeiro de 1859, iniciava-se a quadra invernososa, um dos motivos que impediram de imediato suas viagens pelo interior, ocasionando a permanência da Comissão por quase seis meses em Fortaleza. Segundo Gonçalves Dias,

As pessoas práticas do sertão, os vaqueanos como se diz na província, aconselhavam que se diferisse a jornada para mais tarde, (...) porque de maio em diante nos anos regulares é o tempo mais próprio de ali se empreenderem viagens demoradas pelo sertão.⁴²

³⁸ BRAGA, 2004, p.225.

³⁹ Publicado em 1878 no Rio de Janeiro pela Tipografia Nacional e na Revista do Instituto Politécnico, esse trabalho resulta das observações feitas quando da estada de Capanema no Ceará, seu principal objetivo era dar publicidade as suas conclusões sobre a questão das secas no Ceará, oferecendo dados práticos, com base em estudos científicos e incitar outros a se dedicarem a estudos análogos. Vale ressaltar que esses estudos de Capanema são publicados um ano após a seca de 1877, quando a partir de então o tema da seca passou a ser o principal elo de ligação entre a província e o governo central.

⁴⁰ Artigo publicado no Jornal do Comércio e reproduzido em avulso por deliberação da Sociedade Nacional de Agricultura em 1901. Foi reproduzido pela Revista da Academia Cearense de Letras, t.09, p.165-195 em 1904. Contém várias observações feitas quando participante da Comissão Científica, ressalta principalmente aspectos positivos da fauna, flora, localidades e da gente do Ceará e indica providências a serem tomadas para resolver alguns problemas associados às secas.

⁴¹ Ensaio publicados com esse título em 1877 (Rio de Janeiro, Tipografia Nacional), anteriormente haviam sido publicados sob o nome de *A questão das secas na Província do Ceará no Diário do Rio de Janeiro*, de agosto a setembro de 1861. Constitui um dos poucos escritos de Gabaglia conhecidos sobre as experiências no Ceará, já que não existem notícias do Relatório sobre os trabalhos da Seção Astronômica e Geográfica. Contém muitas informações sobre as secas e questões básicas no estudo cronológico de problemas vitais do Ceará.

⁴² DIAS, A. Gonçalves. **Proêmio**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, 2004, p.254.

Quase dois anos após a chegada ao Ceará Alemão constata que o conselho que receberam de alguns cearenses em 1859 era mais que oportuno, viajando pelos arredores da vila de Canindé escreve em seu Diário:

Dizem os Cearenses que é um prazer viajar no sertão pelo inverno; e eu acho que é um verdadeiro inferno. São lamas, atoleiros, riachos e rios cheios, chuvas, trovoadas, moscas, mutucas, meruanhas, mariposas, e não sei o que mais [...] Até de águas se fica mais mal servido. O único bem que lhe vejo; é a verdura dos campos, e o leite. Se no verão as casas são porcas, no inverno porquíssimas.⁴³

Esses relatos nos colocam diante de algumas questões. Se por um lado o período das chuvas era motivo de alegrias e prazeres para o cearense, não deixava de ser também momento causador de infortúnios. Percebemos nas palavras do científico como a relação que o próprio povo do sertão estabelecia com a natureza era conflituosa. Para uns, incluindo-se aí ele, que não tinha nenhuma experiência nesse tipo de viagem e tinha que arcar no corpo e na mente com todos os infortúnios dela, o inverno dificultava as viagens, para outros, era um prazer viajar no sertão pelo inverno. As pessoas práticas do sertão que aconselharam no início de 1859 que a entrada pelos sertões fosse adiada por causa das chuvas agora diziam para Freire Alemão que era um prazer viajar no sertão pelo inverno, as vivências modificavam a forma que os homens tinham de lidar e testemunhar sobre as condições naturais. Múltiplas formas de experimentar o que o meio pode oferecer, de acordo com as circunstâncias que se apresentavam e com as motivações de cada um, e como dele tirar proveito.

A natureza impunha limites, modelava aspectos estruturais, sociais e culturais das localidades. A força das águas fechava caminhos, dificultava travessias:

As viagens no Ceará são singulares: no verão todos os rios estão reduzidos a verdadeiras áreas; no inverno esses areais; no inverno esses areais se submergem e se tornam rios caudais, muito largos, de grande correnteza e medonhos; toda a província fica coberta deles e isso interrompe, ou dificulta ao menos, as viagens.⁴⁴

Inundava pastagens, provocava migrações e novos modos de mover-se pelo território, atrasava a viagem - “[...] se conversou sobre o estado dos caminhos, e as notícias que obtivemos foram as mais tristes; pois quem nos tirou a esperança de descermos agora para o Icó, o rio não dá vão, e todos os riachos e córregos estão cheios, e se o inverno continuar

⁴³ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, folha 188, p.431.

⁴⁴ *Ibid.*, folha 285, p.224.

como vai, tão cedo não sairemos daqui.”⁴⁵ - dificultava a comunicação com o centro da província, isolava e obrigava-os a manter um contato mais próximo e dependente da população local. Os infortúnios eram tantos que Alemão reconhece que era um verdadeiro inferno locomover-se no sertão durante a quadra chuvosa – “É tão agradável, a este respeito, viajar no Ceará durante o verão, que é mau e medonho durante o inverno.”⁴⁶

As palavras do botânico [até de águas se fica mais mal servido] enunciam mais duas coisas: a qualidade das águas das quais era servido e a falta de asseio que enxergava pelas fazendas do sertão.

Falar da água ao fazer estudos científicos sobre todos os aspectos naturais do Ceará era mais que uma obrigação, era uma necessidade, afinal, esse era o bem mais precioso nessa terra, que sustentava as atividades agrícolas e a pecuária, ou seja, a economia da província. Portanto, nossos cientistas não se esquivaram de falar sobre a importância da água, da conservação e melhoramento de seus reservatórios naturais, das características dos rios e lagos. Capanema dedicará muito da sua atenção para essa questão. Mas para além dos interesses naturais e econômicos, os científicos não deixaram de anotar o aspecto da água que lhes era oferecida por onde passavam. Capanema comenta em seus *Ziguezagues* que era bom nem se lembrar de ter sede durante oito meses no ano no Ceará⁴⁷, tanto pela quantidade como pela qualidade das águas que se tinha a disposição. “Água lodacenta e asquerosa de aspecto é, como a maior parte delas aqui pelo Ceará.”⁴⁸

O Diário de Alemão é recheado de comentários acerca da qualidade da água que ele tinha que consumir, muitos foram os infortúnios, inclusive físicos (intestinais), que as águas barrentas, lodacentas, leitosas e turvas lhes causaram.

Tivemos água má, como temos tido desde que entramos no sertão. É um martírio no Ceará, no verão, só os grandes rios dão boa água de cacimba, mas é necessário deixa-la de um dia para o outro; para se tornar limpa e fresca. Os cearenses só apreciam da água a frescura; e bebem água barrenta, leitosa e sem repugnância. Quando me davam uma água grossa branca toldada, e que eu lhes dizia que a não podia suportar, respondiam: Pois é uma água bem fresca! Só nas serras, onde há fontes perenes se pode achar fresca; mas sempre é bom deixar de um dia para outro. O solo tem temperatura elevada, que a comunica por toda a parte às águas. Enfim estão tão acostumados a beber má água que nenhuma diligência fazem para melhorar. Durante as invernações, bebem águas turvas dos rios, e das enxurradas, deixando de aparar a água das chuvas, que caem em

⁴⁵ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 274, p.215.

⁴⁶ *Ibid.*, folha 284, p.223.

⁴⁷ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.204.

⁴⁸ *Ibid.*, p.206.

abundância, há até mesmo o preconceito de que a água da chuva é nociva. A água das enxurradas turvas, areentas, se tivessem vasilhas em que as guardassem se tornariam muito melhores, mas qual é o costume guardar água de um dia para o outro. Agora em Sobral, quando nós tínhamos em casa excelente água apanhada de telhados, bebíamos nas melhores casas da cidade água tomada no rio. Em alguns lugares até beber a água dos açudes, onde bebe o gado, se banham, lavam roupa etc. etc. Não vi uma fonte de filtrar água no Ceará!⁴⁹

Além de sintetizar o aspecto das águas de beber que lhes eram oferecidas no Ceará, Alemão nos informa sobre o tratamento que era dado a essa água e sobre a cultura material desenvolvida para armazená-la, tratá-la. Sua formação profissional e hábitos pessoais o levam a reprovar a falta de cuidados com a água de beber. Não entende porque não aproveitam a água da chuva, preferindo as dos açudes onde os animais bebem e se banham, segundo ele, são preconceituosos com essas águas e acreditam serem nocivas. Estranhava e reprovava esse pensamento, fruto das superstições e da falta de instrução das gentes do sertão. O estranhamento foi inevitável e a repulsa era tanta que em algumas localidades ele preferia comprar cidra a tomar a água para beber disponível no local, principalmente quando sofria alguma indigestão que ele atribuía à água. Nas andanças pelo vale do Jaguaribe⁵⁰ deparou-se constantemente com água ruim e teve que recorrer à cidra para saciar a sede: “Há aqui no Tabuleiro [de Russas] muito boa carne, excelente pão, a água é leitosa e ruim; eu tenho bebido cidra, que por felicidade se tem achado em todos os lugares.”⁵¹ Durante a estadia em Aracati muitas são as reclamações que aparecem no Diário acerca da água de beber – “Não podia suportar a água do Aracati! Neste lugar não bebi água, e consumi 6 garrafas e meia de cidra.”⁵²

Outro aspecto nos chama a atenção em seus relatos sobre as vilas e povoados localizadas nas proximidades do rio Jaguaribe: seus questionamentos sobre o rio sempre se direcionam para saber de suas cheias, das inundações que ele causou e quase nunca sobre os momentos de escassez de água, das secas do Jaguaribe. Freire Alemão buscava na oralidade, na memória das pessoas os relatos dos acontecimentos, anotava tudo que lhe testemunhavam,

⁴⁹ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 192-193, p.434.

⁵⁰ A bacia do rio Jaguaribe é a maior e mais importante bacia do Ceará, ocupando aproximadamente 48% da área do território cearense. O rio Jaguaribe apresenta o maior volume de água no Estado e é responsável pelo abastecimento de grande parte da população cearense (...) percorre aproximadamente 600km até sua foz no Oceano Atlântico. (ZANELLA, 2004, p.177 apud SANTOS, 2009, p.42) Sua ocupação teve início no século XVII em decorrência da criação de gado a partir de duas rotas de penetração: uma vinda de Pernambuco pelo baixo curso do rio Jaguaribe, e outra precedente da Bahia, vinda pelo alto curso do Rio. O rio Jaguaribe foi um dos principais caminhos para a ocupação e povoamento do sertão cearense.

⁵¹ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 68, p.86.

⁵² *Ibid.*, folha 73, p.89.

registrando as falas, elaborando um inventário da história da nação pautado nas narrativas que escutava; narrativas marcadas na memória seletiva, parcial, sensorial de um povo que recorda as cheias do rio a partir de sua força e interferência na vida cotidiana. As últimas grandes cheias do Jaguaribe haviam acontecido em 1839 e 1842, segundo as informações que Alemão recolheu em Aracati, nesses períodos, a cidade ficou em baixo d'água, as casas ficaram com água até o telhado, deixando suas marcas nas paredes das casas, muitos habitantes da vila abandonavam suas moradas e procuravam abrigo em lugares altos, onde as águas não alcançavam e pelas ruas circulavam canoas e lanchas.

Nessas ocasiões quase toda a gente sai da cidade tirando os seus móveis e os que têm sobrado os passam para cima, como fazem as vendas, armazéns e lojas; muitas casas se arruinando e o espetáculo deve ser medonho, porque toda a grande vargem fica submersa, formando um vasto lagamar, do meio do qual surgem as casas ou antes os sobrados e as igrejas. Este estado dura dias, às vezes quinze ou mais.⁵³

A força das águas do rio obrigava a população a adaptar-se a elas. O Jaguaribe modelava não só os aspectos naturais, mas também os aspectos estruturais das cidades, especialmente de Aracati e Icó, as duas principais cidades da região e que dominavam suas atividades econômicas e políticas. A natureza exercia um papel ativo e modelador. A técnica humana, com seus cálculos racionais e objetivos, estava subjugada a força do rio. A altura das casas, a construção de sobrados, os rearranjos nos modos de viver, quando a parte inferior dos domicílios passa para a parte superior, o desenho das ruas e seus trajetos eram delineados pela proximidade e imprevidência do rio, marcado por secas e enchentes que impunham relações diferenciadas com o espaço natural. A influência que a natureza exercia sobre o espaço mostra que por mais que a técnica humana tentasse separar o homem da natureza, colocando-a sob seu jugo, o meio natural continuava determinando práticas e experiências. Escutar, anotar e estudar os relatos sobre o rio e as fortunas e infortúnios que ocasionava fazia parte da tarefa do naturalista, ávido por analisar o rio e seu ritmo natural de cheias e secas objetivando desvendar meios de estabelecer o domínio total da natureza pelo homem. A observação e entendimento da natureza favorecia sua domesticação e aproveitamento.

Outro rio da região Jaguaribana interferiu diretamente na viagem de Freire Alemão: o Banabuiú.

⁵³ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 21, p.52.

Tinha de passar o rio Banabuiú, que é um dos grandes rios do Ceará. Quando se viaja pelos sertões do Ceará no inverno anda-se sempre cuidadoso a respeito dos rios, riachos, lagoas, e ate de córregos; e mesmo gente do país não deixa de se preocupar disso, rios que se passam a seco no verão, se tornam respeitados no inverno, são em geral mui largos, e por isso só durante as grandes chuvas negam passagem. Quando comecei a descer para o Vale deste rio logo reconheci que me aproximava do rio pela mudança que vi no terreno. Ao longe apareciam os telhados de algumas casas [...] e uma floresta de carnaúbas, não deixava mais duvidas: senti certa comoção, eu me chegava para suas margens com algum pavor, mesmo sabendo que o rio tinha pouca água e dava passagem livre: andamos por mais de um quarto de légua por uma vargem de barro negro, cheia de lagoas, e lamaçais pelo caminho, os quais também não me davam pouco cuidado. Enfim descobrimos as altas margens do rio, e pouco depois vastas poças, largos e fundos. O rio tem 30 a 40 braças de largura, cheguei a beira para o contemplar! [...] mandei o Ordenança a casa de frente saber do lugar da passagem e indicaram-me muito mais acima. Com efeito, andamos um bom pedaço ate chegarmos a ribeira do rio; mas como estava ele aqui mudado, era um vasto areal, pelo meio do qual se via o rio dividido em 3 ramos, dois dos quais quase secos, e o primeiro, onde a água corria limpa e pura não tinha de fundo dois palmos! Aliviados deste pesadelo, logo que saímos do rio fomos beber água a uma pobre casa situada à beira: água excelente, a vista da que há muitos dias bebemos. Marchamos ainda pela outra vargem ao lado esquerdo do rio, onde nos atolamos, mas sem risco. A Povoação de Morada Nova se mostrava a ¼ de légua sobre um alto, para lá marchamos.⁵⁴

Alemão dispensava muito cuidado na travessia das torrentes de água pelo Ceará, principalmente nos períodos de chuva, nos invernos, quando os rios ficavam cheios e negavam passagem, provocando embaraços. O período sem chuvas tornava as viagens mais fáceis e diminuía as barreiras naturais; obrigava os rios a se apresentarem como realmente eram: pequenos veios de água, que apareciam através de poços de tamanhos variáveis, cujas águas eram um grande recurso para o povo.

Duram por muito tempo, e mesmo por toda a seca, se esta não excede os limites ordinários; e não se corrompem por isso que de uns poços para outros inferiores se estabelece uma corrente oculta, e subarenosas, como já o havia notado o Dr. Pedro Théberge, distinto médico francês, que reside atualmente no Icó, e a quem eu comuniquei esta minha observação. É esta corrente oculta que dá água por quase todo o leito do rio, quando seco, fazendo-se-lhe pequenas escavações, que se chamam cacimbas. A água destas cacimbas é má logo que se tira, mas guardada em vaso de barro um dos dois dias, torna-se pura, fresca e excelente. Nos anos regulares as chuvas deixam as terras bastantemente embebidas, para nos seis ou sete meses de seca alimentarem de água a todos os viventes animais e vegetais.⁵⁵

⁵⁴ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 316, p.255-256.

⁵⁵ ALEMÃO, **Relatório da Seção Botânica**, 2004, p.312.

As cacimbas, assim como os poços, potes, quartinhas, cuias, barris, tanques, cabaças, bacias e baldes estavam associados ao trato do sertanejo com a água e foram incorporados aos apontamentos de Freire Alemão, que em pouco tempo de vivência no Ceará já tinha entendimento do inestimável valor que a água possuía para a sua população. Silva Filho (2006) ressalta que os participantes da Comissão foram adquirindo a percepção da água como o bem mais precioso para os cearenses. “Conclusão a que se chegou tanto pelo convívio e registro dos hábitos, narrativas e tradições locais, quanto pelos próprios rigores impostos na travessia de grandes distâncias.”⁵⁶

No entendimento de Capanema,

quando no Ceará se fala em rio não se deve supor um canal cheio d’água corrente, como se dá em toda parte do mundo, mas sim um canal perfeitamente seco, cheio de areia ou pedras e que as vezes serve de caminho, sendo esses canais grandes, há em muitos lugares, principalmente nos apertados entre pedras, escavações mais ou menos fundas, dentro das quais se conserva água todo o ano, e a que chamam poços, e onde há abundância de peixe. Cavando-se no resto do canal, ordinariamente se acha água, e toda escavação para este fim se chama cacimba; são inúteis quando a camada de areia repousa sobre lajedo e é pouco espessa. Mesmo nos poços raramente tiram água para beber; usam abrir cacimbas na beirada, onde a areia faz as vezes de filtro. Quando chove, esses canais tomam água e então se tornam rios, e mesmo muito caudais, e alguns realmente majestosos.⁵⁷

Capanema é conhecido por ser sempre mais crítico, sagaz, irônico e objetivo em suas colocações, no entanto, em relação aos rios cearenses, é o polido, cuidadoso e calmo Conselheiro Alemão que lança um comentário mais audaz e censor. Diante de todas as adversidades que as águas dos rios cearenses lhe causaram, por causa da [má] qualidade, abundância e/ou escassez delas, Alemão afirma em seu relatório que o Ceará não possui nada que mereça receber o nome de rio.

O Ceará não tem um só rio que valha esse nome. Durante a estação das chuvas, copiosas e diárias, borbulham por toda a parte inúmeras ribeiras, que juntando-se dão lugar a caudalosas e medonhas torrentes; mas estas ao aceno do estio somem-se.⁵⁸

⁵⁶ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Nota Explicativa**. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.19.

⁵⁷ CAPANEMA, **Ziguezagues**, 2006, p.313.

⁵⁸ ALEMÃO, **Relatório da Seção Botânica**, 2004, p.312.

Quanto às secas, apesar de mais timidamente e menos frequente, Alemão lança também algumas conjecturas, cumprindo a responsabilidade e o papel científico de indicar meios para facilitar o domínio do homem sobre a natureza que lhe cabia. Conforme suas análises,

Esta província, pela benignidade de seu clima, pela uberidade maravilhosa de seu solo, angustiado pela temperatura e umidade quase constantes, se não fôsse sujeita a êsse flagelo das sêcas, seria uma das mais preciosas do Brasil. É tradição que nos tempos antigos as sêcas não eram tão freqüentes e tão devastadoras. É portanto digno de ser averiguado. Em outros tempos havia menos povoação, havia proporção mais de pastos, em relação a criação, e por isso o mal não se fazia sentir com tanta fôrça. É conjectura minha. Também os invernos invariavelmente longos e abundantes são prejudiciais.⁵⁹

Assim como Capanema, Alemão não responsabiliza o fenômeno natural das secas pelo atraso da província (e ele deixa claro que acredita nessa noção de atraso de que o Ceará era [é] portador), mas a falta de providências humanas práticas para diminuir o impacto que a falta das chuvas causavam. Mesmo com algumas ressalvas, talvez por não ser sua especialidade e responsabilidade, ele indica caminhos que poderiam atenuar o problema. Segundo sua visão,

Para remediar até certo ponto os efeitos da seca, era necessário fazer reservas tanto de águas (por meio de açudes) como de forragem, secando a erva e guardando-a em paióis, e em proporção conveniente, e como também de sementes alimentícias, como milho, arroz, feijão, e também farinha preparada, a não ser se poderem conservar os mandiocais. Tantos capitais que se aniquilam com uma seca bastavam talvez para preparar meios e os modos de se fazerem tais reservas.⁶⁰

Alemão sugere medidas de cunho governamental e de aplicação de recursos que não deixam de ser também tema da escrita de Capanema, que faz considerações desse tipo de forma não tão cortês como Alemão, mas sem poupar nomes e instituições. Encaminhar soluções e possibilitar ao povo que diretamente convivia com a natureza do sertão recursos e ensinamentos para colocá-la sob seu domínio eram preocupações constantemente presentes nas motivações da escrita e da prática dos membros da Comissão. Além das águas, flora, fauna, clima, relevo, minerais passariam por suas análises. Colocá-los a serviço do homem era crucial.

⁵⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Invernos do Ceará**, 1859. In: DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.254.

⁶⁰ *Ibid.*, loc. cit.

2.2. Civilizar a natureza: recursos e técnicas para engrandecer a nação

As águas do Ceará, ou a falta delas, eram determinantes para os estudos do clima e vegetação da região. Capanema e Alemão recorrem constantemente a anotações sobre as temperaturas nos povoados e vilas onde faziam suas paragens. Nosso botânico anota em seu Diário, a partir de agosto de 1860, ou seja, após a viagem que fizera ao Rio de Janeiro, diariamente a temperatura marcada por seu termômetro, fazendo, em diversos momentos, considerações sobre a sensação térmica dentro e fora de casa. No primeiro périplo de sua viagem pelo Ceará, Alemão não anotava as temperaturas em seu Diário, mas logo que retorna a escrevê-lo, após os dois meses que passou de licença na Corte, essas observações tornam-se frequentes. Alemão trouxe do Rio o termômetro que lhe indicava as temperaturas no Ceará? Ou já o possuía antes e apenas não tinha o cuidado de anotar essas marcações ou teria recebido esse instrumento de outro colega da Comissão ou até mesmo de algum cearense? Não temos indício de solução para essas questões, podemos apenas levantar suposições de como esses dados passaram a fazer parte das anotações do científico. Arriscamo-nos, no entanto, pelo que conhecemos do velho botânico, a afirmar que se ele tivesse em mãos essa ferramenta desde o início da viagem, provavelmente, esses dados estariam presentes em seus rascunhos desde esse momento, afinal as anotações acerca da temperatura e suas sensações entrelaçam-se em suas anotações pessoais com comentários que dizem respeito às práticas sociais e culturais da população cearense, observadas e anotadas desde que chegou ao Ceará.

Estando em Sobral, nos deixa a seguinte informação:

Segunda feira, 14: a manhã [com] bom tempo, termômetro 76 (far.)⁶¹. Depois do almoço, e de ter recebido a visita do Sr. Alves, vesti-me para ir ver o Rio, e a Cidade; fazia sol o dia era bonito; mas o calor forte. Fui até a ribeira e corria por ela observando o rio, que bem que já mais vazio que ontem, está ainda mais belo. Daí fiz um giro pelas ruas e praças extremas da Cidade, passando pelas principais, ate a casa em que está o Capanema; [...] Lá os deixei, e vim para casa, muito mais suado do que me aconteceria, andando, pelo verão, nas ruas do Rio de Janeiro!⁶²

Não nos admira que esse incômodo causado pelo calor fosse justamente vivenciado em Sobral, popularmente conhecida no Ceará como uma cidade quente, calorenta. Mas essas sensações de Alemão não se resumem a esse espaço, estando em Fortaleza, ele resume como tem vivenciado o clima na província:

⁶¹ Corresponde a 24° Celsius.

⁶² ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 161, p.413.

É notável nesta Província a marcha do calor. O sol é muito quente, abrasador, mas dentro de casa a sensação de calor não é tão desagradável como no Rio; bem que se sua muito (eu aqui suo mais que no Rio, principalmente aqui na cidade. É para mim um grande incômodo estar vestido, quer de dia, quer de noite, tenho sempre a roupa ensopada, mas chegando a casa de noite suado, despindo-me e deitando-me na rede refresco e as noites passam melhor que no Rio. Será isto devido a rede? E ao serem as casas de telha vã?⁶³

As comparações com o Rio de Janeiro são frequentes nas anotações de Freire Alemão. Seu referencial social e cultural é facilmente identificado nos comentários valorativos e comparativos que faz das pessoas, da paisagem, dos produtos, das comidas e bebidas cearenses. O estranhamento, as reflexões pertinentes diante de atitudes e posicionamentos que para os de cá representavam simplesmente o trivial, as surpresas, as riquezas, os reconhecimentos de superioridade ou inferioridade das coisas e gente do Ceará, a saudade do Rio e da família são constantemente salientadas em seu Diário e cartas.

Enquanto cientista, explica sucintamente a causa das diferentes sensações térmicas experimentadas no pela gente do Ceará⁶⁴, segundo suas observações,

É notável a diferença que se experimenta entre a sensação de calor e o grau deste indicado pelo termômetro em diversos lugares; tendo a indicação do instrumento o mesmo ou pouco mais ou menos, e a sensação muito diferente: [...] Nas madrugadas do sertão, o que causa o sentimento de frio é sem dúvida o vento, que reina sempre mais ou menos nessas ocasiões. Aqui o suor, e calor é seguramente efeito da umidade do ar.⁶⁵

Os escritos de Capanema nos dão indícios que ele acompanhava a marcação das temperaturas no Ceará. Nos Ziguezagues encontramos as seguintes observações:

A paisagem é linda; o clima agradável, pois o termômetro conserva-se sempre entre 24° e 29°C, de modo que não há essas alterações de calor e frio, tão sensíveis ao corpo. O psicômetro sempre se conserva 4° a 6° abaixo da temperatura, e é quanto basta para que a transpiração do corpo se evapore rapidamente, e que se não sinta calor, o que é ainda auxiliado pelo vento, que sopra desde a manhã e dura todo dia; as noites são agradáveis, mesmo na seca, em que todo o tapete florido desaparece para dar lugar a uma superfície quase calva, em cujo chão de areia se descobre uma ou outra moita ainda verde no meio dos torrados restos da vegetação, tão viçosa ainda há poucos meses.⁶⁶

⁶³ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 267-268, p.485.

⁶⁴ “São 9 e ½, o termômetro na alcova está em 20 (far.). A gente do país queixa-se de frio, eu estou suando.” ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 314, p.519.

⁶⁵ *Ibid.*, folha 321, p.524.

⁶⁶ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.197.

De acordo com essas passagens, suas sensações com o clima aproximam-se das sentidas por Alemão, mas não podemos generalizar, já que não encontramos nos escritos de Capanema tanta atenção a esse tema como a dispensada pelo presidente da Comissão. Talvez se fosse possível o acesso a todos os estudos que Capanema desenvolveu no Ceará mais referências ao clima dessa terra fossem encontradas, já que Capanema possuía em sua bagagem além do termômetro um outro equipamento destinado a esse fim, o psicrômetro, como sugere o texto referenciado. No entanto, isso não é possível somente a nós, mas a todos os estudiosos da Comissão, haja vista que boa parte do que Capanema produziu no Ceará foi perdido no naufrágio do navio *Palpite*.⁶⁷

A última passagem que citamos dos *Ziguezagues* nos direciona a outro aspecto natural que mereceu muita atenção da Comissão Exploradora: a vegetação do Ceará. De acordo com Domingues (1996), a intenção do governo de implementar a conquista do interior a fim de promover o desenvolvimento da agricultura voltada para o comércio começava pelas atividades das ciências naturais, especialmente da botânica, da geologia, da geografia e da zoologia. Portanto, estudos da vegetação do país eram essenciais para que o inventário das riquezas nacionais fosse feito e colocado à disposição do engrandecimento da nação. A tarefa de classificação da flora brasileira era uma preocupação de longa data, todas as expedições estrangeiras que haviam passado por aqui desde o século XVIII dedicaram esforços nessa tarefa. À mesma época dos trabalhos da Comissão, estava sendo organizada por Von Martius a *Flora Brasilienses*⁶⁸, um trabalho que objetivava classificar as plantas existentes no Brasil, delimitando seus nomes científicos, características e possíveis usos medicinais e industriais. Os trabalhos dos cientistas brasileiros no Ceará deveriam dar a devida importância que a flora possuía, para tanto foi criada uma Seção específica para esses estudos – a Botânica e nomeado para ela o botânico brasileiro mais conceituado naquele momento, ou seja, Francisco Freire Alemão.

O esboço dos trabalhos botânicos que Freire Alemão fez e pretendia fazer com as amostras colhidas no Ceará encontra-se no Relatório apresentado ao IHGB em 1861, no qual faz de imediato a ressalva que o que ali apresentava era uma exposição sucinta do itinerário da Seção e algumas considerações gerais sobre a vegetação e indústria agrícola da província. Alemão deixa claro que “o estado, porém, de suas coleções, que ainda se não puderam distribuir e classificar até o ponto de saber-se que número de espécies encerram, nem o que

⁶⁷ Detalhamos esse episódio no primeiro capítulo desse trabalho, a partir da página 78.

⁶⁸ Para mais informações ver nota 17, página 89 deste trabalho.

poderão oferecer de novo à ciência e juntamente o desordenado de suas notas me inabilita para isso.”⁶⁹, portanto, muitos estudos ainda deveriam ser feitos sobre a flora do Ceará.

No Relatório, Freire Alemão divide o Ceará em três regiões botânicas: litoral, serras e sertões, as quais, segundo ele, apresentam as suas diferenças de flora devido às composições mineralógicas do solo, relevo, latitudes, alturas e frequências de chuvas distintos.⁷⁰

Uma característica da vegetação do sertão e de algumas regiões das serras que chamou muito a sua atenção era o fato das árvores não morrerem nos meses de estiagem, permanecendo secas, sem folhas, mas vivas, voltando a ter vigor no inverno. De acordo com seus conhecimentos, esse fenômeno é o mesmo que acontece nos países frios, conhecido atualmente como senescência foliar⁷¹.

No sertão as árvores largam as folhas, secam; mas não morrem. É que nesse solo árido e pedregoso não vivem senão as plantas, que por natureza podem passar parte do ano sem folhas. A laranjeira e mesmo o cafezeiro não vivem ali. Sem dúvida que a nímia secura do ar do sertão acelera a queda das folhas e retarda o aparecimento de novas; mas quando isso não fosse, as árvores que ali vivem não deixariam de despir-se. O fenômeno é o mesmo que se passa nos países frios, e o mesmo que aqui tem lugar no nosso inverno legítimo ou astronômico.⁷²

Capanema vai além na explicação científica desse fato, indicando a composição geológica do solo como condicionante para essa característica. Para ele, seria essa peculiaridade responsável pela fertilidade do solo e que disso poderia se tirar muito proveito para os cultivos de produtos alimentícios e industriais.

Passamos por grande extensão de sertão, terreno todo ligeiramente ondedado, formado por um vasto lajedo de gnaiss cuja decomposição superficial, uma tênue crosta, é a terra que produz o pasto; e que por causa do seu leito de lajes só pode conservar a umidade enquanto chove; não tem pois a propriedade de manter a vegetação durante os seis meses em que não cai uma gota d'água, não pode promover um resfriamento da atmosfera que possa sedimentar orvalho sequer, [...] Nesse longo intervalo de seca toda força vegetativa está na mais perfeita quietação. Parece que a este estado desolador em aparência se deve atribuir a prodigiosa fertilidade daqueles terrenos: penetrando os agentes atmosféricos por esta terra seca e porosa, contribuem poderosamente para a decomposição dos seus elementos, que servem depois de adubo. Em outros lugares com trabalho se revolve a terra,

⁶⁹ ALEMÃO, **Relatório da Seção Botânica**, 2004, p.295.

⁷⁰ *Ibid.*, p.311.

⁷¹ Freire Alemão não cita esse nome para o fenômeno, mas é como a Ciência dos nossos dias denomina esse aspecto.

⁷² ALEMÃO, **Relatório da Seção Botânica**, 2004, p.312-313.

arando-a profundamente para expô-la á ação do ar; aqui a natureza encarregou-se disso por processo diverso chegando ao mesmo fim.⁷³

Para Alemão o sertão e suas paisagens proporcionaram experiências surpreendentes. Em seu Diário e nas cartas aos familiares há sempre comentários que demonstram como essa região era diferente de seu lugar de origem e como a falta de conhecimento resultara em muitas análises errôneas e deslocadas.

A escrita dos cientistas da Comissão nos dá prova de como a ciência e a intelectualidade brasileira tinha um parco conhecimento do país e por isso tinha uma visão limitada e preconceituosa de tudo que não fazia parte do centro do Império. O recorrente discurso da política e da ciência ao enfatizar a necessidade de conhecer o Brasil em sua totalidade para construir a verdadeira nacionalidade brasileira deixa claro a falta de conhecimento que precisava ser suprida, no entanto, pela tecitura das considerações daqueles que se dispuseram a conhecer o Ceará, a serem testemunhas *in loco*, em prol da nação e da ciência identificamos o espanto e surpresa pessoal e profissional por, muitas vezes, observarem uma realidade natural e cultural muito diferente daquilo que conheciam e imaginavam.

Freire Alemão relata em carta a sua irmã Policena:

Quando nos achamos em pleno sertão, não pudemos deixar de ser singularmente impressionados tanto pelo aspecto particular do país, como pela surpresa, sendo inteiramente diverso da idéia que fazíamos por informações incompletas, inexatas ou exageradas. Eis o que eu cuidava que era - campinas rasas cobertas de gramineas, e com algumas árvores dispersas. Eis agora o que vi - um país todo montuoso, tendo às vêzes lombadas de muitas milhas de extensão, deixando entre si estreitos vales, ou grotões; demasiadamente pedregosos, e raras vêzes mostrando uma vargem de certa extensão, ou uma meia laranja rasa e larga; com intervalos de léguas vê-se o leito arenoso e largo dum rio, antes torrente, pois só correm no tempo das chuvas. Esses montes, tabuleiros e vales são cobertos de catingas ou carrascos, isto é duma vegetação especial e de árvores sôltas, cujo porte é o de uma laranjeira ordinária, daí para baixo, e raramente mais alto. Tudo está sem fôlha, e como se por ali houvesse passado o fogo; por baixo dessas árvores o terreno é todo coberto de *panasco*, e *mimoso*, que são os pastos suculentos de tôda a sorte de gado, e que também sêco tem o aspecto loiro de uma vasta e contínua seara.⁷⁴

⁷³ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.337.

⁷⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Carta à irmã Policena Freire* – Icó, 20/11/1859. In: DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.153.

As surpresas, encantamentos e possibilidades de riquezas que as terras cearenses apresentavam estavam espalhadas por todas as partes da província. Sertão, serras e litoral ofereciam material substancial para os estudos da ciência e para o proveito da nação. Na passagem anterior vimos Alemão enfatizar que o que seu olhar testemunhava ia muito além daquilo que se tinha notícia pelos outros viajantes que por aqui passaram, é mais uma vez uma autoafirmação da importância e necessidade da existência de uma Comissão verdadeiramente nacional e voltada para os interesses internos do país. Vimos que ao lançar a ideia de uma expedição nacional de exploração, Manuel Ferreira Lagos utiliza como justificativa a existência de muitos dados errados divulgados por naturalistas estrangeiros sobre o Brasil. Em 1855, meses antes de propor a formação da Comissão Lagos já apresentava nas sessões ordinárias do IHGB um relatório acerca da viagem do conde de Castelnau as regiões centrais da América do Sul, evidenciando os equívocos e falsos juízos que esse naturalista cometera, alargando essas considerações para outros estudiosos que por aqui passaram.

Retificar os prováveis erros cometidos por outros naturalistas e, além disso, identificar e tornar viável a exploração das riquezas escondidas pelo país, colocando-as a disposição de todo o Império, era, como já foi salientado, o objetivo master da efetivação da Comissão de Exploração. Objetivo esse que congregava os interesses político-econômicos da administração imperial e os interesses da comunidade Científica⁷⁵ em atuação no Brasil. Trabalhar a fim de superar as limitações que a natureza impunha a exploração das riquezas nacionais, subjugando-a ao controle das atividades e da cultura humana era o alicerce ideológico que sustentava a existência e atuação da Comissão Científica.

Faz-se necessário lembrarmos aqui que como base para todos esses esforços estava a urgente necessidade de construção política e ideológica da nação que o Brasil experimentaria após o processo de independência política em 1822. Entendemos que o conceito de Nação compreendido nesse contexto está associado a noção de Estado e “encampada pelas políticas dos Estados que se organizavam e almejavam tornar-se Estados Nacionais.”⁷⁶ Sendo assim, o Estado brasileiro passou a empreender em meados do século XIX uma política que desse base simbólica e ideológica a sua identidade nacional e estímulo a

⁷⁵ Pinheiro (2009) nos explica, citando Thomas Kuhn (1989), que uma “comunidade científica seria integrada por indivíduos que além de compartilharem do mesmo paradigma (no seu sentido amplo, um sem número de crenças, valores, técnicas – definidos cognitivamente, que em determinado momento são adequados para a resolução do conjunto de problemas existentes), estariam comprometidos com uma maneira coletiva de se praticar ciência. Em outras palavras, segundo Kuhn, é impossível desenvolver a prática científica de modo solitário. A ciência só existe, se existe uma comunidade científica.” PINHEIRO, Rachel. **O que nossos cientistas escreviam**: algumas das publicações em ciências no Brasil do século XIX. Tese de doutorado. Campinas / SP.: [s.n.], 2009, p.62.

⁷⁶ DOMINGUES, 1996, p.02.

sua economia, transformando o meio ambiente do país em objeto político, o que conseqüentemente valorizaria as ciências naturais, pois só elas possuíam o discurso competente para identificar os proveitos máximos que se poderia conseguir com a exploração do meio natural.

O Ceará foi observado pelos cinco naturalistas que para cá foram enviados pelo governo e pelo IHGB nessa perspectiva, portanto suas riquezas, tesouros, produtos e cultivos deveriam ser esquadrihados, mapeados, classificados e apresentados ao país. Além disso, as supostas riquezas minerais que o subsolo cearense possuía são destacadas como um dos fatores que determinaram essa província como primeiro pouso da Comissão, sendo a principal motivação do apoio governamental a empreitada e não deixou de ser o responsável, em grande parte, pelo desgaste da Comissão. Esse anseio não deixou de alimentar também as esperanças dos cearenses.

A partir de textos, através da oralidade e das lendas que circulavam pela província criou-se, de acordo com os estudos de Santos (2011) um imaginário sobre o ‘El dorado cearense.’ “Escrevia-se sobre ele porque se falava que ele existia e se dizia de sua existência porque sobre ele se escrevia. Numa dialética entre fala e escritas se depararam os cientistas da Corte.”⁷⁷ As lendas e tradições apresentavam particularidades e riquezas que engrandeciam a província e a tornavam digna de ocupar lugar na cultura nacional. Em seu Diário, Freire Alemão ressalta como essa ideia de abundância de metais preciosos nas terras do Ceará povoava a mentalidade de sua gente:

Em caminho encontramos um sujeito, que vinha muito depressa; passou por mim olhando-me com atenção, e parou a conversar com o meu ordenança, depois volta e se dirige para mim, parei, e nos saudamos, era o proprietário da casa, em que dormimos, que tendo notícia da nossa chegada a sua casa vinha encontrar-nos. Andamos juntos por algum tempo, e entre várias conversas se mostrou sentido de não estar em casa porque tinha no seu sítio um lugar com indícios de haver ali alguma mina. **É a mania da terra; todos julgam ter em seus domínios minas e tesouros escondidos.**⁷⁸

Capanema tinha a maior responsabilidade na tarefa de desvendar os mistérios acerca dos tesouros minerais que haviam se espalhado na e sobre a província, afinal a seção Geológica e mineralógica era aquela que deveria empreender os estudos sobre as riquezas minerais do solo e subsolo cearense. As instruções para sua Seção delimitavam bem esses

⁷⁷ SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará investigado**: A Comissão Científica de 1859. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011, p.72.

⁷⁸ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 79, p.94. (Grifos nossos)

estudos, inclusive fazendo referência as investigações das tradições orais que propagavam a existência de ouro em quase todas as regiões cearenses. O tópico IV das Instruções da Seção de Capanema enuncia o seguinte:

Também devem ser atendidas as tradições reinantes nas diversas localidades sobre a existência de minerais, porque alguma lenda de ouro encantado, terrenos exalando cheiro sulfuroso, estouros subterrâneos podem conduzir á descoberta de minas de pirites em circunstancias favoráveis para suprir de enxofre e de ácido sulfúrico, ou de pedra-ume, os nossos mercados, que hoje com dificuldade são fornecidos pelo estrangeiro, e trazem em dependência muita indústria de grande vantagem. Importa examinar com especial cuidado todos os rios, lagos e terrenos salgados, com vistas de achar salitre (de potassa ou soda), bórax, soda, sal de Glauber, caparrosa, sal amoníaco, etc; que valha a pena exportar sendo próximo ás costas; ou sal comum indispensável para o uso da população e para o sustento do gado, sendo no interior.⁷⁹

Nessa passagem identificamos a motivação para essas explorações, o interesse comercial e prático é evidente. Esses estudos eram condicionantes para o desenvolvimento da indústria, do comércio, da pecuária e da agricultura do país, base da sua economia. Mais do que encontrar riquezas como ouro e metais preciosos, que ocasionariam enriquecimento rápido e facilitado, era importante encontrar produtos geológicos e minerais que impulsionassem as atividades industriais e os mercados internos e externos. Em seu relatório Capanema apresenta os resultados de suas investigações diagnosticando o estado das reservas que o Ceará abrigava e apontando o que deveria ser feito para aproveitá-las positivamente. Como ressaltamos anteriormente, o ouro tão almejado não foi encontrado, mas Capanema encontrou muitos recursos que, segundo ele, se fossem sabiamente aproveitados, muitos ganhos forneceriam à província e ao país.

Estanho, chumbo, silicato de alumínio, gnaisse, gesso fibroso, zinco, xisto silicoso, galenas argentíferas, coprófilos, grafite, granito, gramatito, psamito, calcário; fósseis animais, vegetais e de esqueletos humanos, que ele não estudou por não dispor de recursos suficientes⁸⁰; resina vegetal, que segundo ele precisava ser melhor investigada para que

⁷⁹ CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Geológica e Mineralógica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, 2004, p.195.

⁸⁰ Em outubro de 1860 a Secretaria de Estado dos Negócios do Império expediu um aviso no qual constava uma nova tabela dos vencimentos que os membros e empregados da Comissão deveriam receber a partir de então. Essa tabela não só reduzia os vencimentos dos chefes de Seção, que passavam de 7:200\$000 anuais para 5:400\$000, como também quantitativos relativos a diversas despesas de material e gastos com os animais, dificultando os estudos que ainda estavam por serem feitos no Ceará.

fossem conhecidos seus usos para a indústria; mármore granular, apropriado para estátuas e ornatos e ferro são exemplos de recursos minerais que Capanema encontrou no Ceará.

Em relação ao ferro, Capanema visitou a região a que João da Silva Feijó fizera referência em 1814:

Fizemos uma excursão ao Canindé e fomos ver os depósitos de ferro junto á serra das Guaribas nas margens do rio Cangati, de que falara Feijó em 1814; encontramos realmente esta rica mineira, de todo desprezada. Parece que já a Providencia espalhara por aquelas paragens em distâncias razoáveis este mineral nas condições de ser utilizado, pelo povo, com fundentes ao lado, e excelente material para combustível, que são os sabiás e as juremas. Vi essa mesma pedra de ferro no Jaburu, perto de Quixeramobim, ao pé da serra da Meruoca. [...] Existe também próximo ao Crato.⁸¹

E comenta sobre a exploração do ferro na região e as possibilidades que essas minas apresentavam, mais uma vez Capanema elucida a necessidade de educar o povo para saber tirar proveito de suas riquezas.

O ferro consumido no interior do Ceará, do Piauí e de Pernambuco é todo inglês e muitas vezes de péssima qualidade, transportado a duzentos e mais léguas, em costas de animais; em consequência disto propus ao governo imperial que mandasse ensinar aquele povo o meio de aproveitar a mineira de ferro para obter material, ao menos o necessário para as suas ferramentas de lavoura: industriosa como é aquela gente não tardaria a construir as pequenas forjas catalãs e fabricar o ferro e aço para consumo de cada distrito. Objeto este de grande utilidade para aqueles lugares.⁸²

Como porta-voz da ciência que enxergava natureza e seus recursos como espaço a ser dominado, submetida aos desígnios humanos em um duelo que resultaria no progresso, na mobilidade e ascensão social e cultural do país, eliminando assim os entraves que a fartura da natureza tinha construído, Capanema seguia seus trabalhos no Ceará pensando e repensando práticas e técnicas que favorecessem o uso racional e benéfico dos recursos presentes no território brasileiro. Por muito tempo a ilusão de uma natureza inesgotável, rica o suficiente para sustentar o povo brasileiro habitou os discursos históricos, literários e científicos sobre o país. A exuberância e singularidade da natureza era a principal fonte de referência para a construção da identidade brasileira, mas era vista também, nessa perspectiva, como a principal motivadora da inércia e conseqüente atraso intelectual e econômico da nossa população. A condição de constante conflito e ameaça na ação destrutiva da natureza em

⁸¹ CAPANEMA, **Relatório da Seção Geológica**, 2004, p.336-337.

⁸² *Ibid.*, loc. cit.

relação aos desígnios humanos e a ação destrutiva do homem em relação à natureza tinha na representação do meio físico seu melhor exemplo. Conforme Murari (2009), o entusiasmo pela paisagem e pela riqueza bruta do espaço natural, patrimônio cultural e material a ser incorporado pela nacionalidade, contrastava com as dificuldades, sofrimento e imobilidade que podiam ser infringidos por este espaço desconhecido, inexplorado e inóspito, dificultando a ação daqueles que viriam trabalhar para o estabelecimento do progresso. A imagem da natureza como ameaça, força brutal e potencialmente destrutiva teria que ser substituída por uma imagem e por uma prática sobre a natureza que a colocassem sob o completo domínio do homem, capaz de controlá-la e usá-la a favor do crescimento e engrandecimento da comunidade nacional.

Nesse esforço de identificar as riquezas mal ou não aproveitadas pela “gente do país” [cearenses], Capanema reconheceu como um recurso de muito valor e utilidade econômica e prática para o povo a produção de perfumes e essências. Segundo ele, “o jasmineiro produz bem em todo o Império e aqui no meu Ceará, sobretudo onde é considerado penates da casa, pois não há quintal sem jasmineiro, ninguém, porém se lembrou dele para fazer as suas banhas e essências”⁸³ Freire Alemão nos informa que as flores cearenses tinham um cheiro forte perfumado, sendo comum as de natureza mais dóceis, como os jasmims, as rosas e os cravos,⁸⁴ e eram propícias a fabricação de essências. Capanema justifica esse empreendimento já enunciando respostas para as possíveis críticas que recaíssem sobre essa ideia.

Podem também apresentar o argumento, de tirar couro e cabelo, que antes de pensarmos em cheiros devíamos tratar de plantar feijão, arroz, batatas etc., que já nos são fornecidos pelo estrangeiro. Concordo, mas quando falo cá das flores, só quero que se aproveite o que existe, e que se ocupem alguns desses tantos braços vadios que como já vimos, dão baixa a boa moral. [...] os perfumes não são simplesmente artigos de luxo, são ao mesmo tempo agentes higiênicos.⁸⁵

E vai além, indicando os meios de extração das matérias cheirosas e a receita para as donas de casa que tenham jardim que como ele diz, “verão os patrícios que não é bicho-de-sete-cabeças, e está ao alcance de todos.”⁸⁶ Atento estava nosso geólogo a tudo que pudesse servir a alguma atividade industriosa no Ceará.

⁸³ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.174.

⁸⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba* – 30/03 a 03/08 de 1859. In: DAMASCENO, e CUNHA, 1961, p.204.

⁸⁵ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.176.

⁸⁶ *Ibid.*, p.176.

Ao longo das anotações pessoais (diário, notas e cartas) e oficiais (ofícios e relatórios) de Freire Alemão identificamos seu extremo cuidado em delimitar as características botânicas e usos adequados para a vegetação do Ceará. Ele dedica um espaço notável para descrever plantas e árvores que poderiam fornecer madeira, seja para construção e marcenaria, para cerca, para transporte e algumas que forneciam princípios ativos corantes que deviam ser aproveitados. Em Missão velha ele observa que seus montes⁸⁷ [serras] tinham muitas madeiras preciosas,

como são aroeiras, gonçalo-alves, braúnas, paus-d'arco, violetas etc. [...] por algum tempo marchamos à beira de um riacho. Nestas baixas a vegetação era mais vigorosa, mais viçosa, mas já quase desprovidas das madeiras de cerne [madeira preferida para usos em que se requeira durabilidade e resistência]. Aqui (nas ribeiras do riacho) são ingazeiros, guaratimbós (que chamam também ingá), sabonetes, figueira etc.⁸⁸

Ele também dedicava tempo em longas conversas, escutando e transcrevendo as informações acerca dos usos que os cearenses faziam da vegetação. O saber do povo fornecia dados e pistas sobre as riquezas do território. Na fala da gente comum Alemão procurava suprir sua curiosidade e colher informações importantes para seus estudos e para a viagem. Em vários momentos e assuntos, a ciência do povo serviu de crivo inicial para os estudos científicos da Comissão. O conhecimento do outro (o viajado) surpreende, notifica e serve de guia para o viajante, sem deixar de causar também em diversas circunstâncias sentimento de estranheza e desprezo. Em conversa com um senhor em Vargem Grande colhe o seguinte:

Estando só eu na minha rede e ele noutra conversamos bastante tempo; e de sua conversa colhi que no sertão as forquilhas ou esteios de casa são só de aroeira; que esta folha se parecia com a Canafístula (de flores retas) e mesmo com a carvoeira; o pau-amarelo também dá boas forquilhas. O pau d'arco, o jatobá, o gonçalo alves nada presta para esteios; a braúna não serve senão para engenhos, moendas etc., por ser pau que só dá miolo, sendo grosso e é mui duro de lavar assim como pesado para transportar-se, razão porque só se servem dela para cercas. O jucá, ou pau-ferro também ninguém usa dele por ser mui duro de trabalhar-se; disse-me que a timbaúba, quando é grossa tem miolo roxo, que há aqui o miolo de pau-branco porque nas suas ribeiras abunda esta madeira.⁸⁹

⁸⁷ Segundo Freire Alemão, “aqui [no Ceará] chamam morros aos montes maiores ou menores do sertão, ou de outra parte, chamam serrotes aos montes pedregosos e com pouca ou nenhuma vegetação, chamam serras a montanhas como a da Aratanha, Maranguape etc. e também aos grandes montes, rasos, ou chapadões do interior, como são o Apodi e o Araripe.” ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 173, p.154.

⁸⁸ *Ibid.*, loc. cit.

⁸⁹ *Id.*, folha 291-292, p.230.

Riquezas e proveitos, recursos e técnicas de exploração, a natureza cearense mostrava-se e era enxergada como um grande celeiro de potencialidades que serviam para engrandecer a Nação e muito oferecia para incrementar a renda nacional.

2.3. A Natureza da província e os incrementos na Economia

Nossos estudiosos, Freire Alemão e Capanema, destinaram largo espaço em seus escritos para detalhar, comentar, criticar e apontar melhorias para a agricultura desenvolvida no Ceará. A agricultura, além de principal atividade econômica praticada no país desde o período colonial, era vista como uma forma de civilizar a natureza, incorporando-a à cultura e garantindo condições para o progresso humano. Seu estudo estava citado nominalmente nas Instruções de viagem da Comissão como trabalho a ser desempenhado pelas Seções Geológica (tópico VIII), Zoológica (tópico VII) e Etnográfica (tópico X).

Em fins do século XVIII o Ceará tinha na agricultura uma importante atividade econômica. Apesar de secundária, a pecuária ainda ocupava a posição de principal atividade da província, as atividades agrícolas desenvolviam-se em todas as regiões do Ceará, especialmente no Cariri e na região jaguaribana [nas margens do rio Jaguaribe]. Os produtos advindos dos cultivos destinavam-se à subsistência e, com exceção do açúcar, que era pouco produzido na província, não havia lavouras voltadas à exportação. Nesse período, a pecuária já havia viabilizado a ocupação do território cearense, mas entrava em decadência. Uma nova alternativa econômica aparecia: o algodão.

Em meados do XIX, a cultura algodoeira havia se expandido e o algodão se transformado no produto agrícola essencial para a sustentação da lavoura e da economia da província. A cotonicultura passou a ganhar destaque nas fazendas cearenses a partir da segunda metade do século XVIII. O cenário mundial foi o grande incentivador da produção; a nova ordem econômica capitalista em pleno desenvolvimento exigia novas práticas voltadas para o excedente. A demanda pela matéria prima advinha do ambiente favorável à produção em larga escala de tecidos, gerado desde a Revolução Industrial. A Guerra de Independência dos Estados Unidos fez cair a produção de algodão naquele país, ocasionando um crescimento da exportação cearense para suprir os mercados antes favorecidos pelos norte-americanos. No início do XIX, o algodão se efetivava como poderosa atividade econômica, que aliada a pecuária compunha a maior parte do fisco da província.

O cultivo do algodão expandiu-se, acompanhado pela introdução de aparatos técnicos que incrementavam a produção, como os descaroçadores (cf. CORDEIRO, 1997). As condições climáticas e sociais do Ceará viabilizavam a cultura do algodão.

Seu cultivo destinava-se a ocupar os braços ociosos e gerar dividendos para o Ceará. Seu plantio requeria pouco capital e sua colheita não exigia grandes técnicas, o que se adaptava à realidade dessas terras. Sua constante demanda no mercado mundial prometia colocá-lo como um dos principais produtos de exportação.⁹⁰

Quando a Comissão científica chegou ao Ceará em 1859 a economia algodoeira passava por um processo de recuperação de algumas crises. A primeira delas veio a partir de 1820, quando o algodão americano voltou a entrar em cena e desbancou o mercado cearense. No início do Império, o algodão declinou bastante, por causa, sobretudo, de uma doença conhecida como mofo⁹¹. A seca do período de 1824-1826 e a Confederação do Equador favoreceram ainda mais a desestabilização da produção algodoeira na província. Na década de 1850 uma nova variedade de sementes é introduzida, dando início ao processo de revitalização do algodão, propiciando uma alta nas exportações. A partir de 1860 as exportações foram estimuladas, especialmente por causa da Guerra de Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos.⁹² De acordo com Vieira Junior (2004), em princípios do XIX, agricultura e algodão eram tratados como sinônimos. A cotonicultura, apesar dos baques que sofreu ao longo desse século, representava a única atividade agrícola digna de referência, destacando-se pelo peso comercial e lucro fiscal advindo de sua exportação. Para Porto Alegre (2006), a agricultura do algodão era a principal fonte de riqueza, ocupando o primeiro lugar no valor da produção, em seguida vinham a pecuária, a indústria extrativista e a indústria fabril. O Diário de Freire Alemão nos comunica que a grande plantação, principalmente nas serras cearenses, era a do algodão, do qual se exportava milhares de arrobas por ano.

O relatório da Seção Botânica tem sua terceira parte - Considerações gerais sobre a agricultura e seus produtos industriais - dedicada especificamente para tratar de assuntos relacionados às atividades agrícolas no Ceará. Dividido em cultura alimentícia, pomareira, horticultura, floricultura e plantas que dão produtos industriais e mercantis, Freire Alemão enuncia o estado no qual se encontrava a agricultura no Ceará, delineando as espécies e usos que eram feitos delas. Apesar da ressalva feita no início dessa parte de seu relatório, que não se

⁹⁰ SANTOS, 2011, p.118.

⁹¹ Doença que ataca algodoads, ocasionando a deterioração da planta e do fruto, causada por fungo e associada à alta umidade.

⁹² Cf. OLIVEIRA, Gevan. **Era do algodão**. Revista da FIEC. Ano 4, edição 38, julho de 2010. Disponível em: http://www.sfiac.org.br/portalv2/sites/revista/home.php?st=interna4&conteudo_id=37800&start_date=2010-07-20; ALCÂNTARA FILHO, Sebastião. **Estudos econômicos da Cotonicultura cearense**. Tese de mestrado. Escola de Pós-graduação em Economia - Fundação Getúlio Vargas, 1971 e VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

devia esperar dele que falasse de tecnologia agrícola com largas considerações, pois lhe faltava habilitações teóricas e práticas.

Dentre os integrantes da Comissão, são suas informações as que mais nos dão indícios de como era praticada e quais espécies vegetais compunham a atividade agrícola no Ceará. Uma agricultura arcaica, presa a técnicas ultrapassadas, incipiente e atrasada. E colaborava para agravar a situação a imprevidência e ignorância humana. Freire Alemão coaduna com Capanema ao registrar que um dos grandes problemas da agricultura no Ceará (e no Brasil como um todo) estava diretamente associado à indolência e imobilidade dos homens, acomodados ao que a natureza oferecia de bom grado, pouco afeitos a interferência na terra e nas técnicas para torná-la mais produtiva. A sua escrita anuncia o problema e ensaia uma possibilidade de mudança, faltava para isso um pouco mais de impulso para os avanços acontecerem.

Não se deve esperar de mim que entre nesta parte em largas considerações de tecnologia agrícola, para o que me faltam habilitações em teoria e prática. Ainda menos me entregarei a lamentações estereis sobre o passado e presente da nossa lavoura. E digo da nossa lavoura, por que quanto eu tivesse de dizer a respeito da do Ceará, referir-se-ia a de todo o nosso País. Por todo ele a cultura é costumaria e ninguém se arreda da trilha antiga sem grandes empuxões. Não há aqui argüição, é isto da natureza das coisas, em toda a parte tem acontecido, e está acontecendo o mesmo. O homem, se seu espírito não é cultivado a ponto de servi-lhe de guia e abrir-lhe novos caminhos, é por instinto aferrado às noções que desde a infância bebeu pelo exemplo. Há mesmo nesta contumácia um sentimento de amor próprio, que dificilmente se vence. A grande necessidade é pois ilustrá-lo, abrir-lhe os olhos sobre seus interesses, despertá-lo de sua indolência e pôr suas forças e inteligência em atividade útil. Felizmente parece que vamos encetando esse caminho, e dado o primeiro impulso, a máquina rodará por si.⁹³

Alemão retoma em sua escrita o que havia sido anunciado por Lagos quando lançou a ideia de criação da Comissão ao enfatizar a necessidade de tornar produtivos os braços perdidos, parados ou despreparados, da nação e chamar os brasileiros ao trabalho, racionalizando as atividades econômicas através do domínio da natureza e de técnicas que fizessem avançar a produção. Frear a falta de conhecimento e a apatia dos trabalhadores era a principal tarefa a ser feita e nisso a ciência utilitarista de então teria muito a contribuir. O rastreamento das necessidades estava sendo elaborado, esperavam-se os resultados práticos que os estudos da agricultura poderiam produzir. Impulso e instrução fariam o sistema agrícola funcionar satisfatoriamente. Freire Alemão costumava ensinar dicas de técnicas que

⁹³ ALEMÃO, **Relatório da Seção Botânica**, 2004, p.316-317.

gerassem melhorias em suas conversas com o povo, geralmente pequenos produtores. Ao Sr. Firmino, por exemplo, no vale do Jaguaribe, ele aconselhou mudar a forma de arar a terra para fomentar a sua produção – “por isso eu lembrei ao Sr. Firmino igualar os terrenos por meio de um arado, e ele prometeu fazê-lo quando pudesse.”⁹⁴

Capanema segue essa mesma linha e vai mais além, chega a dizer que no Brasil não existia agricultura. Ocupar os braços ociosos, criar instituições agrícolas, que se dedicassem exclusivamente às questões ligadas a terra e seus proveitos e instruir o povo era o caminho para mudar a situação das lavouras no país. O povo brasileiro precisava era de impulso.

Se quiserem ter instituições agrícolas, criem primeiro a agricultura; se quiserem dobrar impostos e criar mesmo novos, promovam primeiro a produção daquilo que o país dá com tão notável abundância, desenvolvam as indústrias mais fáceis para ocupar esses numerosos braços que vão nascendo anualmente nas cidades, e tornai profícuos esses milhares e mais milhares de braços que estão inertes por esses campos e sertões, dai um passo mais: multiplicai vinte até cinqüenta vezes esses mesmos braços, auxiliando-os com os recursos que hoje oferece a mecânica com uma profusão espantosa.⁹⁵

As terras cearenses pareciam aos nossos cientistas pouco ou erroneamente aproveitadas. Freire Alemão dizia que o aproveitamento das terras era de duas sortes: em criação e em lavoura. Quanto à primeira, segundo sua opinião, não cabia a ele dizer muita coisa, a não ser algo a respeito dos pastos naturais. Já com relação segunda havia colhido fartas informações. As características do solo e do clima possibilitavam muitos cultivos, e, como já foi enunciado, não seriam essas as causas principais do pouco proveito das terras no Ceará, pois “quando não falta a chuva, tudo o que quiserem vem com muito vigor.”⁹⁶ Seu relatório sintetiza as anotações feitas no Diário e apresenta as plantas cultivadas e aproveitadas no Ceará. “A lavoura se emprega no benefício das plantas de alimentação e das que dão produtos industriais e mercantis. As plantas alimentícias no nosso caso são: a mandioca, o milho, o arroz e feijão.”⁹⁷ E algumas outras que eram utilizadas como auxiliares na alimentação popular: jerimuns, bananas, mamões, inhames, batatas e cocos. Para Capanema, essas eram culturas de pobres, cultivadas por aqueles que tinham poucas terras para plantar, serviam para consumo próprio e as sobras eram vendidas nas feiras locais.

⁹⁴ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 139, p.133.

⁹⁵ CAPANEMA, **Ziguezagues**, 2006, p.228.

⁹⁶ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 89, p.100-101.

⁹⁷ ALEMÃO, **Relatório da Seção Botânica**, 2004, p.317.

Nas serras e nos lugares de clima mais fresco e terras mais úmidas encontravam-se muitas árvores frutíferas: mangueiras, ateiras, laranjeiras, limeiras, limoeiros, abacateiros, jaqueiras, figueiras, melões, melancias e abacaxis, todas essas eram plantadas, cultivadas, mas tinha-se a cultura pomareira espontânea, ou seja, frutas típicas, que a natureza oferecia espontaneamente: cajá, caju, jenipapo, pequi, mangaba, maracujá e goiaba.

Alemão percebeu que nos sítios e fazendas sempre⁹⁸ se praticava uma cultura principal, mas plantava-se também outros vegetais, que quase sempre se destinava ao consumo local. “A cultura principal aqui neste Sítio é da cana, mas planta-se também mandioca milho, feijão, arroz, frutas, hortaliças etc.”⁹⁹ Para ele o cultivo das hortaliças era negligenciado, limitava-se “o geral da gente a plantar no chão ou em jiraus cebolas, alhos, tomates, coentros, alguma couve, quiabos, maxixe e pimenta, eis aí tudo. Eu creio que com algum trabalho e perseverança podiam ali ter hortas abundantes e variadas.”¹⁰⁰ O pouco cuidado com essas culturas estava associado à alimentação na província, enquanto um povo criador (pecuarista), era essencialmente carnívoro, até “nas melhores mesas [da gente graúda] do Ceará se vê pouca hortaliça e poucos guisados de ervas.”¹⁰¹

Essa mesma negligência percebia quanto ao cultivo das flores, que como Capanema sugeriu poderia se tornar em uma atividade lucrativa e proveitosa para os habitantes do Ceará. Entre as plantas que davam produtos industriais estavam a cana-de-açúcar, o algodão, o café, o fumo e a carnaúba, tida como uma grande potencialidade, já que todas as suas partes podiam ser aproveitadas e encontravam-se espalhadas por todo o território da província. Muitas plantas nativas podiam ser usadas na fabricação de corantes, era o caso do anil, da tatajuba, da tapiranga, da oiticica, da maniçoba e do batibutá. Suas observações levaram-no a concluir que em madeiras de construção e de marcenaria o Ceará era riquíssimo, era o caso do angico e dos jacarandás – belas árvores que poderiam competir com o mogno.

Capanema enuncia nos Ziguezagues algumas culturas do Ceará. Esmiúça como era o processo de capar a mandioca, cultura bastante comum no sertão cearense. Servia de base para a produção da farinha, fabricada nas inúmeras casas de farinha espalhadas pelo Ceará - muitas dessas casas de farinha foram visitadas pelos científicos ao longo de suas viagens e algumas até serviram de pouso para eles, quem nos dá mais detalhes sobre isso é

⁹⁸ Uma característica particular da escrita de Alemão é seu apego às generalizações (em todo o sertão se planta durante o inverno, mandioca, milho, feijão e arroz; por todo o país; os homens são em geral imprevidentes e pouco amigos do trabalho etc.), em várias passagens do Diário encontramos essa prática e muitas vezes ele volta atrás em suas conclusões, é surpreendido por particularidades que impossibilitam definições universalizantes.

⁹⁹ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 139, p.133.

¹⁰⁰ ALEMÃO, *Relatório da Seção Botânica*, 2004, p.321.

¹⁰¹ *Ibid.*, loc. cit.

Freire Alemão, discutiremos mais adiante esse assunto. De acordo com seus dados, cultivava-se no Ceará mais de 30 espécies de mandioca e macaxeiras. Nos cercados das fazendas, ao lado das grandes culturas, geralmente voltadas para o algodão, cana-de-açúcar e café nas regiões serranas, “se costuma plantar milho e arroz, os quais produzem bem; depois da colheita deixa-se a palha, que é excelente alimento para toda a espécie de gado na roça.”¹⁰² Diante dessa possibilidade de aproveitamento da palha do milho para o gado Capanema faz mais uma vez a ressalva quanto a imprevidência e descuido do povo: “No sertão afirmam até que a palha de milho tem a propriedade de engrossar o leite das vacas, e mesmo aumentar a quantidade; no entanto, **ninguém se lembra** de armazenar essa palha e dar às vacas a ração para darem leite todo o ano.”¹⁰³

Outra cultura que mereceu sua atenção especial foi o arroz, distinguindo, inclusive, suas qualidades, espécies e modos de plantio encontrados por aqui. Estando a falar de arroz, Capanema aproveita para recomendar uma cultura que seria, de acordo com sua visão, um produto potencial, pois o Ceará teria todas as condições básicas para seu desenvolvimento, tratava-se da cultura de trigo. O trigo já havia sido plantado no Crato e logrado êxito, mas por má vontade do governo não eram destinados incentivos a sua produção. Além de apresentar um produto que ele enxergava como valoroso para a província, nosso geólogo aproveita para dar mais uma alfinetada no governo, criticando a falta de impulso para promover novas experiências. A negligência não estava só nas práticas do povo, mas também nas dos administradores públicos.

Trigo já se plantou no Crato; deu de boa qualidade; e em abundancia; fez-se pão que todo mundo gabou por bom, nisso, porém, ficou. [...] ora, por que a divina Providência não inspirou ao Exmo. Governo Totônio, não para inventar uma novidade incerta nos seus resultados, mas para promover o que a experiência, o evento já tinha demonstrado até a última evidência? Por que é que S. Exa. Não imitou o exemplo de seu ex-colega, o ilustrado coronel Beaurepaire de Rohan, que lá no seu palácio, na Paraíba, não deixou de insistir e auxiliar a cultura do trigo na serra do Teixeira, bem no fim do mundo?¹⁰⁴

E aproveita para provocar seus desafetos políticos na Corte, em especial o Senador Dantas, responsável por depreciar a imagem da Comissão, arranjando para ela apelidos, como o de Comissão das borboletas, e duvidando de sua necessidade e eficácia.

¹⁰² CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.248.

¹⁰³ *Ibid.*, loc. cit. (Grifos nossos)

¹⁰⁴ *Id.*, p.249.

[...] Na mesma província, na vila de Patos, o Revmo. Vigário Dantas (olhe que não é parente do tal engraçado pai da pátria das borboletas e dos gafanhotos; esse não se eleva às alturas de promover um melhoramento no país), o bom pároco cultivou trigo e teve excelentes resultados.¹⁰⁵

Pelas estradas e paragens do Ceará os integrantes da Comissão deparavam-se com muitas culturas agrícolas, espécies, paisagens e riquezas. A província ia sendo perscrutada em todos os seus aspectos. A descrição de sua natureza ressaltava muitos aspectos positivos. As críticas recaíam sobre a falta de incentivos, a ociosidade do povo, a má administração do governo, a dificuldade de transporte e comunicação entre as suas diferentes regiões, que prejudicava as trocas comerciais e sobre a organização agrária, não só do Ceará, mas do país como um todo. Quase nunca o parco desenvolvimento do Ceará é associado as suas características naturais.

A negligência e falta de perseverança no incentivo a produção de novas espécies e ao aproveitamento delas faz-se presente na letra de Freire Alemão e Capanema. Mais um exemplo nesse sentido nos foi dado por Capanema quando observou o descuido do povo com o milho-de-angola ou sorgo, que poderia ser largamente usado na alimentação humana e animal.

De caminho vimos junto a um casebre alguns pés de milho-de-angola com espigas de palmo e meio e três polegadas de diâmetro, o grão é grande, branco e unido um ao outro, muito farináceo e gostoso; [...] seria muito vantajosa a cultura deste a que nos referimos para sustento de animais de toda a espécie, quando não quisessem aproveitá-lo para gente, como alimento sadio e em todo caso superior à farinha de mandioca. A sua cultura deixaria a perder de vista o tal sorgo tão gabado e que na China é planta de muita utilidade, porém para nós não serve. [...] Do nosso milho-de-angola só vimos alguns pés neste lugar e o patrão disse que em toda a sua digressão durante o ano passado não o encontrou; é provável que na primeira limpa seja arrancado e se perderá a semente da planta que poderia ser tão proveitosa.¹⁰⁶

Aliada a agricultura, a pecuária desempenhava importante papel na vida econômica, social e cultura da província do Ceará. Entre os séculos XVII e início do XIX foi a atividade que justificava a concessão de terras pela coroa portuguesa. De acordo com Vieira Junior (2004), nesse período, o aumento da solicitação de sesmarias cearenses à administração portuguesa foi proporcional à expansão pecuarista. “O Ceará era rota de confluência das duas rotas de colonização e expansão dos currais pelo sertão, chamadas de rota pernambucana e

¹⁰⁵ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.249.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p.210-211.

rota baiana'¹⁰⁷ Com a necessidade de expansão da atividade pecuarista para novas áreas, a partir do crescimento da agricultura exportadora nas proximidades do litoral brasileiro, o Ceará passou a ter seu território povoado e o criatório de rebanhos de gado tornou-se a grande atividade desempenhada por essas terras. Às margens das bacias hidrográficas o espaço geográfico cearense foi sendo inserido na economia da colônia portuguesa. Até meados do século XIX, mesmo enfrentando crises ocasionadas pela estiagem, que levavam a muitas perdas nos rebanhos, a criação de gado manteve sua posição de destaque na economia provincial.

Os estudiosos da Comissão científica não apresentaram largos estudos sobre a pecuária no Ceará, mas não se furtaram de escrever acerca da atividade e suas imbricações na vida na província. Freire alemão é quem mais retrata esse assunto, delineando principalmente como a atividade pecuarista moldava determinadas relações sociais, econômicas e naturais no espaço cearense. Em suas andanças pelo sertão o botânico recolheu muitas informações sobre a criação de gado. Suas observações ressaltam que o desenvolvimento da pecuária nessas terras estava atrelado às condições climáticas e vegetais da região e, dependendo das características naturais do lugar, tinha grande proveito e fartura ou desperdício e prejuízos. As indagações que fazia quase sempre traziam as seguintes considerações: “sobre a criação de gado me disse que era de grande proveito e fartura, porque quando a estação corria bem a vida de criador de gado era um paraíso, mas quando era muito incerta se estava sujeito a passar de rico a pobre e miserável de um ano para outro.”¹⁰⁸

Suas preocupações recaíam também sobre os tipos e qualidade dos pastos para o gado. E nesse aspecto, Alemão e Capanema interferem com dicas e sugestões para o melhoramento da atividade e maior e melhor controle do homem sobre ela, tornando-a mais independente dos obstáculos naturais; e esses obstáculos eram não só as secas, mas também a vegetação, as águas e alguns costumes e alimentos inapropriados para os animais. Surpreendido por algumas práticas e características, Alemão registra peculiaridades da criação do gado no Ceará:

É a primeira vez que ouço isto: não só o gado vacum, mas cabras e carneiros comem também barro, e o resultado é ficarem anêmicos ou opilados. Não emagrecem, diz ele; isto é tornam-se inchados, ou hidróticos; ficam tristes, biqueiros, com olhos inchados, preguiçosos, trêpegos e o sangue reduz-se a água. Os garrotes que comem a terra morrem todos. As vacas em se

¹⁰⁷ VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004, p.29.

¹⁰⁸ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 81, p.95-96.

mudando de pasto, por exemplo mandando-as para a ribeira do Aracati, restabelecem-se; se se cerca o barreiro onde está costumado a comer vão logo procurar outro. Os animais (cavalos etc) não comem terras, e dão se muito bem na fazenda.¹⁰⁹

Alemão retrata o comer barro como prejudicial para o gado e ressalta que nunca tinha visto isso, só mesmo no Ceará. Capanema nos dá outro exemplo de um produto da terra que os animais ingeriam, acidentalmente, e que lhes causava transtornos físicos prejudiciais (mais um estorvo para a atividade) – a ingestão de *canudo*, um veneno para o gado, que quando não matava, causava vício.

O *canudo*, que diz o Dr. Manoel Freire ser um *Caloniction* que tem a mesma flor, em forma, cor e tamanho da salsa-da-praia (*Ipomoea*), é um veneno para o gado; causa-lhe forte diarreia e acidentes tetânicos, da mesma forma que a salsa; se um animal, assim envenenado, chega a escapar, pode depois comer impunemente o canudo, e chamam-no então *gado salseiro*. Dizem em Jaguaribe que gado que come canudo uma vez, deixa o bom pasto, rompe cercados para ir em busca do nocivo manjar, ficando mesmo taciturno e hipocôndrico: será para ele o que o pango é para os negros e o ópio para os turcos?¹¹⁰

Quanto aos pastos disponíveis para o gado, sobre os quais Alemão anunciou em seu relatório que faria um estudo mais detalhado quando fosse se ocupar da análise das gramíneas, ele identifica e classifica três tipos no Diário da viagem: o *mimoso*, que era mais apreciado pelo gado “e o engordava mais e o lavava mais redio; sendo no entanto seu sustento mais fraco, mas por isso mesmo era consumido mais depressa, e que muito resistia menos à seca.” O *panasco*, que “não era tão procurado pelo gado; mas que comiam bem na falta do outro e que resistia melhor às secas e que era um sustento mais forte.” Já o *agreste*, era raro no Ceará; sendo mais comum no Piauí, “este pasto tem a vantagem de se queimar e reverdecer prontamente, dando assim sempre pasto fresco ao gado.”¹¹¹

Cumprindo seu papel de cientista comprometido com o utilitarismo, com uma ciência didática, impulsionadora, uma ciência articulada à técnica, que engendraria uma tecnologia,¹¹² o presidente da Comissão aponta a necessidade de melhorar os pastos naturais

¹⁰⁹ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 183, p.427-428.

¹¹⁰ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.206.

¹¹¹ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 81-82, p.96.

¹¹² Para Renato Janine Ribeiro essa ciência nasce do esgotamento da especulação e da contemplação, introduz uma nova ideia de prática, de ação sobre as coisas, substituindo a primazia da teoria, do olhar descomprometido com os afazeres do mundo e empenhado em, só, conhecer. Conhecer, a partir de então estava ligado a atuar sobre as coisas vistas, favorecendo ainda mais o tornar o homem senhor do mundo. RIBEIRO, Renato Janine. *Novas*

para reformar a maneira bruta, arcaica de criar no Ceará. Esse seria apenas um passo nessa melhoria, mas fazia-se necessário rever algumas práticas que impediam o crescimento ou até mesmo a manutenção da importância da pecuária. Para ele,

É pois necessário que os criadores vão quanto antes cuidando em reformar a maneira bruta de criar, tratando de melhorar os pastos, de preservar do mato; de os descobrir, destruindo as árvores, e arbustos, que impedem o crescimento do capim; deixando-os somente de um lado e outro das cercas, para terem melhorias para cercados, e seus reparos etc. etc.¹¹³

Os pastos de gado, os rebanhos, os bandos de pássaros, o solo pedregoso, arenoso ou rachado, as grutas, os rios e seus vales, os plantios, as árvores frondosas e as com folhas secas ou desprovidas delas, as dunas e praias, os animais de grande e pequeno porte, os insetos, os reptéis, as flores compunham a paisagem natural cearense que se apresenta diante dos olhos dos naturalistas da Comissão. O testemunho ocular proporcionava a apreensão do natural, obrigando-o a revelar suas verdades escondidas. O visível criava uma imagem dos espaços, imagem essa destinada a construir uma representação, uma identidade forjada no total conhecimento e adestramento do meio e dos modos de nele intervir.

O ver apreendia e dotava de significado aquilo que a experiência de campo transformaria em conhecimento científico através da escrita. Criar uma imagem natural da nação e da província fazia parte do processo de consolidação de nossa nacionalidade, uma construção simbólica de si (o Brasil) em relação aos outros (as nações civilizadas). Em conformidade com Murari (2009), a paisagem não é apenas uma representação visual, a forma como somos capazes de enxergar a natureza, como também uma referência de constância, duração e pertencimento bastante adequada para a afirmação da continuidade e do culto ao passado que está embutido no nacionalismo. “A natureza foi, por isso, mobilizada como elemento do imaginário nacional, apagando o caráter recente da formação do Estado nacional em favor da afirmação de um destino mítico representado pela conformação física da nação, suas paisagens e seus acidentes geográficos.”¹¹⁴

Caminhando pelo Ceará, Alemão e Capanema narraram, fixaram tipos e quadros locais, ao mesmo tempo em que classificaram, ordenaram, organizaram o que encontraram pelo caminho. Para a escrita transferiam o que o olho apreendia, as sensações que experimentavam. Enquanto naturalistas buscavam olhar com neutralidade, com objetividade,

fronteiras entre natureza e cultura. In: NOVAES, Adauto (org.). O homem-máquina: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.15-36.

¹¹³ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 194, p.435.

¹¹⁴ MURARI, Luciana. *Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922)* - São Paulo: Alameda, 2009, p.41.

comprometidos com a produção de relatos de viagem em conformidade com os intuitos da ciência que construíam, conforme enumera Flora Sussekind (1990) esses relatos eram “narrados de acordo com o ponto de vista fixo, seguro, do observador que procura olhar apenas para o que se apresenta a vista e o que interessa à História Natural, para paisagens singulares e intransferíveis.”¹¹⁵

A descrição minuciosa, preocupada com detalhes de Freire Alemão buscava prender na escrita o que era visto, identificando cada coisa em seu lugar. Enquanto objeto de pesquisa, a natureza só poderia ser contemplada por aqueles que possuíam conhecimentos para ensinar a vê-la, organizando para os olhos nativos a própria paisagem, definindo maneiras de descrevê-la. O fato de ser “de fora”, o outro, o viajante e homem de ciência, dotado de conhecimentos objetivos e ordenadores conferia-lhe um duplo distanciamento, o que garantiria a verdade e neutralidade. Os juízos de valor, as descrições de cenas e tipos tidos como pitorescos, os estranhamentos, as classificações operadas negam a neutralidade desejada. Olhar e escrita registravam o que a memória construía e dotavam de significado as vivências no espaço cearense.

Daí, gozando da vista do campo em frente da casa, o que dá a este sítio, como a quase todos os do sertão alguma semelhança com as casas dos nossos lavradores no Rio; vista que vai morrer no horizonte limitada por alguns serrotes de pouca elevação e de aspectos variados; gozando da vista do grandioso Jaguaribe que corre junto à fralda da meia laranja onde está a casa, pobre d`agua, e mostrando grande parte do seu leito um areal; gozando da frescura de um vento que sopra brando do leito; onde o céu apresenta algumas nuvens, que se desfazem em chuviros e do resto do céu limpo, tudo isto me infundiu profunda tristeza, e me despertou saudosas lembranças que só se apagam de vez em quando. Quando cheguei das catingas e tabuleiros, magotes de gados, berrando, e conduzidos por muitos vaqueiros, vestidos de couro, e montados em ligeiros quartãos, fazendo rodeio ao gado, que se esparsa nu, ora cantando o canto do vaqueiro, entoado, e saudoso, ao som do qual as vagas marcham vagarosas para os currais; outras vezes são lotes de cabras e de carneiros, que saltam, berram e brincam pelo campo ou também bandos de Capotes que se recolhem gritando. Nas árvores cantam ao recolherem-se os canários e as graúnas. Enfim, tinha ao pé de mim no mesmo bando, um sujeito de Aracati tocando fados e lundus numa viola, e uns poucos de rapazes vaqueiros galhofando, contando carros de bois e vacas tudo em sua língua pitoresca.¹¹⁶

Sua percepção estava profundamente marcada por construções culturais que permitiam e direcionavam o que ver, o que admirar, o que conservar e proteger, o que

¹¹⁵ SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.105.

¹¹⁶ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 311, p.250.

registrar, como registrar. Se, como Simon Schama (1996) demonstra, a paisagem é obra da mente, compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha, não podemos desconsiderar que o que ele escreve é fruto da memória e das sensações experimentadas e como tal, é seletivo, parcial, sensorial e até egocêntrico.

Cientistas. Membros de uma expedição exploratória. Viajantes. Suscetíveis e dispostos a vivenciarem experiências cheias de referências locais, novas, inusitadas em busca de objetos e tesouros para a nação. A viagem era acima de tudo um meio de conhecimento, educação, acesso a informações históricas, culturais, geográficas e sobre usos e costumes das gentes do sertão brasileiro. Espaço que se desejava uno e unificado a nação, “paisagem esta que se funda ou a que se deve regressar. [...] Fundar: em parte porque o Brasil pitoresco que se deseja como cenário é só desejo, em parte porque nem tudo parece caber nesse Brasil-nação.”¹¹⁷

Freire Alemão identifica e qualifica no relatório de sua Seção três paisagens distintas, “três regiões botânicas bem caracterizadas”¹¹⁸ na superfície do Ceará: a do litoral, a das serras e a do sertão.

Dentre essas regiões, a do litoral mereceu considerável atenção de Capanema, especialmente as dunas, as algas e a vegetação dessa área. O movimento das areias, a formação das dunas e sua vegetação foram estudadas por ele no sentido de construir conhecimento sobre esses aspectos naturais, visando as dificuldades, possibilidades e incentivos que o meio oferecia para a construção de portos e diques. No seu relatório e nos Ziguezagues suas observações concluem que:

Essas nossas praias do Ceará são limpas, todas de areia sem um só rochedo, quando as marés baixam muito, os ventos de E e SE que vêm com força e se coem com a terra, como se quisessem entrar bem lá no seu interior, vão lambendo a areia da superfície e levando-a consigo como um denso nevoeiro o qual, porém, passa de meio palmo de altura, porque os grãos são bastante grossos e o material pesado.¹¹⁹

As dunas são longitudinais se a costa corre paralela á direção do vento, são atravessadas logo que esta é batida em cheio, então tornam-se elas verdadeiros contrafortes, que impedem a formação de cômoros a grande distancia alem. O movimento das areias, combinado com o levantamento do litoral, tem por consequência imediata a destruição de bons ancoradouros, levantar o fundo do mar, etc; convém por isso haver grande cautela quando se tratar de construções marítimas, como portos, diques, etc; são obras dispendiosas e podem ficar inutilizadas; é, pois, questão a estudar-se. No Ceará o levantamento foi considerável; perto do Aquiraz há um lugar onde o

¹¹⁷ SUSSEKIND, 1990, p.38.

¹¹⁸ ALEMÃO, *Relatório da Seção Botânica*, 2004, p.311.

¹¹⁹ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.159.

mar recuou de dez braças em 30 anos, ao que os habitantes não podem aplicar a sua explicação favorita – a acumulação de areias, porque as balizas não foram cobertas.¹²⁰

Freire Alemão caracteriza no relatório a vegetação encontrada no litoral:

Toda a beira-mar da Província (ao menos aquela que vi) é rasa e na arrebentação no mar bordada de dunas movediças, para dentro das quais se alargam mais ou menos tabuleiros arenosos, e cobertos duma vegetação baixa, rala e sempre frondosa e constando principalmente de: cajueiros, cajazeiras, mangabeiras, manapuças, uvaías, muricis, guajerus, cauacus, janagubas, barbatimão, lacre, embiriba, batibutá, candeia, jetaí, peroba, pauferro, paraíba, sambaíba, etc. Sobre elas se revolve um grande número de enredanças pertencentes às famílias seguintes: Leguminosas, Convolvuláceas, Deleniáceas, Apocíneas, Passiflóreas, Bignoniáceas, Trigoniáceas, etc. É esta a cinta de terra que constitui a região do litoral.¹²¹

Para Capanema, era essa vegetação que fixava os montes de material movediço (as dunas), dando-lhes consistência e tornando-as férteis, além disso, apresentavam possibilidades de proveito econômico. Em várias páginas do Ziguezagues Capanema delineia um extenso estudo sobre o aproveitamento das algas, por exemplo, descrevendo o que se pode fazer com elas e suas possibilidades de geração de renda. O que para alguns poderia ser considerado um lixo, era uma fonte de riquezas que poderia servir de alimento, de remédio e de matéria-prima à indústria. Fazendo um retrospecto histórico sobre o uso das algas nos mais diversos espaços e já prevendo críticas para suas ideias, Capanema faz uma larga exposição sobre o assunto. Essa exposição contém alfinetadas diretas a seus opositores na corte, àqueles ligados diretamente aos ataques feitos à Comissão.

Algas, o que são algas nesta vida? – perguntará mais de um homem instruído (ponho de parte os íncolas do Senado) que não compreende que valor possa ter um limo verde ou pardacento que torna escorregadiças as pedras do nosso litoral.

[...]

O lixo que meu patrão andava apanhando não é coisa tão desprezível; contudo se o tal Dantas e companhia soubessem que um científico se ocupava em trazer para casa o que eles classificariam de monturo, então ordenariam ao governo, sob pena de ser assado no espeto, que mandasse enforcar sem demora a tal comissão.

[...]

¹²⁰ CAPANEMA, *Relatório da Seção Geológica*, 2004, p.352.

¹²¹ ALEMÃO, *Relatório da Seção Botânica*, 2004, p.315.

Já mostrei que as algas servem de alimento a gente grande e pequena, a bicho e a planta; que são fonte de saúde para gente, e base de uma indústria muito popular.¹²²

O litoral cearense foi assim descrito pelos nossos cientistas, cheio de possibilidades e potencialidades, merecedor de muitos outros estudos, que como Freire Alemão lembrou, ficavam para outra ocasião.

Sertão, palavra que servia e serve para caracterizar quase todo o território cearense, sinônimo no senso comum de interior, de clima árido, solo seco, local por excelência do modo de vida rural, ligado às atividades agrícolas e pecuaristas. Lugar longe do litoral, de acordo com Amado (1995) foi-lhe acrescentado no século XIX o signo de grande vazio inculto e desconhecido, com padrões culturais diferentes da Corte, do mundo urbano civilizado, com uma natureza inóspita e sujeita a muitos flagelos, habitado por um povo ignorante e rebelde, pouco dado ao trabalho.

De acordo com Murari (2009, p.200), em meados do XIX o termo sertão adquiriu notável generalidade, mobilizando um conjunto amplo de significados e adquirindo um forte valor emocional, ligado ao retorno à origem na busca pelos signos da identidade nacional. O uso do termo “fixou uma acepção bastante ampliada, denotando todo o interior do Brasil, o mundo rural em oposição ao urbano, por definição afastado da civilização, ainda que geograficamente pudesse estar muito próximo a ela.” Fronteira imaginária entre o Brasil tido como civilizado e o atraso do meio rural, sendo aplicada também as regiões da nação dotadas de características peculiares, como as florestas e campo.

A descrição natural do sertão por Freire Alemão enfatiza o aspecto de sua vegetação e as espécies vegetais por ele identificadas. Se Diário é repleto de considerações sobre o sertão, mas essas são voltadas muito mais para o aspecto humano e cultural desse espaço (analisaremos essas anotações no próximo capítulo desse trabalho). Segundo seu relatório lido para os membros do IHGB:

A região do sertão abrange quase toda a Província: seu terreno montuoso, pedregoso, árido, é revestido de matas denominadas catingas. As arvores de catingas são geralmente de pequenas dimensões e largam as folhas no tempo seco. Suas espécies características são: sabiás, juremas, pereiros, imburanas, mufumbos, catingueiras, etc. Estas formam maciços do meios dos quais se levantam sobrandeiras e dispersas muitas árvores de boa estatura e de ótimas madeiras, como são as seguintes: aroeira, pau-d'arco roxo, angico, gonçalo-

¹²² CAPANEMA, Ziguezagues, 2006, p.281;283;287.

alves, marfim, cumaru, violete, coração de negro, braúna, pau-branco, etc; etc.¹²³

Um espaço maior ao tratar das características da natureza cearense é dedicado às serras por Freire Alemão e por Capanema. Os relatórios dos dois e Diário e Ziguezagues apresentam descrições e opiniões sobre as riquezas potenciais do espaço serrano no ceará.

As considerações do botânico são carregadas de positividade. Aratanha, Maranguape, Meruoca, Baturité, Araripe e Serra Grande – Ibiapaba foram visitadas pela Seção Botânica. Para seu chefe, as serras cearenses eram uma de suas preciosidades. “Ar benigno, solo fértil e banhado por arroios de água perene.¹²⁴” Segundo suas considerações, grande parte das serras eram apropriadas para a plantação da mandioca, do algodão, do café e de gêneros alimentícios.

O chefe da Seção de geologia e mineralogia apresenta em seu relatório a composição geológica e a forma de aproveitamento que já era feito e que poderia passar a ser feito das serras que visitou: Aratanha, Baturité, Serra do Pereiro, Serra Azul, Araripe, Meruoca e Ibiapaba.

Uma região em particular caracterizada por Alemão e Capanema como bastante proveitosa e merecedora de atenção especial pelo governo imperial foi a Ibiapaba. Para o botânico,

A Serra da Ibiapaba oferece as mais belas proporções para uma boa habitação do homem e para o desenvolvimento industrial, pela amenidade de seu clima, pela bondade das águas e pelas forças produtivas do terreno. O que tem estorvado a esse desenvolvimento é em primeiro lugar a falta de vias de comunicação em razão da escarpa abrupta da serra. A falta de águas permanentes e enfim a condição dos homens que a tem habitado, ou índios, indolentes, ou brancos facinorosos, e mais bravios que os caboclos. [...] a beleza do seu Céu, a amenidade do seu clima; a pureza de seus ares; e a terra ressecada, que está esperando pela atividade e industria para nutrir e felicitar uma numerosa e bela população.¹²⁵

Aqui encontramos uma clara convergência entre Alemão e Capanema, ele responsabiliza a indolência e ignorância do povo pela falta de produtividade de tão ricas terras. E seria a exploração voltada para atividades industriais que restituiria o seu vigor e mostraria seu grande valor. O geólogo pede em seu relatório que o IHGB atente para essa região, já que não lhe foi possível estudá-la como merecia. Segundo ele,

¹²³ ALEMÃO, **Relatório da Seção Botânica**, 2004, p.314.

¹²⁴ *Ibid.*, p.309.

¹²⁵ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 74, p.351.

Pelo que vi não posso deixar de recomendar encarecidamente ao Instituto Histórico que como iniciador da ideia da criação de uma Comissão Científica tenha sempre em vista uma exploração minuciosa daquela serra, a qual tem de produzir resultados importantes para a ciência e, sobretudo de grande alcance prático para o desenvolvimento do comércio e indústria na Província do Ceará e criar um recurso que possa contribuir poderosamente para anular os maus efeitos das secas inevitáveis.¹²⁶

Capanema tinha ciência de que muito trabalho deixava de ser feito no Ceará, assim como reconhecia a importância de tais estudos e a necessidade de apoio para esses empreendimentos. Mas muitos foram os infortúnios que enfrentou ao longo das viagens pelo interior cearense. Como já ressaltamos, o cotidiano era marcado por perigos, como a travessia de rios, a perda de equipamentos, tempestades, escassez de alimentos, tanto para os cavalos como para os naturalistas, falta de dinheiro, água de má qualidade, a perturbação dos insetos que infernizavam as viagens, que de acordo com Freire Alemão era um dos maiores tormentos encontrados no sertão. Muitas são as passagens em seu Diário nas quais os insetos aparecem como responsáveis por contratempores e desventuras. Vejamos a passagem a seguir:

Fomos hoje, como o temos sido por toda a parte neste tempo, e no sertão, atormentados pelas moscas, que são uma verdadeira praga; devido principalmente ao grande desasseio das fazendas: Os currais são verdadeiros lamaçais, (lama quase só de bosta) onde os vaqueiros de manhã cedo, as vezes com chuva, tiram leite, metidos na lama até nas pernas. É nessa lama que dorme o gado! O curral dos bezerros não é mais asseado! A casa dos proprietários não peca por asseados! Os calangros andam pelas paredes como as nossas lagartixas, que aqui não são muito comuns, ao menos não tinha visto muitas. Formigas nas casas solapando-as são em quantidade, morcegos muitos, muitas muriçocas, baratas muitas.¹²⁷

De acordo com Domingues (1996), a presença de insetos dava indícios da fertilidade do solo, das variações do clima, como também dos problemas ambientais a serem contornados. As anotações de Freire Alemão não servem apenas como notícias dos infortúnios que sofria pela presença constante dos insetos, mas também como informação acerca das condições climáticas e produtivas dos lugares e das condições de asseio e higiene com que se deparava pelo interior. Natureza e cultura imbricadas a tal ponto de não podermos identificar qual das duas determinava as características das outras.

¹²⁶ CAPANEMA, *Relatório da Seção Geológica*, 2004, p.359.

¹²⁷ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 184, p.428.

Como elucidamos no primeiro capítulo desse trabalho, as dificuldades encontradas durante a marcha pelos sertões, os problemas de saúde, os desentendimentos internos, as demoras na liberação de recursos, a falta de entendimento acerca do trabalho desenvolvido por boa parte dos sertanejos, oposições, a falta do apoio inicial recebido, entre outros problemas, atrapalhavam o andamento da expedição. Em tom sarcástico, Capanema resume a falta de suporte e de compromisso que o governo dispensou para a expedição no final de 1860, ao cortar recursos e funcionários, além de criticar as prioridades e motivações que sustentavam a existência da Comissão. Em seu relatório registra sua indignação:

Era, pois, uma rica colheita científica que eu tinha adiante de mim e com prazer eu me atiraria a ela, pois creio que bons trabalhos científicos feitos no País e por filhos da terra dariam crédito ao Brasil, manifestando a sua tendência ao progresso e um pouco de bom nome compensaria bem o não se descobrirem mina de ouro e diamantes, que, além disso, no Ceará talvez trariam, nas condições atuais, males em vez de benefício; a Província não pode cuidar em mineração enquanto deixar perder os seus grandes recursos para alimentação.¹²⁸

Muitas foram as amostras vegetais, animais e minerais que a Comissão levou em sua bagagem na volta ao Rio de Janeiro, muitos estudos ficaram por serem feitos aqui, assim como outro tanto que deveria ser feito na corte. De acordo com nossos estudiosos, a natureza cearense tinha muito a oferecer Científica e economicamente. Na maior parte dos casos, era a forma como o povo aproveitava seus recursos naturais que precisava ser transformada, renovada. O uso prático e cultural que o povo fazia da natureza era ignorado, menosprezado, mas também elogiado em alguns casos - o povo já fazia o que a Ciência recomendaria. A atenção e interpretação que deram dependeu de como esse uso estava ou não alinhado com os objetivos da expedição, para quem a relação com a natureza deveria ser sempre oportunizadora de ganhos materiais e/ou científicos, para tanto os habitantes da região precisavam ser direcionados a partir dos conhecimentos dos porta-vozes da Ciência, a detentora dos meios adequados para a dominação da natureza a serviço do homem. Essa ciência brasileira enfrentava o desafio de implementar uma política de estabelecimento e divulgação de informações confiáveis sobre a natureza que servisse para incrementar o controle do Estado e a utilização que se fazia dela. Duas matizes discursivas sobre a natureza cearense entraram em operação: uma que supervalorizava as suas potencialidades e outra que destacava e procurava eliminar seus entraves, no entanto, as duas objetivavam organizá-la,

¹²⁸ CAPANEMA, *Relatório da Seção Geológica*, 2004, p.343.

esquadrinhá-la, colocá-la a serviço do homem, dar a ela um norte e um uso produtivo, sob o crivo da ciência e a aprovação da política.

Freire Alemão e Capanema assumiram no Ceará a postura de naturalistas viajantes, que vivenciaram as experiências *in loco*, com intensidade e compromisso profissional. Em concordância com Mauad,

Para o viajante, a impressão causada pelo olhar é a que fica, fornecendo o estatuto de verdade ao relato. O fato de ter estado presente, ter sido o testemunha ocular de um evento ou de um hábito cotidiano qualquer, garante à sua narrativa o teor de incontestável. O ideal de uma mente livre isenta de preconceitos escondia diferentes chaves de leitura para uma mesma realidade. Esta seria composta, em primeiro lugar, por uma paisagem plena de atributos de oposição ao lugar de origem dos viajantes e, em segundo, por interesses próprios aos objetivos de cada viagem.¹²⁹

O olhar desses naturalistas sob o Ceará estava marcado pelos ideais de conformação do Brasil na lógica da cultura tida como civilizada, elaborados pelos agentes culturais (intelectuais, cientistas e literatos) da época em sintonia com o projeto do Estado imperial. “O ideal de cultura que os cercava valorizava a imagem de uma natureza de riqueza exuberante, de costumes bizarros, de heterogeneidade, de mistério e distância a nós atribuída pelo outro que nos fixa a vista a partir da perspectiva iluminista.”¹³⁰ Tentamos até aqui elucidar um pouco desse olhar lançado sobre a nossa natureza. No mais, esses estudiosos encontraram no espaço natural cearense - entendido como o conjunto das condições do meio físico e geográfico – “fontes de interpretação da singularidade nacional, traços constituintes do caráter brasileiro e da formação de sua sensibilidade, prefigurações de seu destino político, diagnósticos da realidade do país, figurações da história e da formação cultural brasileira.”¹³¹

Vejam os a seguir como esse olhar enxergou e representou na tessitura de suas considerações as cidades, vilas e povoados cearenses, investigando como a preocupação em descrever os espaços de atuação humana das mais variadas regiões do Ceará favorecia os interesses e objetivos da Científica ao mesmo tempo em que esses espaços apareciam para eles, muitas vezes, como pitorescos, atrasados e necessitados de uma interferência civilizatória. O olhar exógeno do naturalista viajante aponta as potencialidades, assim como indica os caminhos a serem seguidos para se chegar ao progresso e a civilização. Retomaremos algumas questões e acrescentaremos outras nessa nossa empreitada de enxergar

¹²⁹ MAUAD, Ana Maria. **Entre retratos e paisagens**: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. Revista Studium, nº 15, 2004. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>. Acesso em 12/12/2010.

¹³⁰ *Ibid.*, loc. cit.

¹³¹ MURARI, 2009, p.44.

o Ceará no XIX através das lentes da ciência e da política nacionais congregadas em torno da atuação dos cientistas membros da Comissão Científica de Exploração do Ceará.

CAPÍTULO 3

MODOS DE VIVER NO SERTÃO

Conviver por mais de dois anos no Ceará exigiu resistência e tolerância por parte dos integrantes da Comissão Científica. Como registramos anteriormente, os problemas enfrentados foram muitos, estavam presentes em todos os aspectos do cotidiano deles, desde problemas de saúde, falta de dinheiro, falta de entendimento e apoio por parte de populares e de pessoas da alta sociedade cearense, conflitos com autoridades locais e nacionais, entre outros. Além de todos esses aspectos conflituosos, os científicos tinham que lidar com hábitos, costumes, manifestações culturais e religiosas estranhas, muitas vezes incompatíveis com suas convicções pessoais, fossem elas profissionais ou particulares. O outro, o exótico, o diferente, o viajado, o cearense impressionava e causava sensações de repúdio e admiração, de indiferença e afeição. Um sentimento de estranheza acompanhou os viajantes, sentimento esse que também foi experimentado pela população que procuravam conhecer, espanto e surpresa se fazia presente nas relações estabelecidas pelos membros da Comissão do Ceará e os nativos da Província. Em seus apontamentos Freire Alemão e Capanema mencionaram essas experiências, delineando características, descrevendo situações, lugares, pessoas, modos e tradições, narrando fatos, registrando o dia a dia dos cearenses e as impressões que essa rotina lhes causava.

O compromisso assumido pelos integrantes da Comissão diante dos homens de ciência e do governo brasileiro incluía a formação de uma espécie de inventário, de catálogo de tudo que servia e podia servir para o engrandecimento e definição das particularidades da Nação. A atuação e os resultados da Comissão de Exploração do Norte brasileiro estavam diretamente ligados “à configuração de individualidades históricas por meio de elementos que dizem respeito a cada nação em particular, distinguindo-a das outras nações.”¹ Identificar e divulgar as características das regiões brasileiras por ela esquadrihada, agrupando-as, dispensando e obscurecendo o que não estava alinhado com o status civilizatório desejado para o Brasil estava entre as tarefas da Comissão, assim como também enaltecer e difundir as que concediam autenticidade, identidade, aquilo que era próprio desse chão do país e o tornava mais valoroso, imponente e monumental. Para tanto, os lugares, as paisagens, as

¹ NICOLAZZI, Fernando. **História, Nação e Identidade**: alguns comentários. Diálogos, DHI/UEM, v.8, n.1, 2004, p.69.

pessoas e seus hábitos foram perscrutados pelos estudiosos designados para a viagem de investigação e exploração do Ceará.

3.1. Cidades e vilas cearenses sob a ótica da ciência nacional

No início da segunda metade do século XIX, a província do Ceará, em comparação com a Corte, contava com um aparato urbano simplificado. Rusticidade, simplicidade e singeleza preponderavam nas vilas e povoados espalhados pelo território cearense. Marcado pela descentralização, o Ceará era constituído por centros regionais, que gozavam de uma relativa autonomia de um centro hegemônico, mesmo o status de capital outorgado à Fortaleza estando melhor consolidado nesse período. Apesar disso, “a capital constituía apenas um centro regional a mais, como o Aracati, Sobral ou o Crato, sem força suficiente para promover a coesão provincial.”² No entanto, é a partir de 1850 que uma hegemonia começa a crescer em torno de Fortaleza, enfraquecendo as autonomias locais, possibilitando uma unidade política provincial centrada na capital. De acordo com Almir Leal de Oliveira (2009),

Alguns elementos para o fortalecimento da capital foram: o fortalecimento dos partidos políticos, que ocorreu em nível nacional e provincial, a constituição de um poder legislativo na província, a organização judicial centralizada em Fortaleza, o estabelecimento da Guarda Nacional nos distritos do interior da província, a constituição de um sistema de ensino secundário público em Fortaleza, e, principalmente, a superação econômica do porto de Aracati, o grande entreposto entre o Recife e o sertão, pelo porto de Fortaleza. Reforçando essa centralização, a construção das ferrovias, que redirecionaram os fluxos da economia colonial dos postos do sertão para o porto de Fortaleza, também foi um elemento importante na segunda metade do século XIX. Devemos considerar que esse processo de subordinação das autonomias locais por um poder centralizado em Fortaleza foi longo e mobilizou interesses variados em diferentes escalas.³

As vilas cearenses começaram a se formar a partir das necessidades coloniais da coroa portuguesa. Após a independência política de Pernambuco, acontecida em 1799, as autoridades portuguesas passaram a implementar uma política de formação de núcleos administrativos que auxiliassem na efetivação e controle das vilas. Essa formação de centros populacionais que “servissem de sede para o controle do fisco e instalação efetiva de

² OLIVEIRA, Almir Leal de. **A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do Século XIX**; in: OLIVEIRA, Almir Leal de. e BARBOSA, Ivone Cordeiro. (org.) **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos e 1835 a 1861 pelo Dr. Jose Liberato Barroso. Ed. fac-símile. Fortaleza: INESP, 2009. CD-ROM. Tomo I, p.18.

³ *Ibid.*, p.19.

administradores metropolitanos, transformavam lugarejos estrategicamente localizados em vilas. [...] As cartas régias, juntamente com os editais, destacavam outro ponto nevrálgico para a institucionalização das vilas: a necessidade de policiar as ‘gentes’ do sertão.”⁴

Em pleno sertão e no litoral cearense, foram elevados à condição de vila os principais núcleos da Capitania que se desenvolveram em torno da atividade criatória. Em concordância com Clóvis Ramiro Jucá (), a escolha não foi aleatória, o que a norteou foram as potencialidades de cada lugar para a pecuária, ou seja, o interesse político na fixação, na apropriação e fiscalização do território cearense, encontrou nos lugares propícios ao desenvolvimento do criatório o fundamento econômico para o estabelecimento das fazendas de gado, que deram origem aos primeiros núcleos e estes às futuras vilas no território. “Excluindo-se Aquiraz, Fortaleza e as vilas de índios, as demais povoações escolhidas encontravam-se em pontos estratégicos para a produção e circulação dos produtos da atividade criatória, principal atividade exploratória desenvolvida no Ceará nos anos finais do século XVIII.”⁵

Em 1783, em sua *Notícia Geral da Cappitania do Ceará Grande*, o Governador Montauray dá conta de uma rede urbana formada por sete vilas de Brancos, cinco vilas de Índios, vinte uma povoações de Brancos e três povoações de Índios. Entre as vilas de Brancos, estavam a Vila da Fortaleza, a Vila do Aquiraz, a Vila de Santa Cruz do Aracati, a Vila do Icó, a Vila Real do Sobral, a Vila Real da Granja e a Vila Real do Crato. As vilas de Índios eram a Vila Viçosa Real, a Vila Real do Soure (atual Caucaia), a Vila Real do Arronches (atual Parangaba), a Vila Real de Messejana e a Vila de Montemor o Novo d’America (atual Baturité). As povoações de Índios era a povoação de Montemor o velho (atual Guaiúba), a povoação de Amofala e a povoação de Bayapina (atual Ibiapina). As povoações de Brancos eram a povoação de Quixeramobim, o Arraial dos Cariris (atual Missão Velha), a povoação dos Inhamuns (atual Jucás), a povoação Serra dos Cocos (atual Guaraciaba), a povoação de Russas, a povoação de Telha (atual Iguatu), a povoação de Amontada, a povoação de Cascavel, a povoação de São João (atual São João do Jaguaribe), a povoação de Jaguaribe Mirim (atual Jaguaribe), a povoação de Mossoró, a povoação de São José do Aracati, a povoação da Beruoca, a povoação de Cajuais, a povoação da Serra da Uruburetama, a povoação de Siupé, a povoação do Trairí, a povoação de Mata Fresca, a povoação de Jiqui e o povoado de Catinga de Goes.⁶

⁴ VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004, p.52.

⁵ JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial**: os caminhos da ocupação territorial. Artigo apresentado no X Simpósio de Geografia Urbana. Florianópolis, 2007, p.14-15.

⁶ JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Primórdios da rede urbana cearense**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 16, 2009, p.91.

No início do século XIX, passados 34 anos desse levantamento feito em 1783, o engenheiro Silva Paulet constrói sua *Carta Marítima e Geographica da Capitania do Ceará* (1817) e nos informa que mais quatro vilas haviam sido criadas no Ceará: a vila de Campo Maior (atual Quixeramobim), a vila de São Bernardo das Russas (atual Russas), a vila de São João do Príncipe (atual Tauá) e a vila de Jardim. Seu trabalho apresenta 16 vilas e 54 povoados, interligados por estradas que cruzavam o território cearense.

Entre os povoados, estavam a povoação de Cascavel, de Monte-mór o velho, de Guaiúba, de Maranguape, de Siupé, dos Itans, de Canindé, de Santa Cruz, do Trairi, de São José, de São Bento d'Amontada, de Sta Quitéria, da Boa Vista, da Beruoca, de Santo Antonio, de São Benedito, de Ibuassu, de Baiapina, da Vila Nova d'El Rey, de Lapa, de São Gonçalo, da Boa Viagem, de Santa Rita, de Mombaça, de Quixadá, da Barra do Sitiá, do Livramento, de São João, do Tabuleiro d'Areia, do Frade, de Santa Rosa, do Queixossó, de Santo Antonio, de Cosme e Damião, do Saco da Orelha, da Telha, do Poço do Mato, de S. Vicente das Lavras, de Umari, de São Mateus, das Flores, de Arneirós, de Cocossi, da Cruz, do Brejo Grande, da Barbalha, de Missão Velha, dos Milagres, de Santa Rosa, da Porteira, do Córrego do Ramalho, da Catinga dos Goes, do Jiqui e da Montamba.⁷

A formação das vilas tinha no seu cerne intuítos administrativos, econômicos e de controle social. Na tentativa de organizar o crescimento da população, fiscalizar a repartição de terras, incentivar e ordenar a proliferação de domicílios e combater a dispersão dos moradores do sertão vários editais de formação das vilas foram lançados no Ceará a partir da segunda metade do século XVIII. Aquiraz, Fortaleza, Icó, Aracati, Sobral, Granja, Campo Maior, São Bernardo das Russas, São João do Príncipe, Crato, Jardim, Soure, Mecejana, Arronxes, Viçosa, Quixeramobim, Baturité entre outras, foram elevadas à categoria de vila visando facilitar o controle administrativo e disciplinador diante da descentralização e dispersão populacional verificadas nessas terras. Viabilizando todo um aparato administrativo e de fiscalização, as vilas eram equipadas com Casa de Câmara, Cadeia, Igreja, Pelourinho. A Câmara municipal era formada por um juiz ordinário e três vereadores, eleitos a cada triênio pela elite local, e nas vilas principais existia também a figura do juiz de fora, cuja nomeação era feita pela coroa. Entre as atribuições das autoridades municipais estavam a nomeação de servidores locais, como os procuradores, tesoureiros e escrivães; o exercício de papel de

⁷ PAULET, Antônio José da Silva. *Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará levantada por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio por seu ajudante d'ordens Antonio José da Silva Paulet*. 1817. Apud JUCÁ NETO, 2009, p.91.

polícia local, a verificação do peso e do preço das mercadorias e legislavam em nível local, através das posturas municipais.⁸

De acordo com Silva Paulet, engenheiro português que esteve no Ceará entre em 1812 e 1820 para traçar e executar o primeiro plano urbanístico da cidade de Fortaleza, em sua *Descrição Geografica Abreviada da Capitania do Ceará* as vilas da província apresentavam um estado de decadência e pobreza na primeira década do XIX:

Aquiraz é mais antiga, com o nome de São-Jozé de Ribamar, é a cabeça da comarca. [...] Está inteiramente arruinada e sem comercio [...]. **Fortaleza** é a capital da capitania [...] Há uma каза de câmara arruinada: não tem cadeia, e servem-se as autoridades civis de uma cadeia militar; [...] A villa é pobre, seo comercio de pouco vulto, ainda que o porto é soffrivel [...] Não há uma só каза de sobrado, e as térreas são muito inferiores. [...] **Icó** [...] este termo mais povoado e civilizado da comarca e a villa de muito comércio, em proporção das mais villas, como indiquei, pela produção dos gados nas duas margens do Jaguaribe. [...] **Aracati** é a mais opulenta da capitania, de mais população dentro da villa, e aonde se acham cazas de sobrado; o que é devido a ser o ponto de embarque das produções dos algodões e solas do seo termo [...] Conseqüentemente é o porto de desembarque dos gêneros, que de Pernambuco vem para este lado da capitania[...]. **Soure** [...] há каза de câmara e cadeia, e nenhum patrimônio. Tem freguezia privativa. Contém 73 cazas, 44 sem portas nem janellas arruinadas, e 3 por acabar. A vila seria melhor extinguil-a. [...] **Mecejana** [...] esta Villa é de Índios [...] tem 1.889 habitantes, e entre elles alguns brancos. [...] Parece que seria melhor extinguir a denominação de villa e unir a povoação à villa de Fortaleza. [...] **Vila do Crato** [...] é a mais produtiva por estar nas fraldas da Serra-Grande, ahi denominada Araripe, aonde há muitas vertentes, mais ou menos abundantes. [...] Há n'esta 11.740 habitantes [...] Não tem каза de câmara; tem uma cadeia principiada. [...] **Arronxes** [...] Compõem-se de 1.080 índios e 693 extra-naturaes, o que o faz total de 1.773 habitantes. [...] A villa está arruinada [...] Seria melhor unil-a á villa de Fortaleza. [...] **Vila Viçosa Real** [...] habitada por índios e extra-naturaes. [...] Não tem каза de câmara, nem cadeia, nem patrimônio [...] não tem comercio algum [...] A villa tem 148 cazas, das quaes 123 são cobertas de palha; a maior parte estão arruinadas [...] **Monte-mor-o-Novo** [...] erecta para os Índios congregados de outros lugares, e hoje quase toda habitada de extranaturaes, nome que se dá a todo o que não é índio. Não tem каза de câmara, nem cadeia, nem conselho patrimônio. [...] A villa tem 84 cazas muito arruinadas, muitas cobertas de palha, e muito insignificantes [...] **Sobral** tem каза de câmara e uma cadeia por acabar [...] O commercio de exportação reduz-se a 70.000 meios de sola, que annualmente se navegam para Pernambuco; o mais é gado. Não produz algodão; aonde se colhe que a vila não é de importância, que se lhe pretende dar; [...] Há na villa uma única каза de sobrado [...] **Granja** [...] tanto a vila como termo é pouco povoado. [...] Não tem каза de câmara, nem cadeia, nem o conselho patrimônio, nem objetos de que se faça. O commercio é muito pequeno [...] **Vila do Campo** [...] não tem каза de câmara nem cadeia, e nem patrimônio para se fazer [...] **Vila Nova de El Rei** [...] é pobríssima

⁸ Cf. TORRÃO FILHO, Amilcar. **A arquitetura da alteridade**: a cidade luso-brasileira na Literatura de viagem (1783-1845). Tese de doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

[...] Não tem caza de câmara nem cadeia e nem o conselho patrimônio [...] Contém 48 cazas de taipa e arruinadas [...] **Vila de São Bernardo:** Não tem caza de câmara nem cadeia, nem o conselho patrimônio. **Vila de São-João do Príncipe** [...] De 55 cazas de telha van, muito baixas e arruinadas se compõem a villa. Não tem caza de camara, nem cadeia, falta patrimônio ao conselho [...].⁹

Quando a Comissão Científica de Exploração adentrou nas terras cearenses a situação estrutural e econômica das vilas havia mudado um pouco, no entanto ainda vigorava um estado de ruína e rusticidade em boa parte delas. A opulência e crescimento da atividade comercial não se refletiram imediatamente na organização espaço-territorial da província e no incentivo de aparatos urbanos. Fortaleza já se consolidara como Capital e como principal espaço urbano da Província. No entanto, ainda faltava muito para que uma unidade política centralizada fosse estabelecida no Ceará. Algumas das vilas espalhadas pelos territórios cearenses gozavam de relativa autonomia como centros regionais econômicos e administrativos, com uma elite local forte e bem organizada. Os itinerários das Seções da Comissão de Exploração foram elaborados almejando realizar visitas em todas as vilas cearenses; se não por todas, pelo menos por uma das cinco seções da Comissão nossas vilas seriam visitadas.

As anotações de Freire Alemão nos dão conta do trajeto seguido por sua Seção. O botânico tomou o cuidado de identificar as cidades, vilas e povoados por onde passou. Em seu Diário e nas notas documentais ele descrevia cuidadosamente as características físicas, estruturais, naturais, econômicas e culturais, procurando, inclusive, registrar fatos e datas da história local. Toma nota dos aspectos das casas, do desenho das ruas, como era a gente do local, como se alimentavam, quais atividades produtivas desempenhavam, procurava saber quais eram as principais famílias, visitava as autoridades municipais. Assim que chegava em uma vila ou cidade Alemão procurava logo saber se existia, quem era e onde morava o juiz municipal, o delegado ou inspetor de quarteirão (subdelegado), o pároco, o procurador, o escrivão, o tesoureiro e os professores de primeiras letras. Seu intuito era entrar em contato com os principais da localidade para recolher o máximo de informações possíveis e entrar em contato com relatos e documentos antigos, que lhe forneceria dados a respeito da história, da tradição do nome e da cultura dos lugares.

Uma de suas preocupações estava em elaborar a carta das vilas, desenhando sua planta e principais prédios, medindo-a, analisando sua organização e ordenação espacial.

⁹ Cf. PAULET, Antônio José da Silva. **Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XII, Fortaleza, 1898, p.5-33.

A exceção de alguns importunos, não tivemos hoje visitas; depois do almoço saí e andei medindo a vila a passos para levantar-lhe a Carta. Recebi hoje do procurador ou administrador dos bens da Igreja o Sr. Manoel Luiz de Magalhães o Livro de escrituras, inventário, lançamento de terras etc, do qual já copiei duas escrituras de doação. [...] Ocupamo-nos, com a leitura de Jornais do Rio (Diário e Mercantil, que consta hozanas ao Triumpho da gente liberal) e mais do livro que me emprestou o Administrador da Capella e do qual copiei a escritura de doação que se tiveram a Capela de S. Francisco das Chagas. À tarde o Vigário me mandou também dois livros dos mais antigos que ele tem dos assentos de Batizados e Casamentos etc. [...] Conversamos aí um pouco; e vim para casa a concluir os meus desenhos, da vista da Igreja e plano da Villa, fui depois à minha vizinha Professora pública pedir uma nota sobre a frequência de sua escola etc.”¹⁰

Os títulos de algumas de suas notas documentais espelham o esmero que tinha em acumular informações sobre o Ceará, escrutinando-o em todos os seus aspectos, desvendando sua história e tradições, destacando suas origens e características físicas e econômicas: Notas sobre Fortaleza e Pacatuba; Notas sobre a cidade de Icó; Descrição da cidade do Crato; Notas sobre a vila de Viçosa, antiga Sotavem; Notas sobre a localidade de Meruoca; Canindé, vila, na ribeira do riacho Canindé; Introdução do café na serra de Maranguape; Povoamento da Serra de Baturité; Notícias sobre o povoamento e desenvolvimento de Baturité. Algumas dessas notas parecem sínteses do que escrevia no Diário, ou vice-versa. No início da viagem, fazia suas observações gerais logo após chegar à localidade. Passado algum tempo de viagem, especialmente após sua estadia de dois meses no Rio de Janeiro, em 1860, essas observações são feitas quando estava para se despedir do local, ou seja, quando a observância e recolhimento de informações haviam sido maior, possibilitando uma análise mais elaborada, uma síntese apurada do que viu, sentiu e pensou naquela paragem. Vale ressaltar que essa escrita, que parte da observação de um viajante em terras que lhes são incomuns, estranhas, não reflete o observado de maneira objetiva, portanto não é a verdadeira expressão da experiência vivida. De acordo com Amilcar Torrão Filho (2008), muitas experiências do viajante são reordenadas, resignificadas, para que possam caber dentro da teoria e dos projetos que ele traz em sua bagagem, tomando um outro sentido, diferente daquilo que acabaram de ver e narrar.

O que aparentemente é neutro, fruto da observação e da experiência, pode indicar muito mais os processos conceituais e técnicos do agente do discurso que propriamente algo empiricamente dado. Devemos buscar na literatura de

¹⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, folha 199-203, p.439-442.

viajantes não os fatos escondidos por trás da ideologia ou da imaginação, mas a continuidade entre esta imaginação e a produção de sentidos no contato entre estes escritores e um mundo tangível que, apesar de efetivamente observado, não é um dado neutro a ser simplesmente apreendido pelo viajante. [...] O que se diz é indissociável de como se diz, e mesmo a descrição mais objetiva carrega dentro dela a opção formal pela qual se constituiu em linguagem.¹¹

Vale ressaltar que Freire Alemão não dispensou tanto espaço específico em suas anotações para tratar de Fortaleza como fez com relação a outras cidades e vilas do Ceará. Na capital da Província ele ficou por mais de oito meses - cinco meses no início da viagem, enquanto esperava o tempo oportuno para viajar pelo interior (de fevereiro a agosto de 1859) e quatro no final da viagem (março a julho de 1861), quando retornou a capital para esperar a permissão de retirada da Comissão das terras cearenses. Muitas páginas do seu Diário trazem vivências em Fortaleza, no entanto poucas vezes, e de forma suscinta, Alemão descreve a cidade em seus aspectos estruturais, históricos, econômicos e culturais. Em uma das poucas observações desse tipo ele ressalta:

É aqui lugar de notar quanto esta linda cidadezinha vai melhorando, e como tudo veio a ser uma pérola do Brasil. Quando aqui chegamos em fevereiro de 1859 eram as suas ruas todas de areia limpa, fina, alva, e profunda; apenas se começava a calçar a rua que sobe do mar e passa pela frente do Palácio. Hoje quase todas as ruas estão calçadas, de pedrinhas irregulares do Mucuripe; as ruas são todas largas, tiradas a cordel, e se cortam em ângulo reto. As casas são bordadas de calçadas, ou passeios, largos, de 8 a 12 palmos, de tijolos artisticamente assentados, algumas vezes de pedras em lascas, e de pedras calcareas serradas vindas da Europa: há praças largas – e a de Pedro 2º é plantada de arvoredo; e outras se estão agora arborizando. É a cidade muito limpa, não há lamas. As chuvas quando caem em torrentes, correm, empoçam, mas passada a chuva tudo esta enxuto. E aqui nunca ou raríssima vez se vê chover por um dia inteiro; e sempre por pancadas, que deixam o resto do dia, ou os [ilegível] livres. Chove muito e para o amanhecer e às oito horas e das dez horas em diante fica a cidade como se não houvesse chovido! Não se vê pelas ruas e cantos as imundícies, e os charcos de urinas, como no Rio. Não se encontram nas ruas negras, se não raros; não se vê despejos. Enfim respira-se sempre um ar puro e saudável. A cidade tem um ar de asseio que agrada. Agora só se encontram grupos de crianças pelas calçadas folgando, e jogando ao luar.¹²

¹¹ TORRÃO FILHO, 2008, p.13-14.

¹² ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 253, p.475-476.

Em maio de 1859, Alemão escreveu as únicas observações feitas sobre a cidade antes dessas que acabamos de citar, escritas em 26 de março de 1861. Nessa época, ao se referir as construções das casas destaca:

No que esta pequena cidade leva vantagem ao monstruoso Rio de Janeiro, é que seus estabelecimentos públicos, que não são poucos, são grandiosos relativamente, tem uma arquitetura simples e elegante; e mais que tudo são feitos de propósito e acomodados ao seu destino. Tais são quartéis para tropas e para polícia, Tesouraria, Liceu, casa de educandos (que se está construindo), cadeia, cemitério, etc. A Matriz é um belo templo, novo, grande, com três naves, sustentadas por grossas e baixas colunas, ao modo egípcio [...]. Há mais umas três ou quatro igrejas, umas velhas, outras não acabadas, e mais algumas principiadas. [...] O Palácio do governo é vasto e singelo, com sobrado pela frente e fundos. Encerra a Secretaria do governo. Mas como acontece muito no Rio de Janeiro, como as ruas não quadram com a praça, as duas faces, a direita e a da praça ajuntam por ângulo obtuso, ficando a sala do canto sem esquadriha.¹³

Suas afirmações sobre a cidade são carregadas de positividade, mas não deixam de apresentar suas fragilidades: uma cidade pequena, com uma estrutura incipiente que começava a adquirir ares de centro urbano. As representações sobre a cidade feitas por administradores e viajantes no início do século XIX contrastam com essa imagem construída por Alemão. Nesse período, Fortaleza era descrita como uma vila pobre, com poucas construções de alvenaria, sendo maior parte de seus prédios e habitações singelas e rústicas, erguidas sobre um imenso areal. Em 1810, o viajante inglês Henry Koster noticiava que “a vila de Fortaleza é edificada sobre terra arenosa [...]. As casas têm apenas um pavimento térreo e as ruas não possuem calçamentos, mas n’algumas residências, há uma calçada de tijolos adiante. [...] O Palácio era o único edifício assoalhado em toda vila.”¹⁴ Passado meio século da visita de Koster, Fortaleza, de acordo com a descrição de Freire Alemão, ganhara novas feições e apontava como uma bela e agradável cidade, com potencial para crescer e receber mais aparatos urbanos, civilizatórios. Segundo Celeste Cordeiro (1997), foi a partir da década de 40 do XIX que a cidade passou a assumir importância econômica e política, como porto exportador e centro das decisões políticas, tornando-se um verdadeiro centro urbano. Conforme Braga (2004), Fortaleza em 1859 possuía uma população de 15 a 16 mil habitantes, quase 10% da população era composta de escravos, na maioria mulheres, que se ocupavam

¹³ ALEMÃO, Francisco Freire. **Notas sobre Fortaleza e Pacatuba** – 30/03 a 03/08 de 1859. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da (orgs.). **Os manuscritos do botânico Freire Alemão**. Catálogo e Transcrição. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.81, 1961, p.220-221.

¹⁴ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife, Secretaria de Cultura de Pernambuco, vol. XVII, 1978, p.129. Apud VIEIRA JUNIOR, 2004, p.59.

das tarefas domésticas. Constituía-se em uma pequena cidade, com poucas casas, raras delas assobradadas; quatro igrejas, poucos edifícios públicos, destacava-se entre eles o casarão do Palácio do Governo. Parte da população vivia nos arredores da cidade, em casebres de palha. Mínimas eram as condições de higiene e conforto; ruas sujas, deficiente abastecimento de água, constantes surtos de doenças advindas das más condições de higiene, mesmo assim, era elogiada por sua salubridade, chegando a ser considerada uma das cidades mais limpas do Brasil. As noites eram escuras, com exceção das noites de lua cheia e nas ruas do centro, que eram iluminadas por lampiões alimentados a óleo de peixe. Oito escolas primárias eram responsáveis pela Educação pública da cidade e uma escola secundária: o Liceu do Ceará. O comércio da cidade era pouco expressivo se comparado ao de cidades como Aracati e Icó. Não existia uma casa bancária. Desconhecia-se a máquina a vapor e as atividades industriais não passavam de artesanato caseiro.

Podemos pensar em alguns motivos que fizeram com que Freire Alemão não se dedicasse a esmiuçar a história da capital do Ceará. No período de atuação da Comissão Científica uma produção intelectual já existia no Ceará. Nomes como João Brígido, Tristão de Alencar Araripe, Pedro Theberge, Tomás Pompeu de Souza Brasil, Juvenal Galeno, já se dedicavam ou começavam a se dedicar a escrita da História cearense e a estudos mineralógicos, geográficos e estatísticos da nossa terra. A cidade de Fortaleza, por ser a capital, oferecia uma melhor estrutura para as pesquisas e estudos nessas áreas, isso facilitava a aquisição de uma gama maior de informações sobre a cidade. Freire Alemão e a Comissão como um todo objetivavam forjar uma integração entre as áreas mais arredias e distantes do controle imperial, portanto o interior cearense merecia mais cuidados quanto ao seu reconhecimento do que a capital, haja vista que todos os conflitos ocorridos no Ceará desde os tempos da Colônia tiveram origem no interior, especialmente no Cariri. Parecia ser mais urgente e necessário para Freire Alemão conhecer o interior, o sertão, deixando para o saber local a responsabilidade de estudar sua capital. Além disso, podemos supor que essa escolha em detalhar melhor as vilas do interior estava relacionada a preferências pessoais, em várias passagens dos seus escritos, Alemão tece elogios e despede-se saudoso das vilas e povoados do sertão, dispensando vários adjetivos positivos para esses locais, e apesar de ter ficado muitos meses em Fortaleza, passou muito mais no interior da província, mesmo não tendo ficado tanto tempo parado em outro lugar como ficou na capital. Reforçamos que essas observações dizem respeito à ausência de uma descrição detalhada de Fortaleza nos escritos do botânico, porque se levarmos em consideração os registros das suas experiências particulares em Fortaleza são mais numerosos do que as das que teve em qualquer outro lugar

no Ceará. Aproximadamente 150 folhas da última parte do seu Diário de Viagem¹⁵ foram escritas em Fortaleza, além de quase metade das suas notas documentais, como as *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, escritas entre março e julho de 1859.

Nos Ziguezagues do Dr. Capanema não encontramos descrições minuciosas como as de Freire Alemão a respeito dos povoados e vilas cearenses, com exceção do povoado de Pacatuba. Todo o artigo XVI foi destinado a tratar dessa povoação. Com detalhes sobre as construções, as vendas, as atividades industriais e as habitações, Capanema, de forma bem peculiar, analisa o povoado destacando principalmente as ausências, a falta de civilização encontrada nesse lugar. De acordo com suas observações, Pacatuba era uma povoação recente, fundada à raiz da serra da Aratanha,

consta de duas ruas longitudinais com algumas transversais, tem quatro sobrados, e o resto são casas térreas; **em matéria de arquitetura nada há a dizer, pois não chegou até lá essa entidade.** [...] Em redor das casas maciças surgiram outras provisórias, **como em quase todos os centros de população da província**, refiro-me as casas de palha, cobertas com folhas de catolé, e tendo as paredes, em vez de barreadas, tapadas com bagaço de cana; os compartimentos internos são do mesmo material. As portas não tem gonzos, nem dobradiças, também são tão leves que dispensam esses artigos, e mais as aldrabas, fechos, fechaduras e **tudo quanto a civilização se lembrou de inventar nesse gênero.** Duas ou três frondes de coqueiros com as folíolas elegantemente entrançadas representam a porta, que para ser fechada basta uma escora encostada pela parte de dentro. Janela é artigo de luxo, porque penetra luz suficiente pelas frestas das paredes. [...] A igreja da Pacatuba parece mais feita para figurar entre as casas que acabamos de descrever do que em uma povoação já florescente: é uma casa acachapada, coberta com telha sem forma de templo, compõe-se de uma sala quadrilonga; um mesquinho altar no fundo com alguns degraus para depositar o crucifixo, algumas imagens velhas e diversos vasos para flores.¹⁶

Duas observações feitas por Capanema são recorrentes nas notas de Freire Alemão: sobre as habitações feitas de barro e palhas e sobre os objetos que serviam para fechamento das casas – as portas e janelas. Segundo Freire Alemão, esse tipo de construção destinava-se a habitação do povo e era a “coisa mais miserável que se pode imaginar.”¹⁷ As paredes eram cobertas com palhas de palmeira, “que são as quatro exteriores, das quais nem

¹⁵ A primeira parte do Diário de Freire Alemão, conforme catálogo elaborado pela Biblioteca Nacional em 1961, tem 371 folhas e corresponde ao período da sua chegada ao Ceará em fevereiro de 1859 a sua ida à Corte em junho de 1860. A segunda parte é composta por 381 folhas e possui suas anotações feitas entre a volta ao Ceará, em agosto de 1860 até o retorno definitivo ao Rio de Janeiro em julho de 1861. Ao todo, os manuscritos de Alemão classificados como Diário possuem 752 folhas.

¹⁶ CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Ziguezague da Seção Geológica da Comissão Científica do Norte.** In: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os ziguezagues do Dr. Capanema.** Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.212-231. (grifos nossos)

¹⁷ ALEMÃO, **Notas sobre Fortaleza e Pacatuba**, 1961, p.201.

sempre são completas, e uma interior que divide a palhoça em duas partes: a alcova e a sala, que também é cozinha.”¹⁸ O aspecto interno das habitações apresentava um cenário simples, rústico e miserável. E esse mesmo aspecto era encontrado nas partes que davam acesso ao exterior das casas:

As portas das choças são de ordinário formadas também de palhas, e as melhores, com tecidos de esteira. O pavimento é o chão raso, e às vezes mui úmido, os móveis são de ordinário cepos, as camas redes. [...] As casas estão cheias por todas as partes, onde se pode estender uma rede de ganchos de ferro chamados armadores. As portas são feitas de tábuas estreitas e quando não, as fazem imitando. As travessas são de grossura igual até os extremos, o que é feio; mas serve bem para um caso particular; em portas de duas metades e interiores as meias portas se fecham pela mínima [...] e não têm fecho de qualidade alguma.¹⁹

Essas casas do povo eram encontradas em toda a província. Para Viera Junior (2004), as vilas cearenses apresentavam uma debilidade nas suas edificações. A raridade das construções em tijolo e de coberturas de telha contrastava com as paredes de taipa e telhados forrados de palha. A taipa e a palha foram os principais materiais utilizados nas construções das residências cearenses desde o período colonial. Além do baixo custo, o uso dominante desses materiais também estava associado ao caráter provisório das construções, principalmente no interior da província, onde a criação de gado facilitava e até exigia o constante deslocamento da população cearense, cooperava para esse aspecto os períodos de estiagem, quando se fazia necessário procurar outros lugares para morar onde os efeitos das secas fossem amenizados. Freire Alemão fez questão de saber os custos para construção e aluguel dessas habitações:

Estas miseráveis habitações custam aqui na cidade [Fortaleza] 100\$000 e se alugam por 2\$000 por mês. Algumas tem as paredes de pau-a-pique e barreadas; outras são cobertas de telhas com paredes de palha. Algumas são caiadas, com ou sem portas de madeira, e pintadas; outras com paredes de paus cujos vãos se enche com tudo o que acham à mão. Assim ao pé do matadouro servem-se dos chifres, digo, do miolo deles; perto dos engenhos servem-se do bagaço de cana, etc. É tudo o que pode ter de mais miserável. E só num país onde grande parte do ano é seco, se pode viver em tais casebres.²⁰

Em suas andanças pelo sertão, o presidente da Comissão observou que as habitações no Ceará apresentavam uma arquitetura simples, rústica, que empregava materiais

¹⁸ ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.201.

¹⁹ *Ibid.*, loc. cit.

²⁰ *Id.*, p.219.

de pouca resistência; em geral as casas tinham poucas divisões internas, o que ocasionava a sobreposição de funções dos poucos cômodos, e apenas um andar. A mobília era singela, simples e tosca, aspecto esse que só mudava um pouco na capital e nas residências das famílias mais abastadas do sertão, mas mesmo nessas havia simplicidade e rusticidade, com exceção de algumas casas que exibiam mobílias mais pesadas, caras e refinadas, oferecendo maior conforto e requinte.

Em geral as casas pelo sertão do Ceará, e das outras províncias, e mesmo nas povoações e vilas, são pouco confortáveis, e d'uma simplicidade primitiva. Os donos protestam sempre que estão para fazer casa melhor, como nos disse o Sr. Gualther por várias vezes. Esta em que estamos feita por ele, é de paus a pique, ladrilhada, e de telha vã; e caiada, mas está mal conservada. Tem na frente um grande e alto terraço, obra nova.²¹

Uma peculiaridade da arquitetura cearense destacada por Alemão e Capanema foi a forma como eram construídas as paredes no interior das casas – as chamadas meia paredes. Na visão de Freire Alemão, “as paredes interiores, chegam só a altura da parede da frente ficando todo o telhado descoberto por dentro, e comunicando-se todas os quartos e salas por cima. Construção muito comum, direi mesmo geral pelo interior do Ceará e muito dentro das cidades.”²²

Outro aspecto comum nas casas espalhadas pelo Ceará eram as latadas (também conhecidas como alpendres ou varandas). Vieira Junior (2004), em seu estudo sobre a estrutura material dos domicílios ressalta que no Brasil, em regiões com insolação mais intensa, os alpendres eram muito comuns, por atenuar a temperatura interna das residências, além de marcar uma fronteira entre o mundo exterior e a intimidade da família, entre o público e o privado. Sua definição física não contempla o universo simbólico – a latada era uma extensão da sala, além de resguardar o interior do domicílio, era utilizada para dar abrigo e refeição aos viajantes, como também era área de trabalho e lugar de descanso e refrigério para os moradores da residência. Alemão reconhece a importância desse espaço e cita e suas anotações que nunca faltava no sertão um abrigo como esse para se arrancharem e descansar da viagem, mas frisa que o aspecto visual desses cômodos não era muito agradável a vista.

Passamos pela casa do Pe. Ambrosio, de má aparência e com uma Latada de folhas secas na frente, o que daqui em diante se tornou muito comum. É uma espécie de alpendre formado de 4, 6, ou mais forquilhas e com um engradeamento de varas por cima, e sobre este uma cobertura de ramos; algumas vezes tem uma ou 2 paredes, outras vezes é inteiramente fechado de

²¹ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 242, p.196.

²² *Ibid.*, folha 145, p.136.

todos os lados, com a mesma ou semelhante ramagem. Estas Latadas se fazem na frente das casas, para abrigo do sol. Algumas casas feitas inteiramente como esta costumam ter também o nome de latadas. **É o que pode haver de mais toscos, e que dá as casas uma aparência feia e tosca.**²³

Esses apontamentos nos remete a um costume que impregnava o cotidiano familiar nos domicílios cearenses: o hábito de hospedar. Hábito esse que acompanhava a rotina dos cearenses desde os tempos de colônia, na época de ocupação do espaço territorial cearense, marcada pela mobilidade característica da criação de gado. As casas ao redor das estradas e caminhos das boiadas ofereciam abrigo para viajantes, mascates e condutores de rebanhos. Vieira Júnior (2004) assinala que

Em épocas de chuvas, não era raro encontrar as varandas das fazendas cearenses com as redes atadas, onde se reuniam homens de várias procedências e estamentos sociais. Em torno dessas casas, cavalos pastavam com as patas dianteiras amarradas para ser desencorajada qualquer tentativa de fuga. Pela manhã se esquentavam as garapas de rapadura e se lascavam nacos de carne-seca, se recolhia o gado e logo o caminhar continuava.²⁴

Freire Alemão, assim como os demais companheiros da Comissão, experimentou a boa hospitalidade dos cearenses, sendo bem recebido em todas as paragens, nunca lhes faltava pouso (Em geral são hospitaleiros; e nós, os membros da Comissão, o temos experimentado. (...) É sem dúvida gente muito amável.²⁵), podia até faltar comida, mas não um lugar para descansar homens e animais.

O que é certo é que em todos os pousos do sertão acha-se francamente lugar para armar uma rede, e água, mas comida não se encontra, nada querem vender, nada há em casa, é sempre a resposta, mas afinal vai aparecendo alguma coisa. Os viajantes da terra sabem disso e levam consigo sempre matalotagens. Só em algumas casas tivemos comida oferecida, como em Limoeiro, Cabrito etc. O nosso Lagos irritava-se com isto, e maldizia de tudo; mas se este é o costume da terra.²⁶

Era costume da terra receber e dar guarida aos viajantes, mas não comida, até mesmo para comprá-la os científicos encontraram algumas dificuldades. “Aqui pelo sertão, quem tem casa à beira da estrada tem estalagem quer queira, quer não. Chegou passageiro apea-se, e vai-se arranchando. O que é difícil é achar coisa de comer, nenhuma galinha querem vender.”²⁷

²³ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 76-77, p.91-92. (Grifos nossos).

²⁴ VIEIRA JÚNIOR, 2004, p.91.

²⁵ ALEMÃO, **Notas sobre Fortaleza e Pacatuba**, 1961, p.213.

²⁶ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 302, p.241.

²⁷ *Ibid.*, folha 285-286, p.224-225.

Além desses infortúnios para conseguir alimento, os científicos viram-se diante da curiosidade e desembaraço dos cearenses, que os acompanhava em todos os momentos, até nos mais íntimos. Isso muito incomodou Freire Alemão; recatado, ficava embaraçado quando tinha que se trocar ou tomar banho diante de uma plateia, estranhava esse comportamento, mas como não conseguia ver-se distante da observação das pessoas tinha que vencer a timidez e enfrentar esses olhares, afinal, era costume da terra e apesar de não gostar, não contrariava os curiosos. Em muitas passagens de seus escritos ele testemunha esses momentos de acanhamento. Vejamos uma delas:

Tivemos todo este dia a casa cheia de gente homens e meninos, todos aí entraram muito sem cerimônia com o chapéu na cabeça, e nos ia logo fazendo questões, mirando e pegando em tudo. A maior parte com camisa solta sobre as ceroulas, ou calças; jantamos rodeados deles, pois nem se afastaram, apareciam curiosos até de nos ver comer, até para mudar de roupa, para os não desagradar nos despíamos e vestíamos a vista deles, que achavam a coisa muito natural.²⁸

Alguns outros embaraços advinham das dificuldades de entendimento da linguagem, de expressões que os cearenses não conheciam e por isso não entendiam o que os cientistas desejavam, isso se deu também quando precisavam pedir hospedagem nas casas do sertão. Viajantes e viajados encontravam-se diante de impasses e estranhamentos por causa das diferenciações culturais e do lugar social que vivenciavam. Nas palavras de Freire Alemão,

A respeito de pouso devo dizer que muitas vezes me via embaraçado quando chegávamos a uma casa e pedia pousada, o dono da casa ficava abestado sem me entender; é que aqui o modo de pedir pousada, é um **descanso**, quando é por algumas horas. Uma **dormida** ou **para passar a noite**, quando se quer dormir; é a resposta do dono da casa: “É, Vossa Mercê arrancar-se. Não se conhece a palavra **pouso**, ou **pousada**.”²⁹

A hospitalidade e bons tratos oferecidos pelos cearenses contrastava com o tratamento que receberam em outras províncias por onde passaram. Em novembro de 1860 Freire Alemão visitou algumas áreas do Piauí e fez algumas visitas nessa província. Ao final da experiência ele chegou a seguinte conclusão:

²⁸ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 84, p.98.

²⁹ *Ibid.*, folha 327, p.265. (Grifos nossos)

Quem viaja pelo Piauí deve levar tudo; aí não será recebido em parte alguma; não se da água, nem rede, nada; nem se vende coisa alguma (nisto deve haver exageração). As mulheres nunca aparecem. Mesmo na Parnaíba, elas não saem de casa, senão para irem ao banho de noite. Não vão a Igreja, não ouvem Missa (os homens sim) não se visitam. Um homem branco, e tratando que chegou a uma casa não tem com quem conversar, mas um preto, ou gente dessa laia, vai para a cozinha e é logo rodeado da família, que começa a conversar, a falar, e a perguntar tudo, na maior familiaridade. Quase toda a gente branca tem mescla de negro. Tem todos grande ojeriza aos Cearenses. Se ali se encontra agasalho, e bom trato em uma casa pode se estar certo, que os donos são Cearenses, ou Pernambucanos.³⁰

A boa hospitalidade e amabilidade aparecem como uma característica peculiar dos cearenses; fazia parte de seu cotidiano e de seu universo simbólico. As despedidas de Alemão dos lugares onde ficava por um período maior, o que acabava gerando um convívio mais próximo da população, uma maior proximidade com as gentes e costumes do Ceará, eram permeadas de saudade e melancolia - “não saímos deste lugar sem alguma saudade. Isto nos tem acontecido sempre que nos demoramos alguns dias em qualquer lugar, somos tão bem tratados, tão amavelmente recebidos, que sempre nos retiramos cativos.”³¹ Os estranhamentos davam lugar a um envolvimento mais íntimo e respeitoso entre os ‘locais’ e o ‘estrangeiro’.

As conversas com o povo rendia-lhes muitas informações, era principalmente através da oralidade que nossos viajantes entravam em contato com as peculiaridades da terra cearense. Como já ressaltamos, tudo lhes interessava saber, eram curiosos, atenciosos, interessados e estavam atentos a todas as notícias sobre o Ceará, para inventariá-lo em todos os sentidos. Algo que chamou a atenção do meticuloso Freire Alemão foi o largo conhecimento que os cearenses possuíam sobre a província, característica essa que segundo ele era rara no Rio de Janeiro, onde poucos eram os que conheciam particularidades de outras localidades que não a sua. Mais uma vez ele identifica nas singularidades do povo do sertão uma marca da herança histórica construída desde a época do povoamento do Ceará efetivado através das fazendas de criar que exigia uma maior mobilidade e um quase seminomadismo em busca de pastos e água para o gado.

É coisa que aqui tenho reparado, os homens quase todos com quem tenho conversado conhecem mais ou menos sua província, e às vezes dão notícia das vizinhas; todos têm visitado esta ou aquela parte longínqua, dos sertões. Falam dum lugar, pergunta-se-lhes a que distancia está: 60-100 léguas e mais. São ainda mui curiosos, e o que não viram sabem por notícias. Isto é coisa rara lá no Rio, cada um sabe apenas de sua freguesia. Para esta

³⁰ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 117, p.381.

³¹ *Ibid.*, folha 79, p.354.

mobilidade dos habitantes talvez concorra a facilidade dos caminhos por terras sempre planas, e a vida erradia do pastoreamento do gado.³²

As entrevistas as pessoas mais velhas era um meio muito utilizado pelos científicos na tarefa de recolher informações. Estando em Ipu, Alemão usa uma tática que o acompanhava nas andanças pelas vilas e povoados do Ceará: mandar chamar para conversar os moradores antigos do lugar. “Mandou também ele chamar, a meu pedido um caboclo velho, morador antigo deste lugar, com o qual conversei inquirindo das coisas antigas do Ipu.”³³ Ele não tinha uma predileção por ricos ou pobres, importava que fosse alguém que conhecesse as tradições da localidade e fornecesse detalhes de sua história e costumes. O presidente da Comissão reconhecia que em um meio onde maior parte da população não sabia ler nem escrever, a melhor forma de se dá a conhecer a história era através dos testemunhos orais; a oralidade era a possibilidade mais viável para se escrever a história de um meio preponderantemente iletrado, no entanto, ele não dispensava consultas nos documentos oficiais, como os livros das câmaras e das paróquias, fontes importantes para a escrita da História do Ceará; Alemão não só recolhia, mas produzia fontes para a história do Ceará. Procurava comparar os dados recolhidos nas conversas com os documentos escritos que tinha acesso e fazia reflexões sobre o cuidado que deveria ter com as narrativas orais. Interessava-lhe muito acumular informações que pudessem servir ao conhecimento da história da nação e as narrativas orais eram um excelente meio para alcançar esses objetivos. Era na memória das pessoas mais antigas que encontravam notícias sobre as origens do país e naquele momento esse conhecimento era mais do que necessário para o engrandecimento da nação. Buscar nas origens a grandiosidade e a verdadeira nacionalidade brasileira perpassava os intuítos dos estudiosos nacionais.

De acordo com Capanema essa preocupação era a mesma do seu companheiro Gonçalves Dias, que “gastava longas horas metido com os livros a escrever muitos velhos documentos sobre a história e acontecimentos notáveis deste Brasil passavam-lhe folha por folha entre os dedos; muito fato curioso foi desenterrado dos livros empoeirados, e da tinta apagada dos arquivos das municipalidades.”³⁴

Desde o início desse trabalho temos destacado que a integração da Nação era uma preocupação constante nos meio político e intelectual brasileiro na época de atuação da Comissão, sendo ela um dos mecanismos utilizados pelos políticos, representados pela

³² ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.199.

³³ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 35, p.323-324.

³⁴ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.194.

participação do Imperador nas decisões relativas a essa atuação e no apoio financeiro do governo imperial à empreitada; pela Ciência para consolidar suas atividades e pensamentos e pelos intelectuais, homens que circulavam no universo da política, das artes, das ciências e das letras, empenhados em formar e consolidar uma identidade para o país que o colocasse no mesmo patamar que as outras nações tidas como civilizadas, que rumavam para o auge do progresso de sua organização político, social, cultural e econômica.

Em se tratando de política, os cientistas membros da Comissão depararam-se com muitos pontos de tensão no Ceará, desde problemas comuns nas eleições à ideias contrárias a monarquia exercida no país. As preocupações com a integração da nação, homogeneizando as diferenças e desconstruindo possíveis elementos desorganizadores, perturbadores da ordem e do progresso da nação estavam presentes na labuta dos científicos, interessados em silenciar os discursos opositores a unidade nacional, geradores de insubordinação e conflitos desagregadores. Kênia Rios (2006) nos lembra que em meados do século XIX, o Ceará já era conhecido na corte como uma província permeada por ideias opositoras ao poder central, aliada à subversão. “A vinda da Comissão Científica decretava a definitiva integração da província do Ceará ao projeto de constituição da nação brasileira”³⁵. A partir de então essa região do país “passaria a figurar em todas as letras do alfabeto, afinal no ano de 1859 já ocupava primordialmente a letra ‘S’ em verbetes como Seca e Subversão.”³⁶

Freire Alemão identificou na simpatia por ideais republicanos e no sentimento anti monarquista alimentado por muitos cearenses um ponto de tensão a ser combatido, desnaturalizado, evitando-se assim mais prejuízos para a unidade da nação. Segundo ele, os cearenses apresentavam

grandes queixas da centralização do governo; há prejuízos arraigados, muitos apreciam o falso das coisas, e uma certa tendência pueril para o que chamam liberdade. Deixam mesmo entrever o desejo de independência, e os sonhos da república. Isto o temos notado mesmo no sexo feminino. Há sobretudo um sentimento de inveja para com o Rio de Janeiro, que se manifesta a seu pesar.³⁷

³⁵ RIOS, Kênia Sousa. **Apresentação** - A Comissão Científica e a seca do Ceará. In: **A seca no Ceará**: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia (Coleção Comissão Científica de Exploração, 2). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.11.

³⁶ *Ibid.*, p.11.

³⁷ ALEMÃO, **Notas sobre Fortaleza e Pacatuba**, 1961, p.212-213.

Essa tendência para o que chamam liberdade, como ele diz, advinha principalmente dos movimentos revolucionários de 1817³⁸, 1824³⁹ e 1832⁴⁰, movimentos esses que sempre estavam presentes nos assuntos de conversa com os cearenses.

O Sr. Cassiano tem hoje, se bem me lembro, 67 anos e está bem disposto. Contou-nos que entrou nas revoluções de 1817 e de 1824; por ocasião da primeira foi, com seu pai, que também entrou nela, preso para o Rio de Janeiro onde esteve 3 anos. Em 24 era ajudante de ordens do Alencar, que foi o Presidente da República do Ceará, e que escapou de ser com ele morto, porque o Alencar vendo a sua causa perdida, instou com ele para que o deixasse quando fugia, e no dia seguinte foi alcançado e morto. Diz ele que o dia da proclamação da Republica foi de grande festa e prazer na Capital.⁴¹

Os movimentos revolucionários ocorridos no Ceará na primeira metade do século XIX desafiaram a centralização política e propagaram ideais republicanos e liberais que contrariavam a organização política oficial do país, sendo assim, a província defendia e divulgava ideias que colocavam em risco a unidade e o fortalecimento da nação, portanto era

³⁸ Revolução de 1817 ou Revolução pernambucana, ocorrida em março de 1817 a partir da província de Pernambuco. Considerado um movimento emancipacionista, essa revolta lutava contra a forte presença de portugueses na administração do Brasil e a criação de novos impostos, que acabaram gerando uma crise regional. Ideias liberais e iluministas estimularam a organização do movimento. A Independência do Brasil e a Proclamação da República eram as principais bandeiras de luta dos revoltosos. Alguns cearenses, liderados pela família Alencar, apoiaram a Revolução. O movimento ficou restrito à cidade do Crato e foi rapidamente sufocado. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **Dezessete**: a Maçonaria dividida. Topoi - Revista de História, Rio de Janeiro: PPGHS / UFRJ, vol. 4, março de 2002, p. 9 – 38 e <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=75>. Acesso em: 11/09/2012.

³⁹ Confederação do Equador – revolta de caráter emancipacionista e republicano. A Confederação do Equador congregou algumas províncias do Norte brasileiro e representou a principal reação contra a centralização política propagada pelo Imperador D. Pedro I através da Constituição de 1824. Objetivava-se formar uma República com uma constituição liberal. Iniciou-se em Pernambuco e de lá se espalhou para o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Várias cidades cearenses, como Crato, Icó e Quixeramobim envolveram-se no conflito, demonstrando as insatisfações com o governo imperial. Em agosto de 1824 foi estabelecida uma República no Ceará, tendo Tristão Alencar como presidente. O governo imperial reagiu rapidamente, lançando uma forte repressão ao movimento, que logo foi derrotado. As principais lideranças foram presas ou mortas. Tristão Gonçalves de Alencar e Pe. Mororó, líderes cearenses na revolta, foram mortos em 1825. Cf. VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.161.

⁴⁰ Revolução de 1832 ou Revolta de Pinto Madeira. A sedição de Pinto Madeira envolveu interesses monarquistas e republicanos. Pinto Madeira não aceitou a abdicação de D. Pedro I e se rebelou contra o que entendia ser um golpe do liberalismo no sistema monárquico. O conflito envolveu a vila do Crato, liderada por liberais republicanos e a vila de Jardim, praticamente dominada por Pinto Madeira, homem de caráter conservador e autoritário. As duas elites locais disputavam pelo controle político do Cariri cearense. A frente de cerca de dois mil homens, Pinto Madeira invadiu o Crato e tentou sublevar o Cariri. Os cratenses contrataram o mercenário francês Pierre Labatut, que a frente de um exército de sertanejos rendeu os jardineses. Pinto Madeira foi julgado no Crato e considerado culpado pela morte do liberal José Pinto Cidade e foi morto por fuzilamento em 1834. Cf. ALVES, Barros. A invasão do Crato pelo monarquista Joaquim Pinto Madeira. Revista Nordeste Vinteum, Edição 31, Fev/2012, p.48-53. Versão on line. Disponível em: <http://editoraassare.com.br/materias/guerra-no-sert%C3%A3o-edi%C3%A7%C3%A3o-31>. Acesso em: 05/10/2012.

⁴¹ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 76, p.92.

necessário silenciar essas opiniões, acalmar qualquer risco de discórdia e desentendimento que ainda pudessem gerar. No pensamento de Freire Alemão, a forma adequada para isso não seria apenas o ataque frontal, mas provocar lembranças, escrever as memórias que advinham desses momentos, colocar na escrita o que deveria ser esquecido enquanto ação; lembrar para esquecer, mortificando, aprisionando na letra o perigo de divisão da nação.

Freire Alemão ressalta a importância da escrita desses episódios, recorrendo aos que testemunharam esses momentos – “Ontem, 25, conversando com o Dr. Ratisbona, e lembrando-lhe quanto era conveniente reunir as tradições das épocas de 17, 24 e 32 do Ceará, aproveitando para isso as informações de testemunhas presenciais ou contemporâneas.”⁴² Registrá-los significava demarcar-lhes um tempo específico: o passado; para o presente e o futuro restavam somente as lembranças, cheias de horrores e barbaridades, que jamais deveriam voltar a se tornar reais, a unidade da nação estaria acima disso. Era responsabilidade daqueles que se dedicavam a escrita da História do Ceará registrar esses acontecimentos, transportá-los para a escrita e deixá-los no lugar devido: o passado.

A nossa conversa em Pacatuba versa sobre Jardim, Crato etc. etc. Sobre as revoluções do Ceará de 17 a 24, nas quais o Franklin figurou e a mulher contou os horrores do Jardim, a morte de seu pai, e vários seus parentes; diz ela que foram mortos durante essas lutas sanguinolentas 24 de seus parentes, e roubados outros. **Esses horrores e barbaridades** hão de provavelmente ser escritas, pelas pessoas que atualmente se ocupam dessa matéria, como são o Pompeu, o Juvenal, o Brígido, o Theberge etc. etc.⁴³

Capaneia pouco versou sobre essas experiências revoltosas no Ceará, quanto a esse assunto, tratou através de outro aspecto, chamando a atenção para a má administração do país e das províncias. Aproveitou o assunto para exemplificar como o povo vivia na miséria, no descuido, como era espoliado, e, portanto, consideraria inimigo todo homem que achasse em posição superior a ele. Tantos motivos de queixas justificava que o povo se levantasse em onda furiosa, “em exacerbado ressentimento, a ponto de fazer correr rios de sangue”⁴⁴ E mais uma vez indica a falta de instrução do povo como responsável pelos males do país. No entanto, a força do povo fora mostrada todas as vezes que se levantara contra o governo, que mesmo sem experiência na luta armada foram vencidos quase sempre por dinheiro ou traição e não pela força das armas.

⁴² ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 347, p.280.

⁴³ *Ibid.*, folha 337, p.273. (Grifos nossos)

⁴⁴ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.227.

Contais com as baionetas? Arredai de vós semelhante pensamento; e olhai atentamente para o passado: para todas as revoluções sob as quais gereram muitas de nossas províncias; e vereis que em todas elas faltou um chefe que soubesse fundir canhões! Disso não há uma exceção única; e mesmo assim o governo em raríssimos casos se pode gabar da vitória pelas armas; entrara sempre na balança o dinheiro e a traição, ou uma e outra coisa.⁴⁵

A traição estaria no cerne das vitórias que o governo central conquistara nas revoltas em que a província do Ceará se envolvera. Segundo Capanema, um governo inteligente, compenetrado da necessidade de fazer progredir e engrandecer o país, tem por dever ser previdente e evitar que grandes sacrifícios e enormes recursos fossem dispensados para acalmar um povo descontente, revoltado e espoliado.

Chamamos à memória a Revolução de 1824, que tornou mais horrorosos, do que sem ela seriam, os efeitos da seca de 1825. Foi revolução que se terminou pelo assassinato, por traição de seu chefe, o valente Tristão de Araripe, e além disso um belo caráter. Foi traição o assassinato de Pinto Madeira, em 1832, ao que se deu o título de execução, e foi uma infâmia o primeiro ato do júri, essa instituição liberal.⁴⁶

As ideias republicanas que circulavam pelo Ceará impressionaram Freire Alemão. Para ele a simpatia por esse tipo de pensamento precisava ser revista, a política no Ceará estava sendo feita de uma forma errônea e perigosa, delicada para a unidade do país, esses pontos de tensão deveriam receber mais atenção da Corte e novas instruções e práticas deveriam ser plantadas no conceito de política experimentado no Ceará. Para ele, essa cultura de supervalorização da sua terra pelo cearense tinha nas experiências com as revoltas emancipacionistas, assim como na relação com uma natureza autossuficiente, se não fosse a periodicidade na escassez das chuvas, o seu cerne. Em suas observações ele destaca:

A gente do Ceará que tem uma certa cultura, mostram-se invejosos e prevenidos contra o Rio de Janeiro; todas as desgraças de sua província são causadas ou ao menos remediadas pelo Governo, que só trata do Rio de Janeiro. [...] O sonho dourado desta gente é a sua independência, é o Ceará formando um estado. Eles fazem uma ideia tão exagerada da sua província que no seu entender é em tudo superior a todos os outros; e o seu estribilho é sempre deem-nos chuvas, dois meses só todos os anos, que o Ceará não precisa de nada, e pode fartar a todo o Império.⁴⁷

⁴⁵ CAPANEMA, Ziguezagues, 2006, p.227.

⁴⁶ Ibid., p.245.

⁴⁷ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 34-35, p.61-62.

De acordo com Almir Leal de Oliveira (2009), a realidade sociopolítica do Ceará no século XIX era marcada pelo predomínio de grupos oligárquicos locais, muitas vezes familiares,

que se organizavam através de parentelas dilatadas, reunindo interesses comuns, com poderes de milícias, pouquíssimas vezes comungando de propostas em comum com outros grupos, e mantendo com o aparato do Estado e com seus atos administrativos uma relação de autonomia, ignorando ou se contrapondo os poderes constituídos ou em vias de consolidação.⁴⁸

E acrescenta: “As várias manifestações de cunho liberal ou não, que tiveram lugar no Ceará entre o final do período colonial e meados do século XIX, como os movimentos de 1817, 1824, 1832, 1834 e 1840, seriam reflexos dessas condições sociopolíticas das autonomias locais e das arregimentações políticas das famílias que dominavam as regiões.”⁴⁹

De acordo com Araújo (2011), dominavam nas diversas regiões cearenses os seguintes grupos familiares: Os Alencar na região do Cariri; Os Paula Pessoa em Granja e Sobral; Os Gomes Parente também em Sobral (unidos por matrimônio e afinidades políticas aos Sabóia e Bandeira de Melo); Os Pompeu, cujos principais redutos políticos foram as povoações de Sobral, Santa Quitéria, Ipu e Fortaleza; Os Feitosa nos sertões dos Inhamuns; Os Araújo, Martins Chaves, Mourão, Aragão e Melo - distribuídos pela região da Ibiapaba e sertão dos Inhamuns; Os Fernandes Vieira, no Icó, sertão centro-sul e Ibiapaba.

Ainda segundo esse autor, até a década de 60 do XIX, o Ceará era “uma imensa ‘colcha de retalhos’ ainda para ser cosida; um grande arquipélago de dezenas e dezenas de ilhas – fazendas, povoações minúsculas e vilas – povoado escassamente por uma elite predominantemente branca e por uma população cabocla e parda a ela submetida de modo quase servil.”⁵⁰ Essa subserviência da população facilitava a circulação de ideias liberais e republicanas e de um pensamento emancipacionista, propagados por uma elite local dividida em grupos familiares que dominavam diferentes regiões do Ceará. Predominava o personalismo do compadrio e do patriarcalismo familiar. “O degelo destas relações sociais daí demandadas só fora possível com a intrusão gradual de um poder central que se fortalecia crescentemente ao longo do século XIX, consorciado ainda com as pressões da modernização ocidental e da economia de mercado.”⁵¹

⁴⁸ OLIVEIRA, 2009, p.19.

⁴⁹ Ibid., loc. cit.

⁵⁰ ARAÚJO, Raimundo Alves de. **Família e poder**: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011, p.33.

⁵¹ Ibid., loc. cit.

Freire Alemão e Capanema testemunharam e condenaram essas práticas. Para os científicos, a política personalista e de cunho autonomista praticada por aqui, enquanto elemento desagregador do Império, necessitava da interferência do poder central para que o povo cearense não significasse nunca mais uma ameaça à centralização e à consolidação administrativa, econômica, política e social do governo imperial.

Nas palavras de Freire Alemão,

As ideias republicanas tem muita aceitação entre estes sábios de meia tigela; tem ideias muito exageradas a este respeito. Até as senhoras não podem ouvir falar em rei, rainha, nem em Papa, porque é rei de Roma! Entendem que ninguém se chega a um rei que é para esta gente sinônimo de déspota, de dominadores cruéis e injustos que não seja abjeto, e servil. É curioso vê-los indignados contra um ato de reverencia, ou de simples atenção para com um monarca: mas é também curioso ver o desprezo com que falam e tratam dos cabras. Um dia estávamos na Munguba a mesa do chá; o Lagos falava com soltura, e indiscrição dos ministros e gente da Corte. Franklin mui contente olha para as senhoras e diz: este é dos nossos; depois dirigindo-se para mim pergunta muito se eu não era monarquista! Um sentimento de indignação se apoderou de mim e mal me pude conter, mas não lhe respondi como devia; apenas lhe disse que eu não me ocupava com essas questões, e que se particularmente era amante do Imperador é porque não podia deixar de o ser sem ser ingrato. Todavia pelo que tenho observado se separarmos o povo baixo que não tem ideia nem uma do que é liberdade e dos seus direitos, e que só se leva por adesões pessoais, a gente boa ou de gravata lavada da Província é na maioria amiga da ordem e do sistema constitucional.⁵²

Certo desconforto acompanhava nosso botânico diante dessas experiências, que lhe pareciam perigosas, intranquilas e reconhece que medidas centrais mereciam ser tomadas, redobrando a atenção para essas áreas do território nacional que se almejava unidas, inseridas nas causas nacionais.

Mas o que é triste é a ideia que eles têm da corte, e do Governo e do Soberano: para eles a Corte é a depravação personificada, é o Servilismo nu e cru. O Governo e o Imperante governam como governavam os antigos Capitães generais: ali tudo é vendável, e corrompido. As arbitrariedades das autoridades subalternas, os distúrbios e morticínios nas eleições tudo provém do Rio de Janeiro, e mesmo diretamente do Imperador! São estas ideias semeadas pelos mal-intenciosos e mesmo pela imprudência e licenciada imperança. São estes sentimentos perigosos para a tranquilidade e integridade do Império, que convém por todos os meios destruir. Infelizmente o procedimento do Governo não dando toda a atenção às províncias longínquas dá argumentos, em que se podem firmar! Creio que a

⁵² ALEMÃO, Francisco Freire. **O sentimento dos cearenses para com os estrangeiros**, 1860. In: DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.316-317.

política mais conveniente era olhar ainda mais para as extremas do Império que para o Centro.⁵³

Na ótica dos científicos as eleições violentas e a compra de votos era prática disseminada entre os grupos políticos cearenses. Capanema observou que a soberania do voto no Ceará, o voto livre não existia; o voto era vendido a quem melhor o pagasse. Sem falar nas roubafeiras e confusões que ele registra nos artigos XI e XII de seus Ziguezagues, fruto da observação das eleições para senador ocorridas em 7 de setembro de 1860 no Ceará. Vejamos um de seus relatos sobre as experiências vividas nesse momento por aqui:

A falta de cortesia foi muito de propósito para não assustar o povo pacífico ansioso por exercer seus direitos de soberano.

Vamos a essa soberania: logo de manhã cedo encontrei um grupo na rua, perguntei: - para onde vão?

- Empregar nossos votos – foi a resposta. Já temo 2\$ por cada um, isso é pouco, dizem que o Gustavo dá mais e vamos lá.

- Vocês são chimangos ou caranguejos?⁵⁴

- quem tem mais dinheiro pra gastar?

- Não sei.

- Nem nós; e é o que decide da nossa crença política.

Ora, já viram por onde a vai a soberania? O voto livre? É livre mesmo porque o vendem a quem melhor o paga!⁵⁵

Freire Alemão toma nota de muitas experiências desse tipo, o povo não escondia que votava conforme a conveniência de quem melhor lhe agradava, seja em dinheiro ou em trabalho. Além disso, existiam as ameaças de despejo das terras para os trabalhadores que não votassem nos candidatos de seus patrões.

O sujeito que veio conosco do Crato, como quem contava, o que se estava passando ali a respeito das próximas eleições. Ele administrava um Sítio do Bilhar, e dizia que Bilhar (que é socó, ou saquarema) exigia que todos os moradores das suas terras votassem com ele, e que aqueles que quisessem

⁵³ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 247, p.199.

⁵⁴ De acordo com Porto Alegre (2006), os dois partidos políticos, Liberal (chimangos) e Conservador (caranguejos), eram dirigidos por representantes de grupos familiares, fazendeiros, comerciantes, militares e membros do clero. “Independentemente da cor partidária, prevaleciam as práticas do poder oligárquico, fortemente ancorado na posse da terra. [...] Havia uma estreita conexão entre os partidos e a imprensa, iniciada na década de 1840, quando os conservadores fundaram o jornal *Pedro II*, sob a direção de Miguel Fernandes Vieira, e os liberais o *Vinte e três de julho*, dirigido por José Lourenço, aliado de João Facundo de Castro Menezes. Após o assassinato de João Facundo em 1841, no centro de Fortaleza, o *Vinte e três de julho* se transformou em *Fidelidade* e depois em *O Cearense*. Foram fundadores e primeiros redatores d’*O Cearense* Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Tomás Pompeu de Sousa Brasil, aos quais se juntaram mais tarde Miguel Aires, João Brígido, José Pompeu, Rodrigues Júnior e, por longo tempo, João Câmara, que dele passou com parte do pessoal da redação para a *Gazeta do Norte*, por ocasião da cisão do Partido Liberal cearense, em 1880.” PORTO ALEGRE, 2006, p.335-336.

⁵⁵ CAPANEMA, **Ziguezagues**, 2006, p.182.

votar pelo outro lado, saíssem do sitio, quando não mandaria lançar fogo nas suas palhoças. Que o Maia (o atualmente carrapato, ou Chimango por se ter agora passado para esse partido) oferecia moradia em seus sítios à todos quantos fossem expulsos pelo Bilhar, e quisessem votar com os carrapatos. E eis aqui a liberdade com que o povo vota! Qual é, pois, o valor das palavras com que enchem a boca os garimpeiros! Mas isso não é o pior, calculam, e sem cerimônia, o numero dos votos pelo dinheiro que podem gastar os diretores da eleição; e já não vendem os seus votos só os primeiros votantes, mas até os eleitores!⁵⁶

Os partidos políticos adentravam nesse jogo da política paternalista, familiar, patriarcal. Em Aracati, Alemão observou que as rixas políticas e partidárias determinavam inclusive as ruas onde as pessoas deviam morar.

Os partidos políticos foram aqui extremosos e divididos, e animados uns contra os outros de um modo singular: cada um partido habitava as casas de uma parte da grande rua; como ainda hoje: numa rua é chimango, a outra caranguejo; cada um tinha sua Igreja não se cumprimentavam; perderam-se as relações de famílias, entre os dissidentes; insultavam-se mutuamente. [...] As eleições eram verdadeiras batalhas, nunca se faziam sem sangue: e é a gente tão amestrada nisso, direi antes tão turbulenta, que eram chamados a fazer as eleições em outros lugares, como ontem nos disse aqui o boticário, praticavam de toda a qualidade de bandalheiras e falsificações. Mas parece que - entendo isso - não havia verdadeiras ideias políticas, eram famílias separadas e brigadas com seus partidários; a política era o pretexto. Hoje isso está mais calmo: todavia aqui como no resto do Ceará os sectários de partidos políticos ainda se fazem guerra, e se insultam mutuamente e se perseguem.⁵⁷

Capanema não deixou de observar que as eleições sanguinolentas eram uma realidade no Ceará. “As operações eleitorais tiveram mau curso em um ponto onde correu sangue, a fim de que o Ceará não perca a triste fama, que já de longos anos o acompanha.”⁵⁸ A Freire Alemão chegaram a pedir que ficasse no Crato durante o período eleitoral, pois, quem sabe, diante da presença de cientistas enviados pela Corte a violência e os desmandos seriam menores. “E mostrou-se sentido de que deixássemos tão cedo o Crato. Porque? Lhe perguntei. Era bom que os senhores estivessem aqui para as eleições, porque teremos muita desordem nesse tempo, [respondeu].”⁵⁹

A participação de Lagos e Freire alemão em uma cerimônia de hasteamento da Bandeira nacional nos leva a pensar e nos exemplifica como esses homens, além de

⁵⁶ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 246-247, p.198.

⁵⁷ *Ibid.*, folha 22, p.53.

⁵⁸ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, P.186.

⁵⁹ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 281, p.220.

assumirem o papel de cientistas viajantes exploradores, também exerceram na província do Ceará, nesse período tão delicado de formação de uma ideia de nação que congregasse todo o território do Brasil, a função de representantes oficiais da Corte e do Império. Estando na Vila de Lavras, em novembro de 1859, os científicos participaram de uma cerimônia oficial que servia, acima de tudo, para exaltar o poder do Império. Vestir-se com trajes ultra formais como a casaca, usar as condecorações imperiais e militares, hastear a bandeira, cantar o hino nacional, dar vivas ao Imperador funcionava como um momento para solidificar, delimitar a unidade nacional, gerar um sentimento de pertença a uma causa maior e mais nobre do que qualquer rixa partidária ou interesse familiar, uma cerimônia que acima de tudo demarcava que os cearenses, assim como todos os outros habitantes do solo brasileiro pertenciam à mesma nação e possuíam laços que os uniam. Na letra de Freire Alemão a experiência ficou assim registrada:

De tarde veio-me o Lagos dizer que os Oficiais da Guarda Nacional da Vila se propunham a assistir em grande fardamento ao descimento da bandeira. [...] Fui-me pôr de casaca para assistir às Festas. Com efeito, juntamo-nos em roda do mastro. Eu de casaca, o Lagos também e com suas decorações, o Reis com sobrecasaca militar e suas fitas, três oficiais - Coronel, capitão etc. -, muito bem fardados, músicos e povo. Tirado o hino eu dei as vivas ao Imperador, à flâmula Imperial, à Nação brasileira, a Província do Ceará e aos habitantes de Lavras. Descida a bandeira ao som de descargas e toque de hino, nos retiramos.⁶⁰

Assim como testemunharam muitos aspectos da política, das revoluções, da organização social das vilas cearenses e sobre elas lançaram seus olhares e suas opiniões, desvendaram possíveis usos e proveitos, recriminaram práticas e ideias, ensaiaram encaminhamentos e soluções para os distúrbios, nossos viajantes prestaram muitos serviços à população, suprimindo necessidades básicas do povo do sertão, além de categorizarem, hierarquizarem o povo que habitava o território do Ceará.

3.2. Caracterizando o povo cearense

A preocupação com a caracterização do Brasil enquanto país civilizado, ou, pelo menos, como um país capaz de superar o atraso e as contradições naturais, sociais, históricas e culturais para ocupar uma posição ao lado das civilizações europeias, encontrou no debate sobre o conceito de raça um importante alicerce. Vale ressaltar que o conceito de civilização

⁶⁰ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 164, p.147-148.

se transformou no decorrer do século XIX, com o surgimento de novos discursos científicos sobre as raças humanas. Civilização e progresso eram entendidos não como modelos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais, destino comum de toda a humanidade. Segundo Schwarcz (1993), de acordo com as teorias sociais propagadas a partir da segunda metade do XIX,

em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles -, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado. Tratava-se de entender toda e qualquer diferença como contingente, como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo.⁶¹

Erguer o império brasileiro ao nível da intelectualidade universal significava localizar, recuperar, classificar, ordenar, organizar, preservar, construir, divulgar relatos que davam conta dos aspectos históricos e etnográficos da sociedade brasileira, identificando e conferindo-lhe um perfil, naturalizando as diferenças. No âmbito do IHGB, desde 1843, quando o naturalista Carl F. P. Von Martius apresentou a monografia *Como se deve escrever a História do Brasil* vencedora do concurso lançado pela instituição, as teses raciais passaram a permear discussões a respeito da formação do povo brasileiro. De acordo com Monteiro (1996), Von Martius fixou a pedra fundamental da fábula das três raças; “porém, no contexto brasileiro, este termo, enquanto conceito científico, ainda era pouco desenvolvido no período, confundindo-se de certo modo com o conceito de nação.”⁶² Mesmo antes da introdução definitiva de estudos e técnicas para as análises das raças, como a antropologia cultural, o evolucionismo e o darwinismo social, os estudos etnográficos de meados do século XIX estabeleceram algumas questões cruciais que condicionavam o uso das teses estrangeiras sobre as raças humanas. Para Schwarcz (1993), o pensamento racial europeu adotado no Brasil foi introduzido de forma crítica e seletiva e transformou-se em um instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já bem consolidadas. A categoria raça passou a ser adotada como conceito chave na compreensão das diferenças humanas, seja na definição de características físicas, como também nas morais, e na compreensão da influência dos aspectos físicos sobre as

⁶¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993, p.57-58.

⁶² MONTEIRO, John Manuel. **As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império**. In: MAIO, Marco Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / CCBB, 1996, p.16.

diferenciações nos hábitos, costumes e trabalho humanos, inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Esse suporte intelectual concentrava-se em uma ideia de raça que naquele contexto muito se aproximava da noção de povo.

A proposta de Von Martius para a escrita da história do Brasil considerava que essa escrita “não deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem”. Para ele, a formação do povo brasileiro havia ocorrido a partir da convergência de três raças, diferenciadas pelo fenótipo da cor da pele, as mesmas delineadas por Ernest Renan (1961)⁶³ como as três grandes raças humanas: branca, negra e amarela, ou, nas palavras de Martius: “a cor cobre ou americana; a branca ou caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica”. Segundo Velloso Jr (2010), os estudos de Martius influenciaram decisivamente os pensamentos dos seus contemporâneos, “marcando posteriores estudos sobre a formação do Brasil, através da temática da miscigenação: ‘do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas três raças, formou-se a actual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular’”⁶⁴.

Em solo cearense, os científicos da Comissão de Exploração conceberam diversos pensamentos a cerca do povo, da gente do Ceará. Alicerçados nas teorias raciais recorrentes, especialmente Freire Alemão, caracterizaram e categorizaram o elemento humano do Ceará, definindo especificidades e potencialidades dos habitantes dessas terras. Vale ressaltar que a Comissão possuía uma Seção específica para os estudos etnográficos, tendo sido, inclusive, adquiridos para ela alguns instrumentos que serviriam aos estudos científicos das raças e da índole dos cearenses. Nas instruções da Seção Etnográfica e Narrativa de viagem constava logo o arcabouço teórico que norteava seus objetivos: “Os principais elementos que servem para distinguir as raças humanas são: **a organização física, o caráter intelectual e moral, as línguas e as tradições históricas.**”⁶⁵ Em volta desses elementos deveriam concentrar os estudos etnográficos da Comissão. A medição dos crânios e dos corpos, e para isso forma adquiridos craniômetros na Europa, serviria para delinear e classificar as características físicas e intelectuais do povo.

⁶³ RENAN, Ernest. **Ouvres Completes**. Paris, Calman Levy, 1961. Apud SCHWARCZ, 1993, p.62.

⁶⁴ MARTIUS, Carl F. P. **Como se deve escrever a História do Brasil**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 6, nº24, 1844, p.381-382.

⁶⁵ PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, 2004, p.233. (Grifos no original)

Além destes estudos parciais, importa fazer muitos e variados grupos, porque neles melhor se compararão as formas e suas variedades, as atitudes, as fisionomias e as proporções gerais do corpo; e para mais segurança haverá o cuidado de medir grande número de indivíduos adultos, assim como os seus ângulos faciais, procurando por essa ocasião verificar se a maior abertura do ângulo atesta maior inteligência, como afirma Camper, e se a orelha inclinada para a parte posterior dá o mesmo indicio como querem muitos fisionomistas. [...] [Além] dos caracteres físicos e da lingüística se tratará dos costumes relativos ao individuo e á família em geral, estudando-o desde o seu nascimento até a sua morte: nas diferentes fases da vida do homem selvagem se conhece a marcha de sua educação e o que ele é.⁶⁶

Apesar de não ser sua especialidade nem responsabilidade e de não ser o portador dos instrumentos para os estudos etnográficos e etnológicos, Freire Alemão atentou para esses aspectos e escreveu em seu Diário inúmeras observações sobre as características físicas, lingüísticas, intelectuais, de vestuário, alimentícias, religiosas, os costumes e tipos locais da gente do Ceará.

Estando a pouco mais de três meses no Ceará, Freire Alemão faz um relato detalhado de como tinha observado o povo até então e classifica-o em duas categorias: a gente acaboclada, ou o povo, e a gente branca. Segundo ele, o povo cearense era primordialmente formado pela raça cabocla: “Pondo de parte alguns poucos pretos, e por consequência também alguns poucos mulatos, todo o povo do Ceara é de raça cabocla; mais ou menos mesclada de branco, e também de preto; mas em geral se conserva ainda bem o tipo americano.”⁶⁷

O tipo americano a que se referia diz respeito ao elemento indígena, que segundo as teorias de Von Martius fazia parte da história do Brasil e deveriam ser os estudos de suas línguas e costumes o ponto de partida para a escrita dessa história, afinal, era uma força que concorria para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Esse indígena histórico representaria no pensamento social do século XIX a matriz da nacionalidade, de preferência em vias de extinção, já que representava a parcela da população do país que se encontrava em um alto grau de inferioridade, sob o ponto de vista moral e intelectual. Para os adeptos dessa teoria, os indígenas estavam relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, especialmente os tupis, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído de forma relevante pra a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua. De acordo com Monteiro (1996), a partir da segunda metade do

⁶⁶ PORTO ALEGRE, *Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem*, 2004, p.228-229.

⁶⁷ ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.210.

século XIX uma abordagem racial do Brasil indígena começou a fincar pé nos círculos científicos e intelectuais do país.

Pode-se afirmar que, sob certo ponto de vista, havia um consenso em torno de uma espécie de padrão evolucionista, onde os índios remanescentes constituíam uma raça – ou mesmo um conjunto de raças – em vias de extinção. [...] para uma vertente do pensamento imperial, apoiando-se na literatura científica de origem europeia sobre raças antropológicas e raças históricas, uma enorme gama de atributos positivos das raças nativas concorria, através da mestiçagem, para a formação do povo brasileiro, dando um caráter específico a esta nação.⁶⁸

As Instruções da Seção Etnográfica frisa essa noção de que o indígena brasileiro, desde que naturalizadas as diferenças, extintas suas características primitivas e selvagens, teria muito a contribuir para a nação brasileira, portanto era necessário conhecer e documentar tudo que dizia respeito aos seus caracteres físicos e culturais. O redator dessas instruções deixa claro, que esse índio estava em estado de extinção e isso era primordial para o alcance do status de civilização almejado para o país. No texto encontramos a seguinte ideia:

Como é provável que daqui a duzentos anos poucos selvagens existam no seu estado primitivo, torna-se muito preciso que desde já se comece a recolher a respeito deles tudo quanto for possível: até hoje isto se tem feito superficialmente. Além de que, o homem genuíno americano pode ser chamado a compartilhar os bens da civilização e voluntariamente prestar-se á comunhão brasileira, se empregarmos os meios consentâneos com a sua índole e constituição fisiológica nos primeiros tempos. Não é necessário dizer mais para demonstrar quantas vantagens resultarão para nós do conhecimento perfeito dos autóctones do Brasil.⁶⁹

Von Martius anunciara essa sentença em 1843, segundo seu estudo, “[a raça amarela ou americana] trazia já visível o gérmen do desaparecimento rápido”⁷⁰ Mas ela teria não apenas lançado as raízes da nacionalidade, como também um caminho pra o futuro da civilização brasileira, especialmente através do processo de mestiçagem. Segundo Schwarcz (1993), os modelos raciais serviam pra explicar as diferenças e hierarquias, “mas feitos certos

⁶⁸ MONTEIRO, 1996, p.18. John Manuel Monteiro nos informa que o principal expositor dessa vertente foi o Gal. Couto de Magalhães, cuja obra teve uma influência muito profunda sobre setores do pensamento nacionalista no País.

⁶⁹ PORTO ALEGRE, **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem**, 2004, p.227.

⁷⁰ MARTIUS, Carl F. P. **Como se deve escrever a História do Brasil**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 6, n°24, 1844, p.397.

rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça.”⁷¹ Para Monteiro (1996), Martius falava em três raças; porém, um primeiro condicionante para o consumo das teses estrangeiras referentes as raças humanas, elaborado a partir de tratados, crônicas, cartas, legislação e outros documentos dos primeiros séculos da colonização, diz respeito à construção do Tupi e de seu contraponto, quase sempre definido a partir da negação – o não Tupi -, o Tapuia.

Este binômio, recurso que tornava minimamente compreensível a diversidade cultural e linguística que marcava o Brasil indígena, ganhava novos sentidos no contexto do século XIX. O Tupi representava a matriz da nacionalidade, posto que foram as alianças e a mestiçagem luso-tupi que consolidaram a presença portuguesa na América [para Marcius o português era o mais poderoso e essencial motor capaz de conduzir o Brasil ao status de nação civilizada] e que estabeleceram os primeiros troncos de famílias brasileiras. A língua geral, ou nheengatu, ainda falada pelos mais fiéis representantes da brasilidade – os caboclos, caipiras e curibocas -, foi cultivada pelos intelectuais oitocentistas, inclusive D. Pedro II, como a verdadeira língua nacional.”⁷²

Capanema mostra-se alinhado com esse discurso ao anotar em seus *Ziguezagues* que acreditava no potencial dos nativos e criticar Varnhagen por suas ideias que diminuía a relevância e capacidades dos povos indígenas para a nação. De acordo com Porto Alegre (2006), Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador, membro do IHGB e diplomata, considerava que os indígenas eram passíveis de serem estudados somente pela linguística e não pela história; condenava o “brasileirismo caboclo” e defendia uma nacionalidade brasileira, entendida por ele como de origem portuguesa. “Suas posições, de natureza mais política do que teórica, incluíam propostas de prisão dos indígenas rebelados ou sua distribuição entre a população não indígena, enquanto que para os chamados índios mansos preconizava o regime de tutela permanente e a condição jurídica de inferioridade civil”⁷³ Segundo essa posição, a decadência dos índios não era motivada, mas apenas acentuada pelo contato com os brancos. Capanema opôs-se claramente a essas posições e expressou sua credulidade no potencial e na importância dos povos nativos da terra, desprezando as teses divulgadas pelo autor de *História Geral do Brasil*.

⁷¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil** (1870-1930). São Paulo: Companhia da Letras, 1993, p.65.

⁷² MONTEIRO, 1996, p.16.

⁷³ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os ziguezagues do Dr. Capanema** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 1). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.333.

Eu, além disso, faço como meus patrícios, respeito todas as tradições e aceito as indústrias dos senhores primitivos da terra, dessa gente inteligente que nos ensinou a nós, intrusos, usurpadores e ladrões, a cultivar a terra, a fabricar os produtos de primeira necessidade, até a tecer a fazenda com que nos vestimos, dessa gente que um tal de Varnhagen, que escreveu um livro em língua de mouro, com sentimentos de tigre, quer que sejam escravos, que sejam aniquilados, pois nem quer que sejam parte integrante da humanidade! *Tibis!* Se viver na Europa produz tais convicções, não vou para lá. Credo!⁷⁴

Freire Alemão escreveu que “todo o povo do Ceara é de raça cabocla”, sendo, portanto, fruto da mestiçagem, da mistura de raças. Segundo o Dicionário Aurélio, caboclo é o mestiço de branco com índio, com predominância dessa última, assim como é também um antigo vocábulo que designa o indígena, de cor acobreada e cabelos lisos.⁷⁵ Segundo as observações de Freire Alemão, predominava no povo cearense a herança física e cultural do índio, que misturado ao branco europeu formou grande parcela da população do Ceará. Segundo as teorias que guiavam os estudos de Alemão nesse sentido, essa mescla era mais positiva que a originada da mistura do negro com o branco. Após apresentar características físicas e culturais da gente do Ceará, lança o que ele mesmo chama de uma reflexão:

Reflexão – A beleza das formas desta gente, e que em meninos, são alguns tão claros como ingleses, e que fazem contraste com os da nossa gente de lá do Rio, mal conformados e doentios em geral, pode ser devida em parte a influência do clima, em geral saudável e ameno: mais creio tem grande parte nisso a mistura com o sangue americano, quando no Rio predomina a mistura do sangue africano.

A esta mescla americana será também devida a clareza de inteligência, a viveza, e desembaraço que mostra o povo, e que os assemelham um pouco com os da raça espanhola do sul da América?⁷⁶

A beleza das formas da gente do Ceará, assim como atributos morais e intelectuais, como sua viveza, desembaraço e inteligência são associadas à influência do clima e a mistura do sangue, sendo, portanto, o determinismo biológico e natural, associado aos tipos humanos e os desdobramentos das misturas raciais, condicionantes para a caracterização do povo que habitava o Ceará. Nos trechos de seus escritos, que reportam a essas questões, Alemão opera com essas categorias, que, como já comentamos, fomentavam os debates científicos, literários e até políticos naquele momento e serviriam de base para a formação dos estudos históricos, etnográficos e antropológicos no país.

⁷⁴ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.168.

⁷⁵ FERREIRA, A. B. H. *Míniaurélio Século XXI*: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p.124.

⁷⁶ ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.214.

A cor baça, trigueira tem um tom particular de cobrado escuro; como a dos chins ou dos nossos cabras. O cabelo preto, corredio; corpo esbelto e proporcionado; pernas bem feitas; ombros largos, pescoço curto, olhos um pouco oblíquos, dentes aguçados artificialmente. Ainda não vi nesta gente urna mulher, nem um homem demasiadamente gordos. São todos mui inteligentes, desembaraçados, e falam bem (com o sutaque que é também comum aos brancos de abrirem e demorem um pouco mais em algumas sílabas e apressarem outras) e com termos e frases, às vezes pitorescas; a sua pronuncia é antes descansada que apressada, correndo em umas e descansando em outras sílabas. Os homens são em geral imprevidentes, indolentes, e pouco amigos do trabalho; pelo contrário as mulheres estão sempre ocupadas (enquanto eles se balançam nas redes) fazem obras mui mimosas de rendas, de crivos, e de tecidos, etc. As mulheres são mui prolíficas (o que também acontece a respeito dos brancos); vê-se uma choupana sempre cheia de crianças; [...] O termo médio dos filhos era de 10; outros dão 8. Não é rara a mulher que tem 20 e 30 filhos; e quase todos vingados. Os meninos são em geral fortes, bem feitos, e quando há mistura de raça branca são claros, e de cabelos loiros e anelados – o que muito me admirava.

[...] Tanto mulheres (e essas mais) como homens são capazes de grande desenvolvimento industrial. Com efeito há aqui muito mais indústria nacional que no Rio de Janeiro.⁷⁷

As características delineadas para a gente acaboclada ou o povo, como ele designa, enfatizam desde a forma física ao modo como se portam, trabalham, se divertem e se vestem. Ele fez questão de frisar que predominava no Ceará o mestiço do branco com o índio, que seria, seguindo a teoria de Marcius - a que Freire Alemão nos parece alinhado, mais valiosa que a mistura do branco com o negro, predominante no Rio de Janeiro. Sendo assim, o Ceará possuía uma população mais pura e mais apta a seguir sem impedimentos o processo de civilização. Suas impressões são positivas, mas ao elucidar seu estranhamento, admiração e até menosprezo constrói uma imagem que naturaliza as diferenças, silencia as tensões e generaliza os atributos das chamadas classes populares. Alguns elementos aparecem como pitorescos, que naquele contexto assumia o sentido de algo particular, único, que não podia ser descrito cientificamente, que chamava a atenção pela originalidade; era a novidade, o diferente e por isso mesmo muitas vezes preterido, mas que ao passar pelo crivo dos formadores da nação, dos responsáveis por validar o projeto de construção da nacionalidade seria apreendido e decodificado, mortificado, aprisionado na letra ou na pintura, eliminado todo e qualquer perigo. Outros, como a capacidade de grande desenvolvimento industrial foi destacada para valorar positivamente o povo e enfatizar suas potencialidades.

⁷⁷ ALEMÃO, Notas sobre Fortaleza e Pacatuba, 1961, p.210-211.

Quanto a outra categoria que Freire Alemão usou para distinguir a população cearense - a gente branca, ele enuncia suas características, dispensando um largo espaço para dispor sobre as particularidades dos costumes, comportamento, habilidades e porte físico das mulheres. Dialogar com as mulheres cearenses era uma de suas atividades prediletas, se levarmos em consideração a quantidade de relatos e diálogos transpostos para o Diário de suas conversas com elas. Afeitas à conversação, eram elas quem lhe davam preciosas informações sobre tudo no Ceará, o abrigava, o direcionava em determinadas situações e caminhos a seguir e o divertia.

Parece ser mais ou menos mesclada da raça americana. Nos homens não tenho achado esse tipo que no Sul se reputa próprio da gente do Norte, nem lhes tenho achado alguma particularidade que seja comum. Não tenho observado esse achatamento da cabeça senão em alguns casos. Alguns são bem apessoados, principalmente os filhos do sertão. Há no oval do rosto alguma diferença, aqui é mais curto, e no Sul mais longo. [...]

Nas mulheres moças há alguma coisa no oval do rosto que lhes dá certa fisionomia comum; sem serem formosas são em geral bonitas e gentis. Os olhos são belos e as vezes mui belos, os dentes em geral mui bons; os cabelos pretos, corridios, bastos: os bustos airosos, o porte elegante. Algumas são claras e mesmo coradas, muitas são morenas; vestem-se e penteiam-se por si mesmas e com bastante elegância; andam mui desembaraçadas.

São espirituosas, conversadeiras, muito mais que as nossas do Sul. Gostam muito da música, e têm para ela propensões; muitas tocam piano e cantam mas quase sempre sem ensino, porque lhes falta mestre. [...] Apresentam-se bem nas salas; e sustentam perfeitamente a conversação; mas faltando-lhes cultura, a conversa torna-se às vezes fresca demais, mesmo em presença dos pais. [...] Com essa liberdade de conversação, e um pouco de relaxar dos costumes, parece que não respeitam muito o sentimento da honestidade nem a fidelidade conjugal (deve sem dúvida haver a este respeito honrosas exceções) [há, neste ponto, uma nota de rodapé na qual Freire Alemão escreve o seguinte: era o mesmo há 50 anos no Rio de Janeiro; e sem dúvida não são elas as únicas culpadas se cometem faltas contra o honesto e decoroso. Aqui estão os sacerdotes que vivem escandalosamente, e sem o menor sentimento de pudor]. São industriosas, e trabalham bem em labores de costura, etc. Em geral sabem ler - algumas tem sua tintura do Francês e do desenho. [...] O talento para a música, as propensões para objetos de indústrias e artes, que mostram as meninas, nos causam um grande pesar de os não ver aproveitados: e elas são as primeiras a lamentarem isso.⁷⁸

A desenvoltura feminina e atributos físicos e comportamentais das mulheres cearenses muito impressionou e até assustou Freire Alemão. Segundo ele, não era comum ver esse comportamento entre as mulheres da Corte, mais recatadas e reservadas. Em geral, as

⁷⁸ ALEMÃO, Notas sobre Fortaleza e Pacatuba, 1961, p.212-214.

cearenses metiam-se nas conversas com os homens e as sustentavam bem, apesar de, em alguns casos, lhes faltarem conhecimentos e cultura para isso. Pareciam frívolas, superficiais. Gostavam muito de falar sobre casamentos e segundo Alemão discorriam “longamente sobre os meios, vantagens, inconvenientes e quanto respeita a este estado, com grande liberdade e isto em presença de seus pais, que parecem até recrearem-se com isso.”⁷⁹ Tinham pressa para casar, diz ele que não podia um rapaz fazer corte a uma moça que ela e seus parentes consideravam logo requestado, namorado para casar. “A moça é a primeira que tem a coisa ao sério e comunica logo as suas amigas; e pela boca pequena o negócio se espalha, as anedotas fervem e o rapaz se acha quando menos espera noleado.”⁸⁰

Os contrastes com as cariocas são notados, anotados e analisados. A presunção com que algumas cariocas se referem as pessoas do Norte é questionada, já que quando chegavam aqui não faziam um bom papel e passavam por acanhadas e sem graça. O preconceito e a noção de que o Norte (hoje Nordeste) era a terra do atraso, habitada por selvagens já povoava o pensamento e o discurso dos ditos sulistas.

Eu nestas minhas recordações não deixo nunca de notar: o como as moças aqui, sem grande educação são desembaraçadas, conversadeiras; e na ausência dos pais recebem visitas de homens e fazem sala perfeitamente. O que não é comum no Rio de Janeiro, onde as moças, mesmo da cidade e com alguma educação são acanhadas, caladas, tímidas. Aqui tem algumas moças do Rio, vindas de fresco que me deixam envergonhado. As de cá dizem com certo orgulho: Não parecem moças da corte!⁸¹

Tanto desembaraço e vivacidade das cearenses levaram-no a considerar essas características como estimulantes de um comportamento libertinoso, desonesto e propenso à infidelidade. Se por um lado ele admira essas particularidades, por outro, enxerga como indecorosas e inclinadas à imoralidade. Casamenteiras, faladeiras, intrometidas, indiscretas e até fáceis, “segundo costume antigo da terra deixam-se roubar muito facilmente, sendo isso muito comum, parece mesmo que o casamento com uma moça roubada é mais saboroso. As senhoras casadas não gozam em geral de boa fama na boca dos maldizentes e principalmente na dos alcofas.”⁸² Diziam-lhe muito que as mulheres eram fáceis e devassas e que a prostituição era muitas vezes filha da necessidade.

⁷⁹ ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.212.

⁸⁰ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 305, p.512.

⁸¹ *Ibid.*, folha 335, p.533.

⁸² *Id.*, folha 116, p.118.

Em alguns lugares pelo sertão, Alemão observa que a prostituição era bem difundida. Em Icó, por exemplo, ele pôde comprovar isso. “Os lupanares são impróprios aos da cidade; muitos, e muito públicos, e são frequentados sem recato até por homens casados. Há muitos entes depravados que se prestam a inculcá-los, com insistência, e impertinência”⁸³ Capanema apresenta essa prática como um recurso para fugir da miséria e sustento da família. A vergonha era necessária por causa da falta de uma administração compromissada “em cuidar de promover os interesses morais e materiais da província”⁸⁴ Essa realidade desmoralizava o povo e “plantava os germens da desmoralização da futura geração.”

[...] O pai olha com indiferença para a prostituição da filha! A mãe enferma, abandonada, vive da desonra da filha! Uma irmã carinhosa se prostitui, e todo ganho que ela pode alcançar em tão imundo lodaçal emprega-o em impedir a queda das irmãs. Coitada dela! o que ela quer evitar, para que se sacrificou, o pão amassado com as suas amargas lágrimas não faz senão demorar a triste sorte das outras: bata à porta a fome, a miséria!”⁸⁵

No dia-a-dia da província, os casamentos eram frequentes; os científicos assistiram a vários, chegaram a ir a três no mesmo dia. Casavam-se cedo e enchiam-se de filhos. Segundo suas observações às mulheres, caboclas e brancas, eram muito prolíficas. Os informantes lhe diziam que a média de filhos nas famílias era de 10 a 15 filhos. Alemão observou que depois de casadas as mulheres perdiam seus encantos, suas graças, “em consequência do abandono a que se entregavam. Os moços também, que bonitos em meninos, em razão de não tratarem de si, tornavam-se logo farrões, bem que quase sempre vigorosos.”⁸⁶ Logo que casavam passavam logo a ter filhos e não mais cuidavam do corpo, das vestimentas e da educação no trato e maneiras.

Por falar em filhos, as crianças foram objeto de muitas curiosidades, observações e anotações por parte do presidente da Comissão. Desde que chegou ao Ceará, ele ficou admirado com a esperteza, vivacidade e costumes das crianças. Seu Diário é recheado de notas abordando suas características. O aspecto físico e intelectual, os infortúnios e perturbações que elas causavam, o desembaraço e a linguagem delas compõem suas análises sobre a gente do Ceará. Análises essas, que enaltecem o elemento humano infantil da província, sem deixar de apontar suas inabilidades. Para ele a sagacidade e inteligência das crianças eram encantadoras e o físico delas também o agradava. “Aqui o que tenho visto de

⁸³ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 116, p.118.

⁸⁴ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.223.

⁸⁵ *Ibid.*, p.224.

⁸⁶ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 30, p.59.

melhor são as crianças, que andam nuas por toda a parte: gordas, fortes, coradinhas, de cabelos loiros ou ruivos e bem feitinhas, espertas.”⁸⁷

Acompanhando suas notas percebemos que crianças gordinhas, claras, rosadas, loiras, com olhos azuis eram comuns nos sertões da província, o que denotava a presença forte do elemento branco na formação do povo cearense, e isso era um aspecto positivo, afinal a raça branca era a representante da civilização europeia e a mais apta a elevar a nação ao status de grandiosidade e importância almejado naquele momento. Além da positividade espelhada nos traços físicos, a astúcia e inteligência das crianças eram enaltecidas.

Agora que me vinha recolhendo passando pela praça junto a uma venda, vi entrando para ela uma criancinha, a quem não pude dar mais de 3 anos, e que respondendo a uma pergunta que lhe fazia de dentro, disse: “Não fui eu que a recebi não; ele largou em cima do balcão” Esta linguagem em tal idade me surpreende e bem mostra como a gente aqui tem um desenvolvimento precoce.

Um costume em particular relacionado às crianças o incomodava, haja vista o grande número de anotações nesse sentido: “As crianças andam nuas pelas ruas e praças, mesmo as das principais famílias daqui.”⁸⁸ Filhos de ricos e pobres eram encontrados nessas condições. Freire Alemão lamenta esse estado e chega a expressar sentimento de pena ao ver até mesmo criancinhas com menos de um ano de idade “retouçando-se pela areia e pelo chão, inteiramente nua largada no chão frio e úmido.” Ele não chega a fazer nenhuma conjectura com relação ao porque desse hábito, sabemos que o clima foi e ainda é utilizado para fundamentar essa prática.

Agora temos visto um pouco mais de perto, e numa sociedade um pouco mais distinta [...] o costume de terem os meninos nus. No meio da sala se apresentam crianças de ambos os sexos, já crescidas, inteiramente nus, mais ou menos limpos, às vezes bem sujinhos, e com o maior desembaraço saltam e sobem pelas cadeiras, atiram-se ao colo das senhoras, que gostam e riem-se. É um quadro curioso pra nós.⁸⁹

Em suas andanças pelo sertão Freire Alemão foi encontrando e caracterizando “muita gente branca e alva; gente de boa índole, de caráter firme e de espírito bastante inteligente.” Gente simples, gentil, hospitaleira, divertida, ignorante quanto a muita coisa do país, mas curiosa e ávida por conhecimento e crescimento.

⁸⁷ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 150, p.139.

⁸⁸ *Ibid.*, folha 146, p.137.

⁸⁹ ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.213-214.

É notável nesta gente (a observação já feita por estrangeiros) o desenvolvimento da inteligência. As crianças são vivas, prontas em respostas, atiladas, desembaraçadas, perguntadeiras. As mulheres mui tratáveis, prestam-se da melhor vontade, sem constrangimento algum a dar informações, que se lhe pedem, fazendo sempre reflexões, e questões que indicam certa perspicácia. Nos homens se dá também viveza, loquacidade e astúcia. Dizem que para o sertão é isso ainda melhor. O certo é que há grande diferença entre estes e os nossos matutos. Tanto mulheres (e estas mais) como homens são capazes de grande desenvolvimento industrial.⁹⁰

Capanema foi reconhecendo e representando os cearenses como empreendedores, espertos, industriais, cheios de gloriosas tradições, no entanto faltava-lhes instrução, aprendizado, direcionamento. Os perigos, a miséria e os problemas que enfrentavam e venciam mostrava a grandiosidade desse povo.

O povo aqui do Ceará conta muita gente de gloriosas tradições: vê-se às vezes um comboieiro sujeitando-se até a mau trato por um insignificante salário; vê-se um vaqueiro coberto de couro, passando dias inteiros nos espinhos, com a vida dependendo apenas de uma pisada falsa do cavalo, ou de um galho seco; vê-se um jornaleiro com a camisa toda rota sobre uma ceroula cheia de remendos; todos eles pais de numerosas famílias, habitando choupanas que não abrigam contra chuvas nem ventos.⁹¹

Era a nossa falta de instrução geral, fortalecida pelas más administrações da província, que impedia que sobre as ruínas de uma organização social desmoralizada se levantasse outra melhor. “Não existiam elementos que dessem esperança, o cataclismo, porém, estava perfeitamente preparado; bastava que aparecessem poucos homens habilitados para dar-lhe andamento, lento a principio, porém seguro e inevitável.”⁹²

Esse povo habilidoso e valioso, mas tão privado do abastecimento de muitas necessidades encontraram na Comissão um forte suporte para o suprimento de suas carências através dos serviços prestados pelos científicos durante as viagens. Assistência médica foi o principal deles. Capanema diagnosticou que a saúde pública era incipiente na província, a falta de médicos fazia com que as doenças se alastrassem rapidamente e até moléstias simples levava a morte muitos doentes.

Com exceção de Capanema, Gonçalves Dias e Gabaglia os demais integrantes da expedição possuíam formação em Medicina e tal ofício tiveram que colocar muito em prática

⁹⁰ ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.211.

⁹¹ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.226.

⁹² *Ibid.*, p.227. (adaptado)

no Ceará. Em quase todas as localidades por onde passavam eram chamados a visitar e/ou recebiam visitas de doentes. São frequentes os relatos de que tinham a casa cheia de homens e mulheres que se vinham receitar e parentes desses em busca de auxílio médico. Segundo Braga (2004), em grupos os sertanejos acudiam aos locais em que estivessem arranchados, à procura de remédios para as suas mazelas. Eram examinados e medicados com solicitude. Os “doutores”, fossem médicos ou não, os atendiam. Até mesmo os que não eram especialistas em medicina eram chamados a atender os doentes. Gonçalves Dias, por exemplo, quando se encontrava em Baturité, foi chamado a atender uma autoridade do local. De acordo com Capanema:

Descemos à tarde outra vez para a Pacatuba, a fim de seguirmos ainda até a Monguba: o patrão [ele, Capanema] foi atropelado por alguns doentes, que não se importam muito se ele é da seita de Euclides ou de Hipócrates; é doutor da Comissão, e é quanto basta. Doutor de medicina cá pelo nosso Ceará anda um pouco fora dos eixos: os doentes morrem em completo abandono por estes sertões, às vezes de moléstias insignificantes; por isso procuram salvação entre as mãos de todo mundo. Apresentam-se também médicos de toda espécie [curandeiros, beatos, religiosos etc].⁹³

Em outra passagem dos Ziguezagues, ele comentou: “Sr. Diário, não sei se Vm. sabe que há duas profissões que contam tantos mestres quantos há habitantes, são a medicina e a engenharia. Vá por ai gemendo com uma dor de barriga e verá a quantidade de bicho careta que aparecerá a ensinar-lhe remédio sem que Vm. lhe pergunte coisa alguma”. Muitos julgavam entender de curas e doenças e a credulidade e ingenuidade do povo cooperava com essa situação.

Segundo seu Diário, na rotina de Freire Alemão no Ceará era comum e constante os chamados para atender doentes e as visitas de homens e mulheres que vinham se receitar. Atendia gente do povo, como também pessoas da elite; receitava-os, distribuía remédios, aconselhava tratamentos. Em Aracati, por exemplo, consultou o Juiz de Direito – Sr. Caminha - e o aconselhou a ir a Paris para se tratar de um tumor na clavícula, atendeu um rapaz caboclo que havia tido um ataque epilético, saiu em visitas para ver doentes e receitá-los.⁹⁴ Em Icó ajudou o Dr. Theberge a elaborar um diagnóstico, propondo fazer-lhe uma punção e a operar esse doente, que chegou a falecer.⁹⁵ Ao longo da viagem notou que doenças como derramamento cerebral [hoje conhecido como AVC – acidente vascular cerebral], o espasmo, asma, moléstias de olhos - encontrou muita gente cega ou com defeitos nos olhos; percebia

⁹³ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.236.

⁹⁴ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 36 e 45, p.62 e 69.

⁹⁵ *Ibid.*, folha 108, p.113.

muita gente, principalmente as moças, descoradas, pálidas; recebia muitas queixas de dores no estomago e na cabeça. Ele esforçava-se para atender a todos, diagnosticá-los e até distribuía remédios. Seu adjunto e sobrinho, Manoel Freire Alemão – o Freirinho, também era solicitado nessas tarefas. Já comentamos anteriormente (nota 92, página 62), durante sua estadia nas terras cearenses Freirinho prestou serviços médicos em várias localidades - antes mesmo de adentrar pelo interior cearense visitou o povoado de Acarape, a pedido do presidente da província, que enfrentava uma epidemia de bexiga. Segundo Capanema, o Dr. Freirinho depois de colher ervas, analisar e classificar a colheita do dia, atendia “uma porção de doentes que o mandam chamar. Nesse sentido, os médicos da Comissão têm prestado bons serviços na Província, curando gratuitamente e com todo desvelo, sem distinção de classe, a todos aqueles que reclamaram seus socorros, os quais às vezes se estendiam a remédios e dieta.”⁹⁶

Os científicos recebiam sempre muitas visitas nas casas onde se hospedavam, não só de doentes, como também de curiosos, vaqueiros, autoridades, comerciantes, mulheres que vinham oferecer produtos como galinhas, ovos, doces, rendas e porcelanas e escravos, principalmente escravas, que vinham pedir alforria. As casas em que se hospedavam geralmente eram alugadas para a estadia da Comissão, mas em lugares onde permaneciam apenas alguns dias ou simplesmente pernoitavam ficavam arranchados nas casas dos sertanejos, por quem sempre eram bem recebidos.

Em carta à irmã Policena Freire⁹⁷, em 20 de novembro de 1859, Freire Alemão dá testemunho do bom tratamento que recebia das pessoas do sertão: “Mas à beira das estradas, se acha, sem falar nas vilas e povoados, a várias distâncias, algum pobre sítio de vaqueiro, ou de fazendeiro, onde nunca se nega água, rede e ao menos uma latada para descanso. Seus habitantes são tratáveis, curiosos, inteligentes e faladores – as mulheres ainda mais.”⁹⁸ No entanto, nunca deixavam de oferecer algum agrado em dinheiro aos que os hospedavam e percebiam que os sertanejos os exploravam o quanto podiam, vendendo e servindo-os por alto custo. O presidente da Comissão reclama muito desses aborrecimentos. Eram chamados a suprir todas as necessidades pessoais e imediatas da população.

Uma das coisas que mais aqui nos atormenta é a quantidade de pobres, de órfãos, de aleijados de cegos, de presos da cadeia, que nos vem pedir esmolas, de joelho e chorando. É uma miséria terrível e nós não podemos

⁹⁶ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.257.

⁹⁷ Segundo Morais (2005, p.152), o tom da escrita das cartas enviadas à família era semelhante ao do Diário. É provável que a sua irmã Policena o tenha lido também quando de seu retorno ao Rio de Janeiro.

⁹⁸ ALEMÃO. Francisco Freire. *Carta à irmã Policena Freire* – Icó, 20/11/1859. In: DAMASCENO e CUNHA, 1961, p.153.

satisfazer a todos, e nos achamos em grande embaraço: mas supõem que seremos muito ricos e que podemos fartar a todos. O que fazer? Como resistir a tanta desgraça? Uma maneira que eles têm de levar-nos dinheiro é singular, trazem-nos uns presentes (são ovos, mangas, animais, galinhas, etc) e é claro que a esmola deve ser superior ao valor do presente. O que fazemos, é dar-lhes alguns cobres, e restituir-lhes o presente, com um presente que lhes fazemos. Não é um modo engenhoso de obter dinheiro? As vezes nos vemos tão aborrecidos, que tomamos o presente, e o restituímos no mesmo momento sem lhes dar nada, com o que não vão contentes.⁹⁹

Por isto de vê como passa aqui a pobreza: andam pelas ruas muitos pobres, cegos, aleijados a pedir e nós temos sempre a casa cheia destes miseráveis, principalmente no sábado. Além disso, somos perseguidos para subscrição, para casamentos, para alforrias e mil outras coisas.¹⁰⁰

Quanto aos pedidos de alforria, Freire Alemão registra um caso particular no seu Diário. Trata-se da alforria de uma criança de sete anos, por nome Martinha, que ele e Lagos decidem alforriar. Era filha da escrava que lhes trazia o jantar. Após alguns embaraços e até desentendimentos dele com Lagos a escravinha foi liberta por quatrocentos mil-réis.

A preta que nos traz o jantar (que é feito em casa de uma família) tem uma filhinha, parda, por nome Martinha, e que nós lembramos aqui de a forrar por subscrição, e hoje apresentou a filha com licença do senhor para se forrar pelo preço de 600\$000 [seiscentos mil-réis]. Contávamos com 400\$000 porque assim nos tinha dito a mãe; mas aproveitou a oferta que fizemos e levantara o preço. Combinamos em propor alforria da criança por 400\$000 entre nós somente se o senhor nos consentir. A criança aqui fica conosco até de tarde.¹⁰¹

Ao que nos parece, o fato da criança passar o dia com eles foi o que os motivou a alforriá-la. Depois de algumas negociações, no dia 16 de abril de 1860 foi passada a carta de liberdade de Martinha.

Quando estava em Fortaleza, Freire Alemão foi testemunha da crueldade com que as senhoras castigavam suas escravas e esse tratamento muito o assombrou. Em Aracati percebeu que aí também o trato das senhoras com as escravas era recheado de crueldades e conta-nos com detalhes um caso no qual Lagos e ele se envolveram por causa dos maus tratos que a filha do boticário Teixeira dava a suas escravas e aproveita para reportar-se a episódios testemunhados em Fortaleza, quando foi espectador dos castigos físicos que sofriam as escravas de sua vizinha. A citação é longa, mas serve-nos de ilustração e reflexão para um

⁹⁹ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 184, p.162.

¹⁰⁰ *Ibid.*, folha 102, p.110.

¹⁰¹ *Id.*, folha 113-114, p.117.

importante aspecto da vida social no Ceará relacionado às relações de trabalho escravo na Província.

Logo de manhã se nos apresenta aqui uma parda cativa de outra filha do boticário e casada, e mora aqui perto de nós: esta mulher é uma fera; surra por prazer, martiriza as escravas, parece que já matou uma com martírios, (a irmã falecida). A mãe da mocinha de quem a pouco falamos era outra fera, essa queimava as escravas metendo-lhes tições acesos pelo rosto e pelo corpo; isto tem já provado cenas desagradáveis, mas não há emenda. Já na Capital havia outra destas feras que martirizou uma negrinha, no quintal, para o qual botava o fundo da casa em que morávamos, parecia que metia na boca da rapariga uma mordação, e dava-lhe pancadas todos os dias à hora certa; era uma festa em casa, vindo os filhos pequenos, meninos e meninas rodearem a padecente, darem-lhe também pancadas. Esta cena durava tempo, as pancadas eram compassadas e intermediadas de ralhos da fera, e de risadas das crianças. Isto me incomodou sobremaneira, porque do meu quarto se ouvia as pancadas, gritos e risadas, e os gemidos da paciente: muitas vezes descia para sala, outras tinha vontade de avisar a polícia, mas não o fazia por não ter a certeza de que haveria castigo (alguma coisa haveria depois)

Mas vamos ao caso de hoje. Logo muito cedo o Lagos, que mora no sótão, ouviu pancadas e gritos (isto é todos os dias e em várias horas), abriu a janela e gritou: “Basta!” A fera furiosa olhou para ele e diz: “Quem diabo fala aí?”. “Diabo é ela”, respondeu o Lagos; “mulher bárbara”. “Mas que se importa você!?”. “Importo-me muito, isso é uma desumanidade; se fosse na minha terra você estava na cadeia”. “Não estou paritica [sic]”, disse ela e retirou-se. A escrava ouvindo isto saiu pelo quintal e veio lançar-se a nossos pés para que a comprássemos, pois sua senhora a matava de pancadas. Era uma pobre parda, tinha o corpo cheio de feridas e contusões, a cabeça com brecha, e sinais antigos, vestida com roupa suja, era uma miséria! O Lagos quis primeiro mandá-la apresentar ao Juiz Municipal; mas resolveu melhor em ir ao Teixeira, pai dessa mulher expor-lhe o caso. O Teixeira lá foi a casa, ralhou com a filha e prometendo por cabo naquilo, visto que o marido o não fazia; Parece que ele lhe vai também ao velho.¹⁰²

Faz parte da tradição cultural e histórica cearense a noção de que “no Ceará não tem negro”. Ideia essa postulada porque a escravidão não teve tanta expressão no Ceará com em outras regiões do Brasil, associando diretamente o negro a escravidão. Aceitando essa concepção estaremos negando todo um processo histórico do trabalho escravo no Ceará, como também agindo com perversidade e preconceito. Tivemos sim a presença da escravidão no Ceará, com suas particularidades, afinal a ocupação das terras cearenses foi diferente do processo ocorrido nas outras áreas do Nordeste e do restante do país. De acordo com Funes (2000),

¹⁰² ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 48-49, p.72.

foi um processo lento, com suas fronteiras sendo rompidas pelo gado que possibilitou uma configuração social diferenciada das sociedades do engenho, exigindo pouca mão de obra contando desde o início com a força de trabalho do nativo e um estilo de vida que não foge ao padrão encontrado para outras regiões tidas como economicamente periféricas. Isso de certa forma, refletia o poder aquisitivo dos proprietários cujo *modus vivendi*, em sua maioria, estava dentro de um padrão de riqueza bastante relativo, marcado pela simplicidade, beirando a rusticidade, o que acabava refletindo no dia-a-dia do escravo. Todavia, a introdução da mão de obra africana não deixou de ocorrer, tornando-se mais acentuada a partir das últimas décadas do século XVIII, quando a lavoura algodoeira, ao lado da pecuária, constituiu-se num dos principais atrativos para a população advinda de outras áreas nordestinas e da metrópole portuguesa.¹⁰³

A mão de obra escrava estava presente em todo o campo de trabalho no Ceará, seja no espaço rural ou no urbano. Segundo Ferreira Sobrinho (2011), no sertão cearense os escravos atuavam em várias atividades produtivas, principalmente na agricultura, na pecuária e nos serviços domésticos e estavam presentes nos mais variados espaços de sociabilidade e solidariedade da província. Excetuando-se os casos de pedidos de alforria e os casos em que testemunharam e tiveram notícias de castigos usados contra os escravos, especialmente contra as escravas e aplicados por mulheres, os integrantes da Comissão Científica puderam participar de festas onde a presença dos negros cativos e livres era comum. Freire Alemão registra em tom de estranhamento o episódio em que foi convidado a uma festa de negros. Julgando que iria a alguma senzala ou palhoça, ou seja, um espaço distanciado do lugar de habitação e experiências sociais da gente branca, surpreendeu-se ao chegar ao local do samba e encontrar as principais pessoas do lugar dividindo o mesmo espaço com seus escravos, participando e se alegrando com a festa deles. Essa proximidade dos donos com seus cativos não era comum na sociedade da qual Freire Alemão era proveniente, portanto para ele esse costume não era trivial nem muito agradável e isso se dava por causa das peculiaridades que o trabalho escravo encontrou no Ceará. Vejamos seu relato:

O Justa me convidou para ir assistir a um samba de negros na casa do senhor Crisanto, cunhado do senhor Antero. Prontamente acedi, cuidando ir assistir a uma dança de negros em alguma palhoça ou senzala; mas fui surpreendido quando chegando a casa do Crisanto, logo fora achar muita gente da principal de Pacatuba, sentados em cadeiras fora da porta como aqui se costuma. Entre outros eram o Subdelegado de polícia Dr. Vitoriano, o Antero, Juvenal [Galeno], dois deputados provinciais filhos do Barão de Icó, que acabavam de chegar do sertão naquele momento, e muito mais outros senhores, e a sala dentro estava cheia de senhoras; eram as famílias do

¹⁰³ FUNES, Eurípedes Antônio. **Negros no Ceará**. In: SOUSA, Simone. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.106.

Senhor J. da Costa, a saber, D. Maria C. Teófilo, D. Joana, sua filha, e o Senhor Juvenal; era a família do Dr. Vitoriano, era a família do Antero, do Crisanto, e outros mais parentes. Depois de conversarmos um pouco fora, entramos para a sala, e pouco depois nos conduziram ao quintal passando pela casa de jantar, onde estava a mesa coberta de pratos, de papas (canjicas), de arroz de leite, aletria, vários bolos, e muitos outros doces secos e de calda, vinhos, cerveja, etc.

No quintal achamos uma grande roda de negros e negras, calculo em mais de 100, escravos dessas famílias, e das mais de Pacatuba. Os instrumentos eram tambores, e caquinhos com que atormentavam os ouvidos, e ainda mais com cantos, algazarras e vivas. As senhoras chegavam muitas vezes para a roda, assim como os homens e assistiam com prazer as danças lúbricas das pretas, e os saltos grotescos dos negros, que também fizeram jogo de pau, etc. saindo dessa roda, vinham para a sala a tirar sortes, ou para a casa de jantar a comer e beber. D. Maria Teófilo era incessante, e tomou grande interesse fazendo dançar os seus pretos, e designando-os pelos nomes, e esteve por muito tempo com uma vela na mão para alumiar melhor a cena. O Antero também tomava grande interesse na coisa. Aí estivemos, mais por comprazer a D. Maria, até mais de meia-noite, e nos retiramos.¹⁰⁴

Para Ferreira Sobrinho (2011), a conquista dos espaços da festa, do batuque e do samba não representava apenas uma atitude transgressora da ordem estabelecida, como poderia elucidar Freire Alemão. Esses espaços frequentados pelos negros “tornavam-se lugares de sociabilidade e autonomia, onde se estabelecia o contato tão negado e proibido pelos códigos de postura que continham artigos que instituíam o controle e a disciplina dos negros, em especial dos cativos, impedindo-os de se organizarem em grupos.”¹⁰⁵ Essa festa ou samba presenciado pelo botânico funcionavam também como lugar de resistência do negro, que ao contar com a presença e simpatia do seu senhor podiam festejar em grupo e de acordo com suas culturas sem infringir as leis.

A esfera do trabalho, principalmente o livre, afinal em meados do XIX o trabalho escravo começava a sofrer duros golpes quanto a continuidade de sua existência no país, interessava muito os científicos; fazia parte dos objetivos da Comissão verificar onde estavam os braços perdidos, improdutivos da nação e investigar os motivos da falta de produtividade, estimulando-os para o trabalho, para a produção ativa, favorecendo assim o crescimento material do Ceará e do Brasil como um todo. Capanema divulgou que a vadiagem, a desocupação, a permanência em estado pouco proveitoso devia-se principalmente à falta de instrução e incentivo governamental. Freire Alemão registra que ouvia queixas contra a indolência e vadiação, “custa[va]-lhes muito a chegarem e não tem persistência no

¹⁰⁴ ALEMÃO, Notas sobre Fortaleza e Pacatuba, 1961, p.229.

¹⁰⁵ SOBRINHO, José Hilário Ferreira. *Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê*: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011, p.86.

trabalho”¹⁰⁶ - isso principalmente nos homens, que eram mais descansados que as mulheres, muito mais afeitas ao trabalho e ao desenvolvimento industrial. Faltava ao povo conhecimentos práticos e científicos, incentivo ao gênio empreendedor para que pudessem fazer mais. Sagacidade, inteligência, atributos físicos positivos, vontade e empreendedorismo faziam parte da índole da gente do Ceará, e se “para esta gente [os cearenses] o Brasil é o Ceará; tudo o mais é estrangeiro”¹⁰⁷, essas características faziam parte da gente brasileira.

3.3. Usos e costumes da gente do Ceará

Freire Alemão e Capanema identificaram que esse Ceará que se auto identificava tão grandioso realmente muito tinha a contribuir para a Nação e enfatizaram que uma medida necessária para fortalecer as riquezas que essa região tinha a oferecer era preparar, treinar, educar o elemento humano, fornecer-lhe meios para reconhecerem o potencial da província e dele tirarem o máximo proveito. Civilizá-los e conduzi-los a percepção de um sentimento de pertença a um grupo, uma comunidade homogênea e socialmente definida, no caso a Nação brasileira. Criar uma identidade significava (e significa) criar referenciais de apropriação e pertencimento a um determinado grupo social, representando para si e para o outro seu território¹⁰⁸, sua história, seu meio, seus usos e práticas, proporcionando sentidos e significações coletivas. Segundo Nicolazzi (2004),

as identidades [especialmente as] nacionais se constituem como inventário e invenção de um patrimônio coletivo, elaborando referenciais históricos em um processo pedagógico de educação cívica. Neste processo, estão relacionados a escolha de ancestrais, a instituição das línguas nacionais, a escrita de um “romance de formação da nação”, bem como a exaltação da natureza nacional, quer seja a paisagem física, quer seja o povo como paisagem. O que se sobressai é que a constituição das nações segue de par em par com a produção de um conhecimento próprio sobre ela, conhecimento de seu passado, da sua geografia, da sua linguagem e do povo que dela faz parte.¹⁰⁹

Enquanto caminhavam em direção ao cumprimento dos objetivos delineados em suas instruções de viagem, os nossos científicos colaboravam com a formação dessa

¹⁰⁶ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 25, p.55.

¹⁰⁷ *Ibid.*, folha 175-176, p.156.

¹⁰⁸ Usamos aqui a palavra território no sentido de espaço ocupado por uma pessoa ou grupo, no qual se vive e experimenta sua existência concreta e cotidiana. De acordo com Milton Santos, os grupos configuram sua existência através da ocupação de um lugar, de um campo espacial próprio, de um território onde se marcam as regras, as normas de comportamento, o vestuário, a linguagem e os ritos que atuam como delimitadores de acesso ao grupo. In: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

¹⁰⁹ NICOLAZZI, 2004, p.69.

Identidade brasileira projetada nas esferas de organização do saber histórico e científico do país (IHGB, SAIN, Museu Nacional, Biblioteca Nacional entre outros) e nas esferas de organização do governo Imperial, elaborando reflexões sobre a cultura da província cearense, e como as manifestações artísticas, religiosas, sociais, alimentícias e intelectuais desse povo poderiam fazer parte do projeto nacional civilizador, quebrando as barreiras do desconhecimento e estranhamento, da segregação e divergências existentes entre o centro político e cultural do país e suas regiões periféricas.

As marcas características do Ceará aparecem na escrita de Capanema e Freire Alemão através de relatos que dão conta da linguagem, das festas e saraus, da alimentação, da religiosidade, do vestuário, do uso de conversar nas calçadas, dos costumes na hora do banho, na hora de deitar, no momento da lida com os animais e as plantações. Registrar e, principalmente, conviver com esses hábitos possibilitou ricas e agradáveis experiências para o botânico e o geólogo, mas também gerou desentendimentos, aborrecimentos e repulsas.

Ainda no início da viagem, em suas primeiras anotações Freire Alemão inicia suas ponderações sobre a linguagem, o jeito de falar e pronunciar as palavras do cearense. Ao longo de seus apontamentos ele toma nota de palavras e expressões próprias da gente do Ceará, destacando sua originalidade, algumas vezes em tom de descontração, explicando a significação que tinham e como eram aplicadas na fala, assim como as sensações que os sons da fala lhes causavam. Sendo a oralidade a principal fonte de informações que ele possuía, estabelecer uma boa comunicação, compreender o sentido exato dos vocábulos era essencial. Além disso, conhecer o vocabulário cearense significava se apropriar de um elemento primordial para a formação da identidade nacional, afinal, como nos lembra Nicolazzi (2004), a instituição da língua vernácula era um componente fundamental para a consolidação da Nação, pois, buscar as originalidades do idioma nacional era uma maneira de mostrar a cultura singular que aqui existia e a apropriação dessa cultura uma forma de identificação e descoberta do povo brasileiro.

Para Freire Alemão, era “um gosto ver esta gente falar, explica[va]m-se muito bem, com termos muito apropriados e pitorescos.”¹¹⁰ O pitoresco, nesse contexto, assume a significação daquilo que não era cientificamente descrito, que demandava conhecimentos menos restritos, que chamava a atenção pela originalidade, por ser particular, pela graciosidade. O pitoresco que enaltecia, que afirmava o elevado valor dos costumes e

¹¹⁰ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 155, p.142.

tradições, que demonstrava os elementos característicos e típicos da sociedade cearense e do país.

Esse enaltecimento perpassava a escrita de Freire Alemão através de elogios as palavras e a moderação em seus usos. O modo comedido e a ausência de palavras grosseiras povoam suas narrativas. Em várias passagens do Diário observamos Freire Alemão destacando esse aspecto da comunicação oral dos cearenses:

É notável no Ceará como o povo é comedido e casto em sua linguagem. Aqui não se ouvem como no Rio a cada passo palavras grosseiras e desonestas; ainda quando brigam, empregam muito as palavras “safado”, “danado”, “desgraçado”, poucas vezes se ouve dizer “diabo” aos meninos, os moleques se descompõem e dizem raramente f. da p. [...] ¹¹¹

...

É coisa notável no Ceará, mesmo entre a gente do povo nunca se ouvem palavreados e ditos indecentes; safado, desgraçado, miserável, eis aqui as maiores injúrias, que se dizem mutuamente quando brigam. ¹¹²

Ao ter o cuidado de apontar desde a pronúncia das palavras e expressões até as suas significações, Freire Alemão expõe sua interpretação, sempre denotando uma visão analítica e estranhamentos, assim como o interesse em familiarizar-se com a fala local. O vocabulário popular ocupa um amplo espaço no Diário, em diversas páginas encontramos listas de palavras e seus significados logo ao lado, às vezes com aplicação em uma frase, uma espécie de dicionário ¹¹³ do cearensês - algo que hoje é bastante divulgado e se tornou um tipo

¹¹¹ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 348, p.280-281.

¹¹² *Ibid.*, folha 333, p.532.

¹¹³ Eis mais alguns exemplos de vocábulos que Freire Alemão anota a significação ao longo do Diário: Pabulagem: gavolice, fanfarronada.

Ter vexame, estar vexado: é ter qualquer desgosto, ou dor, ou incômodo físico ou moral.

Aboiar: as vacas paridas se recolhem de tarde e os vaqueiros tem um modo de as chamar, com um canto, ou grito alto, que se ouve a ¼ de légua, a que elas acodem e chamam a isto de aboiar.

Ser sujeita: É ser cativa. É forra ou cativa? Perguntei a uma escrava. Sou sujeita, me respondeu ela. E seu marido? Também é sujeito.

Enfadado, por cansado: cheguei da cidade muito enfadado.

“Besteza, que besteja?” dizia ontem à noite uma espevitada como dizendo “que asneira?”

“Pereba: feridinha, tenho aqui uma pereba” dizia-me inda agora um sujeito que veio receber-se. (folha 358, p.287)

Maloca de mato cercado de vargem se chama capão.

Capadoça: novilhote capado de pouco

Torar: torar as cartas

Pouco bom (inverno, saúde etc.).

Desmastício: transtorno de negócio, de saúde etc.

Arranco, arrancou etc.: dispersão repentina do lote, ou magote de gado.

Espirrar: arrancar em só lote.

A miti, na midi: (ao meio-dia) cinctanos, quatrano, quatronos etc.

Vargem: planície de massapé.

Tabuleiro: terreno arisco.

de mercadoria cultural que reforça a imagem descontraída e humorística atribuída ao Ceará. Se no século XIX Alemão fez isso a partir de motivações científicas e políticas alicerçadas no anseio de forjar uma imagem majestosa para o Brasil, fundamentada em suas origens e originalidades, atualmente se faz para fortalecer uma imagem do Ceará “moleque”, alegre, descontraído, a terra do humor. Uma das expressões constantemente frisada pelo botânico faz parte dessa imagem descontraída, desembaraçada dos cearenses: o uso da palavra corno.

O que é curioso é que usam da palavra corno muito sem cerimônia: não é raro ouvir chamar o outro corno. Ainda antes de ontem D. Francisca Bezerra, estando com sua filhinha recém-nascida no colo, e eu presente, disse para a menina rindo-se: “Esta corninha!”¹¹⁴

...

Ontem ainda tivemos ocasião de observar, como [se] emprega aqui as palavras corno, corna, corninho, corninha nos próprios filhos. O Sr. Raimundo (homem branco distinto do lugar), brincando com uma filhinha de ano, dizia muitas vezes: “Esta corna, esta corninha”. Em outras ocasiões tenho ouvido senhoras brancas chamarem as filhas cunhã. “Vai ver aquela cunhã”, ou “aquela cunhãzinha que está chorando”. Aos descendentes dos índios chamam cabras (os cabras, a cabralhada, a cabraria, cabroeira, cabreirada etc.), ao homem branco que se porta mal chamam cabra, ao inimigo, ao desafeto igualmente, cabra safado, denominação de desprezo.¹¹⁵

Corno, cabra safado, cunhã, égua (“em conversa soube que a palavra égua aqui se usa como injúria, e a respeito de mulheres devassas, e é talvez por isso é que chamam as éguas bestas.”¹¹⁶), vedoia (“esperto, velhaco”), velho (“cabra velho, negro velho, caboclo velho, cavalo velho, modo de descompostura; cabra velho, chamam as crianças e outros que querem injuriar, ou descompor.”¹¹⁷) eram expressões que dependendo do contexto em que eram usadas até assumiam um sentido negativo, desprezível, mas eram naturalmente utilizadas, fazendo referência a crianças, moças, velhos e adultos; e exemplificam a singeleza e informalidade existentes nas relações interpessoais dos cearenses. Quando destaca a pronúncia das palavras tece elogios e frisa as particularidades e sensações que a fala provoca, no entanto faz questão de identificar que é uma característica do outro, daquele que está sendo analisado, o estranho, diferente, pitoresco.

Catinga: mato virgem. (folha 313, p.252-253)

¹¹⁴ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 348, p.280-281.

¹¹⁵ *Ibid.*, folha 222-223, p.454-455.

¹¹⁶ *Id.*, folha 284, p.496.

¹¹⁷ *Id.*, folha 220, p.453.

Mãe-da-chuva, chamam os nimbos. Hoje (11 de abril em Pacatuba) andando herborizando acompanhado por um pequeno, que terá seis anos, cabrinha, lindo rapaz inteligente, olhando *ele* para um lado donde vinham nuvens escuras, que ameaçavam chuva, me apontou dizendo: olhe a mãe-da-chuva, aí vem chuva.

Falando *ele* em jenipapeiro perguntei-lhe se comia, respondeu por esta exclamação – então! - mui comum entre *eles* e que pronunciam com a primeira sílaba rápida e a segunda demorada e com acento particular. Quando respondem pela negativa dizem - não - com rapidez e certo arranco particular. O sim tem também um acento particular.

Todas as palavras são pronunciadas com um sotaque ou acento particular, que é agradável nas crianças e senhoras, abrindo e demorando certas sílabas, por exemplo: Canaana, Caarnara, assobio, passaarinho, Maaria, mulaatinha.¹¹⁸

Para criar seus Ziguezagues, fazendo-se passar por um nativo do Ceará – Manoel Francisco de Carvalho, servente da Seção Geológica, (“cearense dos quatro costados, vaqueano dos sertões e dos tabuleiros com seus gados, e das serras como seus cafezais”¹¹⁹) Capanema teve que estar bem familiarizado com as expressões típicas da terra. Para narrar os acontecimentos de sua Seção como se fosse do Ceará o geólogo usou uma linguagem aproximada do jeito de falar do cearense à época, mesmo assim usou o mesmo recurso que Freire Alemão, definindo os vocábulos e expressões, marcando as palavras e usando notas de rodapé para explicá-las:

Não sei como isso se traduz em língua de gente, quem conhecer essas bichas* diga o que são.

*Bicho no Ceará é sinônimo de objeto ou coisa.

....

[...] com o sol de primeira mão, apanhou chuva, e teve de aproveitá-la todinha*

*Expressão muito usada no Ceará.

...

Na Pacatuba a maior parte dos sítios de café pertence a pessoas abastadas, e algumas dentre elas tiram dos seus trabalhadores duplo proveito, para se compensarem em parte dos canudos* que levam.

*Logros [enganos, fraudes]

...

2\$000 e um rio de lágrimas por um cachorro! Que não o era por certo, foi a maldição do inferno, foi o próprio cão* que caiu sobre o mísero!

* O povo do Ceará não fala em sataná nem no diabo; o nome que lhe dá é o cão; o quadrúpede chama-se invariavelmente cachorro ou cadela.

...

¹¹⁸ ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.202. (grifos nossos)

¹¹⁹ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.153.

na manhã seguinte partimos de volta para a capital, meus amos iam bem doentes e o Dr. Coutinho sobretudo ardia em um febrão.*

*O povo do Ceará, para indicar grande quantidade ou intensidade, usa desses aumentativos. Como, por exemplo, solão (sol forte), calorão, agião etc.¹²⁰

A conversa com a gente do Ceará era muito apreciada pelos científicos. Reunir-se com os sertanejos, os fazendeiros, as autoridades dos lugares por onde passavam era um hábito constante no final das tardes, no intervalo entre o jantar e a ceia. De acordo com Freire Alemão uma roda de conversa (“sentarem-se em cadeiras formando um círculo fora da porta. Falavam muito e muito depressa, interrompida a conversa com risadas.”¹²¹) era um costume muito arraigado, assim como tomar banho de mar a noite e cear com os conhecidos:

Na cidade é costume de se sentarem os homens, de tarde e até alta noite junto a porta nos largos e excelentes passeios das ruas; as senhoras se ajuntam em famílias. Conversa-se, toca-se, canta-se e toma-se chá. Há um costume, a que nunca assisti de se passear na praia e de tomar-se banho no mar de noite e mesmo de se ir cear peixe numa casa conhecida nas belas noites.¹²²

Freire Alemão passeou por algumas rodas de conversa e era nesses espaços que reunia muitas informações para suas reflexões e pesquisas. Ouvia histórias antigas, conversava sobre os problemas e potencialidades dos lugares, conhecia a dinâmica da população, algumas vezes invadindo a intimidade das pessoas e famílias e sendo invadido por elas, afinal nesses momentos ele também se dava a conhecer, mesmo que de forma comedida e discreta, era objeto de análise e curiosidade do povo. Ali ele estava como pesquisador, como investigador das coisas do Ceará, natureza, história, política e costumes eram interpretados a partir das falas. As percepções do povo não foram desprezadas. Capanema aproveitava esses momentos para saber notícias de possíveis minas e jazidas no Ceará e para conhecer as tradições dos lugares. Em algumas rodas Capanema e Alemão estiveram juntos, como quando estavam no Crato (roda do Sucupira). Aliadas as conversas estavam as visitas às casas das autoridades, dos principais do lugar e aos prédios públicos – câmaras municipais, escolas, delegacias e igrejas. O dinamismo, a experiência do deslocamento, a interação de seus integrantes com as pessoas eram essenciais para o sucesso da Comissão e o alcance de suas metas.

Ao longo das suas anotações diárias, Freire Alemão nomeava as rodas de conversa que participava. Em Aracati costumava frequentar a roda da Botica (“Fui para a

¹²⁰ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.161, 199, 219, 222 e 250 (respectivamente)

¹²¹ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 103, p.110.

¹²² ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.213.

botica, onde logo se reuniu a roda acostumada e aí conversamos sobre coisas do país e outros assuntos”¹²³), no Crato circulou entre as rodas do Sucupira (Ao anoitecer, vesti-me e sai, estive na roda do Sucupira até as 8h da noite”¹²⁴) do promotor (“De tardinha sai, estive um pouco na roda do promotor, onde estava tanto o Juiz de Direito e a senhora do promotor. Daí fui para a roda do Sucupira.”¹²⁵, do Dr. Sette e do Jucá (“De tardinha sai e estive um pouco na roda do Dr. Sette, daí fui para a casa do Sucupira [...]. Segui para a casa do Jucá, em cuja roda estava ele, Pe. Marrocos e mais sujeitos. [...] Na volta passei pela botica do Garrido, entrei e conversei um pouco, daí voltei para casa.”¹²⁶); em Lavras fez parte da roda do Brasil (“Saindo para a roda do Brasil”¹²⁷); na região da Serra Grande participou das conversas na casa do subdelegado (“Ao anoitecer sai, fui sentar-me na roda do subdelegado, onde estava mais 4 ou 5 sujeitos.”¹²⁸). Capanema não anota com tanto cuidado como Alemão as rodas de conversa das quais participou, mas suas conversas com o Dr. Garapa renderam-lhe dois longos artigos (XXX e XXXII) nos *Ziguezagues*. Segundo Porto Alegre (2006), Zé Garapa era o pseudônimo do capitão José Maximiano Barroso, na época deputado provincial. Esse pseudônimo era por ele utilizado quando escrevia seus “imediatoriais” de combate político nas gazetas locais. Foi avô de Gustavo Barroso. De acordo com Capanema,

O Sr. Barroso era vulgarmente conhecido pelo apelido de Garapa, dizem que é proveniente de ser ele apaixonado desse líquido, antes de fermentado e destilado, já se vê. Eu, pela minha parte, julgo que o alcunharam assim por causa da fluidez de seus discursos, quando começa a desenrolar a crônica pública, privada e privatíssima da sociedade e de cada um dos seus componentes. Dotado dessa propriedade, o Sr. Barroso é uma das notabilidades da terra, de quando em quando deputado à salinha administrativa, e um dos familiares do palácio presidencial.¹²⁹

Na opinião de Capanema o Dr. Garapa era um excelente fofoqueiro, sabia informá-lo sobre tudo, especialmente sobre a vida privada da sociedade cearense, conhecia bem seus meandros e divulgava-os sem reservas, de modo irônico e engraçado. Era uma espécie de

crônica viva do Ceará inteiro, é admirável na maneira por que sabe com tanta minuciosidade a vida particular e publica de muita gente! Narra com

¹²³ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 45, p.69.

¹²⁴ *Ibid.*, folha 209, p.176.

¹²⁵ *Id.*, folha 232, p.189.

¹²⁶ *Id.*, folha 275, p.216.

¹²⁷ *Id.*, folha 299, p.238.

¹²⁸ *Id.*, folha 83, p.357.

¹²⁹ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.306.

graça os fatos que enumera, e quando por necessidade tem de vir à baila algum parente do historiador, ele salva invariavelmente a sua consciência com a formula de: “Por sinal é meu parente, Deus lhe perdoe.”¹³⁰

...

O Sr. Garapa [...] tem boas qualidades; quando mais não fosse, diverte a gente a custa dos outros, pagodista em regra, obsequiador, e sobretudo como homem político caranguejo; de parte a parte, tem sido fiel aliado! E isso é qualidade.”¹³¹

Nossa linguagem, nossas conversas, as informações que podíamos dar através da palavra falada foram bem aproveitadas pelos membros da Comissão. Muito do Ceará se deu a conhecer através da fala, do testemunho de sua gente. Freire Alemão e Capanema enriqueceram seus vocabulários e suas experiências ao dar ouvidos ao que os cearenses tinham a dizer.

Com a boca falamos e comemos. Freire Alemão e Capanema serviram-se muito bem das duas funções dessa cavidade da face humana. Fazia parte dos momentos de conversa saborear alguns quitutes, assim como era comum receberem muitos doces, coalhadas, biscoitos, bebidas, frutas, papas de milho, tapiocas, vinhos, licores e muitas outras comidas como presentes.¹³² Os dois serviram-se muito bem da culinária cearense. A alimentação da gente do Ceará também fez parte das preocupações de análise e registro de Alemão. Já em suas anotações nos primeiros meses na Província ele apresenta um quadro geral da alimentação no Ceará e esse assunto aparece de modo frequente no Diário. Informações sobre o que o povo comia, o preço dos gêneros alimentícios e técnicas usadas para fazer algumas receitas fazem parte dessas anotações. Ao sintetizar os hábitos alimentares cearenses apresenta a seguinte apreciação:

Nas casas particulares, e de pessoas que estão na primeira plana, temos observado grande profusão, como é costume nosso; mas muitas carnes, alguns pastéis, ou massas, **muito pouca ou nenhuma verdura**. [...] Galinhas de carne dura, e patos usam aqui muito, o porco e carneiro, pouco. A sopa é sempre desenxabida, pela ausência de temperos, de que são muito escassos. [...] Vem sempre a **farofa** que é farinha molhada apenas com um bocadinho de sal, com que se come quase tudo, ou também com arroz. As carnes assadas são as mais usadas. [...] **Usam muito do leite** e a toda a hora em coalhadas, em requeijões, e em garapas. Os queijos os fazem em abundância.

¹³⁰ CAPANEMA, Ziguezagues, 2006, p.322.

¹³¹ Ibid., p.308.

¹³² “[...] São muito obsequiadores e presenteiros; nós temos constantemente provas disso, as senhoras particularmente nos confundem com presentes. Instam conosco para vermos seus sítios, e estarmos aí o tempo que nos parecer. É sem dúvida gente muito amável.” ALEMÃO, **Notas sobre Fortaleza e Pacatuba**, 1961, p.213.

[...] **Abundam as frutas na mesa**, são laranjas mui grandes, e assaz boas; bananas de várias qualidades e boas; atas, abacaxis, jacas, e outras menos usuais.

Gostam muito de limonadas, a que chamam **garapas** e as fazem de várias frutas: de maracujás, de cajás, de cajus, de jenipapo, de cacau, etc. Muitas vezes com leite, como é a do jenipapo. **Usam muita água de coco**. [...] Usam também muito da garapa de **caldo de cana**, um pouco picado. [...] Para o café e chá, além do pão, bolachas, etc., usam de vários biscoitos, de trigo, de araruta, e de **tapioca** (a que chamam goma), usam de **beijus** de massas e de tapioca, de **cuscuz**...

O sustento geral do povo é **carne e farinha, rapadura**, outra qualquer coisa é por brinquedo (diz o senhor Juvenal). Hoje, porém, que a carne vai encarecendo muitos usam do bacalhau. O povo, o trabalhador, o pobre contentam-se com **carne de vento**¹³³ ou bacalhau e farofa, ou arroz, ou **angu de milho**; e felizes quando isso acham. [...] Os pobres sofrem fome, e misérias, às vezes dão graças a Deus se tem um pouco de farinha de mandioca pura. Aos trabalhadores se dá por alimento carne assada ou bacalhau, duas vezes ao dia, com farofa, ou com angu de milho, ou arroz. A ceia é **mungunzá**, ou milho cozido, ou cará, batata, etc. A **macaxeira**, ou **aipim** é também estimada, mas plantam pouco porque é muito roubadas. Há atualmente grande carestia de tudo; e admira como vive esta gente pobre.¹³⁴

Um costume relacionado aos momentos de refeição que incomodava Freire Alemão era o de os criados comerem na mesma mesa que os patrões. Acostumado a vivenciar em um meio onde a segregação entre empregados e empregadores era bem arraigada, onde o convívio com escravos não era tão próximo da vida privada de seus donos, onde, majoritariamente, essas relações eram mais frias e distantes, o presidente da Comissão aponta seu embaraço: “outro costume aqui temos achado, e com o qual não me posso acomodar: acabada a primeira mesa dos amos e hóspedes, vem para a mesma mesa, com outra comida, os criados, quem quer que eles sejam.”¹³⁵ Comiam no mesmo lugar, mas a comida era diferente, através desse aspecto identificamos que mesmo os empregados e escravos sendo mais próximos de seus patrões a diferenciação acontecia, o distanciamento era assinalado, mas isso não era suficiente para Freire alemão identificar um reconhecimento cultural.

Muitas vezes o momento das refeições era feito nas redes, principalmente quando se hospedavam nas casas menos abastadas. As mesas postas reservavam-se geralmente para os momentos de festas e quando eram recebidos nas residências de autoridades pessoas mais prósperas. No transcurso das viagens por pequenos povoados e vilas era mais comum servirem-se nas alcovas e nas salas, nas redes estendidas para acomodá-los. Por falar em rede,

¹³³ Carne do sol, carne seca ou charque.

¹³⁴ ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.216-217. (Grifos nossos)

¹³⁵ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 324, p.262.

Freire Alemão dedica uma nota de seus manuscritos¹³⁶ para descrever com detalhes como as redes eram suspensas, relatando diferentes formas que os cearenses usavam para armá-las e faz questão de destacar que tudo, ou quase tudo, se fazia nas redes.

Pelo interior se acha por toda a parte, na sala de visitas, e até nos corredores, ferros de pendurar redes, que chamam armadores. Em uma sala ou alcova quadrada, com 4 armadores se suspendem 5 redes. Na rede se dorme, se lê, se conversa, etc. [...] Nas redes há grande luxo de crivos, de rendas, de bordados brancos ou de cores. Com a rede, um lençol, ou colchão, está a cama feita; usam também de umas pequenas almofadinhas, muito historiadas; mas eu nunca me ajeitei com elas, e as dispensei bem. Não se deita na rede a fio comprido, mas diagonalmente e mesmo atravessado) e é assim que ela oferece melhor conforto, ficando o corpo direito, e não curvo, e por isso são as redes mui largas. Hoje já me acho habituado com elas, e têm uma grande vantagem para o país, e é que balançando, refresca e não se sente calor. E enfim livra das pulgas. Outra vantagem é que dispensa alcovas; qualquer sala, mesmo a de jantar, se transforma em quarto de dormir, que toma de manhã seu uso ordinário. Nas casas pobres dispensa também cadeiras e sofás.¹³⁷

O valor de uso e o valor simbólico da rede foram ressaltados pelos científicos. Um dos “produtos da indústria cearense” que fizeram parte da exposição organizada por Ferreira Lagos no Museu Nacional, em 1861, foram as redes, que em geral eram enfeitadas com crivos, rendas, bordados, varandas que as tornavam belas e ricas. Alemão e Capanema carregavam nas bagagens suas redes, mas conforme comentário do botânico não faltava quem lhes oferecesse uma rede para descansarem.

Depois de refeitos, voltamos para nossas redes, na sala de fora. É a primeira coisa que se faz, logo que chega qualquer hóspede, armarem-se tantas redes, quantos eles são: bem lavadas, e mais ou menos ricas segundo a fortuna do dono da casa: entrando-se na casa de um pobre, ele levanta-se de sua rede e a oferece a quem chega. Para dormir mete-se dentro da rede uma almofadinha, de pano mais de palmo, e uma coberta; a almofadinha vem sempre enfronada em crivos e rendas, e a cobertura é segundo a estação. [...] As redes são nestas terras as cadeiras, os sofás e as camas. Não quero dizer que não haja cadeiras, nas casas mais abastadas há sempre cadeiras, de pau, de couro, ou de palhinha, conforme as posses e em algumas casas há camas.¹³⁸

Além das redes, era lhes oferecido água para lavar as mãos antes das refeições. Esse costume causou em Alemão um estranhamento, ele esperava que lhes oferecessem um

¹³⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diversos modos de suspender a rede no Ceará**, 1860. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.323-325.

¹³⁷ ALEMÃO, **Notas sobre Fortaleza e Pacatuba**, 1961, p.218.

¹³⁸ ALEMÃO, **Diário de viagem**, 2011, folha 244, p.197.

banho, mas o que aparecia era água em uma bacia para lavar as mãos. E todos as lavavam na mesma água. Percebemos no tom da escrita de Alemão o asco que essa prática despertava:

Um costume, de que penso ainda não falei é o de dar-se água as mãos antes do jantar. Em Limoeiro, chegando eu a 1 hora com grande sol e poeira, o Padre que ali nos hospedou não se lembrou de me oferecer um banho para o rosto e quando íamos para a mesa veio uma preta com a bacia d'água e toalha, eu tirei-me de cuidado e lavei o rosto e ele lavou as mãos na mesma água.¹³⁹

...

[...] Quando vem água é numa pequenina gamela, ou bacia, onde mal cabem os pés: esta bacia com água se apresenta no meio da sala e o preto, criado ou criada que a traz, com uma toalha ao ombro, que tem mais de crivos e rendas que de pano e além disso é dura de goma, se dispõe a lavar os pés dos hóspedes e donos da casa. Nunca me pude acostumar a semelhante uso e mandava levar a bacia para um quarto ou canto e aí eu mesmo lavava meus pés e me banhava se estava só. Antes do jantar vem água para as mãos, e sempre a rica tolha engomada.¹⁴⁰

Quando estava em Aquiraz declara: “[...] mandou-nos logo estender redes, mas nada de água para banho e para os pés, é coisa quase desconhecida pelas roças do Ceará.”¹⁴¹ De acordo com suas conjecturas, era devido a falta d'água no verão. Pouca gente se lavava em casa, especialmente nos sertões, já os banhos nos rios era uma prática corriqueira, trivial. “A gente do país¹⁴² gosta muito de banhos nos rios; é um de seus maiores prazeres, pouca gente se lava em casa, exceto na ocasião das grandes chuvas, em que aproveitam as galhetas, principalmente as mulheres e meninos.”¹⁴³

Os banhos coletivos nos rios era costume geral. Alemão chegou a encontrar dificuldades para fugir disso e conseguir lugares nos rios onde pudesse banhar-se a vontade, sem os olhares dos curiosos.

¹³⁹ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 98, p.106.

¹⁴⁰ *Ibid.*, folha 245, p.197.

¹⁴¹ *Id.*, folha 06, p.42.

¹⁴² Equivale a dizer “a gente do Ceará”. O esforço de centralização do país esbarrava muitas vezes na concepção tão arraigada na época de considerar as diferentes regiões como se fossem outro país. Por isso que para os cearenses o Brasil era a mesma coisa que o Ceará e todo o resto era considerado estrangeiro. O próprio Freire Alemão ressalta isso: “Em geral todos tem grandes queixas da centralização do governo; há prejuízos arraigados, muitos apreciam o falso das coisas, e uma certa tendência pueril para o que chamam liberdade. Deixam mesmo entrever o desejo de independência, e os sonhos da república. Isto o temos notado mesmo no sexo feminino. Há, sobretudo um sentimento de inveja para com o Rio de Janeiro, que se manifesta a seu pesar.” (ALEMÃO, *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, 1961, p.212-213.) A desagregação do Império, risco que precisava ser finalizado, estava sendo combatido através do esforço de consolidação de uma identidade constituída a partir das particularidades do país e organizada com elementos de todos os polos da Nação, de forma que todos os habitantes das terras brasileiras se identificassem como pertencentes a um único país, soberano e homogêneo.

¹⁴³ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 291, p.502.

Banhar-se nos rios é coisa de que gosta muito a gente do Ceará, e seguramente das outras províncias do norte; há muita gente, que nunca se lava em casa. Quando chove muito as crianças de 3, 4, e 5 anos, machos e fêmeas, sai tudo para a rua nu a folgar, agora em Sobral muito observamos isso. Assim acostumados a andar nus em crianças, a se banharem em comum, torna isso um ato muito natural, só as famílias mais recatadas é que se evitam e se banham às escondidas, mas nuas.¹⁴⁴

Interessante que nessa perspectiva Alemão apresenta uma objeção, ele mesmo identifica o banho como “o deleite dos cearenses”, no entanto, ocupa um bom espaço em seus escritos para reclamar por não lhe oferecerem água para o banho, afinal não estava acostumado a dividir esse momento, que para ele fazia parte de sua intimidade e não estava disposto a expô-la, juntamente com homens, mulheres e crianças nas águas de rios e açudes. Uma coisa ele não podia esconder: a paixão que tinham pelo banho.

Hoje ainda tive ocasião de observar a paixão que tem os cearenses pelo banho. As meninas e mulheres vão todo dia banhar-se no açude. [...] Sempre que chegamos aí de manhã as senhoras vinham do banho. Não há maior prazer para os cearenses que o banho, principalmente de manhã, tendo antes tomado um copo de leite ainda quente do úbere da vaca.¹⁴⁵

De acordo com Diegues Júnior (1960), o ser humano que reside na região do semiárido brasileiro, na qual se localiza o Ceará, desenvolveu características peculiares e estruturou um conjunto de valores, de símbolos, de representações, de costumes e de tradições, muitas delas resultantes da interação do homem com o meio, que lhes distinguem de outros indivíduos, de outras regiões do país. Apresentam particularidades que se estabelecem nas relações com seu habitat, um meio especialíssimo, que lhe encaminha para um padrão próprio de relação com a natureza e com os outros homens. Não estamos aqui defendendo nenhum determinismo mesológico, mas reconhecendo que muitas representações sociais e culturais do povo do sertão estão alicerçadas nas exigências e peculiaridades do espaço físico que habitam; representações essas que são construídas nas conexões, nas tensões que o ser humano estabelece com o meio natural, na busca por sua dominá-lo ou aliar-se a ele e tirar-lhe o melhor proveito.

Dentre essas representações, muitas são pautadas na fé, na religiosidade que tanto se manifestam espontaneamente, como com um grau de organização e planejamento admiráveis. No Ceará, as festas feitas para São José, pedindo-lhe mais sorte e um bom

¹⁴⁴ ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 206, p.444.

¹⁴⁵ *Ibid.*, folha 316, p.520.

inverno, a ida de religiosos no mês de outubro a Canindé para pagar promessas a São Francisco, as romarias a Padre Cícero (julho e novembro – dia do romeiro), a Nossa Senhora das Candeias (fevereiro) em Juazeiro do Norte, as penitências e castigos corporais são manifestações de fé e de uma relação com o sagrado que está vinculada àquilo que é necessário para viver, para suprir as necessidades imediatas.

Capanema demonstra preocupação com esse tipo de tradição religiosa, teme que possa fanatizar o povo e levá-lo a obedecer cegamente figuras de padres, beatos e religiosos que se intitulavam milagrosos. Ele não estava familiarizado com esse tipo de prática, mas elas eram comuns pelo sertão e, muitas vezes, estavam relacionadas a antigas crenças que remontava ao milenarismo, ao fim do mundo e ao sebastianismo¹⁴⁶. As preocupações de Capanema estavam relacionadas a manutenção da ordem pública, da estabilidade social e ao obscurecimento racional que podiam favorecer tais convicções de fé. Ao longo dos artigos XXII e XXIII dos Ziguezagues o geólogo dedica sua atenção a esse assunto, apresentando, atacando e menosprezando a atuação de duas figuras religiosas que apareceram pelos sertões cearenses e na capital propalando ideias que contrariavam inclusive a atuação dos científicos: o Antecristo¹⁴⁷ e o vigário de Exu – Pe. Agostinho. O maior perigo estava na credulidade do povo a essas figuras, principalmente por causa da falta de instrução e, portanto, não estavam aptos a reconhecerem os verdadeiros interesses econômicos, políticos e sociais de tais padres.

Um povo tão crédulo está muito e muito atrasado em instrução, e por isso não está habilitado a conhecer os seus verdadeiros interesses; não é ele que sabe quais as instituições que mais lhe convêm; basta que apareça algum Padre Agostinho ou algum Antecristo, que com pouco o fanatiza, e, se esse indivíduo tiver vistas subversivas à ordem pública, depois de preparado o terreno, basta o brado de um tal santarrão para que ondas de carne e osso cegamente obedeçam seu influxo e procurem a palma do martírio: um pouco

¹⁴⁶ Em 1578, o rei português D. Sebastião morreu combatendo os mouros na África. Muitas pessoas, contudo, passaram a acreditar que o Rei continuava vivo e que voltaria para ajudar o povo. A crença chegou depois ao Brasil, mesclando-se a tradições populares de esperança de retorno do Rei para a criação de um tempo bom. (Cf. FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 6ª edição. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012, p.216.)

¹⁴⁷ De acordo com Capanema, o Antecristo apareceu em maio e junho de 1860 no distrito do Riacho do Sangue. Era um “indivíduo como outro qualquer, diferindo somente dos mais pelas fumaças de santidade que o cercavam; a sua fama era grande, pois já fez um parálítico levantar-se e caminhar, unicamente por lhe pegar no braço e mandá-lo andar; dizem que um cego perguntara que objeto era um que estava a certa distancia, e o enfermo, só pela presença do santo, distinguiu de longe o que era, e ficou vendo: e o povo crédulo clamou milagre, e o milagreiro ficou batizado *Antecristo!* [aquele que antecede a Cristo em sua segunda vinda, e não o anticristo caracterizado no Apocalipse] O que, porém, é mais notável em toda essa história é que esse novo Messias quis distinguir-se do primeiro, e entrou a fazer força de milagre em curar moléstias de mulheres! Para esse fim ele trancava-se a sós em uma camarinha com a enferma durante duas horas, e mal do sacrílego que tivesse a lembrança de espreitar! Findo o tempo, que se gastava nos mais minuciosos exames médicos, estava consumado o milagre e curada a enferma, embora casada e embora virgem.” (CAPANEMA, **Ziguezagues**, 2006, p.237.) A indignação e ironia de Capanema ficam claras em sua escrita, não precisou usar essas palavras, mas deixou claro que acreditava ser essa figura um grande aproveitador, especialmente das mulheres, e enganador do povo.

de talento, alguma tática militar e as circunstâncias cada vez mais agravantes.¹⁴⁸

A fama dos religiosos espalhou-se pelos Inhamuns, Baturité, Canindé, Quixeramobim, Jaguaribe, Crato. De acordo com Capanema, Pe. Agostinho pregava condenando os costumes mundanos, chamava de ímpias as mulheres que se vestiam com “suas indecentes saias de balão e vestidos de bico, e irreverentes enfeites na cabeça, que se apresentavam diante de Deus com semblante descarado, e, *ipso facto*, estavam excomungadas.”¹⁴⁹ Não ficava a vontade para pregar para pessoas de alguma educação, procurava afastá-las com insultos, preferia cercar-se de um auditório “de povo baixo”. Excomungava médicos e sobre os membros da Comissão declarou que eram ímpios, desprovidos do temor de Deus e que em vez de rezar ficavam fazendo umas “arquiteturas”. Em Fortaleza mandou o povo carregar as pedras que estavam calçando a cidade para concluir a igreja do Outeiro. Era também conhecido como casamenteiro e improvisou muitos casamentos por onde passava. Em vários lugares construiu igrejas e cemitérios. Com essas práticas fortalecia sua influência, pois se tornava admirado por cuidar da vida e da morte e nesses dois aspectos era portador de promessas de dias melhores. Além disso, uma das maiores características de Pe. Agostinho e de várias outras figuras que circularam por nossas terras estava na instituição de penitências, de disciplinas corporais. As disciplinas estavam associadas a expiação dos pecados dos vivos e dos mortos, era uma das formas de “encomendar as almas” e livrá-las do purgatório.

De acordo com Porto alegre (2006), as práticas de penitência foram difundidas por religiosos missionários, especialmente capuchinos italianos, voltados para a atividade pastoral. A província do Ceará não tinha diocese própria até 1854, estava subordinada a diocese de Pernambuco, e só teve um bispo nomeado para ela em 1859, portanto, o modelo criado pelos padres italianos predominou até o final da década de 60, quando um esforço de reestruturação do poder eclesiástico da Igreja Católica foi posto em prática, criando-se para isso novas dioceses e seminários. Até então, eram esses padres missionários, auxiliados por homens que em suas comunidades assumiam uma espécie de liderança religiosa e ideológica, o chamado “clero laico”, que ocupavam-se da criação de igrejas, cemitérios, casas de caridade, escolas, distribuição de alimentos e esmolas e lideravam os momentos de devoção: rezas e disciplinas no corpo.

¹⁴⁸ CAPANEMA, Ziguezagues, 2006, p.238.

¹⁴⁹ Ibid., p. 242.

O poder de atração desses pregadores devia-se a promessas de esperança e libertação, mas também ao medo da chegada iminente do fim do mundo e à necessidade de preparar-se para o reino de Deus. Mistos de santo e ímpio, os anticristos proliferavam na prática missionária dos catequistas estrangeiros vindos para o Brasil a partir da década de 1840, como é o caso das santas missões dos capuchinhos italianos, muitos deles adeptos do catolicismo penitencial.¹⁵⁰

Capanema registra como esse tipo de padre chegava a ser nocivo para o povo e critica essa situação do clero católico cearense - despreparado e afeito a práticas obscuras e fanáticas.

É de admirar como um homem desses [Pe. Agostinho] obtivesse uma vigaria; dirão, talvez, que por ser muito remota não havia mal nisso! É esse um princípio tão perverso como os outros que o padre ignorante professa; justamente lá é que se deviam mandar homens virtuosos e ilustrados, que com sua influência chamassem o povo à civilização e o transformassem em primeiro elemento de prosperidade pública. Do modo como se procede, pelo contrário, se degrada cada vez mais o povo, e queixem-se quando disser que o nosso estado de atraso vem de cima.¹⁵¹

Os escritos no Diário de Freire Alemão que versam sobre esse assunto dão conta de detalhes de como eram realizadas as penitências. Quando estava em Lavras, o botânico teve a oportunidade de testemunhar como se disciplinavam os penitentes. Ele compartilha do mesmo espanto e reprovação que Capanema demonstrou diante desse costume do povo. A citação é longa, mas nos informa detalhes tanto da prática como das sensações que provocavam nos científicos.

Estando nos dormindo (a casa é na praça, e muito próxima à Igreja) ouviu-se depois da meia noite (era sábado) oração cantada na Igreja, era o canto forte, entoadado, monótono, grave, e que infundia-me um sentimento religioso, mas atentando-se bem ouvia-se também tenido de disciplina, então acresceu ao sentimento religioso certo horror. O Lagos levanta-se, e o Reis e vão para fora ouvir, aproximando cuidadosamente do Templo, então, dizem eles, ouvia-se perfeitamente o tenido das disciplinas e horrorizados se retiraram; eu levantei-me também, assim como Vila Real e Manoel – fomos mais perto ouvir, mas nem pude perceber no meio do canto o som das disciplinas, que os outros ouviam. Enfim, nos recolhemos fazendo cada um reflexões diversas segundo seu modo de ver à respeito desses homens. Mal nós tínhamos deitado quando ouvimos na calçada da nossa casa um dos penitentes pedindo esmola, e pedindo, padre nossos, cantando num tom lamentável e sepulcral, que nos fez ainda mais horror. Levantaram e saíram a vê-lo e dar-lhe alguma esmola o Lagos, Reis, e Manoel. O quadro era medonho no escuro da noite, viram um homem pardo de constituição

¹⁵⁰ PORTO ALEGRE, 2006, p.127.

¹⁵¹ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.244.

atlética, nu, tendo só a seroula, e esta arregaçada ate o alto das coxas com uma grande pedra na cabeça e na mão um tijolo com que batia nos peitos, com tanta força, que a mim, que estava na minha rede me parecia que batia no chão e ao mesmo tempo continuava suas lamentações medonhas, às vezes acompanhados de grande pranto. Deram-lhe a esmola; e fizeram algumas questões a que respondia; mas se perguntavam quem era, dizia: sou um pobre penitente.

Havia já se disciplinado muito e clamava que já não podiam com a Disciplina. De manhã fomos todos ver a Igreja, cujo corpo está ainda bruto, sem teto. O espetáculo era para dar horror e enjoo. As paredes até maior altura que a de um homem estavam borrifadas de sangue a não haver onde se pusesse um dedo. Pelo chão, que é de terra, viam-se poças de sangue

Este modo de penitência foi aqui introduzido, creio que há dois ou três anos, por um Pe. Agostinho, fanático religioso que o deixamos na Capital. Quando ele pregou por estes sertões se exaltou de tal modo o sentimento religioso do povo, que se não via senão penitência por toda a parte, nos Templos, nas casas, pelos matos, parece que algumas mulheres morreram em consequência da abstinência e dos jejuns. Os penitentes reuniam-se nas praças (não cabiam nas Igrejas), aí se disciplinam horrivelmente. Faziam procissões rezando e disciplinando-se. No Crato a coisa chegou à grande [ilegível] hoje tem acalmado muito e parece que aqui já cessou de todo, mas continua na Venda, em Lavras, e talvez em outros lugares. Os penitentes se apresentam nus das pernas e do ventre para cima, levam sempre as cabeças cobertas e as disciplinas são formadas de lâminas de ferro, 3 ou 4 cortantes, e afiadas pela margem; e são desta forma e tamanho para mais ou menos, enfiados numa argola e suspensa por uma tira de couro ou de outra matéria. A penitência tem lugar no sábado. Muitos escarnecem desta gente e os têm por facínoras, hipócritas, ladrões etc. Asseguram que na noite de penitência há sempre algum roubo de cabras e galinhas etc. Que voltando da Igreja vão para a casa de suas amásias que lhes lavam os cortes etc. etc.

É isso possível e creio que muitos são levados à isso por remorsos de grandes crimes; mas é também possível que o exaltamento e fanatismo religioso impere sobre muitos; seja como for o negócio não deixa de ser grave.¹⁵²

Segundo Capanema, esse tipo de penitência seguia o exemplo dado pelo Pe. Agostinho, que em suas pregações públicas “desnudava o costado e sacando um respeitável vergalho de cinco pernas, fustigava a ímpia carne até espirrar sangue” e essa demonstração pública servia como modelo a ser copiado, com claras intenções:

Esta cena produzia duplo efeito, primeiro embasbacando o respeitável auditório, e depois o ar de sofrimento continuado que a dor estampava no rosto já parecia ao povo a pura expressão da santidade; muitos entusiasmavam-se e aplicavam as disciplinas ao próprio corpo. Na sacristia da igreja do Rosário, em Quixeramobim, ainda se mostram hoje no fim de dois anos as paredes salpicadas do sangue dos fanatizados penitenciários que repetiam as cenas do período de barbaridade do Cristianismo. Os instrumentos de que se serviam nessas ridículas práticas eram chicotes de três a cinco pernas armadas de uma roseta de pregos, embutidos em uma

¹⁵² ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 166-168, p.149-150.

bola de cera com resina, de modo a ficarem de fora as aguçadas extremidades; outras vezes eram facas curtas, ou tiras de folhas-de-flandres com farpas reviradas alternadamente para um e outro lado; tinham também disciplinas, cujas pernas eram entrançadas em toda sua extensão com pregos.¹⁵³

Além do Antecristo e do Pe. Agostinho¹⁵⁴, que Capanema relata, Freire Alemão deparou-se com conversas sobre outro milagreiro: o Dr. Milagroso, segundo ele, mais um impostor e aproveitador da gente crédula do sertão.

Aqui me contaram o dono da casa e o sujeito que aqui está, maravilhas de um Dr. Manoel, americano? ou não sabem, o que cura com água fria e com outros remédios. Tem feito milagres, levantando paralíticos, prognosticando a vida e a morte, adivinhando moléstias e o modo de vida do procedimento de pessoas que vi pela primeira vez etc. etc., mostrando-se muito. religioso, recomendando que tenham fé etc. etc.¹⁵⁵

...

A respeito do Dr. Milagroso me disse ele [Sr. Eduardo Girão, subdelegado de Morada Nova] que não passa de um miserável impostor, cheio de supertição, ou de velhacaria; e mesmo cuida que é filho de Aracati, já o mandou chamar à sua presença mas não apareceu.

Esta gente do sertão, bem que inteligente, é por sua ignorância demasiadamente supersticiosa e muito crédula, engole todos os carapetões, como são anúncios de desgraças, de secas, de dilúvios etc.; ficam aterrados, não falam em outra coisa, e se fazem rezadores. A propósito, aqui pelo sertão se costumam rezar o Terço de noite; ainda anteontem na casa em que dormi, em S. José, rezou-se o Terço, com toada inteiramente semelhante a nossa do Rio. Rezam depois da comida, lavam as mãos antes dela.¹⁵⁶

A religiosidade, a superstição, esses exemplos de práticas condenadas pelos cientistas da Comissão serviam como mostra de como o modo de viver do sertanejo precisava de transformações e estas chegariam através da instrução, do encaminhamento seguro e inteligente desse povo à civilização, ao abandono de tradições e crenças que reduziavam esse povo e essas terras ao símbolo do atraso. Silenciar essas experiências, mortificá-las, aprisioná-

¹⁵³ CAPANEMA, *Ziguezagues*, 2006, p.241.

¹⁵⁴ “Ouvi muita coisa a respeito das Missões do Pe. Agostinho, que é considerado como santo por este povo. Ele foi suspenso de pregar no Monte-Mor; e contam que depois de suspenso compuseram um bendito, que cantado depois pelo sacristão fez todo o mundo chorar, velhos e moços. Diz o Sr. Antônio que ele tem feito muito beneficio as Igrejas, fazendo o povo limpar os Templos, carregar materiais para fazer cemitérios e concertar as Igrejas; pedindo esmolas para concluir a Igreja da Messejana etc. As Missas de Monte-Mor eram embaixo de uma mui grande latada, as folhas de várias naturezas com que era feita a latada têm sido carregadas em grande parte pelo povo, que dela faz remédios para seus males, já em banhos, já internada etc. e que com eles se têm operado milagrosas curas.” (ALEMÃO, *Diário de viagem*, 2011, folha 331, p.268.)

¹⁵⁵ *Ibid.*, folha 314, p.253-254.

¹⁵⁶ *Id.*, folha 318, p.257.

las na letra, ou não, eliminando o perigo de sermos uma Nação erguida sob as bases do atraso e da barbárie. No dizer de Capanema:

Perguntamos ainda se, de uma população que se deixa arrastar com tanta facilidade, não se podia fazer coisa que preste? Acreditamos que sim, e avançamos ainda mais: que um governo inteligente, compenetrado da necessidade de fazer progredir e engrandecer o país, tem por dever ser previdente; quando não poderá vir algum dia um padre Agostinho, ilustrado, com alguns poucos agentes, para se aproveitar da credulidade e da ignorância do povo, para o próprio mal dele e do país inteiro.¹⁵⁷

Preparar o povo cearense, enaltecer o que ele tinha de mais precioso, subvalorizar e desprezar o que viam como razões da decadência e depreciação da província - era com essas premissas que estavam comprometidos os integrantes da Comissão do Ceará.

A linguagem, as comidas, os hábitos cotidianos, as festas, o cuidado com o corpo e com a alma, as manifestações de fé e crenças, fazem parte das identificações, das representações desse povo. Conhecê-las e divulgá-las significava enquadrá-las em um projeto de formação de um só povo brasileiro, silenciando em alguns aspectos a multiplicidade de seu meio e de sua gente e em outros enaltecendo essa mesma multiplicidade. Nesse contexto, a representação do sertão na literatura e na ciência do século XIX, aqui representada pela Comissão científica de Exploração, seria voltada para o engrandecimento de suas particularidades. Segundo Murari (2009), a representação do sertão seria a expressão da legitimidade nacional, nesse espaço estariam as energias vitais da nação, seu mito fundador e a verdadeira alma brasileira. A natureza e cultura do sertão eram a única referência de origem e identidade que possuíamos. Freire Alemão e Capanema conheceram e reconheceram essa cultura, se apropriaram do melhor e mais valioso que ela tinha a oferecer e rejeitaram o que consideraram como associado ao fracasso, à decadência e como entrave ao progresso do País, de sua História e de sua Ciência.

¹⁵⁷ CAPANEMA, Ziguezagues, 2006, p.245.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar e a escrita que Francisco Freire Alemão e Guilherme Schüch de Capanema lançaram sobre o Ceará apresentou e representou uma Província valiosa, repleta de grandezas, imponente. Um Ceará orgulhoso de si, que alimentava um sentimento de superioridade com relação às outras províncias do Império brasileiro; interessado em delinear e espelhar através de sua História e riquezas naturais, humanas e culturais suas potencialidades. Esse olhar enxergou essas potencialidades e tinha muito interesse em conhecê-lo, classificá-lo, ordená-lo, dar-lhe uma nomeação, designar meios para explorar tudo que pudesse gerar um ganho histórico, sociocultural e material para o país.

Delinear estratégias de construção de uma identidade nacional uníssona, vinculada a criação de identidades regionais fortes, mas destituídas de quaisquer elementos desorganizadores, naturalizando as diferenças, eliminando os perigos, aprisionando na letra as tensões, criando e divulgando um sentimento de pertença e inserindo-as em uma prática científica e discursiva que identificava e construía no Brasil um só povo, uma só nação, um só objetivo, uma só causa. Se as observações nos espaços da Ciência e o trabalho de observação de campo, através de uma viagem de exploração, fomentaram debates no momento de formação da Nação, do Estado, de uma identidade no Brasil do século XIX, atualmente percebemos que a diversidade natural cultural e humana do país é considerada nossa maior riqueza, apesar disso, a integração nacional ainda é pensada por cientista e pelo governo brasileiro, haja vista os diversos estudos feitos nesse sentido e a existência de um ministério que cuida exclusivamente dessas questões: o Ministério da Integração Nacional.

Criar, construir, desvendar, compreender, se apropriar da diversidade natural e humana, valorando positivamente a cultura do povo, constituindo um pensamento identitário que anunciava e fortalecia a superação das dificuldades era a grande motivação e escopo ideológico científico e cultural que guiava, que moldava os olhares nas investigações da Comissão Científica do Império.

Tentamos ao longo desse trabalho estudar esse olhar, que apesar de estar comprometido com todas essas questões de formação da nação brasileira irradiou muita surpresa e estranhamento ao entrar em contato com as terras cearenses e tudo o que ela oferecia. A escrita produzida, especialmente por Freire Alemão e Capanema, estava comprometida em dar ao Ceará uma representação, uma memória de sua natureza e cultura, reconhecendo a riqueza que poderia oferecer e não apenas a que dele se esperava, no entanto, não foi possível esconder, deixar de lado, silenciar-se completamente diante dos atrasos, dos

problemas, dos conflitos, dos interesses governamentais e particulares que os rondavam, chamando a atenção para aquilo que precisava ser ultrapassado e colocado sob os trilhos da civilização e do progresso que guiavam os rumos da nação em construção.

Freire Alemão e Capanema eram dois homens de ciência com muitas diferenciações quando chegaram ao Ceará em 1859.

Freire Alemão era um senhor sexagenário, metódico, cuidadoso, experiente, viajado, com amizades influentes na Corte, como o Imperador; lecionara em vários espaços da ciência, do saber e da técnica no Império, participara de muitas instituições científicas, conhecia cientistas estrangeiros, correspondia-se com alguns deles e compartilhava, comunicava suas próprias ideias e a de seus pares, seja para refutá-las ou para fortalecê-las.

Capanema era um jovem senhor de 35 anos de idade, mas já circulava nos principais centros de construção das ciências e da história do país, também amigo pessoal do Imperador Pedro II; era um entusiasta e polêmico homem das ciências. Escrevia de forma bem peculiar, sem receios de citar nomes e atacar seus adversários e críticos, apesar de no caso da Comissão ter usado por algum um pseudônimo para isso, para escrever o que denominou de Ziguezagues da Seção Geológica da Comissão Científica. Sua escrita chegava a ser ferina, com ironia aguçada; sabia representar e até misturar ficção e realidade de forma a confundir uma com a outra.

Freire Alemão era mais comedido, polido, educado. As anotações mais quentes e com toques de ironia e severidade feitas no e sobre o Ceará estão em seu Diário pessoal, escrito para si, que se viesse a ser publicado na época, com certeza passaria por uma edição, afinal ali estavam seus escritos particulares, suas sensações mais íntimas, seja de calor, de aborrecimentos pessoais ou até mesmo sensações de dor causadas por desarranjos intestinais que o acometiam, enquanto Capanema escrevia os Ziguezagues para publicar em um jornal - o Diário do Rio de Janeiro. Apesar das peculiaridades, que vão desde a idade, à formação e às características de estilo da escrita, até as relações pessoais e profissionais que possuíam, os dois estavam imbuídos de uma tarefa com um claro objetivo, que não podia ser ignorado ou ultrapassado por seus anseios pessoais: os interesses nacionais envolvidos na expedição. A necessidade de apresentar uma parte do Império brasileiro para seu Centro político, administrativo, social e cultural, aparando as diferenças mais gritantes, moldando sua face e identidade para caber no projeto de solidificação do Estado nacional brasileiro. Um estado forte, coeso, estável, rico, próspero, com uma bela e exuberante natureza, com uma gente educada, bonita, simpática, inteligente, desembaraçada.

Eles forjaram e apresentaram um Ceará dotado dos elementos necessários na composição do Brasil desejado e publicizado no interior e no exterior do país. Um Ceará que tinha uma natureza rica, cheia de potencialidades e possibilidades de exploração, uma história singular, com seus “heróis” sendo construídos e os conflitos acalmados, quando não silenciados, uma cultura formada por hábitos e costumes que chegavam a serem considerados inocentes, pueris e até pitorescos, mas que fornecia uma matriz de como era o Brasil no seu interior, como vivia sua gente e quais seus anseios e preocupações. Não foram poucas as vezes que percebemos Freire Alemão e Capanema enaltecendo o que viam na paisagem e no modo de viver pelos sertões, serras e litoral da Província, defendendo que a situação não estava melhor por causa da falta de investimento e instrução do povo – pessoas que tinham tudo para fazer dar certo e aproveitar ao máximo as riquezas que lhes cercavam, mas que não sabiam como, no entanto a ciência e o governo do Império estavam empenhados em resolver esses problemas. Por tudo isso, essa província do Norte estava propícia a fornecer elementos para a formação da nossa nacionalidade, afinal, a nação estava acima de qualquer disputa e concorrência, mesmo tendo sido essas disputas grandes responsáveis pela consolidação da Identidade brasileira imperial no século XIX. Congregando todos esses elementos, o Brasil seria uma nação portadora de uma história heroica, única, que se encontrava escondida e preservada nos recônditos de todo o país, de uma natureza exuberante e rica, de um povo forte e pronto para construir um país próspero, moderno e civilizado. Os papéis escritos a partir da existência de uma Comissão de reconhecimento e exploração tentaram criar e divulgar uma imagem de um Ceará digno de fazer parte do engrandecimento da nação.

O campo de atuação e de possibilidades de ação da Comissão Científica foi emblemático e ocasionou disputas e discórdias, intrigas internas e externas, falta de apoio na realização e finalização dos trabalhos, julgamentos e obscurecimento de suas experiências. Não cabe a nós presumir seus ganhos e perdas, seus êxitos e fracassos, mas trazer à discussão as intencionalidades, os desejos, comprometimentos e conflitos envolvidos nessa realização e como os anseios que permeavam a realização de uma viagem científica organizada e vivenciada por brasileiros em uma das províncias mais distantes da região de centro do império criou e enclausurou na letra escrita suas investigações e visões sobre ela e sobre o nosso país. Há muito mais a ser investigado nos papéis, nos objetos, nas pinturas da Comissão Científica. Apesar de muitos historiadores da Ciência, da saúde, da cultura, das artes e da sociedade terem feito nos últimos anos a Comissão Científica objeto de suas pesquisas, ainda são múltiplas as possibilidades de estudo que ela enseja. Os interessados na história, cultura, economia, sociedade, política e religião do Ceará na segunda metade do século XIX encontram no

corpo documental produzido pelos integrantes da Comissão inúmeras informações sobre esta província do Norte brasileiro. Muito do Ceará dá-se a entender através da letra dos integrantes da Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte, ou simplesmente Comissão do Ceará. Esperamos ter, pelo menos em parte, conseguido apresentar esse Ceará.

FONTES

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

_____. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato - Rio de Janeiro, 1859 / 1860 – volume II**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

_____. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: 24 de agosto de 1860 a 24 de julho de 1861 – volta do Rio de Janeiro para o Ceará até o retorno definitivo ao Rio de Janeiro. Rio de Janeiro ao Ceará, 1860-1861**. Mimeó, 176pp.

_____. **Notas sobre Fortaleza e Pacatuba** – 30/03 a 03/08 de 1859. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da (orgs.). **Os manuscritos do botânico Freire Alemão**. Catálogo e Transcrição. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.81, 1961, p.195-234.

_____. **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Botânica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 191-192.

_____. **Relatório da Seção Botânica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.295-330.

_____. **Carta à irmã Policena Freire** - Icó, 20/11/1859. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.152-155.

_____. **Carta ao Dr. Martius** - Rio de Janeiro, 20/01/1863. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.155-156.

_____. **Carta ao Dr. Martius** - Rio de Janeiro, 14/01/1867. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.157-159.

_____. **Invernos do Ceará, 1859**. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.253-255.

_____. **Paisagem e costume do sertão, 1859**. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.279-280.

_____. **Notas sobre a cidade de Icó**, 1859. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.283-290.

_____. **Descrição da cidade do Crato**, 1859. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.300-303.

_____. **O inverno no Cariri**, 1860. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.306-307.

_____. **Chuvas no Ceará**, 1860. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.308-310.

_____. **Conceitos populares a respeito de tesouros e riquezas do país**, 1860. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.311-312.

_____. **Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão**, 1860. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.313.

_____. **Índole e costumes dos indígenas**, 1860. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.314-315.

_____. **O sentimento dos cearenses para com os estrangeiros**, 1860. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.316-317.

_____. **Diversos modos de suspender a rede no Ceará**, 1860. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.323-325.

_____. **Notas sobre a vila de Viçosa, antiga Sotavem**, 1860. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.327-331.

_____. **Notas sobre a localidade de Meruoca**, 1861. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.332-334.

_____. **Canindé, vila, na ribeira do riacho Canindé**, 1861. In: DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.335-337.

_____. **Notícias sobre o povoamento e desenvolvimento de Baturité**, 1861. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.338-342.

_____. **Povoamento da Serra de Baturité**, 1861. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.343-345.

_____. **Introdução do café na serra de Maranguape**, 1861. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.346.

CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Ziguezague da Seção Geológica da Comissão Científica do Norte**. In: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os ziguezagues do Dr. Capanema**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 153-323.

_____. **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Geológica e Mineralógica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 193-200.

_____. **Relatório da Seção Geológica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.330-359.

_____. **Apontamentos sobre secas no Ceará**, 1878. In: CAPANEMA, Guilherme Schurch de. e GABAGLIA, Giacomo Raja. **A seca no Ceará**: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.155-185.

_____. **A seca do Norte**, 1901. In: CAPANEMA, Guilherme Schurch de. e GABAGLIA, Giacomo Raja. **A seca no Ceará**: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.189-226.

_____. **Relatório do Sr. Dr. Capanema sobre a Comissão Científica que tem de explorar o interior de algumas províncias lido peço Sr. A. A. P. Coruja**. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: Tomo XX, 1857. p.63-66.

DIAS, A. Gonçalves. **Proêmio**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.175-180.

_____. **Parte Histórica**. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.181-187; 244-293.

_____. **Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias.** Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.84, 1964.

_____. **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias.** Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.91, 1971.

_____. **Cartas enviadas ao jornal do Commercio do Rio de Janeiro durante sua estadia no Ceará como membro da Comissão Scientifica.** Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, t.38. p.213-230, 1924.

GABAGLIA, Giacomo Raja. **Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará, 1877.** In: CAPANEMA, Guilherme Schurch de. e GABAGLIA, Giacomo Raja. **A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia.** Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.59-154.

_____. **Porto da cidade da Fortaleza ou do Ceará.** Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860.

LAGOS, Manoel Ferreira. **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Zoológica.** Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert,1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 201-217.

_____. **Relatório da Seção Zoológica.** Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert,1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.360-393.

_____. **Ata da reunião do IHGB de 30 de maio de 1856.** In: Revista do IHGB, Rio de Janeiro, t.19, 1856, p.10-12 / 114-116 (suplemento).

_____. **A exposição no Museu Nacional.** In: Braga, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. p.136-153.

_____. **Carta a Gonçalves Dias, 14/10/1856.** In: **Correspondência passiva de Antônio Gonçalves Dias.** Anais da Biblioteca Nacional - vol. 91, 1971, p.244.

MACEDO, Sérgio Teixeira de. **Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do império menos conhecidas.** Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert,1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.235-244.

OLIVEIRA, Cândido Batista de. **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Astronômica e Geográfica.** Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert,1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 218-226.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. **Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem.** Trabalhos da Comissão Científica

de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 227-235.

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, t.19, 1856, p.10-12 / 114-116 (suplemento).

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, t.24, 1861.

Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p.175-393.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Sylvio Fróes. **A Comissão Científica de 1859**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, t.33, 1919, p. 198-207.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALCÂNTARA FILHO, Sebastião. **Estudos econômicos da Cotonicultura cearense**. Tese de mestrado. Escola de Pós-graduação em Economia - Fundação Getúlio Vargas, 1971.

AMADO, Janaina. **Região, Sertão, Nação**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.8, nº18, 1995, p.145-151.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. **Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em História - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Entre a barbárie e a civilização: o lugar do sertão na literatura**. In: SOUSA, Simone. **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.56-75.

BARROSO, Gustavo. **À margem da História do Ceará**. Vol. II. Fortaleza: ABC editora, 2004.

BAUER, O. **A Nação**. In: BALAKRISHNAN, G. (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BORGES, Valdeci Rezende. **Cultura, Natureza e História na invenção alencariana de uma identidade da nação brasileira**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.26, nº 51, 2006, p.89-114.

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004 (Coleção Clássicos Cearenses).

BRESCIANI, M. Stella Martins. **Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)**. Revista Brasileira de História, v. 05, nº 08/09. São Paulo, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

CALLARI, Cláudia Regina. **Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001, p. 59-83.

CAVALCANTE, Francisca Hisllya Bandeira. **Um sábio cientista visita o sertão: o Ceará e a Comissão Científica de Exploração no Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-**

1861). Monografia de Graduação em História – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2009.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos no Ceará provincial**. São Paulo: Annablume, 1997.

COSTA, João Cruz. **O pensamento Brasileiro sob o Império**. In: HOLANDA, S. B. (org.) História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, volume 3, livro terceiro – Ciências, Letras e Artes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.323-342.

DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961.

DAMASCENO, Darcy. **O Botânico Freire Alemão**. In: DAMASCENO, Darcy. e CUNHA, Waldir da. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão** – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional - vol. 81, 1961, p.9-35.

DANTES, M. A. M. **Institutos de pesquisa científica no Brasil**. In: FERRI, M. G. e MOTOYAMA, S. (coords.). História das Ciências no Brasil. São Paulo: EPU/Edusp, 3 vols. 1980, pp.341-380.

_____. (org.). **Espaços da ciência no Brasil: 1800 – 1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DEAN, Warren. **A Botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, nº08, 1991, pp.216-228.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: INEP, 1960.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. **Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX**. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 55-76.

_____. **As ciências naturais e a construção da nação brasileira**. Revista de História. São Paulo, n.135, dez. 1996. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00348309199600020004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12/01/2011.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 13, nº 2, p. 271-292, abr.-jun. 2006.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. **Para pensar as vidas de nossos cientistas tropicais**. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 235-246.

_____. **Ciência e tecnologia no Brasil Imperial**. Varia História, Belo Horizonte, vol.21, nº34, p.437-455.

_____. **Mundialização da ciência e respostas locais:** sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). Asclépio, Campinas, vol. L-2, 1998, p.107-123.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX.** Tradução do original em inglês por Waldemar Valente em convênio com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. 4ª ed. revista. São Paulo: Global, 2008.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Negros no Ceará.** In: SOUSA, Simone. Uma nova História do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.103-134.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism.** Cornell University Press, 1983.

GIRÃO, Raimundo. **Os Municípios cearenses e seus distritos.** Fortaleza, SUDEC, 1983.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias:** Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos:** o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, RJ nº 1, 1988.

_____. **História e natureza em Von Martius:** esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.

_____. **Para reescrever o passado como História:** o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). Ciência, civilização e império nos trópicos. Rio de Janeiro: Accsses, 2001, p. 1-28.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial:** o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Tese de doutorado. In: Revista do IHGB, Rio de Janeiro, vol.156(388), jul/set. 1995, p.459-613.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **A herança colonial** - sua desagregação. In: HOLANDA, Sergio Buarque (org.). História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, volume 1, livro primeiro – O novo descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.9-39.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial:** os caminhos da ocupação territorial. Artigo apresentado no X Simpósio de Geografia Urbana. Florianópolis, 2007, p.1-22. Disponível em: http://cidadeseterritorios.com/publicacoes/publicacoes_clovis/pdf/9_X_simposio_nacional_de_geografia_urbana_2007_florianopolis.pdf. Acesso em: 01/04/2012.

_____. **Primórdios da rede urbana cearense.** Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 16, 2009, p.77-102.

KESSELRING, Thomas. **O conceito de natureza na História do pensamento ocidental.** Episteme, Porto Alegre, nº11, jul/dez 2000, p.153-172.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions.** Chicago: University of Chicago Press, 1989.

KURY, Lorelai. **Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista:** experiência, relato e imagem. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 2001, p. 863-80.

_____. **A Comissão Científica de Exploração (1859-1861).** A Ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). Ciência, civilização e império nos trópicos. Rio de Janeiro: Accesses, 2001b, p. 55-76.

_____. **Homens de ciência no Brasil:** impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1), p. 109-129, 2004.

_____. (org.) **Comissão Científica do Império – 1859-1861.** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2009.

_____. **Ciência e nação:** romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Vol.2, jul.-out. 1998, pp.267-291.

_____. **As viagens luso-americanas e as práticas científicas do século das luzes.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em:http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300895704_ARQUIVO_instrucNPQ.pdf. Acesso em 19/11/2011.

LAHUERTA, Flora Medeiros. **Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822).** Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, núm. 218 (64), 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>. Acesso em 21/11/2011.

LIMA, Valéria Alves Esteves. **A viagem pitoresca e histórica de Debret:** por uma nova leitura. Tese de doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica:** os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O local musealizado em nacional** – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (orgs). Ciência, civilização e império nos trópicos. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 77-96.

_____. e PINHEIRO, Rachel. **Cientistas brasileiros do século XIX:** a taxonomia da Freire Alemão. In: Anais do I simpósio de pesquisa em ensino e História de Ciências da terra, UNICAMP, 2003.

_____. **Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 3, n. 1, 1996.

_____. **As ciências naturais no século XIX:** já não tão novas visões historiográficas. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes de... [et. al.]. **A dinâmica do historicismo:** revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2008, pp. 195-214.

_____. **Culturas das Ciências Naturais.** Ciência e Educação, v.11, nº03, 2005, p.457-470.

MAIO, Marco Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / CCBB, 1996.

MARTIUS, Carl F. P. **Como se deve escrever a História do Brasil.** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 6, nº24, 1844, p.381-403.

MAUAD, Ana Maria. **Entre retratos e paisagens:** modos de ver e representar no Brasil oitocentista. Revista Studium, nº 15. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>. Acesso em 12/12/2010.

MENDELSON, E. **The social construction of scientific know-ledge.** In: MENDELSON, E.; WEINGART, P.; WHITLEY, R. (eds.). The social production of scientific knowledge. Dordrecht, D. Reidel Publ. Co., 1977.

MONTEIRO, John Manuel. **As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império.** In: MAIO, Marco Chor (org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / CCBB, 1996.

MOREIRA LEITE, M. L. **Naturalistas Viajantes.** História, Ciências, Saúde . Manguinhos, I (2): 7-19, nov. 1994 – fev. 1995.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p.166-176.

MORAIS, Rita de Cássia de Jesus. **Nos verdes campos da ciência:** a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874). Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2005.

MOREIRA LEITE, M. L. **Naturalistas Viajantes.** História, Ciências, Saúde - Manguinhos, I (2): 7-19, nov. 1994 – fev. 1995.

MURARI, Luciana. **Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922)** - São Paulo: Alameda, 2009.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Sobre campo e cidade – olhar, sensibilidade e imaginário:** em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Tese de doutorado. Campinas, SP, 1999.

NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará.** In: SOUSA, Simone. Uma nova História do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.76-102.

NICOLAZZI, Fernando. **História, Nação e Identidade**: alguns comentários. Diálogos, DHI/UEM, v.8, n.1, 2004, p.67-76.

NOGUEIRA, P. **O Naturalista João da Silva Feijó**. Revista do Instituto do Ceará, ano II, tomo II, 1888.

OBERACKER JUNIOR, Carlos H. **Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros**. In: HOLANDA, Sergio Buarque (org.). História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, volume 1, livro primeiro – O novo descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.119-134.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do Século XIX**. In: OLIVEIRA, Almir Leal de. e BARBOSA, Ivone Cordeiro. (org.) **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos e 1835 a 1861 pelo Dr. Jose Liberato Barroso. Ed. fac-símile. Fortaleza: INESP, 2009. CD-ROM. Tomo I, p.17-30.

OLIVEIRA, Gevan. **Era do algodão**. Revista da FIEC. Ano 4, edição 38, julho de 2010. Disponível em: http://www.sfiec.org.br/portaltv2/sites/revista/home.php?st=interna4&conteudo_id=37800&st_art_date=2010-07-20.

PACHECO, José Fernando. **A Comissão Científica do Ceará (1859-1861) e sua relevância para as coleções de aves do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. A esplêndida técnica de preparação das peles oriundas dessa coleção e sua correta autoria a luz dos documentos originais. UFRJ - Instituto de Biologia, Depto. de Zoologia, Laboratório de Ornitologia. Rio de Janeiro, Brasil.

_____. **Manoel Ferreira Lagos (1817-1871)**. Dados biográficos do segundo zoólogo do Museu Nacional. UFRJ - Instituto de Biologia, Depto. de Zoologia, Laboratório de Ornitologia, CCS, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ceo.org.br/historia/manoel.htm>> Acesso em: 13/02/2009.

PAIVA, Melquiades Pinto. **Os Naturalistas e o Ceará III** – Francisco Freire Allemão (1797 – 1874). Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, t.109, 1995.

PATACA, Ermelinda Moutinho e PINHEIRO, Rachel. **Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro**. Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v.3, nº1, 2005.

PAULET, Antônio José da Silva. **Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará**. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XII, Fortaleza, 1898, p.5-33.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Acertar o passo com a história**: o dilema da modernidade brasileira no século XIX. QUIPÚ, v. 9, nº 2, maio-agosto, 1992, p. 217-236.

_____. **Nação e região**: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.209-244.

PINHEIRO, Rachel. **As Histórias da Comissão Científica de Exploração** (1856) nas cartas de Guilherme Schuch Capanema. Dissertação de Mestrado. Campinas / SP, [s. n.], 2002.

_____. **O que nossos cientistas escreviam:** algumas das publicações em ciências no Brasil do século XIX. Tese de doutorado. Campinas / SP.: [s.n.], 2009.

_____. **“Eu fiz com que o povo que a tomara por sonho voltasse a acreditar nela”:** As propostas da Seção Geológica da Comissão Científica de Exploração (1856). *Asclepio. Revista de História de la Medicina y de la Ciencia*, 2006, vol. LVIII, n° 1, enero – junio, pag. 95 – 112.

PINTO, O. M. de Oliveira. **Viajantes e Naturalistas**. In: HOLANDA, S. B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, volume 3, livro terceiro – Ciências, Letras e Artes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.425-437.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Os ziguezagues do Dr. Capanema** (Coleção Comissão Científica de Exploração, 1). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. **Comissão das borboletas:** a ciência do Império entre o Ceará e a corte (1856-1861). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC, 1999.

RENAN, Ernest. **O que é uma nação?** In: ROUANET, Maria Helena (org.) **Nacionalidade em questão**. Cadernos da Pós/Letras (19). Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

RIBEIRO, Renato Janine. **Novas fronteiras entre natureza e cultura**. In: NOVAES, Adauto (org.). *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.15-36.

RIOS, Kênia Sousa. **Apresentação:** A Comissão Científica e a seca do Ceará. In: **A seca no Ceará:** escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Paulo César dos. **A Comissão e o Rio:** A Comissão científica de 1859 e o rio Jaguaribe. Caderno Primeiras Viagens. Fortaleza, 2009, p.37-49.

_____. **O Ceará investigado:** A Comissão Científica de 1859. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

SCHADEN, Egon e BORGES PEREIRA, João Baptista. **Exploração antropológica**. In: HOLANDA, S. B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, volume 3, livro terceiro – Ciências, Letras e Artes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.406-424.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SILVA, Clarete Paranhos da. **Naturalistas e viajantes brasílicos**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Dossiê Cronistas e viajantes, nº 77, 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=14&id=122>. Acesso em: 22/09/2010.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Nota Explicativa**. In: ALEMÃO, Francisco Freire. Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.9-39.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê**: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

SOUSA, Simone. **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

SOUZA BRASIL, Thomaz Pompeu de. **Memória sobre o clima e as secas do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p.29-30.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: companhia das letras, 1996.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **A arquitetura da alteridade**: a cidade luso-brasileira na Literatura de viagem (1783-1845). Tese de doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

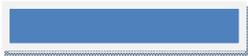
VELOSO JUNIOR, Crenivaldo. **Ciência e Nação no Brasil do século XIX**: anotações de Freire-Allemão na expedição ao Ceará (1859-1861). Anais do XXVI Simpósio de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2010.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

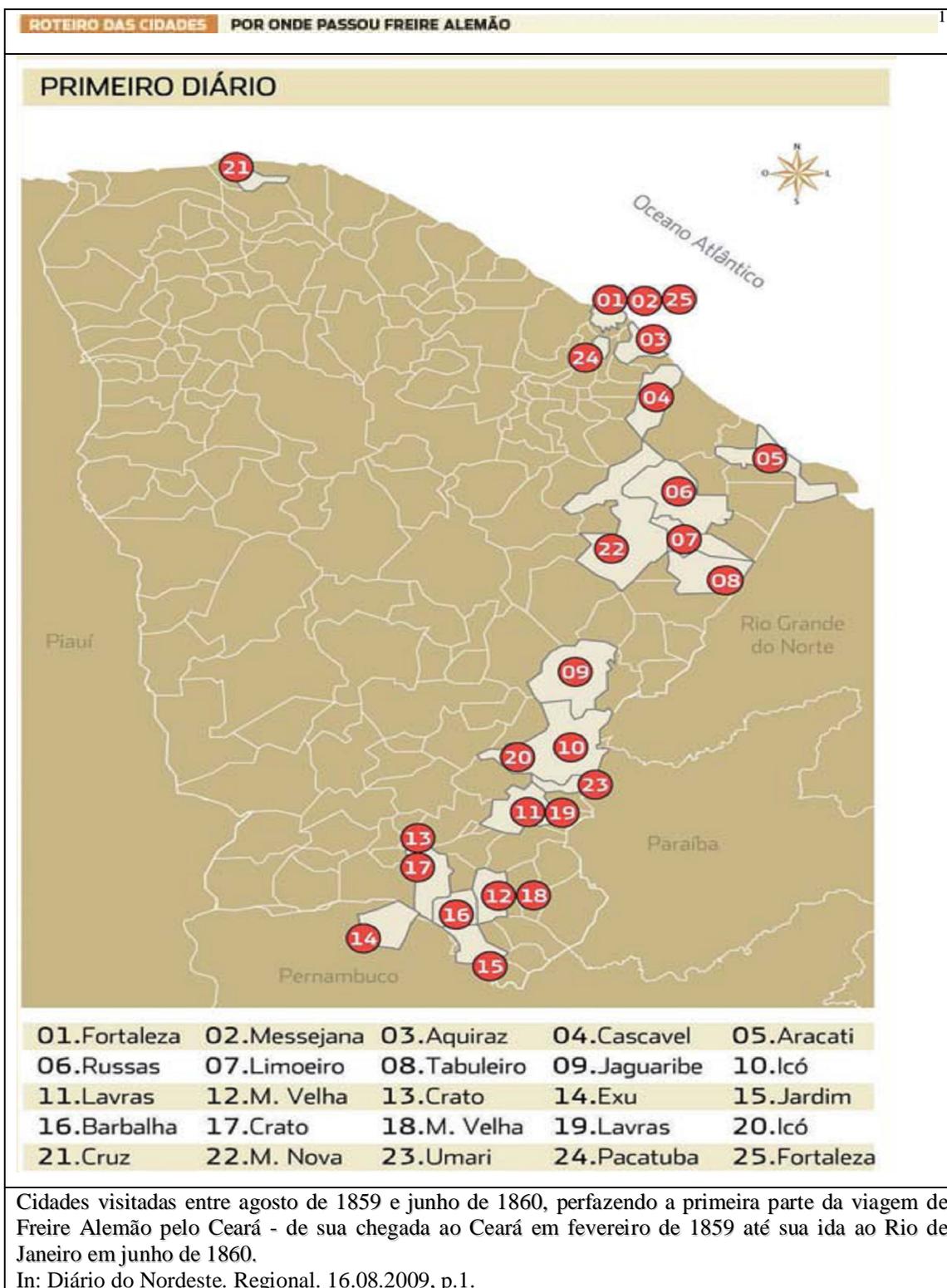
ANEXOS

1. Itinerários aproximados das excursões da Comissão Científica do Império

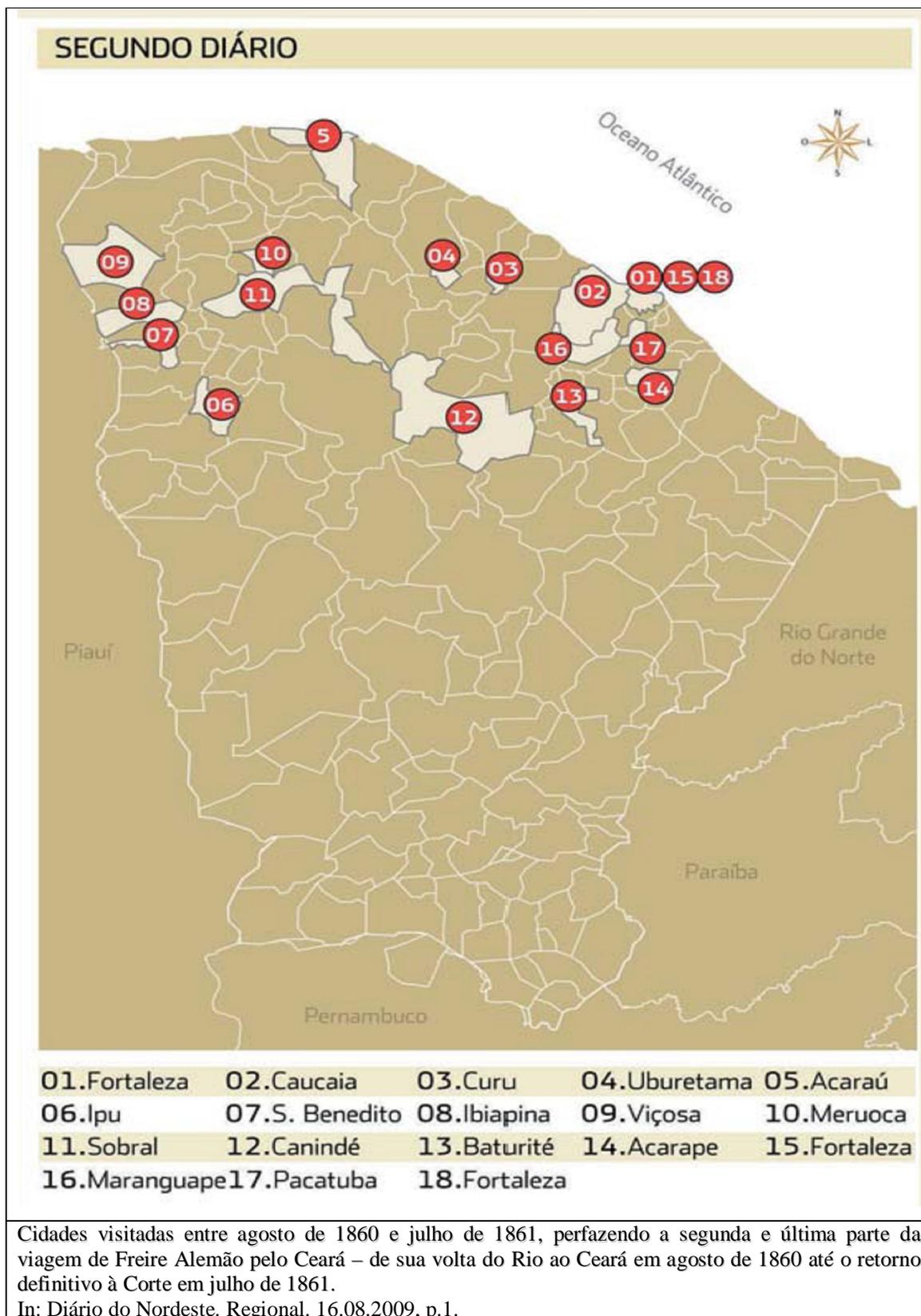


Geológica	Botânica e Zoológica	Astronômica
		
In: KURY, Lorelai (org). Comissão Científica do Império – 1859-1861 . Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2009, p.83.		

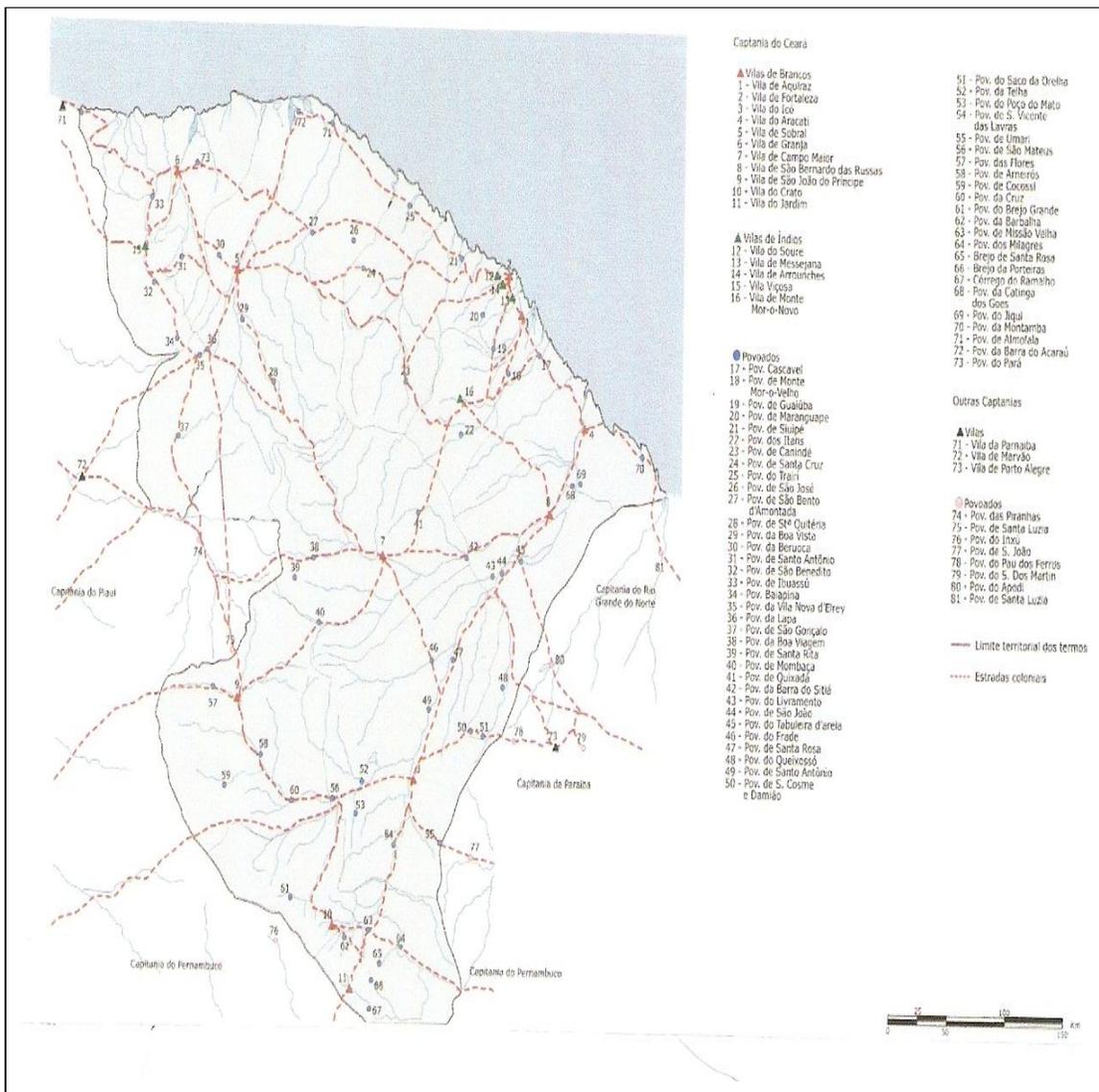
2. Itinerários percorridos pela Seção Botânica, de acordo com o Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão



¹ O mapa foi elaborado tomando como referência as cidades e a nomenclatura atual.



3. Vilas, povoações e estradas da capitania cearense em 1817



Mapa elaborado por Clovis Ramiro Jucá a partir das informações contidas na *Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará levantada por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio por seu ajudante d'ordens Antonio José da Silva Paulet*. 1817. Fonte: GEAEM. Desenho N° 4578. Armário 1A. Prateleira 10 A. Pasta 53.

In: JUCÁ, Clovis Ramiro. **Primórdios da rede urbana cearense**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 16, 2009, p.92.